Instituto de Biociências – Universidade de São Paulo

Antonio Carlos do Amaral Maia

**O Avunculado na Antropologia Evolutiva:
Uma Abordagem Intercultural.**

São Paulo

2006

Antonio Carlos do Amaral Maia

O Avunculado na Antropologia Evolutiva:
Uma Abordagem Intercultural.

Dissertação apresentada ao Instituto
de Biociências da Universidade de
São Paulo, para a obtenção de Título
de Mestre em Ciências, na Área de
Genética e Biologia Evolutiva.

Orientador: Prof. Dr. Walter Alves
Neves

São Paulo

2006

Ficha Catalográfica

Maia, Antonio Carlos do Amaral
O Avunculado na Antropologia
Evolutiva: Uma Abordagem Intercultural.
Número de páginas: 199

Dissertação (Mestrado) - Instituto de
Biociências da Universidade de São Paulo.
Departamento de Genética e Biologia
Evolutiva.

1. Investimento Parental Masculino
(MPI) 2. Altruísmo Recíproco Humano 3.
Seleção Sexual I. Universidade de São
Paulo. Instituto de Biociências.
Departamento de Genética e Biologia
Evolutiva.

Comissão Julgadora:

Prof(a). Dr(a).

Prof(a). Dr(a).

Prof(a). Dr(a).

Prof(a). Dr(a).

Prof. Dr. Walter Alves Neves
Orientador

Dedico aos meus filhos, Eva e Levi, com muito amor.
Para conhecer o papel do pai na evolução humana,
Acabei negligenciando os meus deveres paternais
Que vocês possam desculpar-me pela ausência

À minha mulher Erica, pela paciência.
Sem você não seria possível.
Ou pelo menos não teria tanta graça.

Dedico-o também a todas as pessoas da minha família.
Meu pai Telmo Maia, e minha mãe Christina do Amaral Maia
Por todo o investimento parental que me dedicaram.
Minhas irmãs Márcia e Telma.
Pelo amor fraterno e apoio incondicional.

Dedico ainda este trabalho aos meus tios Tasso e Péricles.
Tive muita saudade em vários momentos desse trabalho.
E aos meus sobrinhos João Maia Ramos,
Henrique e Felipe Maia Pollo.
Por razões óbvias

“Como um todo, o mundo está mal preparado para aceitar o estudo da vida humana como um ramo da ciência natural e para, num sentido amplo, seguir a exigência do poeta de ‘considerar a moral como as coisas naturais’. Para muitas mentes educadas, parece haver algo insolente e repulsivo na idéia de que a história da humanidade seja uma parte essencial da história da natureza; de que nossos pensamentos, desejos e ações funcionem de acordo com leis tão definidas quanto aquelas que governam o movimento das ondas, a combinação de ácidos e alcalinos e o crescimento de plantas e animais.”

(*Edward Burnett Tylor, A Ciência da Cultura*, 1871)

Agradecimentos

A Biologia foi uma vocação tardiamente despertada. Persigo-a quase obsessivamente. Hoje vejo que poucas coisas eu quis mais na vida, do que fazer este mestrado. Como no mito, vários foram os desafios: a prova de proficiência, os créditos e a dissertação. Algumas pessoas ajudaram muito e por isso quero registrar a gratidão. A minha colega de escritório, Janice Infanti Ribeiro Espallargas, ajudou incrivelmente, segurando o ‘rojão’ da advocacia enquanto eu podia dedicar-me à Ciência.

Os colaboradores do ICED – Instituto Comportamento, Evolução e Direito foram fundamentais: Bianca Lisboa ajudou na organização das referências bibliográficas e com a obtenção de artigos e cópias de livro. Raul Marinho Gregorin foi fundamental na metodologia da pesquisa etnográfica, na revisão do texto e nas artes finais. Se a pesquisa foi bem feita e o texto aceitável, ele tem muito a ver com isso. Os erros que permaneceram se devem às minhas limitações.

Além disso, os colegas do LEEH – Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos da USP foram grandes companheiros. Mark Oliver Hubbe, o cientista, foi fundamental no aconselhamento da estratégia de pesquisa e pela dica de ‘não colocar todas as fichas na ignorância da paternidade’. Como sempre, o Mark estava certo. João Paulo Atui ajudou para entrar e para sair do mestrado. Suas aulas de genética e biologia molecular foram essenciais para que eu me fosse admitido no Instituto de Biociências da USP. Ao ajudar com a estatística e com o trato quantitativo dos dados obtidos permitiu que eu terminasse o trabalho. Outros colegas do labs merecem minha lembrança: Astolfo, Mercedes, Pedro, Danilo, Diane, Max. As pessoas da secretaria do IB também merecem um agradecimento: Helder, Érika e Teresa do Setor de Pós-Graduação. Agradeço a Christine Kunnar, do HRAF-YALE, pela ajuda com a orientação na pesquisa etnográfica no grande banco de dados.

Alguns professores foram, além de mestres, amigos. Ao Prof. Kabengele Munanga, da FFLCH, eu agradeço a idéia de tratar o problema do irmão da mãe sob a ótica evolutiva e pela sua imensa paciência nos meus primeiros passos na Antropologia. Foi inesquecível quando ele me defendeu de agressões dos biofóbicos

das ‘sociais’, embora tenha certeza que no mérito da discussão concordasse com eles e não comigo. Mostrou aos alunos que seu compromisso maior de mestre e humanista era defender a minha palavra. Por isso, pagou junto comigo o preço da raiva biofóbica, quando todos os demais alunos se retiraram da sala por minha causa. Ah se os antropólogos em geral fossem como o Kabê. O Prof. Fernando Portela Câmara, da UFRJ. Suas magias estatísticas permitiram que a interpretação dos resultados fosse a mais rica possível. Além disso, teve imensa paciência em horas de conversação telefônica, e me recebeu num fim de semana para discutir os resultados. Sua acolhida e as palavras carinhosas e de incentivo ainda reverberam em minha mente. Os Profs. Rui Sérgio Sereni Murrieta e Renato Kipinis do IB-USP sempre tiveram boa vontade comigo e não se furtaram em ajudar, embora céticos quanto à orientação teórica do meu trabalho. O Prof. Martin Daly, ‘*father figure*’ da Sociobiologia, foi gentil em discutir o tema central da dissertação, tendo fornecido importantes ‘dicas de leitura’. Ao Prof. Owen Jones, da Faculdade de Direito da Universidade do Tennessee, agradeço a discussão de temas importantes deste trabalho, e pela sugestão de usar exemplos vindos do direito para ilustrar os conflitos reprodutivos na família. Suas assistentes foram igualmente gentis em me enviar cópias dos artigos não localizados na biblioteca da USP. Por fim, agradeço ao meu orientador Prof. Walter Alves Neves, por ter me aceitado no mestrado, ajudado com a indicação de leitura e pelo diálogo sempre proveitoso.

ABSTRACT

The present work proposes to account for cultural variability in connection to human family organization, through Darwin's theories of natural selection and sexual selection. It is also founded on evidence based on the comparison of ethnographic data of diverse human societies. It intends to demonstrate that there is a significant alteration in the behavior of family members when the rules of inheritance of wealth change. These alterations are triggered because the rules of inheritance dictate the MPI – Male Parental Investment – sometimes in the nephew and sometimes in the son. The hypothesis is that this variation in MPI (male investment in either the nephew or the son) modifies family relations in matrilineal and patrilineal organizations in a predictable manner. The role played by MPI in determining family tensions will be shown by applying cross cultural analysis to the data obtained from HRAF (Human Relations Area Files), using PSF (Probability Sample Files). The results of the present work show that societies in which the uncle's relation with his nephew is affectionate, the husband beats the wife; on the other hand, when the father's relation with his son is indulgent and friendly, brother and sister avoid each other. This variability of behavior can be coherently explained by sociobiological theory. Cultural wealth: the innumerable customs, the traditions, the taboos, the manifest and hidden norms, the apparatus of coercion, the rules of inheritance, marriage, dowry, bride price, the division of labor, in short, all the rules observed in all human groups can be explained in the light of the following theories: a) 'kinship selection' (Hamilton, 1963); b) 'reciprocal altruism' (Trivers, 1971; Axelrod, 1981); c) 'parental investment and sexual selection' (Trivers, 1972); and d) 'parent-offspring conflict' (Trivers, 1974).

O presente trabalho se propõe a compreender a variabilidade cultural humana em relação à organização da família por meio das teorias darwinianas da seleção natural e da seleção sexual, e se encontra baseado em evidências vindas da comparação de dados etnográficos. Pretende-se demonstrar que existe uma alteração marcante no comportamento de todos os envolvidos nas relações familiares quando mudam as regras de herança. Essas alterações assim ocorrem porque as regras de herança direcionam o Investimento Parental Masculino (MPI), ora ao sobrinho, ora ao filho. A hipótese apresentada é a de que a variação do MPI modifica de maneira compreensível e previsível as relações familiares em organizações matrilineares e patrilineares. A prova da hipótese será feita por meio da aplicação do método intercultural com pesquisa etnográfica nos bancos de dados do HRAF, e utilizando-se da amostra PSF. Os resultados do presente trabalho indicarão que em sociedades em que o tio tem uma relação afetuosa com seu sobrinho, o marido espanca a mulher; e quando o pai se relaciona de maneira indulgente e amigável com seu filho, irmãos e irmãs se evitam, alinhando esses fatos de maneira que possam ser coerentemente entendidos com a teoria sociobiológica. A riqueza cultural, o sem número de costumes, as tradições, os tabus, as normas explícitas ou ocultas, os aparatos de coerção de toda sorte, as regras sobre herança, casamento, dote, preço da noiva, divisão de trabalho, enfim, todas as regras observadas em todos os agrupamentos humanos podem ser explicadas à luz das seguintes teorias: a) da “seleção de consangüíneos” (Hamilton, 1963), b) do “altruísmo recíproco” (Trivers, 1971), c) do “investimento parental e seleção sexual” (Trivers, 1972), e d) do “conflito entre prole e parentais” (Trivers, 1974).

Índice

INTRODUÇÃO	Pág.1
CAPÍTULO 1: O AVUNCULADO NA ANTROPOLOGIA	Pág.12
CAPÍTULO 2 - CONSTRUÇÃO DE UMA EXPLICAÇÃO BIOLÓGICO-EVOLUTIVA PARA AS TENSÕES QUE COMPÕEM O ÁTOMO DE PARENTESCO	Pág.85
CAPÍTULO 3 - TESTANDO UMA HIPÓTESE EXPLICATIVA PARA OS CONFLITOS FAMILIARES	Pág.140
CAPÍTULO 4 – RESULTADOS	Pág.179
CAPÍTULO 5 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	Pág.181

INTRODUÇÃO

A relação entre o irmão da mãe e o filho da irmã tem fascinado os antropólogos há quase cem anos. Em 1912, o missionário e etnógrafo Henry Junod descreveu os BaThonga da África, uma organização patrilinear. Junod narrou que nessa sociedade africana havia um direito ao insulto mútuo entre o filho da irmã e o irmão da mãe (e suas esposas). E que possivelmente o sobrinho tivesse direito de pleitear bens do tio. Aos poucos, os estudiosos foram se apercebendo que, longe de algo exótico e raro, a relação privilegiada entre o sobrinho e o tio materno ocorria em sociedades espalhadas pelo globo, sem qualquer ligação histórica entre elas. Ainda que a relação possa ter conteúdo variável em cada povo (direito a piadas recíprocas, direito do sobrinho caçar do tio, privilégios econômicos do sobrinho em relação aos bens do tio, manifestações rituais do sobrinho a favor do tio), é notável a importância dessa relação.

Os primeiros estudiosos focalizaram o avunculado, isto é, a relação entre o filho da irmã e o irmão da mãe, somente em sociedades patrilineares, investigando um possível estágio matrilinear da família humana¹ (Junod, 1912). A forte relação da criança com um membro importante da família da mãe, mesmo em organizações patrilineares, seria um vestígio desse tempo imemorial. O foco exclusivo em grupos patrilineares gerou grande parte dos equívocos explicativos das motivações e sentimentos que estão na base dessa relação ao longo da história do pensamento antropológico. Para contrapor-se a Junod (1912), Radcliffe-Brown (1924), que também trabalhou apenas com sociedades patrilineares, propôs como explicação sistemática e funcional, a “extensão dos sentimentos” (Bloch & Sperber, 2002), isto é: a criança estende para os parentes da mãe os sentimentos que tem por ela. Para ratificar sua teoria, Radcliffe-Brown demonstrou que a criança também estende seus sentimentos aos parentes do pai. Como o pai é severo com o filho, a conclusão sistemática de se esperar é que essa severidade se estenda para a tia, irmã do pai, o que de fato ocorre.

A despeito da “extensão de sentimentos” fazer algum sentido inicialmente, ela era absolutamente inaplicável aos sistemas matrilineares. Se a relação de ternura entre mãe e filho se reproduz nas relações deste com todos os parentes daquela, seria natural que isso fosse verdadeiro tanto em organizações sociais patrilineares quanto matrilineares. Mas, simplesmente, não era assim, como mostrou Lévi-Strauss, ao afirmar que em Dobu, nas Ilhas Trobriand, uma organização matrilinear, “*o irmão da mãe é considerado como o mais severo de todos os parentes.*” (1996a, p. 61). Essa constatação demonstra a dificuldade de generalizar as explicações de comportamentos sociais, observando-se uma sociedade apenas (Naroll, 1970). E justifica as revisões posteriores de Radcliff-Brown² (1952) e Lévi-Strauss (1996 e 2000) sobre o tema, que superaram tal limitação metodológica, principalmente o último, através da efetiva comparação entre sociedades. Mas a comparação entre sociedades, tal como a empreendida por Lévi-Strauss, também deixa, em relação ao avunculado, importantes questões teórico-metodológicas em aberto.

A hipótese deste trabalho

Existem duas formas básicas de fazer Antropologia. A primeira é focar a particularidade, o detalhe, a minúcia, o concreto de cada cultura, desprezando qualquer forma de comparação entre sociedades. A segunda se fixa justamente nas abstrações, nas teorias, nos modelos, formando categorias e sistemas baseados na comparação entre sociedades, em busca de obter leis universais, que guiam o comportamento das pessoas. Essas simplificações da realidade refletiriam *estruturas*

¹ Essa hipótese surgiu com Lewis Henry Morgan, em meados do século XIX, mas ganhou prestígio acadêmico com o trabalho de Friedrich Engels sobre a origem da família, da propriedade privada e do Estado (Tooker, 1985)

² Radcliffe-Brown escreveu sobre o avunculado em 1924 e 1952, propondo maneiras diferentes de compreender tal relação familiar em cada oportunidade. Na primeira, de inspiração funcionalista, defendeu a extensão dos sentimentos, como justificadora da afeição entre o tio e o sobrinho nas sociedades patrilineares. Na última, sustentou o antagonismo entre afeição e dever, que pretendia provar com informação sobre sociedades matrilineares. Na fase seguinte defendeu a comparação das formas opostas de organização familiar, para comprovar o antagonismo que deveria existir nas sociedades matrilineares. No entanto, ele não levou adiante a pesquisa em sociedades matrilineares, porque delas não havia descrições confiáveis àquela época. Isso cria uma certa perplexidade ao se tentar rotular a obra de Radcliffe-Brown, porque embora defenda a comparação de sociedades, ele mesmo não a realizou.

perenes, que se manifestariam em qualquer lugar do mundo, em qualquer momento da história.

A busca por universalidades empreendida pelos estruturalistas, em especial Lévi-Strauss, teve origem nos trabalhos dos lingüistas americanos e europeus dos anos 1940 a 1960 (Lévi-Strauss, 1996a, Hénaff, 1998), mas estava longe de ser uma pretensão epistemológica nova para os cientistas sociais. No século XIX, uma poderosa corrente de pensamento que ficou conhecida como evolucionismo, inspirada pelas ciências naturais, buscava compreender as motivações humanas por trás das universalidades observadas, através da comparação de sociedades. Este método investigativo foi tomado por empréstimo da Biologia³. Em 1896, Franz Boas, ao desancar o método comparativo (e, por tabela, toda a escola evolucionista), referia-se a essa escola como fundada na observação “*de que os mesmos fenômenos étnicos ocorrem entre os mais diversos povos (...), na espantosa monotonia das idéias fundamentais da humanidade em todo o planeta.*” (Boas, 2004a)

Se os estruturalistas não primaram pela originalidade de estratégias científicas, pelo menos tiveram a chance de trabalhar a partir de descrições etnográficas muitíssimo mais confiáveis do que as usadas no século XIX, o que devem em grande parte a Boas, que criou o método de observação participante em Etnografia⁴. As investidas teóricas de Boas possibilitaram uma uniformidade nas narrativas, agregando confiabilidade às descrições dos diferentes povos, trunfo com o qual não contavam os primeiros evolucionistas, que se basearam em descrições de viajantes e

³ Darwin, p. ex., concluiu que a espécie humana havia surgido recentemente na África, a partir da comparação morfológica entre os homens e os chimpanzés. Percebeu também a origem comum a todos os povos do globo comparando as expressões faciais. Em razão disso, ainda hoje, a abordagem comparativa é chamada, por alguns, por método biológico.

⁴ Outra grande personalidade do início do século XX com grande repercussão na aposta etnográfica da Antropologia, com ênfase num trabalho de campo de longa duração como única fonte de conhecimento antropológico legítimo, foi Bronislaw Malinowski. Além de Boas e Malinowski, merecem menção os evolucionistas descontentes com as maneiras amadoras de obtenção de informação etnográfica (Stocking, 1995, p. 88): a) Tylor (Oxford), que embora comparatista por formação, desenvolveu um questionário próprio para ser aplicado por terceiros em trabalhos de campo e investiu tempo e energia na formação de alunos para este tipo de trabalho, sendo famosa sua adoção intelectual de observadores locais na Austrália (Stocking, 1995, p. 15 e seguintes), e até mesmo na África (Junod, 1926); b) Alfred Haddon, com formação de zoólogo, também foi pioneiro da “virada etnográfica” e desenvolveu expedições longas a partir de Cambridge (Stocking, 1995, p. 98 e seguintes), a primeira das quais contou com a presença de c) William Rivers, que também se tornaria professor naquela universidade e se tornou célebre pelo seu método genealógico de obtenção de informações sobre relações familiares (Stocking, 1995, pp. 111).

etnógrafos amadores⁵. Entretanto, a abundância de descrições etnográficas, realizadas a partir da influência da particularidade histórica de cada grupo, gerou um rico material para comparações. Isto permitiu uma série de incursões teóricas em busca de universais. Quanto mais bem feitas as descrições e mais ricas em detalhes, mais concretas e fidedignas serão, inegavelmente, as abordagens estruturalistas.

Lévi-Strauss (1996a) dedicou-se ao tema do avunculado, mas o fez com base em comparações entre sociedades dotadas de organizações sociais opostas em relação à filiação: matrilinear ou patrilinear. Ele também utilizou quatro termos familiares estruturais que são conseqüências lógicas do que ele chamou de “átomo do parentesco” – uma estrutura universal de família, para ele decorrente da “proibição do incesto”. Esses termos são os seguintes: marido/mulher; irmão/irmã; pai/filho; tio/sobrinho. O estruturalismo, filho da fonologia, recusa-se a tratar os termos de parentesco (assim como os fonemas) como entidades independentes, preocupando-se com a totalidade de “termos” que compõem o sistema. Por isso é que, segundo Lévi-Strauss, o avunculado *“para ser compreendido, deve ser tratado como uma relação interior a um sistema, e que é o próprio sistema que deve ser considerado em seu conjunto para se perceber sua estrutura”* (1996a).

Não é o momento de descer às minúcias do pensamento lévi-straussiano, riquíssimo. Deve-se adiantar, porém, que sua análise conseguiu estabelecer correlações entre o funcionamento dos termos de parentesco, e perceber que estes mesmos termos escondiam conteúdos emocionais diferentes em sociedades matrilineares ou patrilineares. Lévi-Strauss mostrou também que termos simétricos têm conteúdos emocionais diferentes na mesma sociedade. Assim, se pai e filho têm uma relação amorosa, a ligação entre tio e sobrinho é, simetricamente, conflituosa. Apesar da importância metodológica do estabelecimento de correlações, essas são insuficientes para avançar na revelação das leis capazes de influenciar de maneira significativa o comportamento social humano. A abordagem estruturalista, embora capaz de mostrar a existência de comportamentos recorrentes, e de atribuir previsibilidade a determinadas condutas, não alcança as leis universais que estão por trás das condutas dos atores que compõem o “átomo de parentesco”.

⁵ Exceção feita a Lewis Henry Morgan, que trabalhou também com informações de campo obtidas em pesquisa própria entre os nativos norte-americanos.

Se o estruturalismo não é capaz de desvendar essas leis universais, obtendo apenas correlações, a Biologia Evolutiva, especialmente com a informação acumulada nas últimas décadas, talvez possa avançar na compreensão dessas leis inconscientes, assumindo-se que estas existem. A aplicação de conceitos da Biologia Evolutiva sobre informações vindas da observação etnográfica é a maneira utilizada neste trabalho para articular teoria e fato. As várias culturas constituem-se em um imenso laboratório para entender os conflitos humanos por sobrevivência e reprodução. Esses conflitos podem ajudar a explicar as relações familiares, ora tensas, ora tranquilas, nos diversos tipos de organização familiar matrilinear ou patrilinear. A riqueza cultural, o sem número de costumes, tradições, tabus, normas explícitas ou ocultas, aparatos de coerção de toda sorte, regras sobre herança, casamento, dote, preço da noiva, divisão do trabalho por idade e sexo, enfim, todas as regras observadas em todos os agrupamentos humanos podem potencialmente ser explicadas à luz das seguintes teorias: “seleção de consangüíneos”, “altruísmo recíproco” (Trivers, 2002a), “investimento parental e seleção sexual” (Trivers, 2002b) e “conflito entre prole e parentais” (Trivers, 2002c). A partir destes corpos teóricos, é possível construir a seguinte hipótese explicativa das variações de tensão que compõem o avunculado: ***o investimento parental masculino (MPI) explica os conteúdos emocionais das relações entre os componentes do átomo de parentesco.***

O *Homo sapiens* praticamente rompeu com a linhagem ancestral quando estabeleceu maneiras de assegurar o investimento parental duradouro pelo (suposto) pai, com profundos reflexos na organização social (Fox, 1993; 1967). Isso, evidentemente, não foi de uma hora para a outra, e certamente o processo não terminou, haja vista a enorme variedade de organizações familiares encontrada pelos etnógrafos nos séculos XIX e XX. O elemento central deste trabalho é o *investimento parental masculino*, quer como agente propiciador de altruísmo recíproco entre humanos, quer como fator determinante na escolha de parceiros pelas mulheres. As regras de organização dos sistemas de transmissão hereditária de bens podem ser compreendidas como formas de assegurar o provimento do auxílio parental e respectivos reflexos futuros relacionados a esse investimento inicial, quando o valor aportado deve retornar àquele que antes prestou sua parte. O investimento parental, além disso, é algo que os homens têm para dar e que as mulheres cobiçam, gerando uma competição tanto de indivíduos do mesmo sexo, quanto entre os sexos.

Previsões Decorrentes da Hipótese

A hipótese é capaz de prever os conflitos familiares entre os membros do átomo de parentesco de Lévi-Strauss, quando consideradas diferentes formas de organização social e familiar. Nas sociedades matrilineares, a prole da irmã é criada em grande parte com esforço e recursos de seu irmão, e os sobrinhos são herdeiros dos tios maternos, não de seus pais (como ocorre nas patrilineares). Os sobrinhos, quando se tornam adultos, devem ajudar no sustento de seus tios maternos e não de seu pai. Nessas sociedades, as mulheres são, também, em geral, mais promíscuas e menos ciumentas, na medida em que eventuais infidelidades de seus maridos, que resultarem em filhos “por fora” do matrimônio, não reduziriam os recursos disponíveis para seus próprios filhos. Isso permite que, em relação às organizações sociais que adotem o sistema matrilinear de herança, sejam feitas as seguintes previsões:

- I.1. A relação marido/mulher será pouco conflituosa, com um baixo grau de ciúmes de ambos os lados, já que o ciúme está diretamente ligado ao investimento parental (Buss, 2000). Do ponto de vista das mulheres, haverá mais ciúmes das relações que possam desviar os recursos do marido de sua prole, enquanto os homens tendem a ter ciúme de relações extraconjugais que possam gerar filhos, fazendo-os despendem recursos preciosos na criação de prole alheia. Num sistema em que os filhos da mulher são criados com os recursos do tio materno, haverá espaço para uma dupla diminuição do ciúme no casal;
- I.2. A relação irmão/irmã será marcada pelo conflito. O irmão da mãe é o responsável por grande parte do esforço na criação do filho da irmã. Ele deverá investir tempo e energia nos cuidados com o infante, e prover recursos apropriados para garantir sucesso reprodutivo ao herdeiro. Dessa forma, serão comuns as cobranças de atenção aos deveres de cuidado parental do tio por parte da irmã, inclusive com atitudes contrárias ao eventual ímpeto do irmão para gastar recursos

com a própria prole (sempre provável), buscando impedir a “traição sutil” do irmão;

- I.3. A relação pai/filho será uma relação pouco conflituosa, já que o pai não é o responsável direto pela ajuda na educação do filho. O cuidado parental se baseia em deveres recíprocos, inexistentes nas relações em que o pai não tem o dever de investir e não pode exigir nada em troca, não precisando ser severo, não podendo bater na criança, não podendo exigir serviços ou bens na velhice, por exemplo;
- I.4. A relação tio/sobrinho será conflituosa. Com o dever de educar a criança, o tio deve agir com a severidade que os costumes permitem. Além disso, o investimento inicial deve ser devolvido pelo sobrinho para o tio, quando este ficar velho. O impacto da idade aqui é fatal: enquanto o tio inicialmente incorre em custos extremamente baixos, por conta da tenra idade do sobrinho, este tem grande benefício porque recebe antes da maturidade sexual. Quando do retorno, na velhice do tio, o sobrinho estará no seu auge reprodutivo, o que aumentará o custo do investimento feito no tio, esse com baixíssima expectativa reprodutiva. Outro foco de tensão está relacionado à herança. Por ser herdeiro do tio, o sobrinho pode agir de forma a fiscalizar atos do tio que possam prejudicar seus direitos futuros, como, por exemplo, investir em filhos próprios parte dos seus recursos;

Seguindo-se a lógica da alocação do investimento parental masculino, nas sociedades patrilineares deve ocorrer justamente o oposto. As mulheres tenderão a ser menos promíscuas e mais ciumentas, na medida em que a traição do marido pode significar redução dos bens disponíveis para seus próprios filhos que deverão ser criados com a ajuda muito maior do pai. Este, por sua vez, é o destinatário dos favores futuros que o filho deverão prestar quando ele envelhecer. Os bens, inclusive os simbólicos, seguem pela linhagem do pai, sendo os filhos os seus herdeiros – e não dos tios maternos, como nas sociedades matrilineares. Em razão disso, podemos esperar, nas sociedades patrilineares, as seguintes características:

- II.1. A relação marido/mulher será tensa. Considerando que eventuais filhos que o marido vier a ter fora do casamento serão competidores diretos dos recursos que poderiam ser destinados à sua prole, a esposa tende a ter muito mais ciúme do marido. O contrário também ocorre. Porque os recursos são limitados, criar filhos de terceiros é desastroso do ponto de vista evolutivo para o homem, que aumentará a repressão à(s) suas(s) esposa(s). Nessas circunstâncias, o ciúme do homem também é maior;
- II.2. A relação irmão/irmã será isenta de qualquer tensão gerada por conflitos reprodutivos em relação à prole da irmã. O longo processo de criação de infantes, e a necessidade de um trabalho cooperativo nessa tarefa, são fontes de conflitos de interesses entre eles. No entanto, se o tio materno não tem o dever de ajudar e nem o sobrinho o dever de retribuir ou de obedecer, a relação será afetiva, e se desenvolverá sem conflitos significativos;
- II.3. A relação pai/filho será marcada pelo conflito, pelo fato do filho poder demandar recursos do pai – que, por sua vez, é naturalmente selecionado para dar menos do que lhe é solicitado, considerando os interesses reprodutivos próprios (outros filhos). O pai também deterá o poder de educar, e será o destinatário dos favores retribuídos pelo jovem no futuro. A previsão, baseada no altruísmo recíproco humano (Trivers, 1971) e no conflito de parentela (Trivers, 1974), é a de que haja uma relação marcada pela tensão constante quanto aos deveres futuros do filho. Esse ator recebe auxílio inicial a um custo baixo e alto benefício porque recebido antes da maturidade sexual. Mas ele, o filho, deve retornar recursos quando estiver no auge das possibilidades de encontrar esposa, momento em que o custo de tais recursos atinge o ‘pico’. O elevado custo dos recursos e a improvável retaliação do mais velho tornam a trapaça do mais novo esperada, o que é por si um foco de tensão;
- II.4. A relação entre irmão da mãe/filho da irmã será tranqüila, sem qualquer tensão subjacente. O tio não tem qualquer responsabilidade na criação do sobrinho, que por sua vez, não tem obrigação de

retribuir qualquer coisa no futuro. Logo, não há sobre o que conflitar.

Proposta do trabalho: a comparação entre etnias

Este trabalho se baseia na comparação de dados etnográficos de diversas sociedades humanas para comprovar a hipótese de que os conflitos entre os familiares decorrem da maneira como se organiza o investimento parental masculino (MPI). Em outras palavras, demonstrar que existe uma alteração marcante no comportamento de todos os envolvidos nas relações familiares quando mudam as regras de herança. Essa alteração segue a lógica dessas regras porque elas direcionam o investimento parental masculino ora ao sobrinho, ora ao filho.

Franz Boas suspeitava da viabilidade metodológica da comparação das sociedades. Para o particularismo histórico por ele defendido, as manifestações culturais seriam o resultado de uma sucessão de fatos sociais peculiares que não se repetem. A influência de Boas não impediu que se prosseguissem os estudos comparativos, muito em voga no início da Antropologia. Porém, um acontecimento importante foi o surgimento de bancos de dados etnográficos. Estes, além de agrupar os documentos, catalogam a informação etnográfica. Além desses repositórios de dados, surgiram os métodos estatísticos que tornou viável a pesquisa intercultural. Por volta de 1970, os bancos de dados das diversas universidades americanas se concentraram no HRAF, “*Human Relation Area Files*”, da Universidade de Yale. A concentração permitiu o avanço ainda maior da pesquisa comparativa, incluindo-se enorme progresso nos métodos quantitativos de tratamento da informação cultural. Um passo metodológico particularmente importante foi a elaboração de uma ‘amostra’ de sociedades simples, dispersas geograficamente, com ampla representação cultural, e fonte bibliográfica confiável. Nos últimos anos, as disciplinas ligadas à abordagem evolutiva do comportamento humano despertaram para a riqueza das análises comparativas com base no HRAF.

A utilização do método intercultural permite que a hipótese de influência do MPI sobre o comportamento dos familiares seja testada estatisticamente, na medida em que, além da quantidade apreciável de sociedades estudadas, traz consigo

informações essenciais sobre: 1) as regras de herança, porque sendo o foco de atenção o investimento parental masculino, o critério de herança é mais confiável que o de residência pós-marital para detectar esse investimento; 2) quanto ao fluxo de investimento parental masculino, pois é possível saber, em cada sociedade, institucionalmente, se a prole depende dos recursos do pai ou do tio materno, e quem será o destinatário das compensações futuras que o filho ou sobrinho deverão prestar por força de regras sociais; e 3) as relações de parentesco, se marcadas pela severidade, afinidade, ciúme e outros indícios de conflito.

Pesquisas baseadas na abordagem intercultural servem para generalizar amplamente sobre as variáveis de comportamento que existem nas diversas culturas humanas (Naroll, 1970). Não é um método útil para descrever culturas particulares ou determinados períodos históricos, porque não está preocupado com detalhes e sim com grandes movimentos sociais, cuja nitidez emerge quando vislumbradas várias culturas simultaneamente. A comparação exige níveis de abstração mental que são logicamente incompatíveis com os comportamentos minuciosamente observados, que caracterizam uma visão funcionalista.

Os estudos precedentes sobre a relação especial entre o filho da irmã e o irmão da mãe deixaram inúmeros problemas teóricos em aberto. Alguns autores se equivocaram ao abordar o problema a partir de apenas uma determinada sociedade; outros, porque recolheram informações apenas em sociedades patrilineares. Os funcionalistas se limitaram em estabelecer correlações (Radcliffe-Brown, 1952). Mesmo os comparatistas que se dedicaram a sociedades patrilineares e matrilineares (Lévi-Strauss, 1996a e 2000) não propuseram relações causais para tais comportamentos, muito provavelmente porque não dispunham da vasta informação sistematizada, e de métodos confiáveis para a escolha da amostra (Leach, 1974) que se oferecem ao antropólogo de gabinete dos dias de hoje. A explicação causal para as correlações de variáveis culturais, por sua vez, é um dos grandes avanços propiciados pela abordagem intercultural. Mas é indispensável que os resultados desviantes do esperado sejam explicados pela mesma lei que foi utilizada para os casos que a corroboram (Naroll, 1970).

O presente trabalho difere das abordagens tradicionais estruturalistas, como a de Lévi-Strauss p.ex, sugerindo elementos formais de causalidade derivados da aplicação da Biologia Evolutiva moderna ao comportamento social humano, e

adicionando uma previsibilidade explicativa para além dessas correlações. A utilização da etnografia também distancia este do trabalho de Lévi-Strauss, que *escolhia* exemplos de sociedades específicas para dar sustentação empírica aos seus modelos. Seus críticos o acusaram de evitar os “exemplos negativos” (Leach, 1974), enquanto este trabalho baseia-se num método adequado para escolher a amostra de culturas. Este trabalho também difere de outros sobre o tema na Antropologia Evolutiva, optando por adotar uma abordagem intercultural para o problema do avunculado como forma de evidenciar os conflitos reprodutivos que estão por trás das relações familiares.

Da mesma forma, os autores que aplicaram a Biologia Evolutiva ao comportamento humano não ofereceram boas soluções para o avunculado. Alguns trabalhos focalizaram apenas a relação entre o irmão da mãe e o filho da irmã, sem considerarem qualquer outra relação de parentesco, frisando apenas a obviedade de que o avunculado é uma aplicação prática, um desdobramento natural do *coeficiente de parentesco* de Hamilton, diante da sempre presente incerteza da paternidade (Greene, 1978; Nielsen, 1994). Trabalhos que abordam apenas um dos termos de parentesco deixam de lado os profundos conflitos envolvidos nas relações familiares, e as explicações para o fato de que a relação entre tio materno e sobrinho não é a mesma em culturas matrilineares e patrilineares. A aplicação de postulados evolutivos sobre dados etnográficos em relação ao avunculado foi feita com sucesso, porém, por Kurland (1979), que usou modelos de Ecologia Comportamental Evolutiva para compreender o processo de tomada de decisão dos atores nas relações familiares. No entanto, a utilização de etnografia foi tópica e ‘escolhida a dedo’, e os conflitos não foram suficientemente explorados. A ausência de uma amostra confiável impede que se generalizem os resultados de Kurland (1979).

Estrutura do trabalho

Além deste capítulo introdutório, esta tese está estruturada em outros cinco capítulos. O Capítulo 1 apresentará a questão do avunculado em algumas das escolas tradicionais da Antropologia (evolucionista, funcionalista e estruturalista). Alguma informação será fornecida quanto às postulações teóricas de cada uma dessas escolas

que também terão trabalhos sobre o avunculado analisados. O Capítulo 2 será dedicado à elaboração de uma hipótese biológico-evolutiva para explicar as variações nos comportamentos dos envolvidos nas relações decorrentes do átomo de parentesco de Lévis-Strauss (1996a). O Capítulo 3 será dedicado à compreensão do método intercultural. Nele será justificada a escolha da amostra de culturas, e as condições específicas da busca de informação etnográfica junto ao HRAF. O Capítulo 4 apresentará o resultado da pesquisa etnográfica e o teste estatístico realizado. No Capítulo 5, os resultados serão discutidos à luz da hipótese apresentada, propondo uma explicação para os casos em que não houver um perfeito ajuste às previsões iniciais.

CAPÍTULO 1 - O AVUNCULADO NA ANTROPOLOGIA

Introdução ao capítulo

Existem duas formas de fazer Antropologia. A primeira delas é focar a particularidade, o detalhe, a minúcia, o concreto de cada cultura, desprezando qualquer forma de comparação entre sociedades. A segunda se fixa justamente nas abstrações, nas teorias, nos modelos, formando categorias e sistemas a partir da comparação entre sociedades. As comparações são baseadas em simplificações da realidade e normalmente são elaboradas para descobrir tendências universais do comportamento social humano. Essas simplificações da realidade refletiriam *estruturas* perenes, que se manifestariam em qualquer lugar do mundo, em qualquer momento da história. Neste capítulo, será abordada a trajetória do estudo do avunculado em algumas das principais tradições teóricas da antropologia, que de certa maneira, se reportam a um ou outro dos pólos extremos de um pêndulo. Duas limitações evidentes se colocam nessa tarefa.

A primeira é a imensidão de trabalhos dentro de cada escola e a segunda é a multiplicidade de escolas teóricas, com subdivisões infinitesimais. Não se pretende esgotar a grande variedade de trabalhos sobre o avunculado em cada escola, muito menos reduzir a gama dos diversos matizes epistemológicos e metodológicos no imenso leque de opções disponíveis para o antropólogo nas questões relativas à família. No tocante à primeira limitação, a abordagem será restrita aos ‘clássicos’, escritos pelos autores consagrados. Eles representam não somente o estado de arte do estudo do avunculado e de questões de família em geral, como também são textos que expuseram as características teóricas de cada expressão particular do conhecimento em Antropologia. Em relação à segunda, a apresentação nesse capítulo será relativa apenas ao evolucionismo, funcionalismo e estruturalismo. O tema escolhido é privilegiado. Essas escolas teóricas, pelas mãos de seus mais ilustres representantes, produziram páginas sobre ‘o irmão da mãe’. Foi adotado como forma de organizar o capítulo, uma breve exposição quanto aos fundamentos teóricos de cada escola, antes

de detalhar os trabalhos relevantes. Isso se mostra produtivo, pois seria muito difícil compreender a riqueza de cada expressão individual, sem que os fundamentos teóricos das escolas que representam não fossem previamente apresentados.

O avunculado no pensamento da Antropologia

A escola evolucionista.

O surgimento do método comparativo em antropologia.

Carneiro (2003) informa que a idéia de “evolução” surgiu na Inglaterra do século XVII, significando uma seqüência ordenada de eventos, cujo resultado já estivesse de alguma forma contido nos acontecimentos iniciais. Essa definição punha-se de acordo com a noção dominante na filosofia a respeito da “natureza da mudança”, pois se acreditava, desde Aristóteles, que as coisas mudavam de acordo com uma lei de desenvolvimento, interna e inerente, sendo praticamente irrelevantes os fatores externos. No entanto, uma definição rigorosa de evolução somente veio à luz através de Herbert Spencer que por sua vez ampliou a utilização do termo para uma classe maior de fenômenos, em sucessivas publicações⁶.

Em 1852, Spencer aplicou “evolução” para o tipo de mudança social comumente chamada de progresso ou desenvolvimento, concebendo a modificação não como o cumprimento de um projeto inteligente, mas sim como uma projeção de “*capacidades latentes sob a ação de circunstâncias favoráveis*” (apud Carneiro, 2003, p.3). A partir de 1857, passou a aplicar o termo evolução para se referir à transformação gradual das espécies, através de sucessivas diferenciações, gerando progressivamente maior complexidade. Do simples para o complexo, da homogenia para a heterogenia. A idéia se aplicava aos fenômenos e às características sociais

⁶ - Darwin somente adotou a utilização do vocábulo “evolução” na sexta edição de “A Origem das Espécies”, em 1872, após Spencer ter trabalhado a palavra até que adquirisse sentido científico e ampla aceitação acadêmica, desde 1852. Mesmo o “aumento de complexidade” gerado pela “evolução” já era defendido amplamente por Spencer em 1857, como uma lei a qual rege as mudanças em todo o Universo, em combate à visão metafísica da origem do homem e do universo. (Carneiro, 2003, p. 3). O que parece ter ficado ausente da obra de Spencer, pelo menos até o surgimento da “Origem das Espécies”, era a idéia de seleção natural.

discretas como moda, boas maneiras, governo entre outras. Após desenvolver o termo evolução, Spencer nas décadas de 1860 e seguintes, passou a se dedicar ao estudo da biologia, da psicologia, da sociologia e da ética a partir da ótica evolutiva, produzindo um livro que chamou de “*Filosófica Sintética*” (Carneiro, 2003). Estava fundado o movimento que na Antropologia ficou conhecido como evolucionismo.

Spencer havia não somente cultivado a idéia de evolução como desenvolvimento da complexidade a partir de potencialidades inerentes a indivíduos e grupos de indivíduos como também lançado e aplicado o método comparativo no estudo das mudanças sociais. Os “antropólogos de gabinete”, evolucionistas, partilhavam a crença de que havia causas naturais por trás das mudanças culturais e buscavam compreender a sociedade primitiva a partir das descrições dos povos ao redor do mundo, elaboradas por comerciantes, viajantes, burocratas e missionários religiosos, circunstancialmente radicados ou de passagem por colônias, habitadas pelos povos não civilizados. A atividade do antropólogo era desenvolvida, principalmente, por homens ilustrados, moradores da metrópole.

Para conhecer a história evolutiva do homem, em meados do século XIX, havia três fontes de informação: a arqueologia, a história e a etnografia. A primeira já havia estabelecido firmemente que níveis primários de cultura eram marcados pela simplicidade social e tecnologia de pedra bruta, sugerindo mudança em direção à complexidade. A arqueologia, com fontes limitadas, se apercebia da direção da mudança social e não de detalhes de como a evolução ocorreu. A segunda mantinha bons registros de mudanças sociais ocorridas nos últimos 3000 anos, o que poderia desvendar tendências gerais no desenvolvimento cultural. Mas a história é limitada, porque o início dos registros escritos ocorreu após a organização social em forma de Estado, deixando de fora tempos pretéritos em que existiam grupos menores, o que torna inviável a investigação do passado das sociedades ágrafas. As limitações da arqueologia e da história somente poderiam ser superadas a partir de informações vindas de uma “fonte viva” de experiência cultural: a descrição do grande número de sociedades não letradas vivendo nas colônias. Tais sociedades variavam em grau de organização, abarcando grande parte do leque da evolução cultural.

Embora a etnografia seja uma fonte inesgotável de informação sobre a variabilidade cultural, faltava uma maneira de abordar essa informação de modo a reconstruir o desenvolvimento cultural. A resposta veio da ciência da sociedade, a

sociologia, que pretendia lidar com fatos gerais, estrutural e funcionalmente, obtidas a partir da comparação entre diferentes sociedades e sucessivas fases da mesma sociedade (Carneiro, 2003). O método comparativo não era novidade quando os primeiros evolucionistas começaram a produzir, sendo usado desde o final do século XVIII, com sucesso, na anatomia, na filologia e na lingüística (Harris, 2001). Em meados do século XIX, já era saudado como manifestação do verdadeiro espírito científico em áreas distintas como a zoologia, a geologia, a lingüística e até a astronomia. Sua adoção em problemas ligados às instituições sociais, como família e casamento, era a novidade e se devia em grande parte ao sucesso granjeado em áreas irmãs da Antropologia.

Se áreas vizinhas da Antropologia Social adotavam a comparação, a maioria dos pensadores humanísticos, quase sempre com vínculos religiosos mais ou menos explícitos, ainda vivia presa a uma visão criacionista do comportamento social humano, fundada no “livre-arbítrio”. Edward Tylor via no estudo teórico da evolução “a jornada mais promissora” e no método comparativo “o caminho mais viável” da investigação do comportamento humano. A validade teórica da comparação etnográfica repousa não somente na constatação de que os fatos sociais são cientificamente acessíveis. Uma outra postulação é o “princípio da continuidade”, segundo o qual o presente é um desdobramento do passado e na história da cultura humana não é admitida descontinuidade ou interrupção. A cultura de hoje é a cultura de ontem com modificação que a torna mais complexa. Essa tendência à maior complexidade cultural permitiu classificações objetivas das sociedades: “das mais simples” até “as mais complexas”. Classificações, algumas vezes carregadas de tons morais (Carneiro, 2003)⁷.

Carregadas ou não de conotações morais, as classificações sociais em grandes categorias ou estágios de desenvolvimento irromperam no séc. XIX, sendo a mais famosa a dos sete “períodos étnicos” (Morgan, 1877). A divisão da ‘história do homem’ em fases ou estágios é um dos destaques da abordagem evolucionista. Cada

⁷ Carneiro referiu-se a trechos de Tylor e Spencer para obter essa característica do pensamento evolucionista de um julgamento moral nas abordagens dos costumes dos povos primitivos. No entanto, o mais célebre dos antropólogos evolucionistas, Charles Darwin, era extremamente rigoroso com a conduta de povos primitivos. Após citar um exemplo de animais que expulsam os indivíduos feridos do grupo, o que atribuía ao medo de atraírem predação para todos, afirma que essa conduta “*não é pior do que aquela dos índios da América setentrional, que abandonam seus companheiros fracos até morrerem nas planuras; ou então não é pior do que a conduta dos habitantes da Terra do Fogo que sepultam vivos os seus pais, quando estes se tornam velhos ou adoecem*” (Darwin, 1872, p. 126)

um dos estágios é singular. Assim, na ‘selvageria’, não havia casamento, imperando a promiscuidade primitiva. Em outro período, havia o casamento, mas o parentesco era traçado na linhagem da mãe; e somente em outra etapa existiria a família do pai. A especialização dos estágios torna possível analisar uma sociedade qualquer de acordo com seu “avanço relativo” (Morgan, 1877, p. 13). Essa constatação não afasta aquela de que diferentes tribos e nações no mesmo continente e até na mesma família lingüística podem estar em diferentes condições materiais ao mesmo tempo. A definição de períodos étnicos permite direcionar a investigação para tribos que melhor exemplifiquem cada um deles, tornando-as ao mesmo tempo paradigma e ilustração do estágio respectivo. Pode haver, ao lado de sociedades em estágios bem caracterizados, outras ‘intermediárias’ que completam o longo intervalo entre a baixa selvageria e a mais alta civilização (Carneiro, 2003)

Os evolucionistas admitiam ainda que algumas culturas desenvolviam-se mais rapidamente e que era possível, também, “saltar” fases, como em sociedades que passaram da caça para agricultura “pulando” a fase de pastoreio. Dada essa “evolução diferencial”, primitivos contemporâneos, distribuídos em variadas maneiras de organização social, foram legitimamente aclamados como representantes das condições ancestrais de cultura⁸. A base teórica para equiparar os primitivos de hoje ao modo de vida ancestral veio da zoologia, disciplina na qual organismos sobreviventes eram usados como modelos de interpretação de estruturas e funções de formas fósseis extintas, procedimento adotado na busca dos “elos perdidos” (Harris, 2001). Essa constatação tornou possível organizar cada uma das populações estudadas de acordo com o respectivo estágio de evolução cultural em que se encontrava no momento em que foi descrita, constituindo uma linha de “tempo e complexidade”, na qual as sociedades mais simples precediam as sociedades culturalmente mais complexas. Tylor pretendia reconstruir o curso da evolução cultural “*em fino detalhe*”, comparando um grande número de sociedades, em diferentes estágios de complexidade. Esse procedimento era “a essência do método comparativo” (Carneiro, 2003, p.19), pois permitia que comportamentos sociais semelhantes pudessem ser atribuídos a situações historicamente independentes, indicando a

⁸ De acordo com Marvin Harris, citando Pitt-Rivers, “as raças existentes, em seus respectivos estágios de progresso, podem ser tomadas como representantes confiáveis das raças da antiguidade. Elas nos fornecem ilustrações dos costumes sociais, as formas de governo, leis, e práticas de guerra, as quais pertencem às raças antigas das quais remotamente se esparramaram” (Harris, 2001, p. 151).

existência de uma natureza humana. A semelhança pode evidenciar uma origem comum para os povos; e ao mesmo tempo, a diferença nos detalhes culturais sugere que alguns povos avançaram mais que outros, permitindo entrever o sentido do avanço e muitas vezes até a causa da mudança⁹, através “*de uma série de inferências lógicas irresistíveis de fatos bem estabelecidos.*” (Carneiro, 2003, p. 19).

O mecanismo que leva à mudança evolutiva, isto é, aquele que faz uma determinada cultura mudar de estágio foi objeto de disputa entre os evolucionistas culturais, com explicações que variaram enormemente (Carneiro, 2003). Alguns estudiosos partiram da idéia de que a evolução era inerente à entidade, enquanto outros frisavam a força das condições externas. Os primeiros desembocaram na superioridade racial dos povos civilizados; os segundos no determinismo geográfico; ambos apontando os europeus como os mais “evoluídos”. A maneira mais eficiente de articular “causas inerentes” com “circunstâncias externas” é a seleção natural, a qual age também sobre sociedades e características sociais dentro da mesma sociedade. Todos os principais evolucionistas adotaram a seleção natural, explícita ou implicitamente, nas explicações para as mudanças das características sociais (Carneiro, 2003). Essa idéia é conhecida hoje como “Darwinismo Social” e deve ser matizada entre duas realidades. A político-estatal que privilegiou algumas raças em detrimento de outras e a teoria científica que foca na “competição entre sociedades no curso da história¹⁰”. De acordo com essa postulação, as sociedades mais adaptadas para a “batalha da sobrevivência” florescem, numa clara alusão à seleção natural darwiniana, uma teoria que pode ser afirmada ou infirmada após a verificação nas provas e não a consciência das pessoas (Carneiro, 2003).

O surgimento de “*A Origem das Espécies*”, em 1859, consagrou a seleção natural como força propulsora das mudanças nas formas de vida. É comum que conceitos amplos extravasem os limites dos problemas para os quais foram desenhados e passem a explicar fenômenos em áreas cada vez mais insuspeitas.

⁹ Será mencionado abaixo como a presença do gado na África Subsaariana modificou os costumes relativos ao casamento, notadamente na questão relativa ao pagamento do “preço da noiva” efetuado em reses que substituiu o “serviço da noiva”, forma de casamento na qual o marido presta serviços à família da noiva. Essas formas diferentes de casamento têm papel preponderante na organização social, na complexidade da organização social. Os grupos que têm gado e praticam a compra de noivas são economicamente mais complexos, exibindo mais instituições e regras relativas à distribuição de herança.

¹⁰ Essa afirmação reflete a idéia de que a seleção natural opera no nível do grupo. Os equívocos dessa postulação serão analisados no próximo capítulo, no item relativo ao ‘gene egoísta’.

Desenhada para explicar a história biológica das espécies, a seleção natural podia explicar a história do homem. Darwin (1871) dedicou-se extensamente à questão da sociabilidade humana pela ótica da seleção natural, situando a tendência social humana em nossos antepassados símios. A inclinação social se expressa através das faculdades intelectivas e morais variáveis e hereditárias. Essas habilidades foram de grande importância para o homem primitivo e para os seus antepassados semelhantes a símios, devem ter-se aperfeiçoado e potencializado através da seleção natural (Darwin, 1871). No entanto, Darwin imaginou que a seleção natural operava também no nível do grupo, quando afirmou que “*desde os tempos mais remotos as tribos mais dotadas suplantavam as outras*”. (Darwin, 1872, p. 154)¹¹.

Por fim, em complementação ao uso do método comparativo para investigar a sucessão de estágios de evolução cultural, é preciso sublinhar as “sobrevivências”¹². Essas se baseiam na idéia de que os “períodos étnicos” eram, cada um deles, marcados por uma forma peculiar de ser. A mudança de estágio cultural repercute em todas as instituições sociais. Coerentemente, as instituições de casamento, família, arte, governo, economia, entre os selvagens não eram as mesmas entre os bárbaros, nem as mesmas entre os povos civilizados. Muitas vezes, no entanto, alguns costumes sobreviviam à mudança institucional. John Lubbock havia percebido que “*muitos dos costumes não se relacionam às circunstâncias presentes, e mesmo as idéias as quais estão arraigadas em nossas mentes, como fósseis embebidos no solo*” (Carneiro, 2003, p. 24)¹³. O pleito da herança do tio materno pelo sobrinho, quando esse direito não mais existia entre os BaThonga de Moçambique, foi tratado por Henri Junod,

¹¹ O trecho seguinte mostra como a idéia de seleção natural permeava a compreensão da sucessão de estágios na obra de Darwin: “*Ora, se algum indivíduo de uma tribo, mas sagaz do que os outros, inventou uma nova armadilha ou arma, ou qualquer outro meio de ataque ou defesa, o mais óbvio interesse pessoal, sem necessidade de demasiada capacidade de raciocínio, poderia levar outros membros a imitá-lo e disto todos se aproveitariam. (...) Se uma nova invenção é importante, a tribo se desenvolverá em número, estender-se-á e suplantará as outras. Numa tribo que se tornou mais numerosa por esse processo, sempre existem possibilidades de tanto quanto maiores de que nasçam outros membros superiores ou com capacidades inventivas. Se estes homens deixam filhos que herdaram a sua superioridade mental, a possibilidade de que nasça um número ainda maior de membros do engenho seria tanto melhor e numa tribo pequena, seria decisivamente melhor*” (Darwin, 1871, p. 156)

¹² As “sobrevivências” dos evolucionistas culturais correspondem aos “vestígios” dos biólogos evolutivos.

¹³ Porém, foi Tylor quem cunhou a expressão “sobrevivência” e a definiu como “*processos, costumes, opiniões e assim por diante, as quais foram trazidas pela força do hábito para um novo estado de sociedade diferente daquelas onde tiveram origem, e assim permanecem como provas e exemplos de uma condição mais antiga de cultura da qual a nova evoluiu*” (Tylor, *apud* Carneiro, 2003, p. 24).

como um vestígio de um tempo anterior, em que o sobrinho era institucionalmente o herdeiro do tio.

Crítica evolucionista à comparação de sociedades: “estudos intensivos”

A obra monumental de comparação iniciada por Spencer¹⁴ foi logo colocada em crítica até por outros pensadores evolucionistas, especialmente ligados à nascente Antropologia. Um dos críticos foi Tylor, de Oxford, também um precursor do evolucionismo, que atacou a maneira especulativa pela qual Spencer tirara suas conclusões e buscou apresentar dados factuais em contrário, ou interpretações menos ingênuas de etnografias feitas por viajantes, missionários e burocratas. Tylor estava voltado para o detalhe de cada cultura, o que levou Carneiro (2003) a sugerir sua filiação ao Particularismo Histórico¹⁵. Começava a tensão entre as duas maneiras de fazer antropologia: uma voltada para a busca de leis gerais, através de comparações de sociedades e outra voltada para o exaustivo detalhamento de cada cultura. Tylor¹⁶ era um leitor voraz e crítico das descrições amadoras então disponíveis, o que despertou sua consciência para os graves problemas metodológicos que as descrições etnográficas amadoras geravam para a comparação entre sociedades. Tylor estava muito preocupado com a melhora da qualidade da pesquisa de campo, como antecedentes para um trabalho de comparação confiável¹⁷. Tylor sustentava, em essência, uma “divisão de trabalho” entre os antropólogos de gabinete e de campo. A esses competiria a obtenção do dado juntos às populações, enquanto àqueles reservar-

¹⁴ Spencer trabalhou comparando sociedades em busca dos princípios da sociologia em variados volumes que surgiram no último quarto do século XIX. Foram pesquisados vários temas em cerca de 500 sociedades (Stocking Jr., 1995). Esse trabalho pioneiro e revolucionário não foi beneficiado pela estatística.

¹⁵ Escola teórica da Antropologia, fundada por Franz Boas no início do século XX, baseada na idéia de que a mudança cultural é fruto de processos históricos singulares e incapazes de serem reproduzidos; não sujeitos, portanto a qualquer abordagem científica ou comparativa.

¹⁶ De qualquer forma, é incorreto ou no mínimo exagerado situar Tylor como um historicista, quando este, na verdade “queria estabelecer o princípio metodológico central do evolucionismo social – o método comparativo – numa base mais coerente ‘de tabulação e classificação’” (Stocking Jr. 1995, p.3), aplicando esse princípio a temas como casamento e herança.

¹⁷ Para Tylor, “se o papel do antropólogo de gabinete é derivar leis gerais do desenvolvimento cultural pela comparação de costumes e crenças de pessoas de todas as raças, todas as regiões, e todos os estágios de cultura, era essencial que essa informação fosse o mais confiável possível” (Stocking Jr., 1995, p.15)

se-ia a meditação e o trabalho verdadeiramente científico de comparação e conjecturas a partir de dados obtidos por terceiros¹⁸.

Para tanto, Tylor trabalhou, inicialmente, em duas frentes principais¹⁹. A primeira através da criação de um guia teórico-metodológico para o antropólogo de campo, amador ou profissional, com o sugestivo nome de “Notas e Perguntas em Antropologia, para o Uso de Viajantes e Residentes de Terras Incivilizadas”, estabelecendo uma agenda com as perguntas essenciais que deveriam ser respondidas. O questionário resolvia um dos problemas clássicos da etnografia amadora: a falta de abordagem de um determinado assunto-chave. Tylor tinha receio (fundado) de que os preconceitos e os subjetivismos dos que vão a campo toldassem a descrição, deixando para trás assuntos importantes, mas que podiam não interessar ou até mesmo chocar o investigador. A agenda permitia ao investigador de campo “classificar” a informação em categorias aceitas na metrópole²⁰, que enviava instruções precisas quanto ao preenchimento das respostas. Darwin e Morgan, não somente fizeram questionários com questões específicas, como anexaram instruções precisas quanto à maneira de obter as respostas.

Outra forma de controlar a obtenção dos dados era “dirigir” o trabalho do homem de campo, procedimento conhecido como “etnografia epistolar”²¹. Embora pudesse envolver evidentemente o fornecimento da agenda, a etnografia teleguiada envolvia não somente o “*know how*” da atividade de etnógrafo como o “*know why*” da

¹⁸ A estrutura da investigação sobre a expressão das emoções foi feita dessa forma. Darwin elaborou questionários e os distribuiu com recomendações expressas sobre como os investigados movimentavam os músculos do rosto em diversas situações geradoras de emoções, mas em nenhum momento os missionários tiveram qualquer contribuição sobre a parte “de gabinete” da pesquisa.

¹⁹ É certo que outros antropólogos do Século XIX e início do Século XX, de vocação teórica e generalizante, lançaram mão dos questionários para levantar informação de povos distantes. São notáveis os questionários que Darwin (1871) usou na pesquisa das expressões das emoções humanas (pp. 24-27) e também o de Morgan (1871, p. 4), quanto aos termos lingüísticos usados nas relações de parentesco. O primeiro pretendia provar que a “universalidade” das formas de se expressar as emoções significava que todos os homens tinham uma origem comum e que a formação das raças ao redor do mundo era algo recente. Já o segundo buscava coletar as palavras que eram usadas nas relações de parentesco, nos diversos estágios pelos quais passou a evolução da sociedade. Para a partir disso propor que a sobrevivência de algumas palavras (quando não mais havia a relação, como no caso de existir a mesma palavra pai para todos os homens do grupo como vestígio do “casamento de grupo”) era prova de que a humanidade atravessou estágios de desenvolvimento cultural que se refletiam nos sistemas de parentesco e nas palavras que o embasavam.

²⁰ Da mesma maneira, o HRAF ainda hoje trabalha com o estabelecimento de ‘códigos temas de pesquisa’ elaborados pela ‘central americana’.

²¹ Tanto quanto o uso de questionários, a “terceirização” da parte etnográfica também não foi limitada a Tylor e praticamente todos os antropólogos da sua geração e outros de gerações seguintes trocaram correspondência e doutrinaram pesquisadores de locais distantes. Morgan (1871) expressamente se refere à obtenção de informações por missionários localizados em países distantes. (1871, p. 5)..

própria etnografia. A prática de trocar correspondências envolvia um período de aprendizado teórico dos princípios evolucionistas, no qual o futuro investigador era não somente ensinado a ter uma agenda e usar um questionário, mas principalmente a procurar sinais de que “os princípios evolucionistas” se provavam empiricamente entre os povos selvagens. Essa liderança intelectual era escorada nas instituições às quais pertenciam Morgan e Tylor. O primeiro mandava suas correspondências com o sinete do “Smithsonian”, da Secretaria de Estado dos Estados Unidos, enquanto o segundo usava seu prestígio junto à Associação Britânica de Antropologia e à Universidade de Oxford para conferir bolsas de estudo e publicações para correspondentes importantes. Por isso, o observador local deveria ter algumas características importantes: formação acadêmica, ou equivalente nível de preparação intelectual; longo tempo entre os primitivos; conhecer a língua local entre outros atributos.

Muitos desses “homens no local” eram missionários religiosos daí porque Gerge W. Stocking Jr. usa a expressão “Etnografia Missionária”, para se referir a essa linhagem derivada do evolucionismo. Tinham interesse legítimo na prospecção dos comportamentos dos povos periféricos, suas relações de família, organização social, mitos e até mesmo características físicas como aquelas pesquisadas por Darwin. Alguns dos antropólogos “da periferia” fizeram bastante sucesso e são reconhecidos não somente pela capacidade de “colher a informação” conforme as diretrizes metropolitanas, pelo menos inicialmente, como também pela vida intelectual própria, não raramente polemizando com bretões ilustres, a respeito de tópicos fundamentais do evolucionismo.

Embora alguns desses antropólogos missionários tenham feito descrições etnográficas e elaborações teóricas que entraram para a história pela excelência, via de regra, a obtenção de descrições etnográficas terceirizadas confiáveis era uma miragem, tanto pela via do questionário quanto pela via da troca de correspondências. Tylor, por volta de 1888, concluiu então que a “ponte” entre o gabinete da metrópole e o campo da colônia deveria ser coberta por uma outra maneira técnica mais confiável, através da *“coleta da informação antropológica por cientistas naturais academicamente treinados, os quais estavam diretamente envolvidos na avaliação se não na formulação da teoria antropológica”* (Stocking Jr. 1995, p. 86). À sua maneira, Tylor estava dando os primeiros passos da etnografia profissional. Os

candidatos naturais à nova profissão eram alguns de ex-alunos de universidades inglesas com formação em ciências, principalmente zoólogos.

Um zoólogo importante para a nascente carreira de antropólogo foi Alfred Cort Haddon, que foi para a Melanésia estudar a fauna dos recifes, tendo levado consigo os questionários de Tylor, de grande utilidade para aqueles que não tinham experiência com a Antropologia²². Pesquisando corais de dia e conversando com nativos à noite, Haddon também “testemunhou vestígios do matriarcado” entre os melanésios, quando foi informado que os filhos do mesmo pai com duas esposas não eram chamados de irmãos. De volta à Metrópole passou a ser professor convidado de Antropologia em Cambridge e sua atenção passou a se voltar não mais para o evolucionismo clássico da sequência de estágios, porém preocupado com a distribuição de diferentes formas de cultura material numa determinada área geográfica. Princípio que ele retirou de sua atividade de zoólogo fascinado com os estudos que lidam com a distribuição geográfica. Ele dedicou particular atenção às formas das casas nas ilhas melanésias, tendo estabelecido uma sequência de características arquitetônicas capazes de identificar a sequência histórica das culturas a partir da forma como desenhavam e faziam suas casas. Haddon também organizou uma expedição à Melanésia chamada de “*Expedição Antropológica de Cambridge para o Estreito de Torres*”, a qual reuniu profissionais interessados em vários domínios do conhecimento antropológico, produzindo um levantamento completo dos melanésios: morfológico, lingüístico, sociológico e psicológico (Stocking Jr., 1995).

Essa expedição refletia a visão de Haddon sobre o método antropológico evolucionista, colocando em xeque a comparação ampla como ponto de partida da Antropologia científica, devendo ser usada somente quando o material colhido fosse insuficiente e a história, tradição ou outras linhas de prova garantissem a viabilidade da comparação. Para Haddon, as amplas comparações estavam mais para tabulações de analogias, sem qualquer identificação do processo genético subjacente. Essa exigência reduz a viabilidade da comparação a uma região geográfica, onde homologias podem ser estabelecidas. Uma grande vantagem de adotar esse método de

²² Stocking Jr informa que ele levou o livro questionário de Tylor e também o de Frazer chamado “*Questões sobre as maneiras, costumes, religião, superstições, etc., de povos semi ou incivilizados*” Chama a atenção o fato de que Junod, que cunhou a explicação evolucionista do Avunculado (item abaixo) também tinha interesse de zoólogo inicialmente e a partir do questionário de Frazer, principalmente, tira a inspiração para construir sua descrição dos BaThonga (**citar aquelas referências do paper de casa**)

restringir a atenção do pesquisador a uma determinada região e estudá-la intensamente “*é que desenhos similares muito provavelmente têm uma conexão genética, o que de forma alguma é o caso de objetos de diferentes regiões comparados conjuntamente*” (Stocking Jr, 1995, p. 107). Por estudo intensivo leia-se aquele no qual o trabalhador de campo mora um ano ou mais entre uma comunidade de cerca de 500 pessoas, as quais deve conhecer pessoalmente; estuda todos os detalhes de suas vidas e cultura; não se contenta com informações genéricas, mas estuda cada característica da vida e do costume em detalhes e na língua nativa.

No entanto, a comparação regional e a supremacia do estudo intensivo de uma só região não significavam a confirmação do método comparativo dos antropólogos de gabinete, voltado para as questões relacionadas à natureza humana. Antes, a comparação regional visava apenas a endossar conexões históricas entre as populações. A existência de instituições, costumes ou crenças similares em duas ou mais sociedades pode provar a conexão histórica entre elas, opção metodológica voltada para reconstruir a história de uma sociedade, povo ou região. Reconstruir a história de povos e regiões é uma das tarefas para as quais se volta a antropologia, mas não a única. A comparação da vida social de povos diferentes pode apontar para o estabelecimento das leis do desenvolvimento cultural, principalmente quando se percebe que a mesma idéia, o mesmo costume, a mesma regra, ocorrem em povos entre os quais não se pode estabelecer qualquer conexão histórica. Nesse caso, o antropólogo deverá investigar se existem leis que expliquem fenômenos idênticos ou similares independentemente das causas históricas. Quando fenômenos similares ocorrem em regiões sem conexão histórica, resultados importantes podem ser obtidos de seu estudo, sinalizando que a mente humana se desenvolve em toda parte de acordo com as mesmas leis (Boas, *apud* Radcliffe-Brown, in *Julio César Melatti, 1995, pp 43/58*)

A expedição à Melanésia, no início do século XX, foi considerada por muitos um ponto de partida e o início de uma nova fase na história da Antropologia britânica, porque foi rompida a tradição inaugurada por Tylor de dividir a atividade do antropólogo entre “ciência” e “campo”. O primeiro reflexivo, generalista, preocupado com as grandes leis da evolução cultural humana. O segundo burocrático, acrítico, subserviente às regras impostas pela metrópole intelectual na coleta do dado antropológico, aplicando questionários ou aprendendo através de correspondência,

apenas com o intuito de melhorar a qualidade da informação a ser usada pelo método comparativo²³. Mas o evolucionismo passou enfim a ser uma escola na qual o antropólogo cientista, interessado na informação, era o mesmo que ia para o campo obtê-la.

Os postulados básicos da evolução cultural em estágios, as sobrevivências, ainda permaneceram nas idéias dos antropólogos adeptos dos estudos intensivos, a despeito do declínio do método comparativo. É marcante o exemplo de William Rivers, também professor de Antropologia em Cambridge. Ele compôs a expedição para a Melanésia, interessado em obter informações a partir de seu “método genealógico”, visando descobrir se aqueles que eram aparentados lembravam um ao outro em suas reações aos testes fisiológicos e psicológicos. Posteriormente, passou a coletar, pelo mesmo método, informação de importância sociológica obtendo do informante as conexões familiares de seus pais, irmãos, filhos e avós, e tentando investigar se os termos encobriam apenas relações biológicas ou se envolviam alguma forma de classificação, retomando dessa forma, temática da tradição evolucionista social de Morgan, mas usando um método etnográfico diferente, porque permitia a pessoas com formação científica coleta de informações, que pareciam escondidas dos europeus residentes há muito tempo entre os povos primitivos, mesmo sem o conhecimento da língua e com interpretes claudicantes. Mais ainda permitia ao observador “*estudar problemas abstratos para os quais a idéia do selvagem é vaga, por meio de fatos concretos, dos quais é mestre*” (Stocking, 1995, p. 113).

Ao contrário dos questionários, o método de observação não era uma domesticação dos homens de campo, mas uma ferramenta teórica importante para o observador enquanto homem de ciência. Para A. R. Radcliffe-Brown, a ampliação dos estudos de campo conduziu, lamentavelmente, a uma negligência da comparação entre sociedades o que, embora escusável e compreensível, produziu como efeito colateral a inaptidão para colocar as sociedades estudadas em contexto mais amplo das culturas humanas em geral. A antropologia de gabinete não devia ser abandonada, mas combinada com estudos intensivos de sociedades primitivas particulares, porque sem estudos comparativos sistemáticos, a Antropologia se tornaria apenas

²³ Embora antropólogos missionários como Fison fossem rebeldes às instruções da casa matriz e mesmo assim em razão da excelência de seus trabalhos obtiveram prestígio na Inglaterra e na comunidade britânica em geral, certamente não tinham a influência que os professores das grandes universidades centrais, como Haddon.

historiografia e etnografia, enquanto que a teoria sociológica deve ser baseada na comparação sistemática e continuamente testada por ela. (Melatti, 1995)

Henri Junod e a explicação evolucionista do Avunculado

Alguns autores podem ter dedicado atenção especial à relação ao tema do avunculado antes de Henri Junod, publicado originalmente em 1912, o qual é marcante por várias razões. Junod era um meio termo entre a velha e a nova Antropologia. Embora estivesse entre os Thonga da África do sul por motivos burocráticos e religiosos, Junod tinha também objetivos científicos claros e estava atualizado na teoria da nascente disciplina. Sua estada entre os nativos moçambicanos por longos períodos de tempo não contínuo entre 1889 e 1921, permitiu a obtenção de informações e a divulgação de suas idéias em edições sucessivas do clássico “*The Life of a South African Tribe*”. A edição aqui usada é de 1927²⁴ e contém uma depuração dos argumentos teóricos principais usados na primeira edição, em razão das críticas de Radcliffe-Brown. A polêmica entre esses autores acerca do Avunculado marcou a disputa entre a escola evolucionista (Junod) e a funcionalista (Radcliffe-Brown) e é apontado por alguns como o início do fim da primeira como principal corrente epistemológica da Antropologia (Bloch & Sperber, 2002; Fox, 1993)

Mas a despeito da polêmica, Junod, decididamente, não era apenas um burocrata interessado em índios. Era um etnógrafo usando do seu cargo para descrever os nativos. Junod não tinha formação acadêmica, nem tinha contato universitário que lhe permitisse absorver as regras do método de observação de Franz Boas. Ao contrário, admite que, inicialmente, pretendia dedicar-se à Entomologia. Religioso, ele confessa que a idéia de descrever os nativos sul-africanos lhe veio como uma *revelação*, para que a humanidade não permanecesse “*ignorante de coisas que poderiam nos interessar tanto*”, (Junod, 1927, p. 1). A despeito da ausência de educação formal em Antropologia e do caráter quase místico de sua vocação etnográfica, Junod sabia o que distingue um bom trabalho “de campo”: dedicou-se a um povo naquele momento ainda “selvagem”, mas prestes a ser absorvido pela

²⁴ A publicação original em francês ocorreu em 1912.

economia de mercado; cercou-se de três bons informantes, com os quais ele conviveu longos anos; desenvolveu maneiras de obter informações confiáveis; e tinha a vantagem de dominar a língua (Junod, 1927,).

Junod claramente filiou-se a algumas idéias que faziam parte do ideário dos evolucionistas contemporâneos dele, principalmente a convicção de que a *“vida de uma tribo Sul-Africana é uma coleção de fenômenos biológicos os quais devem ser descritos objetivamente e os quais são de grande interesse, representando, como eles fazem, um certo estágio do desenvolvimento humano (p.7)”*. Esse trecho indica claramente a aceitação de que a organização social humana é um fato natural, e que existem “estágios” culturais, nos quais qualquer sociedade pode ser corretamente classificada segundo seu grau de desenvolvimento. No entanto, algumas convicções afastavam Junod dos evolucionistas de gabinete, inclinados às comparações e generalizações, baseadas em trabalhos de outros pesquisadores. Ele era comprometido com o trabalho de campo (Junod, 1927, p. 7), deixando comparações entre as etnias Bantu, das quais os BaThonga são apenas um exemplo, para serem feitas após boas etnografias das outras tribos. Junod, como Alfred Haddon enfatizou o “estudo intensivo” e, no máximo, a comparação com outras tribos da mesma região, onde é possível e confiável obter conexões históricas.

Junod planejou inicialmente descrever o que seria uma sociedade Thonga e depois a vida de um homem e de uma mulher do nascimento à morte. Após isso, ele passa para o primeiro organismo social que esse homem e essa mulher formam através do casamento. Esse tema juntamente com a vida em família é extensamente tratado. Outros temas são enfrentados, mas os acima descritos são suficientes para esta pesquisa e para mostrar que ele tinha, de fato, uma “agenda” a ser cumprida no trabalho de campo, através de questionários elaborados por Frazer (Harries, p. 38).

Os BaThonga da África do Sul têm como característica importante para a compreensão do avunculado, sua organização social patrilinear, isto é, os filhos pertencem ao pai e à sua família (Junod, 1927, p.231; Murdock, 1959, p. 376). A herança é transmitida através da linhagem paterna. Após o casamento, a noiva se muda para a vila da família do noivo, sendo, portanto, patrilocal o domicílio conjugal. São sinais eloqüentes dessa afirmação várias passagens do livro de Junod (p. ex., p.

111²⁵). Outra importante característica desse povo é o ciúme²⁶. Junod descreve discussões altamente inflamadas e recheadas de expressões ofensivas entre as co-esposas. “*Bukwele*” significa o ciúme entre elas e também o lugar da vila onde comparecem para se insultarem mutuamente (p. 285). Em outra passagem, um chefe local instalado pelos Portugueses, o qual tinha muitas esposas em vilas distintas, proibia qualquer homem de se aproximar dos limites de seu território. Tal polígamo mantinha suas mulheres, algumas adquiridas quando crianças, “*em suas vilas, longe de todo o mundo, sob a supervisão de uma cunhada*” (p. 287).

A vida social gira em torno do “*lobola*”, a compra de esposas. O preço da noiva é normalmente satisfeito através da entrega de algumas cabeças de gado²⁷ ao pai da noiva. Parte dos recursos pode ser usada – e normalmente é – para comprar esposas para os filhos²⁸. A família do noivo deve prover os recursos necessários para essa aquisição, considerada uma “compensação” para a família que se vê diminuída com a partida da filha para outra vila. Uma seqüência de ritos do casamento enfatiza o valor da mulher que parte e são denominados por Junod “*luta simulada*”. Quando os irmãos do noivo vão à vila da noiva para buscá-la, parentes mais próximos dela, em geral os irmãos, dizem aos gritos coisas como “*não estamos cansados dela, ficaríamos felizes mantendo-a aqui*” (Junod, 1927, p.121). Enquanto os familiares do noivo bradam de volta para que a noiva “*deixe seus vícios na terra de origem*” (Junod, 1927, p.110), gerando novas rodadas de insultos que não raramente descambavam para briga física, apesar do eufemismo do nome.

Essa “*resistência ritual*” dos irmãos em entregar a irmã em casamento para outro grupo, em episódios como a luta simulada foi explicada pela *teoria de*

²⁵ Durante a cerimônia de casamento da filha, o pai Thonga faz um discurso emocionado, mais ou menos assim: “*Meus pais, meus avós, prestem atenção! Hoje minha criança está me deixando. Ela entra na vida de casada. Tomem conta dela, acompanhem-na onde ela for morar. Que ela possa encontrar uma vila, ter muitos filhos, ser feliz, boa e justa. Que ela possa estar em bons termos com aqueles com quem ela estiver*” (Junod, p. 111)

²⁶ De acordo com a moderna teoria evolutiva, o ciúme é uma adaptação ligada à preservação do investimento sobre a prole para as fêmeas e a certeza da paternidade para os machos. O ciúme se manifesta em determinadas condições culturais de maneira mais exacerbada, como no caso das organizações patrilineares, como restará demonstrado no capítulo 3.

²⁷ Alguns utensílios domésticos podem compor o pagamento do “*lobola*”. No período final da observação de Junod, em 1914, após a primeira edição de seu livro, já havia o pagamento em dinheiro, em decorrência da proliferação de nativos que estavam mudando de vida e obtendo trabalho assalariado.

²⁸ Junod narra um episódio de um conflito familiar que durou anos, porque ao receber o “*lobola*” o pai gastou os recursos para pagamento de suas dívidas, e não para prover casamento para um dos irmãos que ficou solteiro. Esse culpava a irmã dessa situação terrível (Junod, 1926, p. 161)

casamento matrilinear, segundo a qual uma forma anterior de casamento entre essas tribos resultava num sistema de regras que previa a *matrilocalidade* pela qual a mulher permanece no seu próprio domicílio, a *matrilinearidade* pela qual os filhos traçam a descendência através da mãe e seus ancestrais, e o *poder avuncular* pelo qual o irmão da mãe tem poder sobre os filhos da irmã, e esses herdavam a propriedade dos tios. Esse sistema social teria deixado resquícios nos costumes de casamento, quando as normas sociais BaThonga mudaram para um “*casamento de propriedade*”²⁹, o qual gera um sistema de conduta *patrilinear* (as crianças traçam a descendência através do pai e herdavam a sua propriedade), *patrilocal* (a mulher vive na vila do marido), e *poder paterno* (os filhos pertencem ao pai, que sobre eles tem poder total de mando)(Junod, 1927, p. 122).

Junod abominava o “*lobola*”, pois achava degradante para as mulheres e, principalmente, porque permitia a poligamia. Essa prática, além de atentar contra as mulheres, afronta contra o casamento de Deus³⁰. Junod acreditava piamente que as mulheres num tempo em que não eram compradas e permaneciam entre os parentes delas estavam em situação muito melhor³¹ do que sob o domínio do marido proprietário³², o que justifica a sofreguidão dos ritos de entrega da noiva³³. Essa afirmação, de certa maneira, corrobora hipóteses darwinianas baseadas no Investimento Parental Masculino e ciúme, as quais apontam para uma maior coerção sexual do marido nas sociedades patrilineares, nas quais investe mais recursos do que nas sociedades matrilineares, onde não tem poder algum sobre a mulher (Broude, 1975). No entanto, a idéia de que a sociedade matrilinear confere menos coerção

²⁹ No livro, Junod usa “*marriage of dominion*”. Resolvi traduzir para casamento de propriedade por melhor expressar o conteúdo social do tipo de casamento, aproveitando o fato de que domínio e propriedade são sinônimos.

³⁰ Junod contou três defeitos principais da poligamia: 1) aumento excessivo da libido masculina; 2) elevado número de brigas domésticas entre as co-esposas, motivadas pelo “*bukwele*”; 3) risco de ruína da família, quando praticada em larga escala. O fato de serem muitas as esposas torna mais escassas as visitas a todas, principalmente quando distribuídas em mais de uma vila. Nessa situação de malabarismo matrimonial, o risco de uma traição não é pequeno, levando os ciumentos maridos Thonga, que acumulam esposas, a atitudes extremas (pp. 285/287).

³¹ Robin Fox (1993), anos mais tarde, também demonstrou tristeza com a mudança do sistema matrilinear para o patrilinear, acreditando que as mulheres estavam melhor e que na organização avuncular não ostentava problemas atuais, como filho bastardo, por exemplo.

³² Junod narra costumes terríveis para a pobre Thonga recém casada, que somente faz refeições cozidas na tigela da sogra e que é infernizada pelas cunhadas solteiras, com quem é obrigada a conviver: *no primeiro ano, é pouco mais que uma empregada, não podendo ter panela ou horta* (Junod, 1926, 126).

³³ O autor conclui que “*esses ritos certamente são mais prontamente explicados se houve, num tempo remoto, totalmente esquecido pelos indivíduos, embora ainda influenciando o pensamento da*

sobre as mulheres, mais liberdade e mais felicidade para elas é altamente discutível e deriva do “mito do bom selvagem”. Ribeiro (1980) narra a história de uma tribo indígena brasileira matrilinear e matrilocal, em que as mulheres, mesmo casadas, não podem sequer ir à vila com seus maridos, desacompanhadas de um irmão. Outras etnografias indicam, também em sociedades matrilineares, coerção familiar contra as mulheres, exercida também por seus irmãos (Malinowski, 1913 e 1927). Em outros casos, irmãs podem ser vendidas por seus irmãos, sem qualquer garantia de bom tratamento no domicílio de destino, mostrando que existe repressão contra a mulher em diferentes ambientes sociais, mudando o que exerce a repressão.

Mas os arrastados ritos de casamento não foram os únicos resquícios do sistema de casamento matrilinear nos costumes dos Thonga. A despeito do vigente “casamento de propriedade”, no qual a criança “é do pai”, tio e sobrinho tinham importância maiúscula um na vida do outro (Junod, 1927, p. 123), o que transparece em várias instâncias da vida social. O sobrinho uterino “*nkutulu*³⁴” é o primeiro a ser chamado quando morre o tio “*kokwane*”, já que é incumbido de iniciar o rito funeral (Junod, 1927, p. 146). Em outra fase desse rito, ocorrida dois meses após a morte do tio, quando se vai distribuir a parte perecível da herança, os sobrinhos “roubam” a carne que é oferecida no sacrifício, exercendo um canhestro pleito de herança (Junod, 1927, pp. 158/160). Em outra cerimônia de transmissão de bens do espólio do tio, realizada um ano após a morte, ocasião em que é distribuído o gado, o dinheiro e a(s) esposa(s), que são a jóia da coroa, além de utensílios domésticos ou de proteção pessoal, os sobrinhos desempenham papel importante, declamando longas lamentações, ofensivas e recheadas de provocações a parentes com o propósito de enxertar pedidos de contemplação na distribuição da herança (p. 208). Em todos os ritos de transmissão de bens, os sobrinhos praticam furto consentido de parte da propriedade do tio, gerando ressentimento nos primos (Junod, 1927, p. 209).

O sobrinho está em quarto lugar na linha sucessória. Dessa forma, pode herdar uma das tias. Ou mais de um sobrinho podem herdar mais de uma tia, quando além da vocação hereditária, algum (ou alguns) sobrinho exerce o direito ao lobola gerado

comunidade, um outro estado de coisas, quando a mulher casada era muito mais livre e mais feliz” (Junod, 1926, p. 123)

³⁴ Junod separa *nkutulu* sobrinho uterino principal (filho mais velho da irmã mais velha) ou um sobrinho em particular de *batukulu* que é o conjunto de sobrinhos filhos das irmãs. Toda vez que eu usar sobrinho no singular estarei me referindo ao primeiro termo e quando me referir a sobrinhos estarei me referindo ao segundo.

pela entrega de sua mãe. Como as mulheres são compradas, as esposas são tratadas como ativos. Quando o falecido ultrapassa cinco esposas, o filho da irmã “herda” a quarta esposa do tio, seguindo uma ordem que começa com o irmão mais novo do morto que fica com a primeira mulher; a segunda esposa vai para o segundo irmão e a terceira para o terceiro irmão (p. 203). Como distribuições de herança podem variar – e variam – de acordo com circunstâncias localizadas, muitas vezes esses costumes institucionalizados são atalhados por outros arranjos, especialmente quando a esposa rejeita o marido que lhe destinam essas tais regras. É natural que tendo muitas esposas, que algumas sejam muito mais novas. Se a terceira esposa é destinada ao terceiro irmão, ela talvez queira rejeitar esse homem muito mais velho do que ela. Mesmo quando há uma só esposa e que o herdeiro natural é o irmão mais novo do morto, aproveitando o “lobola” já desembolsado. Nesses casos, pode acontecer – e acontece com frequência – de a tia viúva escolher um dos sobrinhos do marido, como forma de devolver para a família do morto o “lobola” nela investido, sem ter que se casar com um homem bem mais velho provavelmente já casado com outras mulheres³⁵. Quando faz isso, a viúva, a fim de não devolver o preço da noiva, costura o acordo com a cunhada e futura sogra, de quem obtém apoio fundamental no inevitável conflito que o rompimento das regras de herança vai gerar³⁶. Além das esposas que podem acabar ficando com um ou dois dos filhos das irmãs, todos os sobrinhos são contemplados com pequenos bens pessoais do falecido, enquanto o sobrinho principal recebe parte importante dos implementos e objetos de uso doméstico.

³⁵ A paquera pode começar com o tio ainda vivo. Junod narra um episódio “erótico” entre o sobrinho, tio e tia, no qual o sobrinho chega (ainda que de brincadeira) dizer que deseja a morte do tio para herdar sua mulher. Porém, Junod adverte que caso a paquera evolua para um caso extraconjugal, o infrator paga uma multa pesada, embora um pouco menor do que outros casos de infidelidade com estranhos. Provavelmente é descontado da multa o valor do “lobola” da mãe do sobrinho investido na tia adúltera. (p. 233).

³⁶ O trecho merece menção expressa: *“É bem possível que a mãe do nkutulu dirá nesse caso (da viúva refugar o cunhado e preferir o sobrinho): ‘essa viúva não foi comprada com o dinheiro o qual eu assegurei para minha família pelo meu casamento?’ . É claro que o herdeiro natural objeta violentamente a essa espoliação. Ele fica nervoso. Durante todo um ano ele tem provido a ingrata com roupas. As coisas podem engrossar para algo pior porque o nkutulu carrega sua viúva e parte da herança de uma só vez, dizendo ‘até logo, vou embora com minha esposa’. Os homens velhos a seguirão e implorarão para voltar. Se percebem que a mulher está decidida, eles a deixam ir com o marido da escolha dela. Acham melhor consentir de uma vez, porque não raramente acontece do nkutulu, se reprimido naquele dia, ir atrás da família da mulher e reclamará seu dinheiro (“lobola”) pago por ela por seu último marido, dizendo: ‘aquele lobola vem de minha mãe. Se vocês não nos derem nossa esposa, se vocês permitirem que ela fique com outro homem, então nos devolva o dinheiro’”(p. 210)*

Durante a vida, a relação entre tio e sobrinho é marcada por afeição extrema e ampla liberdade para fazer brincadeiras e desafios. O sobrinho uterino é objeto de cuidado especial por parte do tio durante toda a sua vida. Logo após o desmame, a criança vai morar na casa dos parentes maternos, que são economicamente recompensados ficando com o “*tjhumba*”, uma fração do “*lobola*” recebido pela cessão das meninas (p. 267). Além disso, existe um outro direito que é do tio fundar uma própria vila, através de sobrinhos. Nesse caso, ele leva uma irmã para uma vila, na qual ela pode receber seus amantes, sendo os filhos assim gerados apropriados pelo tio materno. Essas medidas extremas e excepcionais são tomadas para evitar que a família da mãe seja extinta. A proeminência da opinião do sobrinho e uma grande liberdade dele com o tio fazem com que o “*nkutulu*” defenda o próprio pai num assunto delicado: a cobrança de indenização que os tios se julgam no direito de obter quando suspeitam que a irmã deles foi vítima fatal de feitiçaria do marido ou de uma das co-esposas (p. 215). O conflito é provável, pois o pai pretende receber o preço da noiva de volta; enquanto os tios querem ser ressarcidos da perda da irmã. Junod chega ao tema da vida em família, descrevendo minuciosamente o conteúdo das relações familiares. A relação pai e filho implica respeito e até medo (p.226). Os filhos BaThonga, após o desmame, passam largas temporadas na vila dos avós maternos e muitas vezes escolhem ficar “de vez” com os familiares maternos, casos em que são censurados e insultados pelos pais e tios paternos (p. 231). Se a distância e a tensão marcam a relação entre pai e filho, com extensão a todos os que habitam a casa paterna, a relação entre o filho da irmã e irmão da mãe é de confiança e carinho³⁷.

Em algumas tribos o avô e o tio maternos são designados, em relação a *Ego*, pelo mesmo termo “*kokwana*”. Embora em outras tribos, o tio materno seja chamado de “*malume*”, esse frequentemente é chamado também de “*kokwana*”³⁸. A relação

³⁷ Além das relações específicas pai/filho e tio/sobrinho, Junod também descreveu as relações irmão/irmã e marido/mulher. A primeira é baseada no carinho e afeto evidentes, como demonstra a resistência ritual de entregar a irmã, quando os irmãos explicitam a afeição pela irmã. A segunda é descrita como “*sem grande ternura, sem muita intimidade*.” (p. 237) O estudo de Junod confirma integralmente a hipótese apresentada, segundo a qual em sociedades patrilineares, como os Thonga, as relações entre pai/filho e marido/mulher tensas, as relações entre irmão/irmã e entre tio/sobrinho não ternas.

³⁸ Coincidência ou não, essa semelhança aparece em línguas atuais. Robin Fox traça a origem da palavra moderna Avunculado. No inglês, “*avunculate*” tem origem no termo latim *avunculus*, o qual deriva de *avun* (avô, ancestral) mais o sufixo diminutivo *kulus*. Literalmente, avunculado significa

entre o tio materno e o sobrinho uterino é diferente daquela existente entre qualquer outro familiar. O sobrinho manda. Não é necessário nenhum respeito para com o tio, podendo fazer qualquer coisa na casa dele, inclusive levar toda a comida que quiser sem pedir permissão (p. 232). Outros furtos consentidos são rotineiramente praticados pelo sobrinho, o que gera muito ressentimento dos primos (p. 233), que por serem filhos do tio, têm na tolerância do pai com as brincadeiras desagradáveis do primo, mais uma razão para se desentender com ele. Justamente para se contrapor a esses antagonismos latentes, o casamento entre primos cruzados é adotado. A preferência de casamento com a filha do tio materno transforma o filho daquele em sobrinho deste, cruzando relações e desfazendo riscos de agressão entre familiares. A fricção entre os papéis de provedor-sisudo *versus* bonachão-leniente, mais tarde interpretada como “incompatibilidade entre afeição e dever” (Radcliffe-Brown, 1924), materializam-se no avô. Esse tem atitudes diferentes em relação aos netos, filhos das filhas e dos filhos. É muito mais tolerante com as peraltices dos primeiros do que com os dos segundos. Junod deixa claro que essa “incoerência” está ligada à responsabilidade pela educação³⁹.

Mais até do que pela etnografia de primeira qualidade, a obra de Junod entrou para a história da Antropologia graças à vinculação por ele realizada entre as relações que os sobrinhos mantêm com seus tios maternos e um período em que os Thonga foram matrilineares e matrilocais. Esse período deixou vestígios mesmo em quando o grupo social conferiu aos pais o papel preponderante na educação e no provimento dos recursos necessários à subsistência e sucesso reprodutivo dos filhos. Junod usou o tema do avunculado e de outros costumes como a “*resistência ritual*”, como pano de fundo para propagar o evolucionismo, em especial a evolução cultural através de estágios cada vez mais complexos, pelos quais todas as sociedades necessariamente passam, deixando algumas vezes vestígios comportamentais⁴⁰.

pequeno avô. Fox indica também que no inglês válido até o séc. XVII “*nephew*” (sobrinho) e “*grandson*” (neto) eram sinônimos (Fox, 1993, pp 193 e 194)

³⁹ Se o filho da filha “*danificar alguma coisa, ele (o avô) dirá: ‘não é problema meu. Deixe o pai do menino ralar com ele. Eu não tenho nada a ver com esses assuntos. Não é a minha vila.’ Mas se for o filho do filho, seria um assunto totalmente diferente e ele pegaria pesado*”(p. 232)

⁴⁰ O trecho seguinte é emblemático: “*O primeiro estágio foi marcado pela promiscuidade universal; não havia família. Então, num segundo período, a restrição começou a ser exigida como acontece com o casamento. Grupos definidos foram formados; todas as mulheres de um grupo eram esposas regulares para outro grupo. Este sistema ainda prevalece em tribos Australianas. É chamado de casamento grupal. Numa terceira fase, a família foi constituída em torno da mãe. Ela era a proprietária das crianças, que traçavam sua descendência a partir dos antepassados maternos. Nesta*

Após essa apresentação teórica, Junod (1927) afirmou que a sociedade BaThonga não exibia nenhum traço da promiscuidade primitiva. Em relação ao casamento de grupos (um tipo de casamento primitivo em que todos os homens de um determinado grupo se casam ao mesmo tempo com todas as mulheres de outro grupo, sendo indistintos os filhos, que chamam todos os homens do grupo do pai de pai. A síntese dessa regra é posso ter relações com quem meu pai pode) ele identificou como vestígio o “direito preferencial” em relação a mulheres da família da mãe. Outra sobrevivência estaria no sistema classificatório de termos de parentesco o qual prescreve o uso da palavra “pai” para todos os irmãos do pai e “mãe” para todas as irmãs da mãe e esposas do pai. O estágio matrilinear, como já frisado linhas atrás, sobrevivia nos vários costumes que envolvem tio e sobrinho. Porém, o grande destaque, aquilo que mais o convenceu da existência de uma forma anterior de sociedade matrilinear entre os BaThonga são os ousados pleitos de herança, através dos quais os sobrinhos tentam obter partes da herança. Para Junod *“esta é a mais vívida representação de um direito que não mais existe, tendo de fato se tornado obsoleto, mas o qual se afirma em virtude da sobrevivência de um velho costume”* (pp. 270 e 271) ⁴¹. Por fim, a sociedade BaThonga chegou ao quarto estágio, organização social patrilinear poligâmica, no qual se encontrava no momento em que foi descrita por Junod.

Essencialmente é a tese de evolucionistas clássicos como Morgan, Tylor e Engels, sobre a origem da família como a conhecemos, sendo o pai a figura mais poderosa ao invés do tio, e também de outros importantes autores dessa época, para quem a organização familiar matrilinear teria aparecido em estágio anterior em relação à família patrilinear (Evans-Pritchard, 2002). Se o povo BaThonga

forma, a qual é chamada de família uterina, ou matriarcado, o irmão da mãe tem uma relação especial com as crianças: sendo o pai dificilmente conhecido ou sem autoridade, esses parentes masculinos têm que defender a prole de suas irmãs. No final, a família uterina passou para a família agnática ou patriarcal. O pai se tornou a cabeça, e a descendência passou a ser traçada pelos homens. O desenvolvimento do sistema de propriedade parece ter favorecido essa última evolução. O marido, que detinha a propriedade, se tornou o senhor da família, e desta forma tomou sua esposa para ele mesmo e constituíram um lar” (Junod, 1927, p. 264)

⁴¹ Posteriormente Junod acrescenta de uma maneira bastante avançada para sua época, especialmente no que diz respeito à *“maneira inconsciente na qual eles agem nessas ocasiões* (quando pleiteiam na força bens do espólio do tio). *Eles dão impressão de pessoas que foram hipnotizadas (...) Você os vê agindo constrangidos por uma necessidade misteriosa e sem saber por que fazem o que fazem. O fator hipnótico aqui é o peso da hereditariedade, de toda esta vetusta antiguidade, a qual pertence ao passado, mas ainda influencia de forma subliminar a vida da tribo...* “ (p. 271). Sem qualquer exagero, Leda Cosmides subscreveria esse texto.

passou por todos os estágios culturais anteriores é algo a ser discutido, mas é certo que desde a divulgação do trabalho de Junod somam-se argumentos a favor de um período anterior, no qual os casamentos geravam famílias matrilineares e matrilocais. Murdock (1959), além de abraçar a causa de Junod na polêmica com Radcliffe-Brown, endossando todos os seus exemplos de sobrevivência do direito materno, cita um outro povo Bantu, os Shona, patrilocais e patrilineares no momento em que foram descritos. Esse grupo ostenta costumes ainda mais típicos de um tempo matrilinear deixado para trás⁴². Por estar localizada em ambiente mais pobre, a cultura Shona ainda exibia duas formas de casamento: uma, a preferida, com o pagamento do “lobola”; outra para o noivo pobre, o qual deve pagar o preço da noiva, através da prestação de serviços durante certo período. Mesmo quando há o “lobola”, o casal fica o primeiro ano no domicílio da noiva. Nesse povo, ainda como vestígio do tempo matrilinear, há a possibilidade de, mesmo na vigência de uma organização atualmente patrilinear, a qualquer instante, o casal preferir a residência avunculocal, isto é, a residência do irmão da mãe do marido. Murdock (1959, p. 377) nota que “nas tribos que possuem pouco gado, notavelmente as Twara e alguns grupos Zezuru, casamentos do segundo tipo preponderam naturalmente e residência matrilocal por tempo prolongado é usual”. Essa estrutura social estaria no “meio do caminho” entre a existente nas tribos Bantu avunculocais (chamadas de Bantu Central por Murdock, 1959, pp 290-306) e as patrilocais BaThonga. Essas informações levaram Murdock (1959) à “conclusão inescapável que os Shona, em algum lugar do passado dividiram o sistema social dos vizinhos e irmãos de língua Bantu Central e que a mudança no pagamento dos preços da noiva e residência patrilocal e descendência patrilinear ocorreram como consequência direta da introdução do gado” (p. 377).

As críticas a Junod vieram de duas frentes principais. A primeira é relativa a defeitos próprios de observação e se circunscrevem a aspectos não relacionados à explicação do avunculado. Outras críticas foram em parte direcionadas à explicação de Junod para o avunculado, e em parte direcionadas à matriz teórica de sua explicação, fundada na evolução cultural. A crítica mais importante, quer em termos de conteúdo, quer em termos de consequências práticas para a história do pensamento em antropologia veio de Radcliffe-Brown, que usou o tema do irmão da mãe para

⁴² Murdock (1959, p. 377) informa que essas tribos são vizinhas. Também afirma que algumas tribos Shona e até mesmo Thonga (Twara) organizam-se de maneira matrilinear, o que seria uma forte

fulminar o evolucionismo na academia. Os comentários sobre esse artigo e de alguma forma as respostas dos evolucionistas serão tratados nas seções abaixo e também no capítulo referente à análise comparativa.

Explicações funcionais e sincrônicas.

A escola funcionalista

O famoso artigo de Radcliffe-Brown (1924) propôs uma crítica à “sobrevivência” evolucionista, afirmando que relações de parentesco não são relíquias. A partir do método funcionalista, propõe uma outra explicação para a relação especial entre o irmão da mãe e o filho da irmã. Para alguns esse artigo foi o golpe de misericórdia do evolucionismo, como escola (Robin Fox, 1993; Bloch & Sperber, 2002). Esse artigo será comentado na seção abaixo. Por enquanto, a preocupação será apresentar a escola funcionalista, que de certa maneira, sucedeu à evolucionista como corrente principal do pensamento antropológico. Outra escola, que veio a suceder o evolucionismo no tempo foi o “particularismo histórico” de Boas, que apresenta algumas semelhanças e diferenças em relação ao funcionalismo da Antropologia Social britânica do qual foi simultânea⁴³. Considerando a relevância dos trabalhos dos funcionalistas na compreensão da relação entre o irmão da mãe e o filho da irmã, somente a escola britânica será explicitamente abordada aqui.

O evolucionismo estava baseado em algumas premissas epistemológicas: a sucessão de estágios de organização social; comportamentos vestigiais; comparação entre sociedades como forma de captar a “mudança cultural”; busca da origem das instituições sociais e de leis universais. A comparação entre sociedades conduzia, necessariamente, à dissociação dos papéis entre aquele que organiza o conhecimento

evidência de que as outras tribos também foram matrilineares um dia no passado.

⁴³ Basicamente essas escolas eram semelhantes na descrença (ou irrelevância) das grandes comparações e da legitimidade exclusiva do trabalho de campo na profissão de antropólogo, não admitindo que o trabalho fosse partido em quem “desenha” a pesquisa e quem “aplica” a pesquisa junto aos povos distantes. No entanto, distanciavam-se quanto à idéia de cultura (para os funcionalistas era um conceito orgânico biológico) enquanto que para os particularistas era o resultado de um singular processo histórico. Além disso, os funcionalistas admitiam a segmentação do fenômeno cultural e a interconexão entre os vários costumes e instituições, compatíveis com a visão “orgânica” de cultura e

e propõe soluções teóricas e aquele que vai a campo obter a informação a ser usada na construção de grandes esquemas conceituais. Isso começou a mudar no final do século XIX e início do século XX. A necessidade de melhora na obtenção de informações dos povos primitivos conduziu, passadas algumas décadas, a uma modificação da própria maneira de conhecer o comportamento dos povos mais simples, promovendo uma revolução teórica que acabou substituindo o evolucionismo pelo funcionalismo. A mudança paradigmática em Antropologia iniciou-se com a “terceirização da pesquisa de campo”, com os questionários elaborados na metrópole; prosseguiu com o aproveitamento de missionários espalhados pelas colônias; e profissionalizou-se com a condução de zoólogos de formação para ocupar cadeiras de antropologia em universidades periféricas.

A emancipação metodológica da atividade de campo consolidou-se a partir dos anos 1910, com o aparecimento de Bronislaw Malinowski e A. R. Radcliffe-Brown, os quais não tinham origem na zoologia. A despeito das diferenças entre esses pensadores, pontos de semelhança os uniam. Um desses pontos em comum é que a Antropologia não deveria se preocupar com generalidades e abstrações. Outro é a premissa de que a única maneira de legitimar a investigação antropológica é a coincidência entre o “teórico de gabinete” e o “pesquisador de campo” na mesma pessoa. Para Malinowski, a realização de etnografias era o equivalente a “experimentos” da física ou da química. Nessas disciplinas, as atividades são descritas passo a passo. Isso deveria ocorrer na abordagem científica da vida social, sendo obrigação do etnógrafo detalhar a condução ao “experimento” até a conclusão, indicando o que são observações, afirmações dos nativos e inferências do observador⁴⁴ (Layton, 1997).

Radcliffe-Brown (1952) defendeu do ponto de vista teórico explicações sincrônicas para os fatos sociais, baseando-se na analogia entre a vida social e a de um organismo. Ele definiu função, genericamente, como a contribuição que determinada atividade proporciona à atividade total da qual é parte⁴⁵. A função de um

também a inter-relação entre esses elementos segmentados, admitindo correlações funcionais entre elementos de cultura. Boas, de maneira nenhuma concorda com correlação de elementos culturais.

⁴⁴ A leitura das várias etnografias para a o teste da hipótese demonstrou que aquelas feitas sob a inspiração dos funcionalistas são as melhores em termos de clareza da informação e detalhamento completo da vida social.

⁴⁵ É verdade que o termo função não teve uma conceituação unívoca, contando com vários significados. No entanto, em essência, os sentidos atribuídos ao termo não fugiam da idéia nuclear de

músculo é produzir um esforço e a de um determinado costume social é a contribuição que ele oferece à totalidade da vida do grupo. De alguma forma coerente, e à semelhança do que ocorre nos organismos, os vários elementos culturais que segmentam a vida em sociedade e que se influenciam mutuamente estão jungidos por uma unidade funcional. Isto significa dizer que todas as partes do conjunto social atuam juntas com suficiente grau de harmonia, sem gerar conflitos permanentes. A unidade funcional se refere à estrutura, um tipo único de ajuste concatenando as partes ou os componentes do todo. Uma música tem uma estrutura, assim como um animal, uma molécula uma frase ou mesmo uma sociedade. A estrutura social é composta de pessoas que ocupam uma determinada posição em relação à outra; não são reuniões acidentais de indivíduos.

A compreensão científica da vida social é fundada em termos da função presente, fixando o foco epistemológico na investigação minuciosa do que acontecia dentro de cada sociedade estudada, no momento em que foram observadas. Os antropólogos funcionalistas buscam uma “descrição analítica” da vida social, muito diferente das conjecturas dos evolucionistas. Descrição analítica significa pesquisar a estrutura interna dos grupos sociais e a interconexão entre os vários elementos culturais que se entrelaçam. Essa é essencialmente uma explicação sincrônica, pois coloca no mesmo momento os fatos que mutuamente se explicam. Dessa forma, os costumes vinculados ao casamento são conectados aos de divisão de tarefas, às regras de organização da família, ao relacionamento entre os parentes e assim por diante⁴⁶. Os indivíduos estão ligados por uma série definida de relações sociais num todo integrado.

Os conceitos “status” e “papel” são chaves para uma análise funcional dos eventos sociais (Layton, 1997). Uma pessoa ocupa um “status” ou “condição social”, quando a ela se atribui o direito ou o dever de se comportar e ser tratada de uma maneira prescrita, em interações nas quais toma parte. Status é uma posição que se ocupa num padrão de relações sociais. Quando a pessoa age de acordo com o script social, ela está representando o “papel”, que é a forma de comportamento associada à

que todo costume está interconectado com todos os outros na comunidade de forma que cada um deles condiciona os demais (Layton, 1997).

⁴⁶ De acordo com Fortes (1953), a interconexão dos segmentos sociais apresenta séria limitação: tratar tudo na vida social como tendo o mesmo peso, como se todos os aspectos da vida cultural tivessem

posição social. A um status corresponde um determinado papel. As pessoas podem ter muitos status diferentes ao longo da vida. Nasceram com eles ou os conquistam. Esses conceitos embutem na análise social a idéia de que cada um conta para os outros e que um controle social sobre a atividade individual é possível. A estrutura social é composta de uma rede de status que se interconectam através dos papéis que a eles se associam, variando a complexidade, de relações com dois pólos (marido-mulher; irmão da mãe-filho da irmã), até grupos sociais, chamados também de “corporações”. Nessas, várias relações bipolares acontecem simultaneamente, com várias posições sociais sendo ocupadas; e vários papéis correlatos sendo desempenhados ao mesmo tempo e se influenciando mutuamente.

Os funcionalistas se apressavam em advertir, entretanto, que nem tudo o que acontece na vida em sociedade tem uma função, satisfazendo-se a investigação apenas com a possibilidade de ter uma. A repetição do costume em diferentes sociedades não significa que eles tenham a mesma função. Dessa maneira, a comparação entre costumes somente é possível quando a coincidência se der não somente no costume propriamente dito como também na função social por ele desempenhada. Embora os funcionalistas em geral tenham defendido a análise comparativa, essa dependia de um levantamento de todas as sociedades – ou pelo menos de número substancial delas – para que o cotejo pudesse ser feito a contento. O movimento funcionalista, no entanto, “acabou” antes de completar essa missão hercúlea.

Para compreender a escola funcionalista é importante saber que: 1) o trabalho de campo é visto como única forma de legitimar o empreendimento científico da Antropologia; 2) um dado costume somente pode ser compreendido em termos da função “presente” que ele desempenha na vida social e da sua interdependência com outros costumes com os quais se relaciona de maneira funcional; 3) os costumes e instituições de um povo somente podem ser adequadamente entendidos um em relação ao outro, através das idéias de status e papel; e em relação à cultura como um todo, significando com isso que todos os eventos da vida social, em situações tais como trabalho, cerimônia, casamento, parentesco, magia e disputa, são relacionados entre si e igualmente importantes; 4) a missão do homem de campo era descobrir

igual significância. E não há como estabelecer qualquer forma de prioridades onde todas as instituições são interdependentes, a não ser que a sincronia (essencial para os estudos funcionais) seja abandonada.

essas interconexões, como num estudo clínico, trazendo toda a informação do que acontece no contexto da observação, onde tudo é significativo (Fortes, 1953).

A extensão dos sentimentos de Radcliffe-Brown.

Radcliffe-Brown, ao contrário de Malinowski, não se notabilizou como um grande trabalhador de campo, embora tenha realizado etnografias em ilhas do Pacífico Sul e também em algumas regiões da África. Apesar disso, foi um grande teórico e propagador de idéias da escola funcionalista. Os trabalhos nos quais ele tratou o tema do avunculado não foram etnografias. O primeiro foi “Irmão da Mãe na África Meridional”, escrito em 1924; o segundo foi “Parentesco por Brincadeira”, publicado em 1940. Nesses artigos, com base em informações etnográficas obtidas por ele diretamente ou em trabalhos de colegas (Junod, principalmente), Radcliffe-Brown fez um “exercício” de aplicação das premissas funcionalistas a problemas culturais, como o avunculado. Com a utilização de temas antes enfrentados por evolucionistas, pretendia demolir o que ele chamava de “história conjectural”, método que considerava um dos principais obstáculos ao desenvolvimento de uma teoria científica da sociedade humana. Não por ser histórico, mas por ser conjectural (Radcliffe-Brown, 1952).

O artigo de 1924 se inicia com uma síntese das observações de Junod, quanto ao avunculado. Radcliffe-Brown constatou que outras narrativas e algumas observações pessoais dele se referiram a costumes semelhantes e outros povos: os Nama africanos, os Tonga das Ilhas Friendly e os Fiji, esses dois últimos na Polinésia. Em comum, essas culturas têm a organização social patrilinear. A oposição de Radcliffe-Brown não se deveu ao que Junod observou, mas à crença de que os BaThonga em algum momento do passado tiveram instituições matrilineares. As instituições sociais não podem ser explicadas quando estudadas isoladamente, sem considerar as demais instituições com as quais se correlacionam. A liberdade entre o irmão da mãe e o filho da irmã aparece acompanhada de uma obrigação de respeito e obediência para com a irmã do pai, por exemplo.

As relações sociais nas sociedades primitivas são reguladas pelo parentesco. Uma dificuldade que se coloca é que a cada geração o número de parentes aumenta

exponencialmente. Para contornar essa dificuldade, os povos adotam um *sistema de classificação*. Através dele parentes que poderiam estar em grupos diferentes são classificados num número reduzido de categorias. Cada relacionamento exhibe conteúdos que seguem padrões fixos. Esses padrões variam de sociedade para sociedade, mas a variação segue alguns princípios universais. Um desses princípios é o da *equivalência dos irmãos*, segundo o qual se ego está numa determinada relação com um homem, ele está na mesma espécie geral de relação com os irmãos desse homem. Assim, os irmãos do pai são pais e os filhos dos irmãos do pai são irmãos. Da mesma forma as irmãs da mãe são mães e seus filhos irmãos e irmãs. A conduta de um homem para com os irmãos de seu pai deve ser do mesmo tipo que se aplica ao pai; e com a irmã da mãe da mesma maneira que com a mãe.

Nas sociedades patrilineares, a “equivalência dos irmãos” é considerar o irmão da mãe como “mãe masculina” e a irmã do pai como “pai feminino”. Vários são os privilégios do filho da irmã para com o irmão da mãe (furto consentido, relações jocosas e tratamento informal), desconsiderando os rígidos princípios de respeito aos parentes de outra geração. Tratar o tio materno como uma mãe se revela, não somente através de atos, mas também por meio dos termos usados para nominar os parentes. Na língua dos BaThonga, o termo *malume*, usado para se referir ao irmão da mãe, significa literalmente “mãe masculina”, como na Polinésia. Tal coincidência não pode ser um acaso⁴⁷. Algo semelhante ocorre com o termo usado para designar a irmã do pai. Em alguns lugares, ela pode ser tratada pelo mesmo termo usado para o pai ou para os irmãos do pai. Nesses casos, fica óbvia a vinculação classificatória tanto do irmão da mãe quanto da irmã do pai que se colocam em posições que influenciam a vida social de ego, ora com autoridade, ora com afeição. A conduta para com o irmão da mãe e a irmã do pai depende dos padrões que regem a relação de ego com sua mãe e com seu pai, de onde parte o sistema classificatório da equivalência de irmãos. A mãe é o contato de ego com os parentes que vêm do lado dela, da mesma forma que o pai é a ligação com a sua parentela. A relação com a mãe é amorosa, terna e indulgente, enquanto que a relação do filho com o pai nas sociedades patriarcais é envolvida em respeito e temor. Aplicando os princípios acima identificados, deve-se esperar além da já discutida familiaridade e indulgência entre o filho da irmã e o

irmão da mãe que a relação entre o filho do irmão e a irmã do pai deve ser de respeito e severidade. A função social dessa dissociação de papéis (ou divisão de trabalho) entre os pais (e seus equivalentes) é óbvia. Para que o sistema social possa seguir o curso das gerações, as crianças precisam de cuidados, afeição e instrução, o que exige severidade e disciplina. É possível perceber um antagonismo entre afeição e dever, que se pode dizer complementar. Alguém deve desempenhar o papel indulgente para contrabalançar o papel tirano.

No artigo de 1940, dedicado às “*relações jocosas*”, Radcliffe-Brown insere o avunculado nessa ampla categoria de relações sociais. Jocosas são as relações bilaterais institucionalizadas, nas quais uma das partes pode (ou em alguns casos deve) ser desrespeitosa com a outra que pode ou não ter os mesmos direitos. As brincadeiras institucionalizadas existem em situações nas quais uma pessoa está em posição desconfortável e potencialmente conflituosa em relação a outro grupo, o que pode ocorrer em razão da perturbação das linhagens pelo casamento ou nascimento. Nessas situações, a estrutura social se altera, formando novas e múltiplas relações de parentesco. São comuns as relações jocosas entre um homem e os irmãos mais novos de sua mulher, que devem aceitar de bom grado. Com isso, as tensões entre estranhos que passam a viver juntos repentinamente tende a diminuir. Uma outra forma de minimizar os conflitos potenciais do parentesco por afinidade é uma atitude de respeito e distanciamento como nos costumes de evitação, os quais prescrevem que o homem deve ignorar o pai e/ou a mãe de sua mulher. Evidencia-se a contraposição entre o respeito e a afeição como componentes essenciais e inseparáveis da relação jocosa. Esse tipo de relação ocorre ainda em algumas culturas com a função de diminuir ficticiamente as distâncias entre pessoas de diferentes gerações dentro do mesmo grupo.

Nas sociedades patrilineares, existem relações desse tipo entre o irmão da mãe e o filho da irmã. Como os filhos da irmã pertencem ao grupo do pai é com esse grupo que eles mantêm as principais relações. Para os parentes da mãe, os filhos dela são quase estranhos, pois não pertencem à linhagem deles. As relações jocosas funcionam como forças de conjunção social para anular as de disjunção geradas em razão do nascimento de alguém com parentesco bilateral, mas que pelas razões de organização

⁴⁷ A propósito das generalizações pretendidas por Radcliffe-Brown, verificar a grande crítica de Evans-Pritchard, sobre a generalização e comparação empreendida sem método e sem qualquer referência

social pertence exclusivamente à linhagem do pai. Seria ainda mais incômodo se às barreiras da linhagem se somassem as da diferença de gerações. Os antagonismos entre os grupos do pai e da mãe são minimizados através de relações informais entre o irmão da mãe (de um grupo) e o filho da irmã (de outro grupo). A relativização dos princípios de respeito aos membros da geração mais velha possibilita indulgência do tio para com o sobrinho, funcionando como contrapeso ao poder da família do pai⁴⁸. A teoria da “extensão dos sentimentos”⁴⁹ encontra ressonância entre os três povos considerados na análise empreendida por Radcliffe-Brown. Ele reporta relações de indulgência e carinho entre o irmão da mãe e o filho da irmã e também relações de autoridade e severidade entre a irmã do pai e o filho do irmão. A “extensão de sentimentos”, porém, é absolutamente inaplicável aos sistemas matrilineares (Goody, 1953). Se a relação de ternura entre mãe e filho se reproduz nas relações desse com todos os parentes daquela, isso deveria ocorrer tanto em organizações sociais patrilineares quanto matrilineares, uma vez que a relação entre mãe e filhos não varia grandemente. Mas, Lévi-Strauss mostrou que em Dobu, nas Ilhas Trobriand, uma organização matrilinear, “o irmão da mãe é considerado como o mais severo de todos os parentes.”(1996, p. 61).

Radcliffe-Brown escreveu sobre o avunculado com pequenas variações da sua teoria da extensão dos sentimentos, justificando a afeição entre tio materno e sobrinho nas sociedades patrilineares. A explicação por ele proposta tem méritos incontestáveis: revelou o antagonismo entre afeição e dever nas relações entre familiares situados em diferentes gerações; seguiu a agenda funcionalista de descobrir como vários costumes se imbricam no avunculado, indicando precisamente como as liberdades do sobrinho para com seu tio materno se ligam funcionalmente com as tensões geradas pela autoridade paterna, que por sua vez decorre da segmentação de linhagens, que por sua vez contrasta com uma idéia de parentesco bilateral. Cumpriu

estatística.

⁴⁸ Radcliffe-Brown (1940 [1973], p. 125) ilustra bem esse ponto ao afirmar que “o parentesco por brincadeira com o tio não apenas anula a relação costumeira entre duas gerações, mas inverte-a. Mas embora a superioridade do pai e da irmã do pai se revele no respeito que se demonstra para com eles, a superioridade do sobrinho para como o irmão de sua mãe assume a forma oposta de desrespeito lícito.”

⁴⁹ Um trecho que sintetiza essa explicação é o seguinte: “Na sociedade primitiva há tendência bastante acentuada a submergir o indivíduo no grupo a que ele ou ela pertence. A consequência disso em relação com o parentesco é uma tendência a estender a todos os membros do grupo certo tipo de conduta que tem sua origem num relacionamento com determinado membro do grupo (...) Os

também com a agenda funcionalista quando esmiuçou os papéis associados ao status de tio e de sobrinho; descortinou a função do avunculado para as sociedades patrilineares como um todo, que é estender para uma figura masculina o afeto materno no processo de preparação da criança para a vida social, que exige, além de afeto, rigidez e disciplina, fornecida pelo pai e seus parentes.

No entanto, algumas questões ficaram sem resposta. Radcliffe-Brown não toca nas relações entre os demais envolvidos na estrutura do avunculado. Nenhuma palavra quanto aos potenciais conflitos entre as pessoas que estão na mesma geração (marido e mulher ou irmão e irmã). Isso torna a análise incompleta (Goody, 1959), restrita a parte da tensão familiar, que não se esgota nos conflitos entre gerações. Na mesma estrutura social e com a mesma contribuição para a cultura como um todo está o conflito entre os que provêem afeto e os que provêem autoridade, dividindo as tarefas do processo contínuo de preparar as crianças para a vida social. Além disso, Radcliffe-Brown defendeu a comparação das formas opostas de organização familiar para comprovar que antagonismo entre o tio materno e sobrinho deveria existir também nas sociedades matrilineares. Mas ele mesmo nem se propôs a fazer essa comparação, sob o pretexto de que não havia descrições confiáveis de sociedades matrilineares. A justificativa não foi suficiente para evitar a dura crítica que lhe endereçou Evans-Pritchard (1981)⁵⁰, que se pode sintetizar como “uso retórico da informação etnográfica”, em que essa é tratada não como dado empírico numa análise comparativa capaz de testar hipóteses gerais sobre as instituições sociais, mas como ilustração de um ponto de vista.

Malinowski e o complexo familiar.

esquemas que assim surgem em relação com o pai e mãe são generalizados e estendidos à parentela de um lado e de outro”(Radcliffe-Brown, 1924 [1973], p. 39)

⁵⁰ Eis o trecho esclarecedor “*Continuou (Radcliffe-Brown) a advogar o estabelecimento de leis ou universais, no sentido das proposições para as quais não há exceções, por meio da análise comparativa, embora não se servisse de estatísticas e a sua versão do método comparativo fosse, na prática, essencialmente um retorno ao método ilustrativo. Com efeito, é-me forçoso dizer, a meu pesar que Steinmetz teria estigmatizado como pura especulação grande parte do que ele escreveu, e Nieber te-lo-ia considerado um exemplo daquilo contra o qual protestava fortemente, a caprichosa prática de alguns escritores de imaginarem uma explicação plausível de um fenômeno social e procurar depois ilustrações que pareçam apoiá-las, negligenciando o resto do material relacionado.*” (pp. 255 e 256)

Malinowski em seu livro *“The family among the Australian aborigines”* percebeu que as relações entre os familiares variam enorme e radicalmente. Em algumas tribos australianas esposas e maridos são ciumentos. Em outras, o ciúme era algo raro e os cônjuges em geral não eram enciumados. A afeição conjugal igualmente apresenta enorme discrepância, variando da harmonia ao conflito. A mesma coisa acontecia nas relações entre os pais e os filhos, as quais eram boas em algumas tribos; noutras o conflito era terrível. No entanto, nesse livro ele não foi além do registro de suas perplexidades ante a essa simetria de sentimentos nas relações entre os familiares. As respostas vieram no inspirado *“Sexo e Repressão na Sociedade Selvagem”* (2000). Assumindo a imensa variação cultural na constituição da família como um dado de realidade e ponto de partida da inquirição, Malinowski contrastou costumes de formas opostas de organização social. A variação cultural se manifesta na distribuição do poder entre os familiares; na maneira de organizar a descendência e o sistema de herança de bens; no local da moradia, entre outros segmentos culturais. A reflexão extrapola os limites do funcionalismo como escola; a simples arregimentação de tipos culturais variados; a análise funcional como estudo clínico; e o estabelecimento de interconexões entre os vários costumes e instituições sociais, no que, aliás, o livro é perfeito, mostrando claramente como se conectam direitos e deveres, tirania e indulgência, mágoa e ressentimento, amor e obediência, no universo das pessoas que estão por perto⁵¹. A indagação de Malinowski, porém, é mais profunda: saber se o “complexo familiar nuclear⁵²”, isto é, se os conflitos, as paixões e as ligações no interior da família variam com a sua constituição ou se permanecem iguais em toda a humanidade. Respondida a primeira questão positivamente, deve-se entender como essa variação influencia a formação de mitos, lendas e contos de fada que reforçam costumes e instituições sociais primitivas.

⁵¹ Malinowski (2000), embora crítico com a teoria freudiana, realçou que “a psicanálise, ao acentuar o fato de que o interesse do homem primitivo acha-se centralizado nele mesmo e nas pessoas que o cercam, sendo de natureza concreta e dinâmica, trouxe o fundamento certo para a psicologia primitiva, até aqui frequentemente enredada na falsa noção do desapassionado interesse do homem pela natureza e de sua preocupação com especulações filosóficas ao seu destino.” (p. 20).

⁵² A definição de Malinowski é a seguinte: “As atitudes ou sentimentos com relação ao pai, mãe, irmão e irmão não crescem isolados, destacados uns dos outros. A unidade orgânica indissolúvel da família solda também os sentimentos psicológicos para com seus membros em um sistema unido. Assim, a expressão complexo familiar nuclear equivale à concepção de um sistema correlacionado de sentimentos, ou, abreviadamente, à configuração de sentimentos típicos em uma sociedade patriarcal ou em uma sociedade patriarcal” (1929 [2000], p. 150)

A intenção do autor foi questionar a universalidade dos complexos familiares, tais como definidos na teoria psicanalítica, essencialmente uma teoria da influência da vida familiar sobre o espírito humano. As tensões e os conflitos da criança em relação ao pai, mãe e irmãos resultam em “*atitudes mentais ou sentimentos permanentes para com eles*” (Malinowski, 2000, p. 18), que se perpetuam na vida do indivíduo pela memória ou pelo inconsciente. O Complexo de Édipo, central na teoria freudiana, explica como um determinado tipo de organização social (patrilinear) age sobre o espírito humano, expondo “exclusivamente” conflitos característicos da família patriarcal ariana, na qual se vive sob as ordens de um pai tirano. Isso é insuficiente para se explicar o complexo das famílias matrilineares que ocorrem em algumas tribos da Melanésia. Para responder à primeira indagação, ele se propôs a comparar sociedades melanésias matrilineares com as patrilineares do padrão europeu de sua época, no qual Freud se baseou para a construção teórica do Complexo de Édipo. Não via necessidade de passar em revista toda a variabilidade de organização social, mas apenas essas duas formas, que são “*talvez os dois tipos mais radicalmente diferentes de família conhecidos pela observação sociológica*” (Malinowski, 2000, p. 22).

Os nativos de Trobriand na Melanésia são matrilineares e patrilocais. O rapaz sucede ao irmão da mãe nas dignidades e na posição social. O sexo é livre até que as pessoas resolvam se casar e viver monogamicamente na aldeia do marido. Mesmo assim, a mulher é independente, mantendo seu gado e vivendo do suprimento material fornecido pelo irmão. O marido não é considerado o “pai” da prole. Segundo a crença local, as crianças são inseridas no útero materno pela ação de uma parenta morta da mãe. O marido sequer é reconhecido como parente pelos filhos da mulher; mas os trata bem, cuidando deles desde a primeira infância, mantendo estreita e atenta relação, como uma forma de manter os privilégios sexuais com a mãe da criança, uma espécie de troca, na qual a mulher retribui com sexo o empenho do marido com as crianças⁵³. Os interesses do marido são subalternos aos interesses da criança. Marido

⁵³ A percepção de Malinowski quanto a esse pormenor é brilhante e antecipa em décadas um conhecimento refinado da natureza humana. No capítulo seguinte, será explicado como o investimento parental masculino e os deveres do pai em relação à criança podem ter evoluído do interesse em agradar sexualmente a mulher, quando a promiscuidade feminina torna a paternidade biológica desconhecida ou irrelevante, numa teoria que se chama de CST (Costly Signaling Theory). Algumas características não melhoram diretamente a fitness do agente, sendo contrárias à seleção natural. No entanto, de acordo com a seleção sexual, mesmo atos num primeiro momento contrários ao interesse do indivíduo, como o esforço com a prole (presente a opção de tentar ter mais filhos com outras parceiras), funcionam como chamariz sexual, compensando a eventual perda momentânea de aptidão evolutiva. Nessa ampla categoria se incluem os comportamentos de lek, os cantos custosos (e

e mulher têm uma relação de afeto e paz, com raras tentativas de agressão por parte do marido, que não ostenta o estereótipo de tirano. O sustento da casa e a futura herança do filho vêm do irmão da mãe, responsável pela educação das crianças e pelo provimento da autoridade no processo de preparação social da criança, embora sua intervenção se inicie quando a criança tem cerca de onze anos. Isso cria evidente dissociação no comportamento da criança. Crescendo na família do pai, o filho com essa não se identifica, seguindo as tradições de outro grupo, o que faz surgir combinações e confusões determinadas por essa dupla influência⁵⁴.

As forças modeladoras da repressão matrilinear melanésia são de duas espécies: a submissão à lei tribal e às limitações da exogamia. A primeira é assegurada pela intervenção do tio materno que desperta o sentido de honra, ambição e orgulho na criança. A segunda se manifesta num forte tabu sexual entre o irmão e a irmã, que são separados logo na infância. Embora o irmão continue a fornecer o alimento à irmã, não podem se dirigir um ao outro a palavra nem manter uma relação amistosa. O lado ‘criminoso’ de qualquer relação entre eles faz com que um seja objeto constante de pensamento do outro, reforçando a repressão à atitude sexual e formando a tentação incestuosa. Em relação à mãe nenhum desejo é retido posto que a falta de competição do filho com o pai pela atenção materna não gera qualquer separação entre o filho e a mãe, esvaindo-se naturalmente os desejos sexuais do filho em relação à mãe.

O complexo familiar matrilinear tem estruturação muito diferente da prevista pela psicanálise, restrita à organização patriarcal. Nessa forma de organização social, o complexo funciona de maneira simétrica à matrilinear. Não há liberdade sexual para as mulheres antes do casamento e a esposa é economicamente dependente do marido. A paternidade é institucionalizada, embora o pai tenha contato superficial com a criança porque todo o cuidado com ela é feito pela mãe ou por alguma substituta. O filho segue a linhagem do pai, herdando dele posição e patrimônio. Os interesses da criança se submetem ao do marido que exerce o papel do pai tirano, cultivando

bandeirados) de vários pássaros, as penas lindas do pavão e de outros pássaros, e o investimento que o companheiro da mãe faz na prole dela. Esses comportamentos evolutivamente custosos sinalizam para as potenciais candidatas as boas condições do futuro pai.

⁵⁴ Conforme item anterior pode-se perceber que Radcliffe-Brown também via uma fonte de conflito no fato de ser o parentesco bilateral, mas as linhagens serem necessariamente unilaterais. Isso cria um tratamento diferente para parentes com a mesma proximidade.

ressentimentos na mãe e no filho⁵⁵ com quem claramente rivaliza. As relações entre marido e mulher são conflituosas, com agressões verbais, quando não físicas do marido-pai para a mãe-mulher, o que distancia ainda mais pai e filho afetivamente. Os conflitos seguem uma lógica ligada à organização familiar. Existe uma tendência biológica de desenvolver afeto e ternura para com os filhos. Mas essa tendência nem sempre consegue prevalecer sobre as agruras que o filho causa para o pai. Quando a sociedade intervém criando o status de patriarca, a influência social *“inclina a balança em sentido contrário ao do feliz equilíbrio da afeição natural e da natural paciência com o incômodo”*. Essa concepção familiar propicia disputa de pai e filho pela atenção da mãe, distanciando mãe e filho após a primeira infância.

Os poderes paternos no início da vida do filho se contrapõem aos deveres de lhe transmitir a posição social e a herança da propriedade. No primeiro caso, o conflito decorre da tarefa de preparar a criança para a fase adulta, que é recheada de dificuldades práticas inerentes à missão de transmitir o conhecimento social. Para que complete a transição da natureza para a cultura na vida da criança, são necessários treinamento rígido, disciplina e comando. O exercício do poder gera tensão e angústia que podem se manifestar na relação entre pai e filho ao longo do tempo. A herança da posição social e da propriedade do pai para o filho acarreta litigiosidade, em razão da perspectiva que o segundo tem de ocupar a posição social do primeiro, quando esse envelhecer, o que gera ansiedade e inveja no filho, com freqüentes desafios e provocações ao mais velho. No pai os sentimentos são difusos. Se o filho ostenta algum retardamento, o pai o agride desinteressando-se por ele. Se o filho tem um bom desempenho, o pai se ressentido com a perspectiva da natural substituição das gerações, hostilizando o filho por essa razão. De qualquer forma, o exercício do poder, os espancamentos, sustos e temores que o pai inculca em seus filhos já são mais do que suficientes para atrapalhar a relação.

Porém, mais razões avolumam-se para que o filho e o pai conflitem em ambientes sociais patriarcais, nos quais a posição social da mulher é muito precária. Normalmente destituídas de patrimônio e de poder; não raramente mais jovens e bonitas que seus maridos tiranos; freqüentemente vivendo isoladas e mais vinculadas

⁵⁵ Malinowski acentua esse ponto: *“Como dominador absoluto da família está sujeito a se tornar um tirano, caso em que surgem os atritos de toda espécie entre ele e sua mulher e filhos (...) O pai é a fonte da autoridade, a origem do castigo e portanto torna-se um bicho papão (...) O pai amante e*

afetivamente com seus filhos do que com seu marido, as mulheres são vítimas de toda sorte de violência e agressão, física ou moral, por parte do opressor. Esse clima ruim certamente gera rancor do filho porque vê a mãe subjugada, aviltada, desrespeitada e ocasionalmente agredida; vítima de sovinices, caprichos e toda sorte de tirania de um homem amargurado, ciumento, prepotente e covarde, quando das classes altas; bronco, alienado ou alcoólatra, quando pobre. Os tabus separam a mãe do filho, porque essa é a forma mais aguda de ofender aos princípios exogâmicos numa organização patriarcal. A chegada de mulheres de fora da linhagem mantém viva a família. Se o filho se casa com a mãe, a tendência é de diminuir a expressão familiar que não se vê compensada numericamente, com a perda de suas mulheres para os outros grupos. Não é de estranhar que a teoria do sonho e mitologia na qual se baseou Freud espelhe essa forma de conflito. Na teoria freudiana dos sonhos, esses escondem desejos reprimidos, incestuosos em relação à mãe e homicidas em relação ao pai, expondo os ressentimentos entulhados e mal digeridos no interior do subconsciente do filho.

Malinowski investigou os sonhos das pessoas na família melanésia, perguntando diretamente se o interlocutor já tinha sonhado com a mãe, recebendo como resposta “isso nunca aconteceria”, “ela é uma velha” e “isso é proibido”. Quando a pergunta era feita em relação à irmã, forte era a reação afetiva, exigindo cautelas extras do entrevistador, o qual não fazia a pergunta diretamente – usando a forma “outras pessoas têm sonhos com a irmã?” – e nem tocava no assunto em grupo. Após reações iradas, negativas veementes e indignadas, a verdade começou a surgir, com os informantes dizendo saber que “outras pessoas” têm esses sonhos. Aprofundando a investigação, Malinowski percebeu que os sonhos com a irmã são bastante comuns e causam profundo desconforto psicológico em quem o sonha. Trata-se de quebra mais deplorável das regras de exogamia, nas formas de organização matrilinear (p. 99), não podendo ser o indivíduo pai e tio ao mesmo tempo. Porém “a quebra da exogamia do clã é, ao mesmo tempo, astuta e desejável, devido às picantes dificuldades de realizá-la” (Malinowski, 2000, p. 90). Nas noites do Pacífico Sul, outros crimes irrealis acontecem. Os sonhos de morte, invariavelmente, envolvem pessoas da linhagem materna. Em geral, o filho de uma irmã sonhará com a morte de

simpático tomará facilmente o papel primitivo de um semideus. O de caráter pomposo, duro ou inábil ganhará rapidamente a suspeita e mesmo o ódio dos filhos” (2000, p. 36)

um tio. Ocorrem também sonhos de tios, nos quais o sobrinho lhe aparece fazendo uma feitiçaria.

A estruturação dos sonhos em diferentes formas de organização familiar sugere que os desejos reprimidos do inconsciente se influenciam pela maneira pela qual a família e a sociedade se constituem. Já se havia reconhecido que as histórias seriamente contadas a respeito dos tempos antigos correspondem aos desejos das pessoas naquela cultura. A psicanálise acrescentou que o folclore se refere à satisfação dos desejos reprimidos. O mito grego de Édipo⁵⁶, marco da teoria freudiana, é um bom exemplo dos desejos reprimidos numa sociedade patriarcal. Tebas foi fundada por Cadmo, seu primeiro imperador, casado com Harmonia, com quem teve quatro filhas e um filho, Polidoro. Após a fundação da cidade uma série de tragédias se abateu sobre as filhas do casal fundador, que se desgostou com a cidade e passou a vagar desordenadamente até que se tornaram serpentes. Na ausência deles, a cidade foi gerida por dois efebos Anfion e Zeto, que cercaram a cidade com pedras. Polidoro casou-se e teve um filho, Lábaco que retomou o poder dos efebos, que posteriormente o expulsaram. Porém, com a morte dos usurpadores, o trono voltou para a família fundadora, na pessoa de Laio, filho de Lábaco e neto de Polidoro,

Laio casou-se com Jocasta, irmã de Creonte. Após o casamento, como não nascia nenhum filho, o casal procurou o oráculo de Delfos, para saber se o casamento seria fecundo. Como resposta, a Pítia avisou Laio que lhe nasceria um filho, o qual mataria o pai, casaria com a mãe e mergulharia a família em sangue e luto. De fato, algum tempo depois, Jocasta deu a luz a um filho. Laio, cabreiro, determinou que o menino fosse retirado do palácio e acorrentado a árvores no alto da montanha, não sem antes ordenar que os pés do recém nascido, fossem furados. O bebê, porém, foi encontrado com vida por pastores que guardavam o rebanho do rei de Corinto que adotou a criança. Devido aos pés inchados, o bebê foi batizado de Édipo (literalmente pé inchado). Cresceu no palácio de Corinto como filho legítimo, mas ao atingir a adolescência, outros jovens o insultavam, sugerindo não pertencer à família real e não

⁵⁶ No livro, o mito de Édipo não é descrito com detalhes por Malinowski, que o discute em passagens, sem qualquer preocupação em lembrar o leitor dos pormenores dessa história tão rica em detalhes, cheios de significado. A situação lembra a leitura de Rebecca, no qual a personagem-título é mencionada a todo instante, mas não aparece nunca. Por isso, foi necessário consultar outro livro (Meunier, 1989), para suprir detalhes do mito não expressamente mencionados por Malinowski. Sem esse reforço é difícil compreender o mito freudiano. Além disso, é original a abordagem sobre aspectos matrilineares do mito de Édipo, não constando da análise de Malinowski qualquer referência a esses aspectos.

ter qualquer direito ao trono. Em dúvida quanto aos mistérios que cercavam seu nascimento, rumou a Delfos. Sem entrar em detalhes quanto ao nascimento, o oráculo informou que ele, Édipo, mataria seu pai e desposaria sua mãe.

Julgando ser filho legítimo dos seus pais adotivos, Édipo foi embora de Corinto. Na viagem, Édipo cruzou Laio, vindo em uma carruagem que passou muito perto dele, machucando seus pés. Tomado de fúria, Édipo mata o cocheiro e temendo a vingança mata Laio também, sem saber quem eram suas vítimas. Com a morte de Laio, o trono vai para Creonte, seu cunhado. Um dos principais problemas do reino, nesse tempo, passou a ser a Esfinge, um monstro que se postou em uma estrada, onde parava os viajantes e lhes propunha um enigma. Se não soubessem resolver, eram devorados. À beira da calamidade social, Creonte ofereceu seu próprio reino e a mão de sua irmã viúva para quem matasse a Esfinge. Édipo aceitou o desafio. Quando confrontado com a Esfinge, ela perguntou-lhe enigmaticamente qual é o animal que de manhã anda sobre quatro pés, de dia sobre dois e à noite sobre três. Édipo responde que é o homem, que na infância engatinha, na idade jovem e adulta anda ereto, sem auxílio nenhum. Na velhice, anda com a ajuda de um cajado. Desfeito o enigma, a Esfinge morre.

Édipo assume o trono e se casa com Jocasta. Dessa união criminosa, nascem Etéocles, Polinice, Antígona e Ismênia. Mas a união criminosa logo despertou a ira dos deuses, abatendo-se sobre Tebas terrível flagelo. Mais uma vez, o oráculo foi acionado, informando que a desgraça era resultado do assassinato de Laio e que o culpado deveria ser procurado e punido. Édipo, sem saber que ele era o assassino, procura outra fonte de informação, o adivinho de Tirésia, a quem tocou a triste missão de revelar os dois terríveis segredos: que ele matara o pai e desposara a mãe. Jocasta suicida-se; Édipo arranca os próprios olhos, recusando-se a ver a luz. Creonte retoma o trono, diante da repulsa popular causada pelo comportamento de Édipo, que ao partir para o exílio na companhia da fiel Antígona, amaldiçoou os próprios filhos, que não o haviam ajudado a aliviar sua desgraça, interessados que estavam em ocupar a posição imperial. Num bosque, as forças vingadoras do Olimpo alcançam Édipo e ele desaparece para sempre. Sua maldição não tarda a se abater sobre seus filhos, herdeiros da coroa de Cadmo. Etéocles faz acordo com Polinice para se revezarem anualmente no poder, iniciando-se com o reinado do primeiro, que ao final do tempo combinado não quis passar a coroa ao irmão. Irado, Polinice vai em busca de apoio

externo do rei de Argos, tendo se iniciado uma guerra entre essas cidades. Como a guerra não se resolvia os soldados de ambos os lados acharam melhor que os dois irmãos se confrontassem diretamente. Nesse combate, ambos acabam morrendo. Creonte retoma o trono e enterra Etéocles como herói e proscree Polinice, por ter se unido à outra cidade. Proíbe os súditos de Tebas chorar sua morte, deixando seu corpo em campo aberto para alimentar cães e águias. A irmã Antígona não se conforma com a injustiça do tio e cobre com terra o irmão morto. É flagrada nesse ato criminoso e condenada por Creonte a morrer numa prisão subterrânea. Para abreviar tão sinistro destino, Antígona suicida-se.

O mito de Édipo denuncia sua origem patrilinear, como lembrou Malinowski. Desde o início, a disputa entre Laio e Édipo pelo trono de Cadmo se mostra inevitável. Embora ambos nem se conhecessem, um conflito hobbesiano surgia entre pai e filho, soldado na inveja da posição do outro, o mais novo querendo o lugar do mais velho; este sabendo da inclinação natural daquele, suspeita e reage violentamente contra uma possível e, portanto, premente agressão. A previsão foi feita a ambos, Laio e Édipo. O primeiro tentou se livrar do segundo, que lhe tomaria o trono e lhe sucederia no leito conjugal. Mas Édipo vence por ser mais novo e mais forte. O problema não se restringe a Édipo e Laio, repetindo-se a cada nova geração. O ciclo das gerações retratado no enigma da Esfinge recapitula as fases pelas quais passa o homem e mostra como o filho naturalmente vai suceder o pai, quando esse estiver na noite de sua existência. As posições sociais são naturalmente ocupadas de maneira transitória. No entanto, tal como no mito, as pessoas acabam sucumbindo à rivalidade que a troca da guarda acarreta. O filho, inconscientemente, ao viver sua vida apenas, tende a ocupar o lugar do pai, não por desejo reprimido ou apego sexual com a mãe, conforme lembrou Malinowski (2000), mas por um conflito posicional, por status social, como deixa a entender a sucessão na coroa de Cadmo, no qual Jocasta foi um acessório do cargo de imperador.

Malinowski classificou os mitos melanésios em três categorias temáticas: 1 – origem do homem e ordem geral da sociedade; 2 – realizações culturais, costumes e instituições sociais; 3 – magia e suas origens. Apesar da imensa variação de mitos da primeira espécie, uma cena recorrente é que nos grupos ancestrais, a mulher ora aparece sozinha, ora com seu irmão e algumas vezes com o animal totêmico, mas nunca com um marido. A fecundação se dá através de elementos mágicos. E o pai?

Que pai? Os mitos melanésios de origem humana revelam apenas “*os poderes criadores espontâneos da mãe ancestral*” (Malinowski, 2000, p. 99). Nos mitos da segunda categoria aparecem os conflitos entre o tio e o sobrinho. O herói mítico melanésio é Tudava, nascido de uma virgem trespassada por uma gota de água. A ele se atribuem a introdução da agricultura e a criação de várias regras morais. A proeza do herói é a morte de um ogro canibal chamado Dokonikan, cujo aparecimento atrapalhou a vida feliz dos habitantes das Trobriand. Ao atacar uma das aldeias, uma família fugiu. Na fuga, a irmã feriu o pé, ficando impossibilitada de andar. Abandonada por seus irmãos, a mãe de Tudava o criou e instruiu com os segredos da confecção de uma espada e de uma magia que priva os homens do entendimento. Com esses instrumentos, Tudava derrotou o ogro, cortando-lhe a cabeça. Mãe e filho fizeram um bolo de inhame e esconderam ali a cabeça do ogro. Tudava sai em busca do tio materno. Tendo-o encontrado, oferece o bolo com a desagradável surpresa, o que horroriza o tio. Este, invadido pelo medo e remorso oferece recompensas para expiar a culpa pelo abandono do herói e de sua mãe, deixando-os entregue ao ogro. Mas o sobrinho não aceita e continua hostil, acalmando-se apenas quando o tio oferece sua filha em casamento.

Desconsiderando a questão do canibalismo, sobra a relação familiar matrilinear, na qual o irmão tem o dever de cuidar da irmã, estando sempre presente o fantasma do abandono. Fora o encargo muito penoso para o irmão, nem sempre existe a gratidão ou mesmo a compreensão daqueles que devem receber os cuidados, como se vê da postura do sobrinho diante do arrependimento do tio. A lenda mostra também que a ira do sobrinho se deve ao comportamento do tio de abandonar seus deveres para com a linhagem, já tendo criado uma filha em detrimento do sobrinho. A presumível negligência do irmão para com a irmã e o filho dela, constituindo uma família para ele, está na base dos conflitos matriarcais, sendo natural que a tentação de deixar a irmã e seu filho deva ser demonizada com histórias escabrosas de abandono avuncular. Se o tio se transforma em pai, passando a cuidar da própria prole ao invés da prole da irmã, o sistema é o patrilinear; o resultado é o fim da linhagem materna. Percebe-se assim que o tio de alguma forma tem ligação com o ogro. Caso não houvesse nenhuma conexão entre ambos e o sobrinho quisesse apenas vingança contra o parente relapso, não haveria porque esconder a cabeça do monstro. Menos ainda, podia haver razão para o tio ficar horrorizado com a morte de um ser

monstruoso, inimigo de toda a humanidade. O estranho vínculo entre o tio e o ogro completa o sentido dramático do mito, como sugerido por Malinowski (2000), que viu na figura de Dokonikan o pai ou marido o qual agiu com a conivência do tio, também interessado em sua própria família. A conspiração visa à mudança para o sistema patrilinear, influência de um povo provavelmente canibal, freada pela intervenção do sobrinho vingador. Para fechar o ciclo, apaziguando o conflito que a relação tio sobrinho tem, o herói se casa com a filha do tio, acabando com a possibilidade de mudança de linearidade, através da estratégia de casamento entre primos cruzados.

Deve-se ainda ser mencionado o mito da canoa voadora, por sua relevância para a compreensão do avunculado, pois enquanto que a história de Tudava explora o aspecto “abandono” da tensão, o da canoa voadora expõe o aspecto “sucessão da posição social” no conflito entre o irmão da mãe e o filho da irmã⁵⁷. Entre os Trobriand houve um tempo em que era possível através da magia durante o processo de construção da canoa fazer com que esta voasse. Somente o herói detinha esse segredo, obtendo muito sucesso nas expedições marítimas, suplantando as demais embarcações e angariando prestígio e posição social. No entanto, todos os homens da comunidade sentem inveja dele. O herói dispõe de outra mágica que provê chuva para sua horta e uma terceira que podia causar danos a seus vizinhos. Durante uma seca geral, somente o herói teve sua horta preservada, sendo a sentença de morte a única coisa capaz de aplacar a ira dos demais homens da comunidade. Decide-se que o sobrinho materno deve matar o tio-herói. Mas era preciso que os segredos das mágicas fossem preservados. Então o sobrinho se aproxima do herói, tentando obter desse as valiosas mandingas as quais pelas leis melanésias deve ser ensinada pelo tio ao sobrinho. Quando acha que já dispõe do segredo da canoa voadora, o sobrinho mata o tio. Porém, o herói não havia contado todo o segredo e a humanidade perdeu as canoas voadoras para sempre. As irmãs do herói se zangaram com o sobrinho pela atitude precipitada, que dissipou valioso ativo familiar e se separaram indo cada uma constituir nova família em diferentes lugares, usando como meio de locomoção vassouras voadoras, uma vez que sabiam a mágica do vôo, mas não a podiam revelar aos homens nem participar do processo de construção de canoas. Cada uma das tias, ao dispersar, formou uma das ilhas do arquipélago.

As dificuldades naturais da sucessão na posição social foram a pedra de toque do mito de Édipo, no qual a coroa de Cadmo representava o cume dos esforços de todos os homens envolvidos na trama. Nesse mito melanésio não é diferente, mudando apenas o pano de fundo sociológico, permanecendo os atores praticamente com os mesmo scripts. O mito da canoa voadora revela a luta de homens em famílias de tradições matrilineares pela posição de controle sobre as mágicas e tecnologias da família, as quais estavam na posse do irmão mais velho. Esse, a despeito do ressentimento popular, certamente desfrutava de imenso poder e destaque social compensando os dissabores. Supostamente e de acordo com as leis locais, tio e sobrinho deveriam ter uma relação de proximidade e confiança; proteger um ao outro; combinar esforços; transmitir informações, magias, costumes morais; reforçar os vínculos de orgulho da linhagem à qual ambos pertencem. Mas é uma trama diabólica, em que a única regra válida é a traição. O tio, desconfiado e egoísta, desvencilha-se do dever de partilhar as magias com seus sobrinhos, enganando-os com falsas informações, fingindo que lhes transmitia os feitiços, enquanto apenas os despistava. O sobrinho mitológico, ao invés de proteger o herói e em último caso sua linhagem contra os de fora, com esses se mancomunava no avunculocídio, movido pela inveja da posição social do tio e pela ansiedade de obter os poderes que lhe trariam glória. As irmãs não se mostraram desgostosas com o assassinio do irmão; ressentiram-se apenas da falta de poder que a perda da mágica lhes trouxe. De guardiãs morais nada tinham; estavam agastadas com a inabilidade do sobrinho que as privou desse importante recurso. Caso o sobrinho tivesse a malícia de esperar o momento certo de eliminar o tio, elas ficariam com ele.

Há ressonância do mito na vida social dos melanésios. A vantagem econômica que a atividade do tio gera se reflete na qualidade de vida das irmãs por ser o irmão quem provê materialmente a irmã por toda a vida. Além disso, existe o dever legal do tio transmitir ao sobrinho materno as propriedades da família, seus mitos, cantos e magias, assim como os títulos, coisas materiais de valor e ritos econômicos como o plantio de alguma coisa ou a construção de canoas. A transmissão da magia e das propriedades deve ser feita em vida e depende de um pagamento substancial, *Pokola*, que o sobrinho faz ao tio, sendo talvez esse o motivo para o sobrinho matar o tio e a

⁵⁷ Existem variantes do mito. Em algumas, o assassino do herói é seu irmão mais novo. Em outras o irmão mais novo age conjuntamente com o filho da irmã. De qualquer maneira, Malinowski vê o

razão para esse não transmitir, gratuitamente, a técnica da magia. O pai cede propriedades e magia ao filho sem qualquer contraprestação, o que gera ressentimento nos sobrinhos do pai, preocupados com os benefícios econômicos pertencentes à linhagem materna, da qual os filhos do irmão da mãe não fazem parte. Quando Malinowski entrevistou os nativos que detinham magia, eles se mostraram suspeitos de não terem recebido *toda a informação* de seus tios, dúvida que não existia quando o feitiço era presente do pai. Olhando mais de perto os mágicos de Trobriand, o etnógrafo descobriu que a maioria deles havia recebido seus truques dos pais e não dos tios maternos. Mito e realidade convergem para uma relação entre tio e sobrinho embebida num complexo, com sentimentos recalcados e em discordância com as regras sociais, que os supõe amigos com interesses coincidentes quando *“na vida real até certo ponto e no mito de forma franca são inimigos, enganam um ao outro, matam um ao outro, e prevalece a suspeita e a hostilidade em lugar do amor e da união”* (Malinowski, 2000, p. 107)

A comparação da organização social matrilinear e patrilinear em temas como a estruturação dos sonhos e das lendas e mitos realizada por Malinowski revelou que na base dos conflitos que compõem o complexo familiar estão os ressentimentos gerados com o exercício da autoridade. Nas sociedades matrilineares melanésias, o pai não tem qualquer autoridade sobre o filho de sua mulher. Mas, como a organização é patrilocal, isto é, o pai está sempre presente e pode dar vazão à enorme afeição biológica que sente pelos seus filhos e vice-versa. Nas fases da infância, por volta de onze anos, o irmão da mãe passa a ter um papel de destaque na criação dos filhos da irmã, exercendo o poder institucional. Várias são as formas que a autoridade do tio se faz sentir na vida do sobrinho e vários são os deveres recíprocos que os unem, sugerindo o conflito em cada entrelinha. Em razão do aparecimento tardio do tio na vida do sobrinho, a repressão à criança inicia-se em fase final da infância. Desaparece grande parte dos conflitos gerados em fases mais tenras, como os que acontecem nas famílias patriarcais, nas quais Freud baseou seu trabalho. Nelas, a competição entre o pai e o filho pela atenção e carinho da mãe começa cedo e com muitas fases conflituosas antes de atingir onze anos, com reflexos emocionais deletérios para o resto da vida.

conflito entre o tio e o sobrinho como “presumido”.

Se Malinowski⁵⁸ usasse símbolos diacríticos de (+) mais e (-) menos para sentimentos opostos de ternura e afeição (+) *versus* rivalidade e repressão (-) nas relações de parentesco, certamente que suas observações apontariam para a conclusão de que organizações sociais opostas geram sentimentos opostos embora nas mesmas relações, o que gera as combinações seguintes: (1) em organizações patriarcais, a relação entre pai e filho recebe o sinal de (-), assim como a relação entre marido e mulher. As relações entre irmão e irmã, e irmão da mãe e o filho da irmã na sociedade patrilinear não foram tratadas por Malinowski; (2) nas organizações matrilineares, a relação entre pai e filho tem o sinal (+), o mesmo que recebe a relação entre marido e mulher. Já a relação entre irmão e irmã exibe o sinal (-), da mesma maneira que irmão da mãe e filho da irmã.

Malinowski não se interessou pela relação entre irmão e irmã nem pela relação irmão da mãe e filho da irmã nas sociedades patrilineares modernas, deixando parte importante do problema descoberto, na medida em que havia se proposto a fazer uma análise comparativa. Mas esse trabalho pode ser visto como intermediário entre uma maneira absolutamente descritiva e etnográfica de fazer Antropologia e uma maneira científica e abstrata de elaborar comparações. No entanto, como os métodos estruturais não existiam, sua tentativa de comparação falhou porque se baseou exclusivamente na necessidade de ter um conhecimento direto dos fatos, o que evidentemente limita a comparação. Caso tivesse se interessado em usar comparativamente outras etnografias de povos primitivos patrilineares (o que não faria jamais, para não dar razão para os evolucionistas que trabalhavam em gabinetes), poderia ter surgido a necessidade de lidar com as relações entre o tio e sobrinho e irmão e irmã, evidentemente mais importantes em termos de sistema nas sociedades simples do que nas sociedades complexas ocidentais. Essa ausência impede que “*Sexo e Repressão na Sociedade Selvagem*” possa ser considerada uma obra comparativa. De qualquer maneira, Malinowski expôs todos os elementos teóricos para a obtenção do princípio unificador na oposição entre organizações patrilineares e matrilineares, a despeito de deixar algumas relações familiares de fora de sua interpretação.

⁵⁸ Malinowski, por razões óbvias, é o etnógrafo de referência para os Trobriands no HRAF. Essa cultura matrilinear faz parte da PSF que é a amostra escolhida para provar a hipótese desse trabalho.

Escola Estruturalista

Radcliffe-Brown usou a relação entre o irmão da mãe e o filho da irmã para propagar as idéias da escola funcionalista, evidenciar a (pretendida) superioridade metodológica sobre o evolucionismo com o qual Junod antes enfrentara tema semelhante. Lévi-Strauss, por sua vez, usou o mesmo tema para evidenciar o (pretendido) triunfo estruturalista sobre o funcionalismo, expondo a fragilidade dessa linha de pesquisa. O pêndulo na Antropologia oscilou mais uma vez entre uma tendência descritiva, empiricista e outra mais abstrata, voltada para a obtenção de constantes e de regularidades universais por trás dos fatos observados. Os extremos são bem marcados. O funcionalismo estava mais afinado com o pólo descritivo e empiricista, enquanto que o estruturalismo com o pólo abstrato e generalizante.

Mas, afinal, o que é estruturalismo precisa ficar claro antes de se analisar parte da obra de Lévi-Strauss, tão importante para a compreensão do avunculado e dos vínculos familiares. A versão mais simples do que é estruturalismo pode ser encontrada em Leach (1974). O que cada um de nós sabe sobre o mundo externo é apreendido pelos sentidos. As características são atribuídas aos fenômenos externos em razão da maneira pela qual operam os nossos sentidos e em razão da arquitetura do cérebro humano, o qual interpreta e organiza os estímulos recebidos pelos órgãos dos sentidos. Uma característica muito importante desse processo mental ordenador é considerar o meio ambiente como composto por um número grande de coisas separadas, segmentos, que pertencem a classes específicas, nas quais se agrupam essas unidades separadas. Diz-se estrutura, um conjunto desses segmentos que podem ser contrastados entre si por fazerem parte do mesmo contínuo da realidade ou da mesma categoria de fenômenos. Outra característica importante é contar a passagem do tempo também como uma seqüência de eventos distintos. É a forma como o cérebro percebe e ordena os fatos naturais em segmentos e os agrupa em categorias o que inspira a construtos sociais tais como mitos, cerimônias e regras de convivência social. Os costumes e todos os produtos da cultura são segmentados e ordenados pelo cérebro da mesma forma que o cérebro organiza e segmenta os fatos da natureza.

O sinal de trânsito é um bom exemplo para mostrar como a “imitação” da maneira como o cérebro trabalha acaba gerando artefatos culturais complexos (Leach, 1974). O espectro de cores é um contínuo que vai da cor violeta até o vermelho,

passando pelo azul, verde e amarelo que se distinguem na natureza em relação ao comprimento de ondas, que diminui continuamente do infravermelho para o ultravioleta. Não há, no comprimento da onda, qualquer ponto no qual o azul se torna verde ou o verde se torna amarelo e assim por diante. A luminosidade também é um fator percebido pelo cérebro. Sua intensidade é zero em ambos os extremos; e máxima no centro do espectro. Se a natureza não define cores, mas apenas comprimento contínuo de ondas, a discriminação em cores distintas, descontínuas, é resultado da maneira como o cérebro humano trabalha. A separação mental de cores em “oposições binárias” é aproveitada pela cultura para, entre muitas coisas, comunicar as instruções simbólicas de seguir ou parar nas vias de tráfego. O vermelho tradicionalmente está ligado a situações perigosas (entrada de débito em lançamentos contábeis, prejuízos de um modo geral, situação de insolvência financeira, correções de provas e trabalhos pelos professores, indicação de notas baixas, entre outras situações de risco social elevado), razão pela qual é usada para indicar o perigo, comunicando a ordem de parar. No trânsito, o oposto de parar é seguir, sendo o verde a cor que comunica essa ordem. O verde é tradicionalmente associado a coisas positivas, vindo daí sua oposição com o vermelho. Mas muitas vezes, é necessário comunicar uma terceira mensagem na organização do trânsito, que não diga nem para parar nem para seguir, mas para ter cuidado. O amarelo é escolhido porque nosso cérebro percebe que no espectro das cores situa-se numa situação intermediária entre o verde e o vermelho.

Uma das características da estrutura como um conjunto de segmentos descontínuos comparáveis entre si e que podem ser agrupados é que elas ostentam uma natureza de sistema, isto é, a alteração de cada uma dessas unidades distintas afeta as demais unidades e como resultado todo o sistema. A idéia de que os elementos que compõem uma dada estrutura afetam-se mutuamente é base do “fato social total”, isto é, a análise estrutural estuda as partes entre si e suas relações com o todo (Lane, 1970). Por outro lado, a maneira como o nosso cérebro organiza as cores *vermelho/amarelo/verde* reflete-se na forma como se ordenam culturalmente as instruções *pare/cuidado/siga*. O *sistema de cores* e o *sistema de sinais* refletem a mesma estrutura de funcionamento do cérebro, e um sistema pode se transformar no outro. O conjunto de segmentos de cores *transformou-se* no cérebro em um conjunto de ordens relacionadas à organização do trânsito. Para se chegar a essa transformação,

é necessário que o espectro de cores exista na natureza como um “contínuo”, ainda que o cérebro interprete o contínuo como consistindo em segmentos. O cérebro procura obter representações apropriadas de uma oposição binária do tipo siga ou pare e selecionar as cores como um par binário. Percebida essa oposição polar, o cérebro procura uma posição intermediária, nem *siga* e nem *pare*. A partir disso, o cérebro volta para o espectro de cores e escolhe a amarela como intermediária, percebendo que é um segmento de onda situado entre o verde e o vermelho, no contínuo do espectro de cores. O resultado cultural final é que o semáforo é uma imitação simplificada de um fenômeno natural que é o espectro das cores. Pode-se dizer então que a estrutura da relação de cores é a mesma que a das instruções de trânsito (Leach, 1974).

Para os estruturalistas, permutações estruturais como as acima mencionadas, as quais implicam transformações comparáveis de modelos da natureza como apreendidos pelo cérebro humano, têm aplicações gerais. Ressalvado que os fenômenos sociais são muito mais complexos, com muito mais elementos em cada estrutura e com muito mais possibilidades de permutações entre os elementos de um e outro sistema que se está comparando. Os dados culturais como as instruções do trânsito apresentam aspectos que lhe são internos e aspectos que lhe são externos ou formais. São esses aspectos formais que possuem a propriedade de se permutarem em diferentes sistemas. Tais aspectos não pertencem à atividade descritiva do etnógrafo, nem à realidade empírica por ele presenciada; antes, se referem às representações teóricas elaboradas a partir dos fatos observados. São representações simplificadas da realidade, que apenas se referem a alguns determinados aspectos realmente importantes para o ponto que se quer analisar (*semelhança restrita*) aquilo que Lévi-Strauss chama de “*modelos*”⁵⁹, os quais a análise estrutural lança mão, para guiar o

⁵⁹ Modelos, segundo a definição de Von Neumann, “*são construções teóricas que supõem uma definição precisa, exhaustiva e não demasiado complicada: devem ser também parecidos com a realidade sob todas as relações que importam à pesquisa em curso. Para recapitular: a definição deve ser precisa e exhaustiva, para permitir um tratamento matemático. A construção não deve ser inutilmente complicada, de modo que o tratamento matemático possa ser estendido além do estágio da formalização e dar resultados numéricos completos. A semelhança com a realidade é requerida para que o funcionamento do modelo seja significativo, mas esta semelhança pode ser habitualmente restrita a alguns aspectos julgados essenciais pro tempore – senão as condições acima tornar-se-iam incompatíveis.*” (apud Lévi-Strauss, 1996, p.316/317). É justamente esta *semelhança restrita* que permite a maciça aplicação dos modelos conhecidos por *jogos*.

pesquisador pelas estruturas inconscientes da mente humana.⁶⁰ O cérebro, ao possibilitar a transformação de uma estrutura em outra (como no caso de mudar de um sistema de cores para um sistema de atitudes e tomar um pelo outro), indica a maneira pela qual apreende tais representações da realidade, as quais se manifestam em padrões de organização dos vários elementos componentes de uma determinada estrutura.

No exemplo do semáforo, algumas limitações simplificam o caminho de organizar os vários elementos de maneira que se possam permutar, porque não pode ser aleatória a combinação de cores correlacionada com os comportamentos esperados pela organização social. O primeiro limitador das possibilidades de permutação é um dado da natureza: o espectro de cores tem uma ordem fixa, preestabelecida; o segundo limitador natural é a pronta associação do vermelho-cor com sangue-substância, tornando óbvia essa associação com perigo. As correlações entre as estruturas são, dessa forma, bastante previsíveis e a lógica da organização que vincula os comandos *pare/cuidado/siga* com as cores *vermelho/amarelo/verde* é bastante simples de se observar, tornando-se desnecessária a análise de outras possibilidades de distribuição das cores em relação ao comando⁶¹. Quando tal organização não for evidente, a análise estrutural deve levar em conta todas as possíveis permutações de elementos de uma determinada estrutura e proceder ao exame das evidências empíricas em bases comparativas. Definir o objeto de estudo como sendo uma relação entre dois ou mais conjuntos de elementos estruturais reais ou imaginários é o primeiro passo da pesquisa estruturalista. Depois, deve ser elaborada uma tabela com todas as possíveis permutações entre esses sistemas. Por fim, deve-se considerar essa tabela de permutas como o objeto geral de análise, a qual somente nesse nível pode estabelecer conexões

⁶⁰ De acordo com Hénaff (1998, p. 14), o objeto do estudo das estruturas sociais é entender as relações sociais com a ajuda de modelos. As relações sociais são, portanto, o material bruto de onde os modelos que constituem a estrutura social são construídos. O acesso à estrutura oculta é feito com a mediação de modelos, cuja pertinência não é limitada nem para uma dada sociedade nem para um domínio da sociedade exclusivamente.

⁶¹ Leach (1974, p. 20) mostra as outras combinações possíveis:

<i>Pare</i>	<i>Cuidado</i>	<i>Siga</i>	
<i>vermelho</i>	<i>amarelo</i>	<i>verde</i>	<i>seqüência usada</i>
<i>vermelho</i>	<i>verde</i>	<i>amarelo</i>	
<i>amarelo</i>	<i>verde</i>	<i>vermelho</i>	<i>outras</i>
<i>amarelo</i>	<i>vermelho</i>	<i>verde</i>	<i>possíveis</i>
<i>verde</i>	<i>amarelo</i>	<i>vermelho</i>	<i>sequências</i>
<i>verde</i>	<i>vermelho</i>	<i>amarelo</i>	

com o fenômeno empírico, considerado no início da análise como somente uma combinação entre outras possíveis para definir o sistema completo (Leach, 1974).

O objetivo final da análise estrutural é descobrir como relações existentes na natureza, apreendidas como tal pelo cérebro humano, são usadas como fontes de produtos culturais que incorporam essas mesmas relações. Não que a natureza somente exista como um produto da atividade mental humana, mas as leis que governam a natureza somente são apreendidas pela investigação científica e mesmo essa é restrita pela maneira como o nosso cérebro organiza, classifica e categoriza as informações do mundo exterior⁶². Se os produtos culturais são gerados a partir da maneira como o cérebro constrói descontinuidades em realidades contínuas e cria categorias “abstratas” que agrupam esses segmentos é bem razoável interpretar que existam universalidades. A explicação é que os cérebros humanos são substancialmente os mesmos em todos os lugares e que eles imprimem em cada artefato cultural a sua maneira singular de funcionar. As universalidades não significam que as coisas têm que acontecer de uma mesma e determinada maneira, mas o reconhecimento de que o cérebro é construído e predisposto para desenvolver categorias de pensamento abstrato de um tipo particular, o que evidentemente é uma consequência de sua constituição biológica.

Daí porque ao analisar estruturas de fenômenos culturais permitirá que se façam descobertas sobre a natureza do homem, através de *“fatos que são verdades entre você e eu tanto quanto com os selvagens nus do Brasil central”* (Leach, 1974, p. 21). Na superfície, os produtos da cultura, os mitos, as regras de parentesco, as formas de casamento, entre outras expressões simbólicas humanas, variam enormemente, mas se todas as culturas são produtos do cérebro universal, é de se esperar que abaixo da superfície, características comuns a todas essas manifestações do espírito humano apareçam e evidenciem semelhanças onde se viam apenas diferenças. Dessa forma, a recorrência de costumes distintos, em diferentes partes do mundo, manifesta-se somente no nível das estruturas e nunca dos fatos manifestos. E esses universais, se existem, devem ser, num nível muito profundo, considerados como padrões inatos, fixados na psique no curso da evolução humana. E mais do que isso, através dos

⁶² Para Leach *“a tese de Lévi-Strauss é que notando como nós apreendemos a natureza, pela observação das qualidades das classificações as quais usamos e a maneira que manipulamos as categorias resultantes, nós devemos ser capazes de inferir fatos cruciais sobre o mecanismo de pensamento”* (1974, p. 21).

universais, podem ser (1) investigados atributos da mente humana, considerando a premissa de um cérebro estruturado e estruturante, compartilhado por todos os indivíduos da espécie e (2) descobertos e comparados os produtos da cultura gerados pela atividade cerebral.

A lingüística foi pioneira entre as ciências sociais em notar a existência de *estruturas cerebrais inconscientes* por trás dos fenômenos da língua e a primeira que desenvolveu um método capaz de revelar o funcionamento do cérebro e as suas estruturas ocultas; justamente por isso, a abordagem estruturalista tomou emprestado da fonologia seu método de investigação e elevou-a à condição de paradigma metodológico para a compreensão dos fatos sociais. Para Lévi-Strauss, antes do estruturalismo, as ciências sociais e humanas não dispunham de um conjunto apropriado de instrumentos científicos de investigação dos dados culturais, guiando-se pela descrição que necessariamente conduz ao relativismo cultural. Por isso, para compreender fenômenos tipicamente relacionados à etnologia, apropriou-se do método que os lingüistas utilizavam. Mais particularmente, estava interessado nos progressos da fonologia, preocupada em entender os fenômenos lingüísticos conscientes, a partir de fonemas, que nada mais são que estruturas mentais inconscientes que combinadas formam palavras e orações. A forma como o cérebro organiza as categorias com as quais percebe o fenômeno também é regida por uma lei natural. O som, assim como a cor, é uma onda contínua, segmentada pela atuação do cérebro. Esse órgão, dado sua maneira de atuar, reconhece limites na onda do som e cria descontinuidades que se podem opor umas às outras, formando categorias mentais nas quais os fonemas se agrupam em estruturas, sujeitas à permutação com outras estruturas correlacionadas. A operação padrão da fonologia⁶³ consiste em obter o conjunto dos fonemas ou “termos de significação”, que se agrupam estruturadamente num determinado sistema. O agrupamento de fonemas numa palavra ou oração não se faz aleatoriamente, mas conforme leis gerais, que promovem a combinação dos segmentos sonoros de uma maneira tal que pode ser percebida por indução ou por dedução lógica.

⁶³ Os procedimentos básicos da análise fonológica foram obtidos por Lévi-Strauss de um artigo de 1933 de um lingüista chamado Trubetzkoy e são assim sumariados: 1) *fonologia passa do estudo dos fenômenos lingüísticos conscientes para a infraestrutura inconsciente deles*; 2) *em fonologia, os termos não têm interesse como entidades isoladas; somente relações entre os termos contam*; 3) *fonologia introduz a noção de sistema*; 4) *fonologia se propõe a descobrir leis gerais às quais se confere caráter absoluto* (Hénaff, 1998, p. 73).

O caráter revolucionário do método fonológico nas ciências sociais, para Lévi-Strauss, era a possibilidade de formular relações necessárias, manifestações que ocorrem em razão de leis inconscientes. Os antropólogos enfrentam problemas muito parecidos *formalmente* com os da lingüística e deve ser determinado o ponto a partir do qual o fenômeno social e os fatos da língua possam ser tratados da mesma maneira (Hénaff, 1998). O ponto em comum entre as regras de parentesco e de linguagem é que ambos são intrinsecamente ligados à cultura, compondo as três categorias uma unidade formal de análise. O “domínio dos símbolos” é o nível de abstração adequado para uma equiparação da lingüística com a antropologia, através da cultura, o que permite não somente fazer analogias entre as estruturas dessas áreas, como também estabelecer verdadeiras identidades estruturais. A idéia de “fato social total” se encaixa perfeitamente na idéia de que todos os sistemas sociais (cultura, língua e regras de parentesco) são sistemas de comunicação: as regras de parentesco asseguram a circulação de mulheres entre os grupos, da mesma maneira que a vida em cultura permite a circulação de bens e serviços e a fala permite a circulação de mensagens (Lévi-Strauss, 1993; Hénaff, 1998)

Nas relações sociais existe formalmente a mesma situação da fala, o que permite as analogias entre os sistemas de comunicação oral e as regras de parentesco. As estruturas de parentesco, as quais refletem as regras de parentesco ocultas, são compostas de unidades que possuem significação, isto é, podem ser contrastadas, umas em relação às outras (oposição binária), e existem sob a condição de comporem um sistema, elaborado no nível do pensamento inconsciente. A recorrência de determinados fenômenos lingüísticos e de relações de parentesco específicas, em lugares distintos do mundo e em sociedades profundamente diferentes, faz crer que em ambos os casos, os fenômenos observados resultam da manifestação de leis gerais, porém ocultas. Os comportamentos manifestos são variados e incomparáveis no nível em que são percebidos (Lane, 1970). A presença de leis de combinação dos fonemas explica porque há uma infinidade de sons no início da vida, que se traduzem em um número pequeno entre os sons retidos na vida adulta. Da mesma forma, regras de combinação entre os elementos que compõem uma determinada estrutura, que operam no nível inconsciente do cérebro, justificam como um conjunto de atitudes possíveis nas relações entre os parentes se traduz em apenas umas poucas adotadas de fato.

Qual a razão da escolha e quais são as leis da combinação constituem as perguntas primordiais da Antropologia estruturalista.

O método estrutural vive da comparação de estruturas, isto é, conjuntos de segmentos que se expressam em oposições binárias e que se agrupam conforme uma regra inconsciente, decorrente da atividade natural do cérebro. Quando Lévi-Strauss fala de estrutura social ele quer significar os sistemas formados pelos costumes e as estruturas inconscientes que fundamentam as instituições. Para que haja uma comparação entre fenômenos lingüísticos e sociais, com um bom aproveitamento do método estrutural, devem ser buscados planos adequados de abstração. Se forem fenômenos que se podem tomar um pelo outro, fenômenos cuja natureza se assemelha à da fala, então é possível buscar a comparação. Duas diretrizes metodológicas se adotam na comparação dos fenômenos analisados: 1) *o nível em que devemos nos situar para buscar as correlações entre as duas ordens*; 2) *os objetos entre os quais podemos estabelecer as correlações* (Lévi-Strauss, 1996, pp. 85-99). A comparação sistemática não pode ser no nível das condutas, porquanto não se situam no mesmo plano que as categorias inconscientes do pensamento, às quais é necessário remontar.

O sentido de um dado comportamento não pode ser buscado apenas nos elementos isolados que entram na sua composição, mas na maneira pela qual tais elementos se combinam. O que se passa no plano empírico não pertence ao mesmo nível que as estruturas. As palavras, observadas empiricamente, não podem ser comparadas, porque não se encontram no mesmo nível que os fonemas. Quanto mais abstrata for a análise, mais elementos comuns vão aparecer entre as estruturas sociais e da fala. Se as regras fundamentais de parentesco são transformadas em *meios* de comunicação, então é possível traduzi-las numa linguagem que faça sentido para o lingüista, para que se dê o mesmo tratamento formal ao fenômeno que se quer analisar estruturalmente. A partir dessa operação de nivelamento reducionista, o lingüista e o antropólogo poderão indagar se modalidades diferentes de comunicação – regras de parentesco e de casamento de um lado, fala de outro – tais como observáveis na mesma sociedade, podem ou não ser ligadas a estruturas inconscientes similares. Em caso afirmativo, estaríamos seguros de ter chegado a uma expressão verdadeiramente fundamental (Lévi-Strauss, 1996). Postula-se a correspondência formal entre a língua e o parentesco, adequando-se níveis de análise, nos quais estruturas de diferentes fenômenos poderiam ser comparadas à estrutura de fenômenos lingüísticos.

É preciso deixar bem assentado, porém, que nem todos os fenômenos culturais sujeitam-se à uma abordagem estruturalista. Alguns aspectos da realidade social são menos estruturados. Dizer que há estruturas numa sociedade é truísmo; dizer que tudo é estruturado, absurdo. Dessa forma, nem todos os objetos culturais podem ser abordados pelo método estrutural para revelar oposições binárias ou uma relação sistemática. A diretriz teórica é encontrar classes de fenômenos e tipos de sociedade nas quais o método seja mais proveitoso. Os sistemas de parentesco mostram um campo profícuo, pois os termos que designam os parentes e as possíveis relações entre eles são limitados, indicando uma natureza finita de sistema fechado. Em relação aos tipos de sociedade, as primitivas ajeitam-se particularmente bem ao corte estruturalista de realidade, pois tendem a ser estáveis. Por isso, absorvem perturbações, introduzidas por um elemento, com um “mínimo de deformação sistemática” (Hénaff, 1998). Dessa maneira, focar a atenção nos problemas de parentesco em populações primitivas é a quintessência das pesquisas estruturais e por essa razão que o estruturalismo é tão importante e tão fecundo para a questão do avunculado.

A análise estrutural do avunculado.

Após esta breve explicação do método estrutural o passo seguinte é entender como Lévi-Strauss usou esse arcabouço teórico quando se dedicou ao avunculado, em diferentes oportunidades. No famoso “*As Estruturas Elementares do Parentesco*”(2003), foram expostas as idéias de reciprocidade, exogamia e proibição do incesto como as responsáveis pela existência de um elemento masculino da linhagem da mulher na “família elementar”, isto é, a família que abrigue o mínimo de pessoas e relações que se repetem estruturadamente no universo de sociedades observáveis. Como essa estrutura elementar do parentesco não pode ser reduzida com a saída de qualquer um dos atores, Lévi-Strauss chamou de “átomo de parentesco” o sistema de relações sociais que ocorrem entre marido, mulher, um representante de sua família que a deu em casamento e a prole do casal. Essa estrutura é chamada de *avuncular*, porque normalmente é o irmão que fornece a irmã no mercado de trocas de esposas. A importância desse conceito dificilmente pode ser superestimada; ele

sintetiza a exogamia e a proibição do incesto, superando a equivocada noção de família humana composta por mãe, pai e filho. Do ponto de vista da biologia, Edward O. Wilson (1978) diz que o átomo de parentesco, tal como descrito por Lévi-Strauss é uma característica da natureza humana. A representação gráfica dessa estrutura pode ser vista na figura 1 (1.1 -organização matrilinear; e 1.2. -organização patrilinear).

Figura 1.

No livro de 1949 (data da publicação de *Estruturas Elementares de Parentesco*) a relação entre o tio materno e o sobrinho é analisada no contexto das relações de casamento, que em diferentes sociedades reserva a eles diferentes, algumas vezes invertidos, papéis de fornecedor de esposa e tomador de esposa, o que gera sentimentos ambivalentes entre eles. Em outras duas publicações de 1945 e 1953⁶⁴, Lévi-Strauss postula a explicação sistemática das relações internas do “átomo de parentesco”, indicando que a relação entre o irmão da mãe e o filho da irmã deve ser compreendida como parte integrante de um sistema composto também pelas outras três relações internas que formam aquela estrutura familiar mínima. Nesses artigos, Lévi-Strauss leva em consideração como sistemas de organização social e herança acabam gerando influências em todas as relações dos atores que compõem a estrutura

⁶⁴ São dois os artigos nos quais Lévi-Strauss procede a uma análise do avunculado: 1) “*A análise estrutural em lingüística e antropologia*” (1945); 2) “*Lingüística e Antropologia*. (1953)” Os textos foram reunidos no *Antropologia Estrutural I*, publicado no Brasil em 1996. O primeiro é bem mais explícito e o segundo traz uma breve referência quanto à possibilidade de organização social.

mínima de família. A relação entre tio e sobrinho, no contexto das regras exogâmicas do casamento do primo cruzado matrilateral e avuncular, pode ser analisada a partir da comparação de estruturas opostas, que denotam uma ausência de conflitos que ocorrem na outra, em razão da competição que se estabelece entre o tio e o sobrinho pela mesma mulher. Essa explicação de Lévi-Strauss, trazida no Livro *Estruturas Elementares de Parentesco*, de 1949, veio à publicação posteriormente a uma outra forma de análise estrutural empreendida por ele sobre o mesmo tema do irmão da mãe, num artigo de 1945.

Esse artigo deveria ser tratado em primeiro lugar, se este trabalho estivesse preocupado com a ordem cronológica e não lógica do pensamento levistraussiano. O artigo de 1945 se baseia na abordagem sistemática das relações entre os elementos (marido, mulher, filho e elemento da família da mulher) que compõem o átomo de parentesco, conceito extensamente tratado em 1949, mas tocado de passagem no artigo de 1945. Além disso, Lévi-Strauss utiliza sinais de (+) e (-) para indicar o conteúdo das relações entre os parentes e estabelecer a lógica das emoções nos relacionamentos; mas nada diz quanto às razões porque os parentes adotam tais atitudes (Hénaff, 1998), o que foi feito no livro de 1949, pelo menos entre o tio e o sobrinho. A despeito da cronologia das publicações, a ordem escolhida torna mais clara a exposição das idéias, até porque provavelmente Lévi-Strauss usou a publicação de 1949 para ‘aclarar’ certas postulações antes realizadas e não para desmentir o que antes havia publicado.

O princípio da reciprocidade e o “átomo de parentesco”

Estruturas Elementares de Parentesco (Lévi-Strauss, 2003) se caracteriza pela exposição de princípios que regulam os casamentos e de várias manifestações empíricas de sistemas de parentesco, mas é essencialmente o desenvolvimento à exaustão de uma e solitária idéia: reciprocidade (Hénaff, 1998)⁶⁵. É a reciprocidade a chave para compreender o tabu do incesto, a exogamia e as regras de parentesco, cuja

⁶⁵ No capítulo seguinte será exposta a teoria do altruísmo recíproco humano sob o ponto de vista da Biologia, como apresentado por Robert L. Trivers. A argumentação central de ambos os trabalhos é absolutamente parecida, em especial no que se relaciona a “módulos” ou “estruturas” mentais inconscientes como responsáveis pela capacidade humana de troca.

função é essencialmente organizar casamentos, através da criação de categorias abstratas que englobem algumas pessoas e excluam outras, permitindo prescrever ou vedar cônjuges. De acordo com Marcel Mauss (2001), em cujo trabalho se abeberou Lévi-Strauss, o ser humano é dotado de um instinto básico de *dar presentes e receber presentes de volta* e que esse princípio se molda às relações entre parentes, nas chamadas *alianças de casamento*. Além dessas formas de organização de casamentos, o sistema de reciprocidade também pode elucidar o papel do tio materno em certos sistemas de parentesco. Esse é o ponto que interessa mais de perto neste trabalho. Mas antes de chegar nele, é necessário compreender melhor as idéias centrais da obra de Lévi-Strauss.

A distinção entre estado de natureza e estado de cultura, embora prenhe de dificuldades, tem validade metodológica indiscutível para o estudo do homem, porque esse é ao mesmo tempo um ser biológico e um indivíduo social, respondendo ao mundo ora de acordo com sua natureza, ora de acordo com a sua condição (Lévi-Strauss, 2003). A dificuldade de separar o que vem da história biológica do que se adquire na vida em sociedade é que o estímulo biológico e o social despertam reações do mesmo tipo, sem falar da superposição de causas, que integram as fontes animais e as culturais do comportamento humano. O caminho dos estudos com crianças livres da influência do aprendizado se mostra impossível ou no mínimo pouco eloquente. Dessa constatação, Lévi-Strauss deduz que não se consegue ver no homem um comportamento pré-cultural, devendo haver um caminho inverso, o de procurar traços culturais em animais não humanos, especialmente os grandes símios⁶⁶ (2003). Aqui a via, igualmente, parece conduzir a um beco sem saída.

Os estudos da época em que o livro foi escrito indicavam que o comportamento desses animais era errático e imprevisível, enquanto que a cultura é a manifestação da regularidade: uma norma. Seria, portanto, um círculo vicioso procurar na natureza a origem das regras que supõem a cultura. Nos fatos não controlados pela natureza, onde existe uma norma, existe também a cultura, o domínio do relativo e do particular. O universal, simetricamente, expressa a atitude

⁶⁶ O livro foi escrito durante os anos 1940, época em que os estudos com observação de primatas estavam em estágio muito acanhado, longe dos progressos que a ecologia comportamental evolutiva pode aportar a partir dos anos de 1960 em diante. Dessa forma, a idéia de ‘regras’ e ‘normas’ para as atitudes, como indicadoras de traços de cultura, presentes os conhecimentos existentes hoje sobre a vida dos nossos parentes mais próximos, pode levar à conclusão de que existe cultura entre os

controlada pela herança biológica e se caracteriza pela espontaneidade. O critério da ‘norma’ x ‘universalidade’ permite isolar o que é de uma realidade e o que é de outra, mas nada diz quanto a um ponto intermediário, que represente uma transição entre esses opostos. Um conjunto de instituições sociais designadas por ‘proibição do incesto’ apresenta indissoluvelmente reunidos os dois caracteres através dos quais é possível perceber os atributos das duas ordens, isto é, *constituem uma regra, mas uma regra que, única entre todas as regras sociais, possui ao mesmo tempo caráter de universalidade* (Lévi-Strauss, 2003, p. 47). É regra porque varia de cultura para cultura, tanto para proibição quanto para as penas com as quais a sociedade reprova e pune os incestuosos. Porém, a despeito da variação, existe uma uniformidade subjacente: em todos os grupos existem casamentos proibidos, o que indica uma base natural.

Simultaneamente, as regras da proibição do incesto têm natureza social e pré-social por dois motivos. Em primeiro lugar porque é universal; em segundo porque regulam relações sexuais, que expressam o mais alto grau de animalidade e atesta a sobrevivência do instinto no seio da cultura. É, pois, no terreno da vida sexual que a passagem das duas ordens deve necessariamente efetuar-se⁶⁷. As tentativas de explicação do incesto reduzem-se a três categorias. A primeira delas é entender a proibição ao mesmo tempo natural e social, no sentido de ser uma ‘reflexão’ sobre um ‘fato natural’, que é a deleteriedade biológica dos casamentos consangüíneos. Lévi-Strauss, ironicamente, acha fantástico que se atribua uma inusitada clarividência eugênica aos primitivos, revelando o que mesmo cientistas modernos não conseguiram estabelecer, a propalada degradação genética dos casamentos endogâmicos em pequenas populações. Pelo contrário, o processo de domesticação de plantas, acessível à humanidade desde o final do paleolítico, fala a favor da perfeição do referido método reprodutivo. De uma maneira geral, o autor minimiza os riscos biológicos dos casamentos endogâmicos, especialmente nas sociedades primitivas compostas por pequenos grupos de pessoas aparentadas, afastando a explicação de ‘risco biológico’, como apta a justificar a proibição do incesto.

chimpanzés e até outros primatas que longe de apresentarem respostas erráticas, exibem uma lógica bastante definida.

⁶⁷ O trecho é bem expressivo: “ (a vedação do incesto é a) *regra que abrange aquilo que na sociedade lhe é mais alheio, mas ao mesmo tempo regra social que retém, na natureza, o que é capaz de superá-la. A proibição do incesto está ao mesmo tempo no limiar da cultura, na cultura, e em certo sentido é a própria cultura.* (Lévi-Strauss, 2003, p. 50)

Uma segunda corrente vê no incesto reconhecimento social, reflexo, projeção de uma repulsa instintiva, natural, chamada por Lévi-Strauss de preconceito da ‘voz do sangue’, que elimina completamente o pólo social do fenômeno sob análise. É difícil sustentar a proibição do incesto como uma aversão natural, quando depende do prévio conhecimento das relações de parentesco consideradas. Além disso, fosse de fato uma reação fisiológica não haveria porque ser proibida socialmente. Acrescente-se que apontar uma origem estritamente biológica da vedação do incesto não explica a imensa variação de proibições de casamentos entre parentes próximos, criando uma perplexidade quando uma determinada sociedade prescreve casamento de primos cruzados e considera espúrio o casamento entre primos paralelos. A terceira corrente explicativa elimina o pólo natural, circunscrevendo a vedação do incesto a um fenômeno exclusivamente cultural, cuja repercussão biológica é acidental e secundária. A falácia aqui reside em tentar explicar algo ‘universal’, através de uma seqüência de eventos históricos, cuja contingência impede crer que poderiam se repetir em mais de uma sociedade. As circunstâncias históricas não se prestam a esclarecer “ *causas profundas e onipresentes [que] fazem com que em todas as sociedades e em todas as épocas, exista uma regulamentação entre os sexos*” (Lévi-Strauss, 2003, p. 61). Em suma, as explicações biológicas, baseadas na expressão da natureza, podem ser universalizadas, mas são falsas; as históricas e culturais podem ser verdadeiras (posto decorrerem da simples observação dos fatos), mas não podem ser generalizadas (Hénaff, 1998). Porém o pecado de tais teorias é tentar compreender a proibição do incesto como algo estático, não conseguindo captar a essência da questão, situada no limiar de duas ordens explicativas, a cultural e a natural. Mas a proibição do incesto não é nem tanto ao céu e nem tanto a terra, circunstância que torna recomendável apenas uma ‘síntese dinâmica’. A proibição do incesto é a passagem da natureza para a cultura; da consangüinidade biológica para a aliança social.

A proibição do incesto confunde-se com a ‘regra da exogamia’, na medida em que dos conceitos de parentes consangüíneos na qual a primeira se funda gera como consequência a possibilidade de que os casamentos sejam feitos fora do grupo, que é justamente como se define a última. No cerne da proibição do incesto está o ‘fato da regra’, ou a existência da ‘regra como regra’ que se considera universal, enquanto que suas múltiplas variações são manifestações culturais, indissociáveis da necessidade

humana de organizar o sistema de alianças exogâmicas. A universalidade se explica pela necessidade de que o grupo tem de intervir para criar opções de casamentos para todos os homens, porque as mulheres são insuficientes ou injustamente distribuídas. A existência de uma regra, qualquer uma, significa que o grupo tem o comando sobre o que se considera essencial. Na questão das regras universais de casamento, das quais a vedação do incesto nada mais é do que uma expressão particular, a desigualdade entre os homens do grupo é evitada possibilitando casamento a todos.

A proibição de casamentos em círculos familiares é um exemplo da regra de reciprocidade e pode ser compreendida como o reconhecimento da insuficiência do estado de fraternidade e de paternidade como fundamentos para reivindicar uma esposa. Escapa-se do domínio da família para o domínio do grupo, porque as relações entre homens e mulheres passam a ser definidas em termos de grupo e não de família. Daí a frase clássica de Lévi-Strauss de que o incesto é socialmente absurdo, antes de ser moralmente culpável. Essa regra universal é, ao mesmo tempo, vantajosa para os indivíduos, obrigados a renunciar imediatamente a um lote de mulheres com as quais desfruta de privilégios, porém limitado, restrito ou mesmo inexistente, por um universo feminino que lhe permita desfrutar de uma disponibilidade, que varia de lugar para lugar, mas que é tão elevada quanto possível e a mesma para todos. E isso não ocorre como um ato deliberado e fruto do raciocínio abstrato, que encaminharia os homens à renúncia de um privilégio, mas como resultado de uma resolução espontânea de tensões psicossociais (Lévi-Strauss, 2003). A interdição de parentes de um dado círculo como possíveis esposos ou a determinação como esposos obrigatórios tem como primeira consequência dar início a uma organização social, através da troca de mulheres. A proibição do uso sexual da filha ou da irmã torna obrigatório que ela seja dada a outro homem (renúncia), ao mesmo tempo em que cria um direito (reivindicação) sobre a irmã desse outro homem, ou de um outro homem definido em sistemas de trocas mais complexos. De fato, são reconhecidas duas formas básicas de trocas. A primeira é chamada de ‘troca simples’, na qual o grupo A fornece mulher para o grupo B e esse fornece mulher para o grupo A. A segunda forma é a ‘troca generalizada’, na qual o grupo A fornece mulher para o grupo B, que fornece para o grupo C, que fornece para o A.

Todas as estipulações negativas acabam gerando uma compensação positiva que se traduzem em casamentos exogâmicos com as trocas de mulheres. Daí ‘o

princípio da reciprocidade’, que não se situa no plano dos fatos ou fenômenos e no qual todo o complexo sistema de trocas se baseia, numa clara alusão à presença de estruturas psicológicas por trás dos fatos que ocorrem no mundo dos fenômenos. A reciprocidade exige que grupos se reconheçam mutuamente tanto nos aspectos mais negativos como guerras, quanto no oposto extremo de presentes, alianças e comércio. Lévi-Strauss impressionou-se com a inclinação humana inata de se engajar em trocas de presentes, sendo essa capacidade fundamental para compreender grande parte dos fenômenos sociais. Essa aptidão primitiva para as trocas seria um ‘fato social total’, dotado de significação religiosa, sociológica, mágica, econômica, utilitária, sentimental, jurídica e moral, em episódios como festas e cerimônias marcadas por vastas operações de troca, sendo presente supremo a mulher que se insere nesse imenso contínuo de dar e receber presentes. A estrutura mental inconsciente por trás dessas operações de troca se baseia na necessidade de tratar a regra da exogamia como regra de casamento; na compreensão de que a reciprocidade é a forma mais intuitiva de intermediar a oposição entre eu e o outro; e, finalmente, na aceitação do ‘caráter sintético’ da troca, isto é, perceber que a transferência consentida de um valor, de um indivíduo para o outro, os transformam em aliados e acrescenta um novo e diferente valor à troca.

O escambo de mulheres, bens ou serviços, permite a convivência social pacífica, tendo papel moral ativo na finalização das disputas e na manutenção da cordialidade entre bandos, através da relação artificial de parentesco. No entanto, não se pode esquecer que as trocas são guerras pacificamente resolvidas, enquanto que as guerras são o desfecho de transações infelizes. A necessidade ingente de dar mulher ‘ao mercado’ cria a ‘terceira parte que oferece o presente’ (Lévi-Strauss, 2003; Mauss, 2001), que se credita ou está pagando por um benefício antes recebido. A generalização de uma regra que impõe o câmbio de mulheres pela via da proibição do incesto é a responsável pela presença do cunhado na definição de uma mínima familiar mínima. A proibição do incesto desencadeia a circulação de mulheres como forma de fazer alianças. Essa necessidade exógama gera como consequência a divisão do grupo em subgrupos os quais o indivíduo pode ou não casar.

A partir dessas idéias todas, Lévi-Strauss passou a enfrentar a questão da complexa relação entre o tio materno e o sobrinho, nas várias sociedades abordadas no livro de 1949. Primeiramente, ele deduziu o *átomo de parentesco*, o sistema que se

forma com a presença de quatro elementos que se podem opor em relações binárias: marido, mulher, filho e cunhado e considera três tipos de relações distintas: uma relação de consangüinidade (marido e mulher), uma relação de filiação ou hereditariedade (casal e filho; tio e sobrinho) e uma relação de aliança (marido e cunhado)⁶⁸. Com isso, transpôs a idéia de família biológica fundada em apenas duas relações para atingir uma idéia sociológica de família. O caráter primitivo e irreduzível da unidade básica de parentesco é o resultado da presença universal da vedação do incesto, que significa dizer que na sociedade humana um homem deve obter uma mulher de outro homem, que por sua vez oferece sua filha ou irmã. Em matéria de casamento é preciso dar e receber, mas só se pode receber de quem tem a obrigação de dar e é preciso dar a quem possui o direito de receber. Toda aquisição de mulher – ou qualquer outro presente ritual – acarreta uma obrigação concomitante e toda renúncia exige uma compensação (Lévi-Strauss, 2003). A presença do tio materno, considerando a proibição do incesto, é a pré-condição necessária para a existência da estrutura elementar de família que o átomo de parentesco representa (Harris, 2001, p. 495, Lévi-Strauss, 1996).

A simples presença do tio na estrutura básica do parentesco nada diz sobre a razão pela qual em algumas sociedades são amados e adorados, enquanto em outras, abominados. Para que essa dicotomia possa ser compreendida é necessário entender como se formam os casamentos recíprocos em grupos primitivos, cujos princípios básicos são: a proibição do incesto, a troca de mulheres, a exogamia e o sistema de subgrupos que funcionam ao mesmo tempo como fornecedores e tomadores de mulheres. Independentemente da maneira como o grupo se divide, os filhos do irmão do pai e da irmã da mãe, chamados de *parentes paralelos*, ocupam a mesma metade que Ego. Simetricamente os filhos da irmã do pai e do irmão da mãe, chamados de *parentes cruzados*, são alocados sempre na outra metade, sendo os primeiros colaterais com quem se pode casar. Por essas razões é tão comum que o irmão do pai ou da irmã da mãe sejam chamados de pai ou de mãe, e seus descendentes de irmãos ou irmãs. Mas as consequências dessa reunião de limitações vão além da maneira

⁶⁸ Esse trecho é expressivo: “O caráter primitivo e irreduzível do elemento de parentesco, tal como o definimos, resulta realmente, de modo imediato, da existência universal da proibição do incesto. Isto equivale a dizer que, na sociedade humana, um homem só pode obter a mulher de outro homem, que lhe cede sob forma de filha ou de irmã. Não temos, pois, necessidade de explicar como o tio materno faz sua aparição na estrutura de parentesco: ele não aparece, ele é imediatamente dado, ele é a sua condição.” (1996, p. 64)

como o sistema terminológico funciona. As próprias regras de casamento, isto é, quem casa com quem, quem pode casar com quem, quem não pode casar com quem, com amplo detalhamento intra-cultural e enorme variação inter-cultural são condicionadas por essas estruturas de aplicação universal.

O resultado da operação de procurar uma imensa variedade de formas de casamento como dados empíricos ou fatos manifestos e extrair quais estruturas são subjacentes é uma enorme redução de manifestações estruturais. Há estruturas que se repetem freqüentemente em diferentes lugares, ainda que sob expressões incomparáveis no plano dos fatos. Os sistemas de parentesco, como os sistemas fonológicos, são elaborados pelo espírito no estágio do pensamento inconsciente (Lévi-Strauss, 1996). Isso explica as recorrências de formas de parentesco, regras de casamento e atitudes prescritas, em sociedades profundamente diferentes, indicando a existência de leis gerais (Lévi-Strauss, 1993, p. 49). Isso é tão verdadeiro que o livro de 1949 cuida de muitas formas de casamento na Austrália, na China, na Índia, na América do Norte que se reduzem a apenas um punhado de estruturas de casamento. As razões para tamanha redução são bastante claras. Sistemas de parentesco e regras de casamento existem para assegurar a exogamia e a troca equilibrada de mulheres entre os grupos. Logo, sistemas que levam ao desequilíbrio na contabilidade das mulheres tendem a desaparecer porque são deletérios ao comércio pacífico. Se um grupo recebe mulheres sem ser recíproco, os homens do outro grupo ficam sem casamento, gerando tensões sociais que podem acabar em disputas. As regras de casamento existem para evitar tais disputas, permitindo casamentos a todos (Chagnon, 2000). Por outro lado, a falta de planejamento cuidadoso dos casamentos entre grupos gera tensões sociais que as complexas regras exogâmicas são capazes de evitar.

A estrutura de casamento mais freqüente e mais antiga (porém não a única) é a que determina a união entre primos cruzados⁶⁹ e proíbe o casamento entre primos paralelos. Primos cruzados são os filhos do irmão da mãe e da irmã do pai, enquanto que os paralelos são os filhos do irmão do pai e da irmã da mãe. A prescrição do primeiro tipo em quase a totalidade das sociedades primitivas mencionadas por Lévi-

⁶⁹ Apenas para registrar, Charles Darwin casou-se com Emma Wedgwood que vinha a ser sua prima cruzada, filha de seu tio materno Josiah Wedgwood. A prática dos casamentos entre primos cruzados continua comum, embora restrita nos dias de hoje. Na sociedade atual o casamento entre primos é uma demonstração de endogamia, quase que restrita famílias reais ou extremamente ricas (Coniff, 2004). Em famílias pobres, o casamento é uma oportunidade de ascensão social para as mulheres, razão pela

Strauss e a proibição simultânea do segundo nessas mesmas sociedades justifica-se pela necessidade de se manter equilibrada a contabilidade entre os grupos. Assim a prescrição do casamento de primos cruzados é parte indissociável do mesmo fenômeno que gera a proibição do casamento de primos paralelos; são duas faces da mesma moeda⁷⁰. São possíveis três formas de casamentos entre primos cruzados: a) matrilateral: Ego se casa com a filha do irmão de sua mãe; b) patrilateral: Ego se casa com a filha da irmã de seu pai e c) bilateral: ambas as formas são facultadas a Ego. Em sociedades nas quais as trocas são restritas, isto é, o grupo A fornece uma mulher para o grupo B e esse deve retribuir uma mulher para o grupo A, os casamentos são entre primos cruzados bilaterais, não sendo possível a segmentação matrilateral ou patrilateral. Consideram-se trocas generalizadas aquelas através das quais o grupo A fornece uma mulher para o grupo B que fornece uma mulher para o grupo C que fornece para A, ou quaisquer outros sistemas com mais divisões que repitam ou possam ser reduzidas à relação triangular. Esses sistemas convivem perfeitamente com os de trocas restritas. Num sistema de trocas complexas ($A \rightarrow B \rightarrow C \rightarrow A$), é possível inserir uma troca restrita ($A \rightarrow B \rightarrow A$), sem que o sistema seja destruído. Essa maleabilidade, o sistema de trocas restritas não tem, porque não pode admitir um grupo C, sem alterar substancialmente a troca entre os grupos A e B⁷¹.

No sistema de trocas generalizadas, a regra de casamento que prevalece é a do primo cruzado matrilateral. Numericamente existem muito mais sociedades com sistemas de trocas complexas, razão pela qual o casamento clássico, a estrutura matrimonial que mais aparece é a do primo cruzado matrilateral. Nessa situação, é o

qual sua incidência é menor. Perante a Igreja Católica, por exemplo, o casamento entre primos somente pode ser celebrado com a autorização do Bispo, o que reforça a idéia de que se limita a famílias ricas.

⁷⁰ O seguinte trecho é extremamente importante: “Mas a importância excepcional do casamento entre primos cruzados não provém somente, segundo nosso ver, da posição única que ocupa na encruzilhada das instituições matrimoniais. Também não se limita a esse papel de ‘instituição que permite diferentes escolhas’, graças ao qual este tipo de casamento estabelece uma conexão entre a proibição do incesto e a organização dualista. **O interesse do casamento entre primos cruzados reside, sobretudo, no fato da divisão que estabelece entre cônjuges prescritos e cônjuges proibidos recortar uma categoria de parentes que, do ponto de vista do grau de proximidade biológica, são rigorosamente intercambiáveis.** Este ponto foi frequentemente invocado para provar que as proibições matrimoniais não têm nenhum fundamento biológico, mas parece-nos que seu pleno alcance nunca foi claramente percebido”. (nm) (Lévi-Strauss, 2003, p. 161).

⁷¹ A função das trocas generalizadas é minimizar conflitos entre os grupos, porque o ato de dar o presente e receber ocorre *indiretamente*, diminuindo a margem de desentendimento entre os grupos que dão e os que recebem mulheres. Sistemas de trocas restritas, do grupo A para o B e vice-versa são mais sujeitos a gerar conflitos e a suspeitas mútuas. O grupo A pode se enciumar de B que pode estar se aproximando de um outro grupo C, isolando reprodutivamente o grupo preterido.

tio que fornece a esposa para o sobrinho. A relação entre o tio e o sobrinho nessa estrutura é marcada por amabilidades do tio-sogro e por deveres sociais do sogro para com o genro, sem que esse seja obrigado a retribuir. Ao fornecer a filha em casamento, o tio ‘paga uma dívida’, gerada com o seu casamento, não tendo direito de pleitear qualquer coisa de seu sobrinho, que representa o grupo credor. Nas formas de casamento entre primos cruzados matrilaterais não há chance de o tio materno ser competidor nem devedor do grupo do sobrinho, não havendo porque se estabelecer conflito decorrente do comércio de mulheres e dos deveres a ele associados. Pelo contrário, o tio desenvolve uma estreita relação com o sobrinho, especialmente na época do casamento deste, ajudando no casamento ou, melhor dizendo, provendo a esposa para o filho da irmã (Lévi-Strauss, 2003).

Outra característica dos sistemas de casamentos de primos cruzados matrilaterais, revelada pela observação etnográfica, é que a despeito de se constituírem uma unidade a ponto de serem isolados, eles nunca são encontrados numa forma rigorosamente pura, neles se misturando sempre um elemento de troca simples, heterogêneo e irreduzível, à troca generalizada (Lévi-Strauss, 2003). Por essa razão, em algumas sociedades, ao lado do casamento prescrito entre primos cruzados matrilaterais, ocorre uma estrutura oposta, que indica a preferência para o irmão da mãe se casar com a filha da irmã, chamada de *casamento avuncular*. Embora opostas, as estruturas de casamento do primo cruzado e avuncular são manifestações do mesmo e singular princípio da reciprocidade. A preferência do tio sobre a sobrinha reflete uma estrutura de troca mais simples do que a de casamento entre primos cruzados, porque resulta da reivindicação que um homem faz sobre a prole da irmã, cedida em casamento⁷², levando à idéia de que o tio, do grupo A, dá a irmã para o cunhado, do grupo B; e posteriormente recebe em pagamento do cunhado a filha de sua irmã, portanto do grupo B. Nessa situação, o sobrinho é do grupo fornecedor de mulheres e vai se tornar, por aliança, cunhado do tio pelo pagamento de uma dívida à

⁷² Os fundamentos do pleito do tio podem ser de variadas ordens. É bastante comum, em sociedades em que há o preço da noiva, que o tio fique com uma parte dos recursos gerados com a venda da sobrinha, o que ocorre inclusive entre os BaThonga como visto acima. O recurso gerado com a venda da sobrinha pode ser usado como desconto para adquirir a sobrinha dando-a a seu filho (quando permitido o casamento de primos patrilaterais). Ou ainda, para ajudar na compra da esposa do filho da irmã ou em muitos casos para adquirir a sobrinha ‘em causa própria’. Muitas vezes o tio tem a preferência do casamento com a sobrinha, como uma reminiscência, um vestígio, do sistema simples de troca de outrora, em sociedades nas quais se vive num regime de trocas generalizadas.

qual não contraiu e que não o beneficia, porque deveria estar fornecendo mulheres para o grupo C.

A relação do tio materno e o sobrinho vai ser afetada, positiva ou negativamente, de acordo com as regras de casamento e com os sistemas de trocas de esposas que os grupos tiverem. Nos casos em que o tio é o fornecedor de esposas, as relações dele com o sobrinho seguem um padrão marcado pela cordialidade; nos casos em que o sobrinho é o fornecedor da mulher, o padrão de relacionamento social é marcado pelo conflito. Isso se explica em razão da reciprocidade, de acordo com Hénaff (1998). Mas não só, acrescente-se. O pleito do tio intercala no contínuo da troca generalizada um segmento de troca restrita, demandando a filha da irmã como pagamento pelo fornecimento desta. O sistema de trocas complexas funciona com o seguinte fluxo de trocas $A \rightarrow B \rightarrow C \rightarrow A$. Se o tio está no grupo A ele fornece a filha para o sobrinho, que está no grupo B. Esse por sua vez retribui para o grupo C. Esse movimento é contínuo e opera num único sentido dando a impressão que existem mulheres suficientes; da mesma forma que a dança das cadeiras, que parecem disponíveis porque as pessoas estão se movimentando. Quando a música para de repente, alguém vai ficar de pé e solteiro. Uma forma de parar a música (e tirar a cadeira) quando o sobrinho está dançando é intercalar na troca generalizada em curso uma troca restrita, isto é, o tio membro do grupo A fornece sua irmã para um membro do grupo B, no qual estão o cunhado do tio e seu sobrinho. O tio pode pleitear do seu cunhado, que ao invés de pagar para o grupo C, que lhe entregue a filha em pagamento pela irmã, anteriormente fornecida, inserindo uma restrição à troca generalizada. O dever de entregar a irmã atrapalha o ingresso do sobrinho no mercado de mulheres, a despeito do crédito que adquire com seu tio materno, como decorrência do sistema de troca restrita ou como reingresso no sistema de trocas generalizadas, porque em qualquer caso o tio do grupo A deve pagar para o sobrinho do grupo B. A assimetria gerada pela convivência entre um sistema de trocas generalizadas, através do casamento de primos cruzados e a de trocas simples que o casamento avuncular gera colocam imediatamente o tio numa posição devedora em relação ao sobrinho, porque o último fica privado de uma mulher para trocar. O problema é que o desequilíbrio inicial produzido numa dada geração, entre o que cede uma mulher e o que a recebe só se estabiliza pelas contraprestações que se sucedem nas gerações posteriores. O sobrinho terá que esperar pela prole do tio e de sua irmã

(Lévi-Strauss, 1993). Com isso, pode ser que o sobrinho, naquela oportunidade, seja o escolhido para arcar com um ‘ajuste fiscal’ na contabilidade de casamentos de uma determinada sociedade, deixando de usufruir comercialmente a mulher que será entregue ao tio, que passa a ser um competidor do sobrinho. Ambos reivindicam a mesma mulher; o tio para se casar e o sobrinho para usar a irmã como ingresso para entrar no baile que define os casamentos. Nessa forma de preferir casamentos, o tio é um empecilho, uma dificuldade, um atraso na vida do sobrinho, com quem presumivelmente manterá, a despeito da aliança de casamento, uma relação marcada pela hostilidade e pela desconfiança que todo credor tem em relação ao recebimento do crédito.

Para Hénaff (1998) é a reciprocidade que justifica os comportamentos do tio e do sobrinho, em diferentes formas de organização social. Não é possível, porém, concordar com os fundamentos que esse autor coloca usa essa justificativa. Para ele, a reciprocidade acolhe a idéia de superioridade do status de quem entrega e de dependência e submissão para quem recebe a mulher e que esse fator explicaria as tensões entre tio e sobrinho. Essa afirmação conduz a análise do comportamento social do tio e do sobrinho a uma descrição estática das relações sociais, definidas topologicamente. Conduziria igualmente a uma conclusão de todo incoerente: as alianças geradas com o casamento necessariamente levam a uma situação de animosidade, quer quando o tio fornece a mulher, quer na hipótese em que o sobrinho é o supridor. Mas isso não é verdade. O caráter instável e cambiante da relação com o cunhado se deve não ao fato da incessante troca de presentes que vem junto com o casamento, mas em razão do resultado final da troca, positivo ou negativo.

Se a troca significou um prejuízo para um dos lados, como para o sobrinho no casamento avuncular, a tensão estará no ar e a relação de aliança sempre à beira de uma crise. Se a troca foi equilibrada, a relação de aliança será mais estável e menos suscetível a fissões. Além disso, se Hénaff está correto quando afirma que é a posição de fornecedor que dá superioridade a alguém e a de consumidor que lhe confere inferioridade, nos casos de casamento de primos cruzados, a relação entre o tio e o sobrinho será ruim porque aquele é superior a esse. Quando o casamento for avuncular, a relação será ruim porque o sobrinho é superior. Ter-se-ia a mesma consequência para duas causas distintas, o que não se admite. Além disso, se Hénaff estiver correto, a relação entre o tio e o sobrinho, nas duas formas de casamento

analisadas, será substancialmente a mesma, não se distinguindo uma da outra; mas sem oposições binárias não é possível estabelecer uma análise comparativa e estrutural. Ao lado da reciprocidade, o conflito inerente pelo recurso escasso, ou a mera possibilidade de desentendimento justifica a ambivalência no comportamento de tios maternos e sobrinhos nas sociedades primitivas. A idéia de que é a possibilidade de conflito pela mulher que se instaura entre tio materno e sobrinho numa forma de casamento (avuncular), mas não em outro (primos cruzados) mostra-se bastante consentânea com a teoria de Lévi-Strauss apegada à percepção que comércio e conflito são faces da mesma moeda.

A análise das relações do “átomo de parentesco”.

Como já foi dito, questões relacionadas ao parentesco são bastante adequadas para uma abordagem estruturalista. As relações sociais assim como as relações entre os fonemas não podem ser compreendidas, a menos que sejam entendidas as demais relações que compõem a estrutura social⁷³; é o todo social que o estruturalismo busca compreender (Lane, 1970). Os sistemas de parentesco, por se fundarem em palavras, servem para uma comparação com os sistemas fonológicos. De acordo com Leach (1974), foi Morgan quem iniciou a tradição, bem estabelecida em Antropologia, de atribuir grande relevância à maneira como as palavras são usadas para classificar genealogicamente indivíduos aparentados. Embora haja milhares de línguas humanas, todos os sistemas de termos que designam tais relações pertencem a uma meia dúzia de “tipos”. Morgan via nisso vestígio de estágios pelos quais a humanidade necessariamente teria passado no curso da evolução; a coincidência de sistemas terminológicos na base, em línguas diferentes na superfície, refletia o fato de que tais culturas estavam no mesmo estágio de desenvolvimento.

⁷³ Lane (1970) é textual: “provavelmente a mais distinta característica do método estruturalista é a ênfase que confere aos todos, às totalidades. Tradicionalmente, na ciência social anglo-americana, estrutura tem sido usada como um conceito analítico para fragmentar os conjuntos em seus elementos constitutivos, essencialmente um exercício de atomismo. Como os estruturalistas entendem e empregam o termo, uma nova importância tem sido conferida à prioridade lógica do todo em relação a suas partes. Eles insistem que o todo e suas partes somente podem ser propriamente explicados em termos de relações que existem entre as partes. A qualidade essencial do método estruturalista, e seu princípio fundamental, repousa em sua tentativa de estudar não os elementos de um todo, mas a rede complexa de relações que ligam e unem esses elementos” (p. 14)

Para Lévi-Strauss, ainda segundo Leach, qualquer sistema de termos de parentesco é um “exemplo” do grande e único sistema composto por todos os sistemas possíveis, o que por sua vez, é um precipitado da psicologia humana universal (Leach, 1974, p. 106). Morgan e Lévi-Strauss não estavam falando coisas distintas. Nada garante que as estruturas hoje existentes e que se manifestam na realidade, esses ‘exemplos’ do todo, surgiram de uma só vez. Mais sustentável é acreditar que as diferentes estruturas foram se somando ao longo do tempo, o que deixa vestígios. Se as estruturas existem na mente humana, como resultados da maneira como o cérebro funciona, é natural esperar que as estruturas de hoje sejam estruturas de ontem modificadas. Também não se pode garantir que no processo de gênese de novas estruturas, que as antigas sejam substituídas.

O sistema de parentesco abrange duas ordens de realidade muito diferentes. Inicialmente, existe uma nomenclatura do parentesco que é o conjunto dos termos com os quais designamos as pessoas aparentadas (pai, irmão, tio) para incluir pessoas em grupos significativos. Há também uma série de obrigações de conduta relacionadas a tais termos, que se designa de sistema de atitudes. As diferenças entre *sistemas terminológicos* e *sistemas de atitudes* não se resumem ao segundo ser uma consequência do primeiro. As atitudes verificadas nas relações entre os parentes componentes do átomo de parentesco, portanto, não decorrem da terminologia. Mas, embora exista uma interdependência, não há uma correspondência termo a termo. O avunculado, em regimes matrilineares ou patrilineares, reflete a dissociação entre os termos de parentesco e as atitudes, pois o mesmo termo “tio” desperta respostas comportamentais diferentes.

Ainda de acordo com Lévi-Strauss (1996a) o termo avunculado recebe dois sistemas de atitudes antitéticas: a) o tio representa autoridade familiar, sendo temido, respeitado, obedecido, possuindo direitos sobre o sobrinho; b) o sobrinho é quem exerce privilégios de familiaridade em relação ao seu tio que é amoroso e indulgente. Há, além disso, uma correlação entre a atitude em face do pai e do tio materno. Em ambos os casos ocorrem os mesmos sistemas de atitudes. Porém, invertidas. Nos grupos em que a relação entre o pai e filho é afetuosa, a relação entre o tio e o sobrinho é rigorosa; quando o pai é o foco do temor reverencial, o tio é tratado com liberdade, já percebido por Malinowski (2000) e Radcliffe-Brown (1924). Em síntese, a explicação era que a filiação, em última análise, explica o sentido dessas oposições;

sistemas que o pai é a autoridade, o tio é a mãe masculina; no inverso, o pai é a fonte de amor. Lévi-Strauss contrastou essa explicação com duas frentes. A primeira, a de que Radcliffe-Brown isolou arbitrariamente dois pares de oposição para análise (pai/filho e tio/sobrinho), quando deve abranger as quatro relações da estrutura mínima de família: irmão/irmã, marido/mulher, pai/filho ou tio materno/filho da irmã. A segunda foi no sentido de que a filiação não podia indicar com segurança a explicação do avunculado, na medida em que alguns exemplos etnográficos (que serão expostos abaixo), a relação entre tio e sobrinho era boa no matrilinear e a entre pai e filho era ruim; e em outro grupo, patrilinear, a relação entre pai e filho era boa e a ruim a relação entre tio e sobrinho.

Além das relações pai/filho e tio/sobrinho, Lévi-Strauss investigou como eram as relações entre os demais familiares componentes do “átomo de parentesco”. Lembrou-se de Malinowski informando que entre os Trobriand, uma tribo matrilinear, o marido e a mulher têm uma relação marcada pelo afeto, assim como a relação entre o pai e o filho; enquanto que a relação entre o irmão e a irmã é tipificada pela extrema cerimônia e distância social, o que também ocorre com o sobrinho. Ao contrário, os Tcherkesse, do Cáucaso, que são patrilineares, apontam hostilidade entre pai e filho, ao passo que o tio materno ajuda seu sobrinho. Marido e mulher não têm boa relação e sequer aparecem juntos em público. Quando se consideram sociedades como os Tcherkesse ou os Trobriands não basta observar a relação entre pai/filho e tio/sobrinho que são um aspecto do sistema global de quatro relações organicamente ligadas. Esses dois grupos corporificam uma lei assim formulada: nos dois grupos, a relação entre o tio materno e sobrinho está para a relação entre o irmão e a irmã, como a relação entre pai e filho está para a relação entre marido e mulher. Desde que se conheça um par de relações, as outras podem ser deduzidas.

Até esse ponto, a razão parecia estar com Radcliffe-Brown, que via na forma de filiação a explicação para o avunculado. Mas, Lévi-Strauss mostra que o fato de se fixar em duas relações, quando deveria observar as quatro, dava a falsa impressão de que era a filiação a responsável pela ambivalência das relações entre tio e sobrinho e pai e filho. Com os exemplos etnográficos seguintes, que procurou evidenciar que a correlação entre formas de avunculado e de tipos de filiação não esgota o problema sob análise. O primeiro contra-exemplo é o dos Tonga, uma organização patrilinear da Polinésia, onde as relações entre marido e mulher são públicas e harmoniosas. Outra

relação afetuosa é a que liga tio materno e sobrinho. A essas boas relações se opõem as relações entre pai e filho e irmão e irmã. Também patrilineares são os indígenas do lago Kotubu, na Nova Guiné, que apresentam uma estrutura oposta à última. Pai e filho têm ótimo relacionamento. Estranhamente, porque nessa sociedade há enorme assimetria entre marido e mulher sendo que essa é uma serva que trabalha duro para contentar ao senhor, sendo espancada nas vezes em que reclama. Quando espancada, a mulher recorre à proteção de seu irmão com quem mantém ótimo relacionamento. Tio materno e sobrinho têm relação marcada pelo temor do sobrinho porque o tio tem o poder de amaldiçoá-lo e atingi-lo com uma doença grave.

Essa última estrutura é do mesmo tipo dos Siuai de Bougainville, uma organização matrilinear, na qual se vêem relações amigáveis entre irmão e irmã e ausência de indicação de hostilidade na relação entre pai e filho. As relações entre tio e sobrinho são rígidas, tendo os rapazes pavor do tio; não parece haver harmonia entre marido e mulher, com elevada infidelidade feminina e enorme ciúme masculino. Quadro idêntico ocorre entre os Dobu, também matrilineares. Não há uma boa relação entre marido e mulher, que temem um a feitiçaria do outro. O irmão da mãe é o parente mais severo entre todos, batendo no sobrinho muito tempo depois que seus pais deixam de fazê-lo. A relação entre pai e filho é menos severa e freqüentemente esse privilegia o filho com a herança contrariando as regras que determinam a sucessão matrilinear. Entre irmão e irmã a relação é a mais forte entre todos os elos sociais.

Pelo que se pode constatar de todos esses exemplos etnográficos, sintetizados na Figura 2 as diferentes formas de relação entre tio e sobrinho podem ocorrer em um mesmo tipo de filiação, patrilinear ou matrilinear, mas sempre haverá a mesma relação fundamental entre os quatro pares de oposição, como se poderá perceber na utilização de sinais gráficos de (+) e (-). A lei sincrônica que se pode observar da Figura 2 pode ser verificada diacronicamente. Em algumas sociedades pode haver a transição de um sistema matrilinear para o patrilinear, como parece ter havido na Europa durante a idade média. Nesse caso, o poder do irmão sobre a irmã diminui no mesmo ritmo que aumenta o poder do marido. Simultaneamente, o elo entre o pai e o filho se enfraquece enquanto o vínculo entre tio materno e sobrinho se fortalece.

Figura 2 –

O avunculado, para ser compreendido, não pode tratar o tio como um elemento extrínseco; antes deve ser tratado como relação que existe no interior de um sistema que se compõem de todas as relações entre os componentes do átomo de parentesco⁷⁴. É o próprio sistema, com todas as relações familiares que lhe são inerentes, que deve ser considerado em seu conjunto, para se perceber a estrutura, fundada, ela própria, em quatro termos (irmão, irmã, pai, filho), unidos por dois pares de oposição, havendo sempre uma relação positiva e uma relação negativa.. A necessidade de contrastar as relações sociais como ‘opostas’ torna conveniente representar com o sinal (+) as relações “*livres e familiares*” e (-) as “*acentuadas pela hostilidade, antagonismo ou reserva*” ((Lévi-Strauss, 1996a, 63). Esses sinais são simplificações da realidade que apontam tendências; seu valor é ‘relativo’, não absoluto. A formulação de uma lei de correlações como a acima exposta foi um bom exemplo do sucesso de um empreendimento estruturalista, porque apresenta um conjunto de traços comuns em grupos de relações do mesmo tipo, mas tiradas de sociedades muito distantes umas das outras e sem relações históricas prováveis no passado ou agora (Hénaff, 1998, p. 86). Além disso, a lei do átomo de parentesco traz consigo uma lógica de implicações e exclusões que regula as relações entre os pares de parentes e permitem que se deduzam as combinações que são possíveis ou não. Isso atende ao objetivo levistraussiano de estabelecer relações necessárias para tratar as questões de parentesco de forma verdadeiramente objetiva, como uma ciência.

Embora seja possível que diferentes formas de avunculado possam existir independentemente dos tipos de filiação, matrilinear ou patrilinear, como se pode verificar dos exemplos acima, nos quais a atitude entre os parentes que compõem o átomo de parentesco abrangeu várias possibilidades em termos de combinação, Lévi-Strauss, num segundo artigo afirmou que algumas combinações ocorrem mais freqüentemente que outras. Repetindo a regra de correlação, quando as relações entre marido e mulher são positivas e as entre irmão e irmão negativas, verificam-se duas atitudes correlativas: positiva entre pai e filho e negativa entre tio materno e sobrinho.

⁷⁴ Lévi-Strauss é mais expressivo: “*nós interpretamos o avunculado como um traço característico da estrutura elementar. Esta estrutura elementar, resultante das relações definidas entre quatro termos é, ao nosso ver, o verdadeiro átomo de parentesco. Não há existência que possa ser concebida ou dada fora das exigências fundamentais de sua estrutura...*”

A estrutura simétrica, em que os sinais são invertidos, também aparece muito freqüentemente. Desta forma, conjuntos (+ -/+ -) e (- +/- +) são os mais encontrados entre as populações primitivas. Se cotejarmos essas estruturas com a Figura 3, veremos que a primeira é matrilinear de Trobriand e a segunda é a patrilinear dos Tcherkesse. São estruturas estáveis e bem marcadas. Outras, do tipo (+ -/+ +), (- +/- -), e do tipo (+ +/- -) e (- -/+ +), quando existem, são “pouco marcadas”, enquanto outras são raras e talvez impossíveis de ocorrer de forma nítida, pois “arriscariam provocar uma cisão da estrutura elementar, diacrônica ou sincronicamente” (Lévi-Strauss, 1996, p. 91). Essa avaliação corrobora um dos princípios do estruturalismo, segundo o qual a despeito da grande possibilidade de variação estrutural, na prática apenas algumas vão ocorrer. Lévi-Strauss não se preocupou em explicitar o que ele quis dizer com ‘estrutura pouco marcada’ e porque sistemas com uma configuração que foge dos sistemas matrilineares e patrilineares podem levar a uma cisão ‘agora ou no futuro’. Sem querer avançar sobre a hipótese a ser apresentada, a pesquisa comparativa desta tese mostrou, inegavelmente, a preponderância das estruturas patrilineares e matrilineares bem marcadas, enquanto as outras formas quando apareceram, o foram em número significativamente menor.

Os sistemas pouco marcados em termos de linearidade apresentam uma combinação de sinais das relações discrepante das estruturas sociais mais estáveis, que são as de linearidade bem definida, matrilinear ou patrilinear. Esse ‘desvio’ pode ocorrer em períodos de mudança das regras de filiação, de matrilinear para patrilinear, ou vice-versa⁷⁵. Sistemas de filiação definem, em última instância, se é o pai ou o tio quem deve ensinar técnicas de obtenção de alimento, magias e outros artefatos sociais ou tecnológicos ao membro da geração mais nova; se o tio ou o pai quem deve transmitir seu status e quando existe ‘patrimônio’ a seu sobrinho ou a seu filho. Tais deveres são marcadamente diferentes em sistemas estáveis matrilineares ou patrilineares. Numa mudança social do patrilinear para o matrilinear, pode ocorrer que o tio, que também é pai, passe a afrouxar seus deveres com o filho e a ser exigente com o sobrinho. Isso acarreta uma inversão no relacionamento entre os homens da geração mais velha com a mais nova, o que pode explicar, por exemplo, a situação

⁷⁵ Lévi-Strauss, como já afirmado, não é explícito quanto às razões pelas quais os sinais podem não acompanhar a previsão e porque algumas são estáveis e freqüentes e outras raras e disruptivas. Por essa razão a explicação aqui conferida é minha. Evitei lançar mão de idéias não vinculadas às do autor comentado. Porém desse ponto em diante a especulação é toda minha.

dos Kutubu (- +/+ -), que por serem patrilineares deveriam, numa situação de estabilidade social, exibir bom relacionamento entre tio e sobrinho e um relacionamento tenso entre pai e filho (- +/- +). Os sinais esperados foram encontrados nas relações entre as pessoas que estão na mesma geração dos Kutubu. Isso pode ser o resultado da manutenção, durante a metamorfose social, dos costumes relacionados ao marido e mulher e irmão e irmã que podem estar se alterando em diferentes velocidades em relação às modificações encontradas entre as gerações. O sistema é misto, isto é, nas relações entre as os membros de gerações diferentes (tio/sobrinho; pai/filho), ele é matrilinear (xx/+ -), enquanto que nas relações entre as pessoas da mesma geração (marido/mulher; irmão/irmã), a organização permanecia patrilinear (- +/xx).

O mesmo fenômeno, porém simétrico e invertido, pode ocorrer na sociedade Tonga, também patrilinear. Nela, as relações entre os parentes situados na mesma geração têm a configuração seguinte (+ -/xx) identificada com o sistema matrilinear, enquanto que as relações dos parentes situados nas diferentes gerações ostentam uma configuração patrilinear (xx/- +). Nesse último exemplo, a mudança pode estar ocorrendo do sistema matrilinear para o patrilinear ou simplesmente a mudança contrária se iniciou pelas relações que estão na mesma geração e não nas relações entre as pessoas que estão em diferentes gerações. Embora dos exemplos não se possa perceber o sentido da mudança desses exemplos, em razão da ausência de outros elementos, a situação de grupos metade matrilinear e metade patrilinear dura pouco, o que explica a raridade de distribuições de sinal que assim se caracterizam. Além disso, essa contradição entre ambos os sistemas convivendo na mesma estrutura social pode levar de fato a uma cisão no grupo, fruto de tensões que somente os sistemas estáveis podem resolver. De qualquer maneira, é importante fixar a idéia de que as estruturas estáveis, compostas pelas relações sistemáticas entre as pessoas que compõem o átomo de parentesco, de fato acontecem mesmo, são as matrilineares (+ -/+ -), do tipo Trobriand e as patrilineares (- +/- +), do tipo Tcherkesse.

Lévi-Strauss (1996a) limitou-se a afirmar invariabilidade das correlações entre os sinais. Hénaff (1998) se surpreende que ele não tenha partido para uma explicação fundada no sistema de reciprocidade, que antes havia permitido justificar a ambivalência da relação entre tio materno e sobrinho, para explicar o conteúdo das relações entre os demais termos de parentesco. O sistema de reciprocidade e as regras

de casamento que ocorrem nas formas complexas de troca levam necessariamente à constatação de que o conflito entre os homens em relação às mulheres como ‘bens do comércio’ ocorre quando ambos competem pelo mesmo recurso. Dessa forma, o sistema de reciprocidade pode explicar o antagonismo entre o tio e o sobrinho em sistemas de casamento avuncular, porque nesse caso há a disputa pela mesma mulher. A reciprocidade pode explicar também e eventualmente o conflito entre pai e filho, em sistemas de regras de casamento em que ambos possam se casar com a mesma mulher ou em casos que o pai e o filho disputam filha e irmã como recursos para o mercado de esposas.

No entanto, o sistema de reciprocidade nada pode dizer relativamente às relações entre as pessoas de sexos diferentes que estejam na mesma geração, isto é, irmão/irmã e marido/mulher. Se a explicação abstrata não se aplica a todas as relações do átomo de parentesco, ela não pode ser adotada legitimamente. Para que seja aceita uma regra que justifique as tensões entre todos os membros é necessária uma que explique todas as relações em ambos os sistemas, matrilinear e patrilinear. Lévi-Strauss ficou longe de qualquer tentativa de se manifestar sobre os motivos subjacentes às tensões encontradas nos relacionamentos familiares, mantendo o problema distante do indivíduo, o que também contribui para um enfraquecimento de sua explicação do avunculado. Dessa maneira, ao contrário do que Hénaff supôs, havia razões de sobra para que Lévi-Strauss se restringisse às correlações, deixando de lado uma explicação ampla que não seria obtida de nenhuma maneira. No entanto, correlações não provam causalidade.

Uma pergunta que se pode fazer tanto a Malinowski quanto a Lévi-Strauss é *e as mulheres?* O primeiro desdobrou-se numa bem elaborada explicação psicológica dos conflitos masculinos e mesmo nos conflitos entre os gêneros, dando ênfase ao comportamento dos homens, com poucas intervenções quanto ao ‘toque feminino’. Malinowski não deu voz às mulheres de Trobriand e não explicou a versão delas, não se preocupou com o sonho delas, não se interessou pelo lado delas nos conflitos. Não é possível crer que as trobriandenses não tenham um lado mal na relação entre irmãos e que elas também não tenham de alguma forma se envolvido nas relações sociais. Lévi-Strauss, por sua parte, não foi melhor do que Malinowski. Embora em muitas passagens de sua obra tenha defendido um modelo de abordagem em etnologia que levasse em consideração a psicologia individual, na explicação do avunculado, ele

fixou-se na questão ‘sociológica’ da troca, desinteressando-se pela subjetividade que está por trás dos conflitos que ele mesmo previu. O fato de ser a mulher trocada no sentido de aliança não lhe retira a subjetividade. O desinteresse pela perspectiva feminina torna a abordagem das tensões no átomo de parentesco apenas parcial e decididamente deixa, além das dúvidas e omissões apontadas acima, mais esse flanco desprotegido. O que fazem as mulheres no átomo de parentesco se elas são apenas mercadorias? Elas mesmas não participam dos conflitos e das relações amistosas? As razões que as fazem conflitar são as mesmas dos homens?

Essas perguntas não foram respondidas por Lévi-Strauss, a despeito da valorização que conferiu à psicologia individual e da necessidade de uma resposta única e sistemática a todas as relações familiares. Uma boa resposta para os sinais que envolvem as oposições nas quais está presente a mulher deve levar em consideração sua psicologia e seu papel. Nesse ponto, uma agradável surpresa foi a obra de Junod que se interessou grandemente pelo papel das mulheres. As mulheres desse etnógrafo, mesmo podendo ser vendidas, trocadas, acumuladas e herdadas contra suas vontades, articulam casamentos, atalham interesses do irmão em nome do sucesso reprodutivo do filho, escolhem um noivo a outro, agriem rivais, enraivecidas de ciúme. Mostram com isso que os conflitos se agigantam em número e complexidade quando a mulher tem seus próprios interesses e pode se voltar contra o proprietário. As soluções para os problemas sociais, como as relações constantes do átomo de parentesco apresentadas, quando providas pela biologia evolutiva atribuem papel relevante às opções dos sujeitos de ambos os sexos nas interações sociais, interessando-se grandemente pelo papel relevante do sujeito como pólo de compreensão do fenômeno social.

CAPÍTULO 2 - CONSTRUÇÃO DE UMA EXPLICAÇÃO BIOLÓGICO-EVOLUTIVA PARA AS TENSÕES QUE COMPÕEM O ÁTOMO DE PARENTESCO

A Antropologia Evolutiva – isto é, a aplicação das postulações sociobiológicas ao estudo dos temas da Antropologia Cultural – pode contribuir para a já debatida questão do ‘irmão da mãe’. A maneira mais óbvia pela qual a Biologia pode ajudar na compreensão dos fatos sociais é a utilização do método hipotético dedutivo como ponto de partida metodológico. O conhecimento teórico acumulado pela Sociobiologia desde sua legitimação como disciplina apta a compreender as complexas relações sociais humanas permite que se manipulem conceitos de maneira a extrair hipóteses, as quais podem ser testadas. O teste pode se dar em pesquisas no estilo funcionalista, com informações demográficas e entrevistas com informantes de uma determinada comunidade, ou mediante a comparação de informação etnográfica, num tipo de pesquisa mais afeita às abordagens evolucionista e estruturalista, que buscam compreender as estruturas por trás das universalidades. O interesse da Biologia ao comportamento humano volta a Darwin (1871), que afirmou que uma tribo com homens mais leais, disciplinados e obedientes provavelmente venceria outras tribos, e “isso seria seleção natural”. Hoje em dia, é sabido que em relação aos sentimentos morais e em todas as características sujeitas ao processo de evolução, deve-se buscar uma interpretação que faça sentido para o indivíduo, e não para o grupo ou a espécie. Além do tópico relativo aos sentimentos morais, Darwin (1871) elaborou os fundamentos da seleção sexual, percebendo que em todas as espécies era óbvio o conflito entre os machos pelas fêmeas, às quais compete selecionar os que agradam. Ao atribuir os papéis sexuais dos machos e das fêmeas, Darwin especulou que à ansiedade dos machos correspondia a cautela das fêmeas, e que isso seria devido ao enorme esforço orgânico delas durante o processo de reprodução, enquanto que os machos gastam muita força em combates. De certa maneira, essas últimas informações são, ainda hoje, bases da moderna teoria da seleção sexual e do investimento parental.

A seleção natural, da maneira como fora concebida por Darwin, indicava que ela seria um resultado da contínua batalha da sobrevivência, na qual os indivíduos usavam seus cacifes. As situações de altruísmo, portanto, em princípio não deveriam ser explicados pela ótica da seleção natural. Observe-se que “altruísta”, no sentido biológico, é todo ato que piora as chances reprodutivas do agente ao mesmo tempo em que melhora as chances de sucesso reprodutivo de quem recebe este mesmo ato. A cooperação entre os humanos não poderia ter sido selecionada, porque esta não poderia ser capaz de trazer qualquer vantagem para o indivíduo que a adotasse. Antes, pelo contrário, caso fosse seguida a lógica estritamente darwinista de seleção natural, o indivíduo seria selecionado para desaparecer. A falta de explicação para o altruísmo isolou o darwinismo social das ciências sociais, pois a cooperação está no centro do comportamento social humano, e sem uma explicação para ela – isto é, sem que o altruísmo biológico possa fazer sentido para o indivíduo que o adota –, não há conciliação possível entre evolução e comportamento social humano. Isto somente se tornou possível em razão da revolução conceitual do ‘gene egoísta’, ocorrida na década de 1960.

O ‘gene egoísta’. As bases genéticas do avunculado.

O que ocorreu nos anos 1960 foi uma mudança de paradigma que permitiu à Biologia Evolutiva manifestar seu interesse pelo comportamento social humano. Essa década ficou marcada por ter fornecido uma resposta para o problema da cooperação social que não se encaixa na idéia de seleção natural do ponto de vista estritamente darwiniano. Darwin, de certa maneira, não tinha uma opinião clara sobre o nível de organização sobre o qual a seleção natural deveria agir: ele era eclético, e depositava suas maiores apostas num nível individual. Porém, tampouco descartava a seleção natural para ‘o bem da espécie’, principalmente em questões morais. De maneira geral, o pensamento dos biólogos dos anos 1950 e 1960 era que a seleção natural agiria num plano superior ao dos indivíduos; e que as adaptações ocorriam no nível das populações, para o benefício do grupo (Williams, 1996 [1966]). Os trabalhos de Etologia dessa época eram baseados nessa idéia, de que a seleção se daria no nível do grupo – daí o termo por que ficou conhecida: “Seleção de Grupo”.

A descoberta que a seleção natural opera sobre os genes, e não sobre as populações ou sobre a espécie foi um fato ‘revolucionário’. Em um trabalho que será tratado em detalhes mais à frente, William Hamilton provou que um organismo poderia ter um aumento de sucesso reprodutivo por meio da alocação de energia e recursos em outros indivíduos com quem mantivesse parentesco genético. A partir disso, não mais havia dúvidas que o comportamento social poderia ser explicado evolutivamente. A incidência da seleção natural sobre os genes e não sobre os indivíduos ou organismos é uma constatação ‘histórica’. A ‘vida’ é mais antiga que os organismos; e estes, mais antigos que os grupos. A seleção pode ter agido para que os genes se separassem uns dos outros, gerando indivíduos isolados fisiologicamente, além de linhas de hereditariedade geneticamente separadas. Não havia mais a ‘grande sopa’ e a comunidade da vida.

Organismos modernos – assim como as formas mais rudimentares de vida – adquiriram e tiveram mecanismos evolutivamente desenvolvidos como reguladores da recombinação de genes especializados (isto é, reprodução sexuada). A maquinaria somática foi, dessa forma, gradualmente elaborada pela seleção natural de genes, com base na habilidade destes se auto-reproduzirem (ou auto-replicarem). Essa efetividade repousa nas influências dos genes na maquinaria somática da qual a reprodução passou a depender. Outro aspecto da adequação reprodutiva dos genes é a estabilidade. A adequação do desenho somente pode ser medida pelo sucesso na replicação. Se o indivíduo que contém os genes morrer antes de se reproduzir, os genes terão falhado na missão única e insubstituível de se replicar. Não é somente uma falha reprodutiva dos genes derrotados; é o drama de assistir ao aumento da frequência dos genes concorrentes no pool gênico da população. Os genes não somente persistem, mas também se duplicam com grande precisão, e essas características somente podem ser interpretadas como tendo sido exigido um longo período de implacável seleção para a estabilidade. Por gene, aqui, trazendo a lição de Richard Dawkins (2001 [1976]), deve-se entender a “*entidade irreduzível que persiste por longo período de tempo e é capaz de fazer cópias de si mesmo e sobre eles* [os genes] *que a Seleção Natural pode agir em pequenos movimentos.*” **A sobrevivência é a do gene mais apto.**

Mas o argumento vai além da precedência histórica do gene em relação aos indivíduos e, por conseguinte, em relação aos grupos de indivíduos. Williams

percebeu que, em diversas manifestações da seleção natural, esta fazia com que o interesse do indivíduo, de alguma forma, se contrapusesse ao interesse da espécie⁷⁶. Além disso, da mesma maneira que a seleção natural tem agido sobre os genes, elegendo alguns poucos dentro de um conjunto limitado de alelos, esse raciocínio deve se expandir para a seleção de grupo, com alguns grupos sendo preferidos em detrimento de outros. Coerentemente, então, a seleção natural terá que optar por um grupo em detrimento de outro. Porém, os grupos possuem uma existência efêmera em termos evolutivos; dentro de uma população, somente o gene possui estabilidade o bastante para acumular mudanças seletivas. Além disso, as forças evolutivas agem sobre circunstâncias imediatas, ela não possui o dom da clarividência para antever quais serão as necessidades futuras – uma necessidade intrínseca ao modelo de seleção de grupo. Não somente interesses dos indivíduos podem ser contrapostos aos da espécie, como também os interesses dos genes muitas vezes se contrapõem aos dos indivíduos. O caso mais notável é o investimento parental, claramente selecionado contra os interesses do indivíduo, mas a favor dos genes que vivem em outro organismo.

A fim de facilitar a compreensão da idéia de *unidade de seleção*, Dawkins (2001) fez uma distinção entre *veículos* e *replicadores*. Os genes não estão expostos diretamente às forças seletivas; apenas os indivíduos estão. O meio ambiente interage apenas com o fenótipo, que é uma projeção do trabalho conjunto de muitos genes. Os fenótipos, porém, justamente por serem o resultado da interação do gene com o ambiente, são manifestações transitórias, e não podem responder pela mudança acumulada pelo processo de seleção natural. Genótipos também são transitórios e não podem ter efeito acumulativo gerado pelos lentos processos de seleção. O organismo é o veículo do gene; logo, as propriedades dos organismos (conferidas pelos genes) têm o poder para influenciar sobre as possibilidades de sobrevivência e reprodução dos indivíduos – ou, em última análise, dos seus genes. O indivíduo, é, na verdade, uma máquina de sobrevivência para os genes, os controladores das decisões. Muito

⁷⁶ Um exemplo utilizado foi o do urso polar e a sua coloração branca. Embora para os ursos que vivem na neve a pelagem branca seja uma vantagem reprodutiva sob a forma de ‘disfarce’ para caçar e para evitar predação, isto era bom para os indivíduos que tinham tal característica, pois estes puderam aumentar sua frequência numa população menor. Do ponto de vista da espécie, a pelagem branca significou uma diminuição inicial de indivíduos, e também uma drástica limitação dos nichos que poderiam ser ocupados. Opção nada inteligente para a espécie que ficou mais exposta à extinção. Aqui claramente se coloca o conflito do interesse próprio do organismo – isto é, dos genes que o constituem e o controlam –, e de um difuso interesse da espécie.

freqüentemente, os genes, em benefício deles próprios, fazem com que os indivíduos ajam no interesse da prole; às vezes em benefício de outros parentes; eventualmente até mesmo no interesse de indivíduos não aparentados; e até de maneira suicida, apenas para a continuidade dos genes em outros veículos. Porém, sempre, sem exceção, os seres vivos são projetados para agir de forma a aumentar a probabilidade de que seus genes – ou cópias de seus genes – sobrevivam e se reproduzam, mesmo que o façam por meio dos indivíduos-veículo.

A seleção natural assume o caráter de uma “moeda evolutiva”, se adotado o ponto de vista econômico para resolver problemas adaptativos (Williams 1996; Trivers, 2002c). O estabelecimento de uma moeda para a evolução tem uma profunda importância metodológica, permitindo o aproveitamento de modelos da Micro-Economia para compreender os problemas relacionados ao comportamento humano, um assunto que será mais detalhado na seção sobre a Teoria dos Jogos. Estratégias complexas (como o altruísmo destinado aos amigos ou parentes) também podem ser compreendidas por meio de um raciocínio contábil, em uma análise de custo e benefício – como, a propósito, pode ser feito em todos os temas relativos à biologia do comportamento humano.

Maneiras de aplicar a Biologia Evolutiva aos problemas culturais

O avanço teórico da Biologia Evolutiva gerou dois estilos principais de abordagem darwiniana para as interações sociais humanas. Um desses estilos volta-se para os processos de tomada de decisão de indivíduos em uma sociedade, valorizando a investigação de campo, realizada em variados ambientes e tipos de agrupamentos em populações tradicionais ou modernas. Como os funcionalistas, os membros dessa escola são adeptos da idéia da criação teórica e da obtenção de dados empíricos etnográficos pelo mesmo cientista, valendo-se dos informantes (Winterhalder & Smith, 2000). Representações da realidade (ou modelos) e hipóteses testáveis são produzidas, assumindo que os indivíduos agirão de modo a maximizar o sucesso reprodutivo, sem qualquer preocupação com aspectos cognitivos. A abordagem é micro-cósmica, reducionista. A estratégia de pesquisa é desmembrar grandes problemas culturais em pequenos componentes de um conjunto de *‘regras de*

decisão’, disponíveis aos indivíduos. Essa abordagem é conhecida como *Ecologia Comportamental Evolutiva* ECE.

Uma outra forma de abordagem é a *Psicologia Evolutiva*, que encampa o estilo estruturalista, pretendendo compreender as causas profundas e inconscientes do comportamento humano e da organização da cultura. Para compreender os conflitos humanos, devem ser consideradas nossas bases sociais ancestrais. A premissa central dessa corrente teórica é a existência de uma natureza humana, cujos universais postam-se no nível dos “*mecanismos psicológicos evoluídos, não expressos em comportamentos culturais*” (Cosmides, Tooby & Barkow, 1992, p. 5). A variabilidade cultural não é uma contradição da universalidade, como sustentam os relativistas culturais; mais do que isso, a variação cultural fornece a ‘dica’ de como as estruturas mentais contribuíram para a divergência de costumes e instituições que se observam na realidade.

A Ecologia Comportamental Evolutiva (ECE)

A Ecologia Comportamental é parte da Ecologia Evolutiva, o ramo da teoria evolutiva que se interessa pela adaptação em seu contexto ecológico específico. O estudo do comportamento em relação ao ambiente floresceu na esteira dos trabalhos teóricos do gene egoísta, da seleção de consangüíneos, do altruísmo recíproco, e do investimento parental e da seleção sexual (Mulder, Richerson, Thornhill & Volland, 1995). Esses avanços teóricos permitiram o surgimento de novos olhares sobre o comportamento social dos animais. Ao contrário da fase inicial da Etologia, os indivíduos passaram a ser vistos não mais como cooperadores para o bem do grupo, mas como possíveis oportunistas, os quais percebem, conscientemente ou não, na escala de tempo comportamental ou evolutiva, um amplo arranjo de condições ambientais – culturais, sociais, ecológicas – que determinam a estratégia maximizadora em termos de custos e benefícios reprodutivos, e dessa forma superam outros indivíduos da mesma espécie em termos de genes transmitidos para as gerações futuras. A Ecologia Comportamental se funda na teoria darwiniana através de homologias, incorporando os modelos da Teoria dos Jogos (Winterhalder & Smith, 2000).

Para desenvolver os modelos de comportamento otimizante, os ecólogos comportamentais não se preocupam com qualquer controle genético sobre o fenótipo, empregando como estratégia de pesquisa um conjunto de simplificações e premissas conhecido como o ‘truque fenotípico’. Entre as premissas simplificadoras estão: a) a de que a seleção natural pode superar outras forças ligadas ao processo evolutivo como a deriva genética; b) a variação genética suficiente no passado tornou possível a evolução de um ‘fenótipo ótimo’; e c) quaisquer desvios da herança mendeliana de fenótipos não afetarão significativamente o resultado evolutivo esperado. A seleção natural dotou a espécie humana com a habilidade de sopesar custos e benefícios e adotar a estratégia adequada, sendo que essas ‘regras de escolha de estratégia’ é que são selecionadas (Mulder, 2003).

A ECE usa o ‘truque fenotípico’ para se concentrar na tarefa de especificar como diferentes estratégias estão adaptadas a diferentes condições ambientais. Os processos de tomada de decisão tendem a se tornar ‘caixas-pretas’ do ponto de vista cognitivo, não explicitando os passos para se obter uma solução ótima (Smith, 2000). Além disso, as adaptações somente se especificam em termos de consequências para a reprodução, medindo-a somente no ambiente atual, enquanto que os mecanismos que estão na base do comportamento existem em razões de pressões seletivas pretéritas. A ECE permite uma articulação entre o fato sociológico observado em diversas fontes e a teoria darwiniana, por meio do método hipotético dedutivo. Uma explicação completa da ECE combina ‘modelos de circunstância’ e ‘modelos de mecanismo’. Os primeiros buscam compreender como fatores sócio-ambientais moldam os custos e benefícios associados às possíveis alternativas comportamentais. Os segundos demandam que seja especificado como a seleção natural age sobre os custos e benefícios.

As táticas de pesquisa, no entanto, podem variar. Na medida em que estudos sociobiológicos se fixam em consequências do comportamento para o sucesso reprodutivo, os estudos ecológicos vão colocar mais ênfase nas limitações ambientais e sociais, e às possíveis opções comportamentais do indivíduo. Entender essas duas variáveis é um passo crítico na análise evolutiva. Dependendo do problema analisado, sucedâneos do sucesso reprodutivo podem ser utilizados. Isto é, podem ser adotadas outras moedas além da frequência dos genes na próxima geração, como, por exemplo, a taxa de obtenção de energia (quando estiver sob estudo, por exemplo, uma decisão

quanto ao local da caça); o número de encontros que terminam em intercuro sexual ou o número de parceiras num determinado período (quando o que se estiver estudando for competição reprodutiva na sociedade moderna) e assim por diante. Cada tipo de “moeda” constitui instrumento empírico útil, gerando ao mesmo tempo problemas metodológicos diferentes, ao traduzir essas otimizações para o campo do gene (Mulder, Richerson, Thornhill & Volland, 1995).

Os modelos de interpretação da realidade usados na ECE são construídos para serem o mais simples possível. Eles contêm apenas as características essenciais do problema adaptativo analisado, negligenciando uma grande quantidade de variáveis que não está diretamente vinculada ao problema analisado (Smith, 2000). Além disso, a teoria assume que os fenômenos socioecológicos complexos serão mais bem estudados se houver uma aproximação reducionista. Os métodos empregados pela ECE preocupam-se com a ‘etnografia’, isto é, a extensiva observação e registro de comportamentos ocorridos no contexto sociocultural imediato. Os métodos de campo são, essencialmente, os mesmos de outras áreas da antropologia com filiação funcionalista ou particularista, deles se distanciando apenas pelo enquadramento teórico e epistemológico darwiniano e por uma grande preocupação com a quantificação. As previsões ordenadas em hipóteses simples, elaboradas a partir da teoria evolucionista, encontram a massa desorganizada de informação empírica do trabalho de campo. Apesar da ECE ser comprometida com modelos quantitativos que representam o comportamento observado de maneira confiável, é raro observar variáveis importantes sendo controladas, ou replicação, o que a sujeita a imensas críticas de imprecisão ou de inclinação do pesquisador, que pode manipular as variáveis da maneira a comprovar suas expectativas.

Micro-Economia e Teoria dos Jogos

Uma possibilidade teórica da ECE é a apropriação de modelos da Micro-Economia para serem aplicados a problemas adaptativos, apurando-se o sucesso reprodutivo como um empresário apura o lucro de uma determinada operação. Os problemas adaptativos referem-se invariavelmente à sobrevivência e à reprodução dos indivíduos. Os primeiros lidam com a obtenção de recursos, a escolha do que comer, a

decisão do que e onde caçar, com quais pessoas cooperar no grupo para adquirir, dividir e consumir recursos. Os últimos envolvem questões como a obtenção de cônjuges, o espaçamento entre os nascimentos dos filhos, o investimento parental, e a alocação de esforço em acumulação de parceiros. As decisões nesses tópicos são influenciadas por fatores como os riscos do empreendimento, a competição de outros agentes, o retorno líquido, e os custos de oportunidade. Os problemas adaptativos seguem uma lógica econômica, em que se considera um balanço de custos e benefícios para os genes sempre interessados em enviar cópias para a geração seguinte. A Economia vem conseguindo angariar vasto conhecimento sobre as motivações e a dinâmica dos processos de tomada de decisão, informação que pode ser aproveitada na análise de problemas adaptativos. Para usar o jargão estruturalista, problemas adaptativos e econômicos podem ser permutados, porque dispõem da mesma estrutura.

De alguma forma, desde a fundação da Economia e da Biologia, as semelhanças insistem em aparecer. O fundador da primeira, Adam Smith, é famoso por colocar a competição entre os agentes econômicos – que ele delicadamente chamava de “perseguição individual da felicidade” – como o motor por trás da ‘evolução’ econômica, a famosa *mão invisível*. A busca da felicidade individual e o resultado da atuação competitiva de agentes auto-interessados (o mercado) seriam as forças que guiam o desenvolvimento econômico. Charles Darwin foi num caminho parecido ao dizer que é a competição entre os agentes evolutivos o motor por trás da seleção natural, e que a busca individual da sobrevivência e da reprodução gerou a complexidade das formas de vida na natureza. É o mercado da natureza; a “mão invisível” da seleção natural. No entanto, embora tendo nascido uma para a outra, Economia e Biologia demoraram a se entender.

Ambas as ciências inicialmente padeceram de um defeito que lhes empacou a compreensão. Os economistas, depois de Adam Smith, situaram a maior parte de suas análises em elementos supra individuais, tendo pouco ou nenhum interesse pelo agente econômico e suas motivações psicológicas, seus gostos, e na maneira como ele toma decisões. Já se viu em parágrafos anteriores que a Biologia Evolutiva passou por problema similar. Durante algum tempo, os indivíduos não eram o foco de interesse dos biólogos, preocupados com o grupo e com os mecanismos de seleção de grupos. De alguma forma, estar centrado no grupo impedia o desenvolvimento de boas

aproximações formais dos problemas enfrentados em ambas as disciplinas. No entanto, a Economia e a Biologia conseguiram estabelecer um diálogo entre si quando colocaram o foco no indivíduo. A admissão de que o processo evolutivo contém em sua dinâmica uma interação competitiva de agentes egoístas, adotando estratégias “remuneradas” num leque de opções limitado em um conjunto finito; e a admissão de que é possível valorar uma unidade nesse complexo balanço fez com que a atração fatal da Biologia com a Economia aflorasse.

O passo decisivo para a aproximação teórica entre a Biologia Evolutiva e os modelos de Micro-Economia foi o surgimento da Teoria dos Jogos, o ramo da Matemática voltado para o estudo do conflito (Zugman, 2005), que ocorre quando atividades incompatíveis acontecem (Almeida, 2005). Não há a necessidade de que o conflito seja entre pessoas, bastando que as partes ajam como se tivessem um objetivo (Almeida, 2005). Essa teoria é importante para a compreensão da hipótese apresentada no trabalho porque permite interpretar de maneira utilitária as opções disponíveis para as partes envolvidas nas relações familiares e as reações esperadas de cada um dos parentes envolvidos nas interações do átomo de parentesco.

O jogo nada mais é do que uma simplificação de conflitos existentes no mundo real. Esse procedimento reduz a compreensão do problema analisado do ponto de vista estratégico. Neste estudo, em que se busca compreender os efeitos da variação do investimento parental masculino sobre os conflitos familiares e sobre a organização social, são relevantes algumas informações: a) quem são os parentes que estão interagindo numa situação potencialmente conflituosa; b) nas diferentes interações familiares, quais são as estratégias disponíveis para cada um dos jogadores; c) quanto benefício poderá gerar a adoção de cada uma dessas estratégias para aquele que a adotar; e, finalmente, d) o reconhecimento de que os jogadores/familiares estão num contexto social em que as estratégias são mutuamente interdependentes.

Para que exista um jogo, é necessário identificar três elementos constitutivos: os jogadores, as estratégias disponíveis para eles, e os pagamentos relacionados a cada opção, ou simplesmente utilidade. Pairando sobre esses três elementos está a ‘racionalidade’, que indica ao jogador a melhor estratégia a adotar para que determinados fins sejam alcançados. É a racionalidade que garante a operacionalidade da Teoria dos Jogos. No entanto, têm-se percebido que mesmo a racionalidade tem os

seus limites, o que será discutido na seção relativa à complementaridade das abordagens da Ecologia Comportamental e da Psicologia Evolutiva.

Alguns tipos de jogos úteis na compreensão do avunculado são caracterizados pelos fatos de que os jogadores sabem: a) quais são as estratégias disponíveis para todos os que conflitam; b) a reputação dos outros jogadores, isto é, os jogadores dispõem de informação sobre as jogadas anteriores, c) o momento em que cada um dos contendores pode intervir; e d) a utilidade de cada estratégia. Esses jogos permitem que situações conflituosas repetidas, finita e infinitamente, sejam estudadas (Almeida, 2005). As relações familiares como as que interessam ao presente trabalho se desenvolvem com esses tipos de interações, reproduzidas infinitamente.

Existem duas categorias básicas de jogos: os jogos de soma zero, quando um jogador precisa perder para que o outro ganhe; e jogos de soma não zero, quando é possível que ambos os jogadores ganhem ou percam. Os primeiros são jogos não-cooperativos, com estratégias limitadas ao egoísmo. Os últimos são muito mais complexos em termos estratégicos do que os primeiros. A complexidade decorre das inúmeras possibilidades de atitudes a serem adotadas, em que as recompensas necessariamente variam de acordo com as estratégias adotadas pelos outros jogadores. Em outras palavras, nos jogos cuja soma é diferente de zero, os participantes têm interesses comuns e opostos. Essa situação retrata muito fielmente as situações conflituosas entre familiares, marcadas pela ambivalência de interesses egoístas e cooperativos.

Mediante repetição indefinida de jogadas, as estratégias altruístas podem evoluir da escolha de estratégias egoístas. É bom esclarecer que egoísmo aqui tem o sentido de buscar a satisfação dos próprios interesses, e não impedir que outros indivíduos satisfaçam os seus (Almeida, 2005); isto é, para um jogador qualquer, o importante é o que lhe acontece, independente do que se passa com os outros jogadores. Um jogo bastante utilizado para compreender as situações em que os interesses egoístas e cooperativos divergem é o Dilema do Prisioneiro (DP), com a seguinte estrutura lúdica: duas pessoas (p.ex.: João e Pedro), suspeitas de terem cometido um crime, são interrogadas simultaneamente em recintos separados. Os investigadores não têm provas conclusivas da autoria do crime, e pretendem recomendar uma sentença de um ano de prisão a ambos, a menos que os prisioneiros aceitem um acordo para confessar a participação (e entregar o comparsa), o que lhes

resultaria em liberdade – mas, nesse caso, o outro criminoso ficaria preso por cinco anos. Finalmente, se ambos aceitam o acordo de delação, tanto a sentença de um como a do outro deverá ser de dois anos. O conjunto de opções estratégicas X utilidade obtido é representado na Figura 2.1.

Fig. 2.1.

		Pedro	
		Confessa (deserta)	Não Confessa (coopera)
João	Confessa (deserta)	PUNIÇÃO PUNIÇÃO	TENTAÇÃO PAG. TROUXA
	Não Confessa (coopera)	PAG. TROUXA TENTAÇÃO	RECOMPENSA RECOMPENSA

Se os acusados cooperam e não há denúncia recíproca, cada um deles terá sua *recompensa*, equivalente a um ano de prisão. Se os acusados mutuamente confessarem mutuamente, eles recebem como *punição* o cumprimento de dois anos de prisão cada. Se apenas um delata, sucumbindo à *tentação*, e o outro não, o que confessou sai livre, enquanto o outro fez um papel de *trouxa*, cooperando com o delator. Assim, caso os indivíduos envolvidos levem em consideração o bem estar de si próprios, o jogo terá a seguinte escala de preferências: TENTAÇÃO > RECOMPENSA > PUNIÇÃO > PAGAMENTO DO TROUXA. Os jogos são representações simplificadas da realidade, e somente entram em sua concepção os elementos indispensáveis para a compreensão das variáveis importantes para o problema da cooperação entre agentes egoístas. Ou seja, existem jogadores tanto em situações que geram interesses contrários quanto coincidentes, e sempre está presente a vantagem em trair ou em cooperar; de agir de acordo com o interesse próprio ou coletivo.

A característica desse jogo é que a solução cooperativa para o problema que ele encerra é a repetição de rodadas, da mesma forma que na vida social. O naturalmente esperado para situações do tipo da enfrentada pelos prisioneiros seria que ambos confessassem o crime delatassem o outro. Em suma, que traíssem e

agissem egoisticamente. Se um deles não confessasse o crime, sua posição no jogo pode se tornar dramática, pois nada garante que o outro interrogado também vai silenciar. Ficar em silêncio seria a melhor resposta, mas não é plausível, pois pressupõe confiança na conduta do outro. Desta maneira, a melhor saída para ambos os jogadores é a delação. Porém, quando os jogos se repetem infinitamente – ou em um número grande de rodadas, a melhor saída é cooperar Axelrod (1980). Um problema que se coloca em relação ao DP repetido são as últimas rodadas em que é mais provável a traição, em razão do baixo risco e ineficácia da retaliação. Esse assunto será intensamente discutido a frente.

Os conflitos entre pai e filho, tio e sobrinho, marido e mulher, e irmão e irmã podem ser submetidas à lógica do DP. Em cada uma das sociedades analisadas, pai/filho, tio/sobrinho, marido/mulher e irmão/irmã estão se defrontando estrategicamente em DP. Em todas essas relações estão presentes as opções de cooperar ou de desertar; e o comportamento cooperativo somente irá emergir por ser essa a melhor estratégia diante das possíveis alternativas dos outros envolvidos. Estes, por sua vez, poderão, ao longo do curso das interações familiares, adotar estratégias punitivas para reprimir algum eventual oportunismo do outro jogador, ou mesmo interromper o fluxo altruísta.

Psicologia Evolutiva (PE)

A mente humana é composta por um conjunto de mecanismos ‘adaptados’ que processam a informação com base no sistema nervoso – que, por sua vez, resultam de processos evolutivos. O argumento central dos cientistas sociais, geralmente, é o de que a evolução é irrelevante para a compreensão do comportamento humano. Isso porque o limite estabelecido é o cérebro que funciona como uma máquina de conteúdo inespecífico, apta a lidar com qualquer tipo de problema indiscriminadamente. O conteúdo se especifica pela informação vinda do mundo social. Por mais que haja de fato uma enorme plasticidade, a mente humana tem, ao mesmo tempo, dispositivos com conteúdo específico, isto é, voltados para resolver problemas adaptativos determinados, inclusive os que tornam possível a vida social. Os processos evolutivos são responsáveis pela arquitetura compartimentada da mente,

construindo-a detalhe a detalhe ao longo do tempo evolutivo. Tais processos fixam soluções fisiológicas e psicológicas que servem ao fim especializado de propagar para as gerações futuras as características que o indivíduo possui.

Porém, como isso somente é possível por meio da reprodução, não há muitas estratégias disponíveis. Na verdade, o número de opções está normalmente limitado a somente duas: a) resolver problemas de maneira a aumentar as chances reprodutivas do organismo, gerando-lhe uma prole maior (paternidade); ou b) cuidar dos indivíduos geneticamente relacionados de forma a aumentar a chance de sobrevivência destes. Designs detentores de características que resolvam bem esses problemas evolutivos substituirão ao longo do tempo, outros que não as tenham. A funcionalidade está ligada, portanto, à aptidão reprodutiva, embora os desafios que se colocam sob esse rótulo sejam mais amplos do que simplesmente casar e ter filhos. Normalmente, esses atos não ocorrem isoladamente, obrigando a seleção natural a gerar uma série de adaptações para o indivíduo sobreviver e passar seus genes adiante.

É de se esperar que a arquitetura psicológica humana, complexa e funcional, deva ser composta de ‘órgãos mentais’ da mesma maneira que o corpo é composto por órgãos físicos. Na medida em que os órgãos relativos ao processamento de informações podem ser estudados pela perspectiva funcional darwiniana, os resultados têm indicado que o cérebro contém adaptações muito complexas. A abordagem ‘domínio específica’ da PE considera a mente humana um conjunto de módulos ricamente estruturados, especializados para resolver um problema adaptativo relevante (Tooby & Cosmides, 1992). As emoções são também elas, adaptações produzidas ou direcionadas pela seleção natural na medida em que solucionam ‘impasses’ lógicos que podem ocorrer num sistema muito rico em estruturas do tipo conteúdo-específico. São as emoções que ‘ajustam’, por exemplo, os contrastes entre egoísmo e altruísmo em situações como o investimento parental ou o pagamento de uma promessa, nas quais decisões estratégicas, a princípio custosas, são adotadas.

Essa rica estruturação da arquitetura psicológica gera, no plano da cultura, alguns conteúdos definidos, incluindo-se aí certos comportamentos, instrumentos e representações simbólicas. O conteúdo cultural gerado pelos mecanismos mentais adaptados subordina-se aos mecanismos psicológicos evoluídos dos outros indivíduos da população. A negociação de tendências entre os indivíduos organiza os fenômenos

históricos e culturais que ocorrem no nível da população em contextos sociais, ecológicos, econômicos e demográficos específicos. Para a PE, a cultura é o produto de mecanismos psicológicos situados nos indivíduos que vivem em grupos. O comportamento social humano no ambiente cultural é uma variável complexa, mas não porque a mente é um produto social no estilo da tabula rasa ou externamente gerada por mentes programadas para resolver problemas amplos e vagos, os quais carecem de uma estrutura ricamente definida. Ao invés disso, a cultura humana e o comportamento social são variados justamente porque são gerados por uma coleção de programas funcionais intrincados que processam a informação vinda do ambiente (Tooby & Cosmides, 1992a).

Os mecanismos mentais com conteúdo específico são adaptações surgidas para resolver problemas adaptativos persistentes pelo longo período de tempo ancestral, o ‘Ambiente de Adaptação Evolutiva’ (AAE). A datação da evolução humana muda praticamente a cada nova edição das revistas *Science* e *Nature*. Mas não se duvida da diferença de ‘ordem de grandeza’ entre o lapso de tempo em que nossos ancestrais viveram como caçadores-coletores no Pleistoceno, e o ocorrido desde o surgimento da agricultura. Nas contas de hoje, talvez uns dois ou três milhões de anos no primeiro caso, somando-se muitos milhões de anos mais como forrageadores de um tipo ou outro. E uns 12-14 mil anos para o segundo. Tal diferença de grandeza sugere que a mente humana foi desenhada para lidar com problemas adaptativos recorrentes naquele ambiente que durou mais tempo, na medida em que características complexas não se instalam em curtos períodos de tempo. A recorrência das condições externas (ambiente) e internas (design), e a relação entre essas variáveis por longos períodos de tempo é essencial para a compreensão da evolução de uma adaptação complexa.

Uma dificuldade que se costuma apontar à PE é a ‘ausência de evidências dos módulos’, o que transformaria todo seu argumento em algo circular. Duas linhas de prova vêm sendo seguidas pela PE. A primeira é testar em laboratório, as hipóteses ‘mente com capacidades abertas’ *versus* ‘mente com habilidade domínio-específico’⁷⁷. Uma outra vertente de pesquisa ‘comprovando’ a existência de módulos mentais é

⁷⁷ Normalmente nestes experimentos propõem aos entrevistados a solução de um problema lógico abstrato e o mesmo problema lógico inserido na resposta de desafios adaptativos supostamente existentes no passado (Cosmides & Tooby, 1992). De acordo com essa linha de prova, se houver um melhor desempenho nos testes em que o problema lógico aparece disfarçado num problema adaptativo,

obtida das neurociências⁷⁸, que vem acumulando evidências de um funcionamento estruturado do cérebro, por meio de módulos mentais ricos em conteúdo.

O pluralismo e a integração das abordagens evolutivas

Da mesma maneira que as abordagens funcionalista e estruturalista se completam e servem para apontar os limites de uma abordagem a outra, esse fenômeno também ocorre com as disciplinas acima comentadas – ECE e PE. A tradição funcionalista em Antropologia – e, em larga medida, a tradição do Particularismo Histórico –, se não hostiliza abertamente a construção abstrata de uma “Ciência” Antropológica voltada para universalidades, pelo menos defende a ‘inutilidade’ (ou mesmo a impossibilidade) desse tipo de empreendimento. Transformar o comportamento social em ‘pedaços’ e estabelecer relações funcionais entre eles restringe a atividade antropológica à descrição etnográfica, esvaziando a atividade teórica, a qual fica reduzida a uma variação do método de obtenção de informação. A restrição da análise a uma sociedade impede que se possa avançar sobre a natureza humana.

A maneira ‘estruturalista’ ou ‘evolucionista’ de fazer Antropologia se volta a questões amplas da universalidade, vendo nas manifestações culturais apenas a concretização de uma estrutura mental inconsciente que processa a informação cultural de uma maneira programada. É no plano das manifestações inconscientes – e não nos fatos culturais manifestos – que se encontram as estruturas. Essa forma de fazer Antropologia, porém, também sofre uma limitação insuperável. A universalização pela comparação de estruturas exige etnografias bem feitas, e não é possível fazer uma etnografia decente com uma idéia pré-concebida do que se vai

isso significaria que há um módulo específico operando, além das habilidades de resolver problemas abstratos.

⁷⁸ Os estudos atuais com a utilização de Ressonância Magnética Funcional (fMRI) permitem analisar a atividade do cérebro, mostrando que é possível correlacionar a atividade cerebral estruturada numa determinada região do cérebro com comportamentos morais específicos, como a empatia (Souza, Paisano e Moll, 2004). Em outro estudo, Wood, Knutson & Grafman (2005) estabeleceram correlatos neuronais às estruturas psicológicas ligadas ao conhecimento de uma sequência de eventos rotineiros, como ‘levantar de manhã’, ‘fazer um café’ ou ‘sair para jantar’, mostrando que a atividade cerebral se encontra desdobrada em circuitos neuronais correspondentes aos mecanismos psicológicos inatos, envolvidos em operações dependentes do funcionamento psicológico.

encontrar. Os modelos acabam empacando numa informação etnográfica de qualidade contestável. Mas não é só isso; os estudos comparativos, necessariamente, levam ao estabelecimento de ‘médias’ de comportamento e de tendências evolutivas, nada revelando sobre as questões voltadas para aspectos particulares de uma determinada sociedade.

Pode-se fazer uma aproximação da ECE com o funcionalismo, e da PE com o estruturalismo. As primeiras se voltam à análise de um determinado problema numa determinada sociedade, levando em consideração toda a informação existente sobre aquele grupo, estabelecendo conexões entre as circunstâncias ambientais e o comportamento efetivamente observado. As segundas (PE/estruturalismo) se preocupam com a elucidação das estruturas (ou módulos) mentais que estão na base dos comportamentos empiricamente observados, proclamando a impossibilidade de comparar fatos culturais em si incomparáveis, o que somente seria possível com os mecanismos psicológicos subjacentes. De certa maneira, as divergências apontadas para as abordagens darwinistas do comportamento social humano refletem divergências epistemológicas da Antropologia Social. Porém, esses aspectos divergentes, explorados nos tópicos acima, podem ser superados, acarretando uma unificação dessas formas de abordagem, e permitindo que uma visão pluralista se foque em aspectos complementares das estratégias de pesquisa de ambas as disciplinas mais do que em suas diferenças (Smith, 2000; Winterhalder & Smith, 2000). Ambas as escolas exibem poderes e fraquezas. E uma tradição teórica pode aproveitar o método da outra sem que isso seja equívoco científico (Smith, 2000).

Uma das melhores formas de aproximação entre a PE entre as diferentes abordagens está no que se convencionou chamar de ‘limites da racionalidade’. Percebeu-se que, em algumas análises do processo de tomada de decisão, os agentes deveriam adotar uma resposta ‘racional’ – isto é, que fosse maximizadora do sucesso reprodutivo dos envolvidos –, mas que, na prática, não era adotada (Frank, 1988, 2000). A Economia Comportamental, por sua vez, é uma disciplina bastante promissora para esclarecer como é que as tendências inatas, ligadas ao processo adaptativo pretérito, embaçam as decisões racionais pelo fato de que ela se interessa pelos problemas econômicos em que há possibilidade de escolha para os atores envolvidos. Utilizada concomitantemente com a pesquisa de imagens cerebrais, capazes de desvendar os mecanismos cognitivos envolvidos na decisão, a Economia

Comportamental fica ainda mais eloqüente. As estratégias ecológicas estão codificadas no cérebro. Este mapeia os setores que lidam com as circunstâncias e os que lidam com as ações, em conjunto com mecanismos de inferência e de racionalização que modificam e elegem quais setores serão acionados. Para entender como essas codificações e esses mecanismos são formados, é preciso adotar uma abordagem de cima para baixo, utilizando métodos experimentais e modelos estratégicos da Economia, e também de baixo para cima, por meio dos modelos da Neurociência Cognitiva (McCabe, 2005 - comunicação pessoal).

O presente trabalho de certa maneira combina as estratégias de investigação da ECE e da PE. Os conflitos entre os parentes decorrem, em grande medida, da maneira como a mente humana foi formada no ambiente ancestral, quando um parente era praticamente tudo o que havia em termos de relacionamento social. O conjunto mental que a evolução dotou para a espécie humana nos inclina a investir nos filhos e nos filhos de nossas irmãs; trair os cônjuges e variar a estratégia de casamentos; trocar mulheres e fazer alianças; desconfiar da conduta sexual alheia; atentar para a aparência das crianças buscando dicas de ‘paternidade’; ter ciúme sexual; reprimir as mulheres; retaliar parentes omissos que nos abandonam quando estamos velhos; pressionar nossos pais por mais recursos e resistir à investida dos nossos filhos. Por outro lado, as circunstâncias ambientais não são nada desprezíveis para a solução de problemas evolutivos ligados ao comportamento humano. São as circunstâncias do meio que determinam quem deve prover o investimento parental masculino; como deve ser feito o ressarcimento posterior a quem antes investiu; o que acontece a quem desobedece às determinações de reciprocidade altruísta; como deve seguir o fluxo da herança; qual é o nível de confiança na paternidade; entre outros fatores culturais relevantes.

Dessa forma, uma abordagem exclusivamente voltada para a descoberta de universalidades como a importância do investimento parental masculino deixará a descoberto as circunstâncias em que o investimento será provido pelo pai ou pelo tio, nesta ou naquela cultura. Sem analisar os incentivos locais e os custos e benefícios daquele ambiente social, não é possível compreender os conflitos familiares. Porém, a etnografia e a análise dos conflitos em uma única sociedade não permitem exercícios de generalização, como, por exemplo, a que o investimento parental masculino, em seus aspectos de altruísmo recíproco e seleção sexual, é a grande força evolutiva por

trás da organização familiar humana. Sem que diferentes culturas, com variadas maneiras de lidar com as regras relativas à participação do homem na criação da prole da mulher ou da irmã, essa proposta não poderá ser testada. Somente a comparação de tipos opostos de organização social permite a compreensão da relevância do MPI, investimento parental masculino.

O avunculado à luz da Teoria do Investimento Parental: Seleção de Consangüíneos, Altruísmo Recíproco, Seleção Sexual e Conflito Prole-Parental.

A explicação proposta por esse trabalho para os conflitos existentes no átomo de parentesco tem como elemento unificador o Investimento Parental Masculino (MPI, na sigla em inglês), entendido como qualquer ato praticado pelo pai que aumente o sucesso reprodutivo da prole ao mesmo tempo em que diminui as chances futuras de sucesso reprodutivo próprio. Essa definição é paralela à do comportamento altruísta, aquele que promove o sucesso reprodutivo de quem recebe o ato à custa de quem o pratica. O MPI pode ser explicado em diferentes níveis de abordagem, todos eles úteis e complementares, principalmente:

- 1) Os atos benéficos para com a prole própria ou da irmã são expressões do coeficiente de parentesco;
- 2) Trata-se de um comportamento que gera relações reciprocamente altruístas entre geneticamente semelhantes ou não;
- 3) Fazem com que as fêmeas se sintam atraídas por machos que podem investir;
- 4) Geram comportamentos exibicionistas e custosos nos machos;
- 5) São responsáveis pelo ciúme entre cônjuges em razão de haver a possibilidade da infidelidade masculina que poderá fazer minguar os recursos da prole da esposa; ou no caso da traição feminina, induzir o homem a investir na prole alheia;
- 6) Geram desconfiança e ressentimentos entre irmãos e irmãs pelo abandono material dos primeiros, ou por decisões inconseqüentes das segundas.

Nas culturas, o sistema de herança de propriedades de bens de uma geração para a outra é uma manifestação do Investimento Parental Masculino (Mace, 1998). É coerente, então, que o responsável pelo provimento e pela assistência à criança deixe o seu patrimônio para quem ele cuidou – normalmente o tio materno ou o pai do indivíduo. A maneira pela qual a propriedade é herdada fornece informações preciosas quanto ao fluxo do MPI nas sociedades estudadas. Em sociedades em que o homem assume o papel de pai, o sistema de herança será patrilinear, sendo herdeiro o filho; simetricamente, em sistemas em que o homem desempenha o papel de tio, a herança será matrilinear, sendo o filho da irmã o herdeiro das propriedades do irmão da mãe. Se o MPI, em suas várias instâncias, é de fato importante como fator de explicação para os comportamentos dos envolvidos nas relações de parentesco, deve-se esperar que a maneira como ele é alocado em diferentes ambientes sociais se reflita nas relações entre os aparentados. Para responder a essa pergunta, será necessário conhecer um pouco mais sobre a teoria do MPI nas relações altruístas, nas questões ligadas à seleção sexual, ao ciúme, e ao conflito entre irmãos.

A Aptidão Inclusiva (“*Inclusive Fitness*” – IF) e o Coeficiente de Parentesco nas relações entre o irmão da mãe e o filho da irmã.

O altruísmo é fundamental para a compreensão das relações familiares dos atores do átomo de parentesco. A abordagem sociobiológica necessitava, para completar a revolução do gene egoísta, avançar na compreensão do comportamento altruísta, e isso acabou ocorrendo com a dedicação intensiva dos biólogos ao ‘problema’. Pode ocorrer – ou ter ocorrido – que um determinado design aparentemente causasse um decréscimo imediato da capacidade reprodutiva de um indivíduo, enquanto simultaneamente aumentasse a capacidade reprodutiva de outro. Se uma estrutura psicológica gera regularmente um comportamento assim, é preciso compreender o mecanismo seletivo que está por detrás dele. A Biologia Evolutiva oferece duas explicações para isso: a primeira é a teoria da aptidão inclusiva (IF); e a segunda é chamada de altruísmo recíproco.

O altruísmo na natureza fez sentido a partir da idéia de seleção natural, uma vez que um indivíduo poderia afetar de alguma maneira o sucesso reprodutivo de

outros. Isso levou à idéia de IF a um novo patamar, uma vez que se centrava até então no sucesso reprodutivo medido somente nos descendentes diretos. A IF é usada não somente para medir o benefício do agente em proveito próprio, como também o impacto de sua atividade nos outros indivíduos aparentados. Trata-se, portanto, de uma medida de sucesso reprodutivo que não se centra exclusivamente nos descendentes diretos do agente, mas no círculo familiar mais amplo.

Para esclarecer esse conceito fundamental, basta imaginar dois indivíduos (Alfa e Beta) que sejam parentes em determinado grau r (*coeficiente de parentesco que mede a proporção dos genes presentes num indivíduo idênticos àqueles presentes no outro*) varia entre 0 (nenhum parentesco) até 1 (gêmeo monozigótico). Os atos altruístas impõem um **custo** c ao doador, na medida em que é gerado um **benefício** b para quem recebe (custos e benefícios sempre medidos em termos de sucesso reprodutivo). O algoritmo matemático que determina a conveniência em assistir ao outro de forma a aumentar o *spread* do gene altruísta é: *ajudar somente se $r.b > c$* . Na verdade, o altruísmo entre os parentes dependerá: a) do custo do ato, b) do coeficiente de parentesco, entendido como a quantidade provável de genes em comum entre doador e destinatário do altruísmo, e c) do benefício obtido pelo destinatário. Portanto, podem-se fazer algumas especulações, isto é, deduzir algumas hipóteses que deverão ajudar na compreensão do comportamento social humano à luz da seleção de consangüíneos. A primeira delas é que o comportamento altruísta é muito mais comum entre parentes do que entre não parentes. Como decorrência lógica, tem-se que os atos altruístas serão mais comuns quanto maior for o coeficiente de parentesco entre os indivíduos que interagirem – observado pelo ângulo oposto: quanto mais distante o parentesco, mais improvável a cooperação.

A PE assume que, em face da recorrência de problemas adaptativos envolvendo o altruísmo em família e da seletividade em investir nos consangüíneos, pode-se imaginar que as relações familiares e o complexo sistema cognitivo operam em módulos estruturados de conteúdo-específico. Mas isso diz pouco quanto ao funcionamento desse módulo mental, e é preciso desvendar o decantado ‘rico em conteúdo específico’, atributo que os módulos devem ter (Tooby & Cosmides, 1992). É indispensável que essa atividade produzida pelos módulos cognitivos e pela arquitetura psicológica tenha resultado no campo ecológico para refinar a investigação dos conflitos de interesse ocorridos no ambiente familiar. Os estudos de

ECE na Antropologia Evolutiva se iniciaram a partir da idéia de seleção de consangüíneos, o que tornou possível pensar no parentesco humano em termos de seleção natural (Chagnon, 1979).

Figura 2.2.

Quanto mais geneticamente relacionado alguém for, mais esse alguém deverá ajudar no cuidado com as crianças (Emlen, 1995; Davis & Daly, 1997). Uma consequência dessa afirmação é que existe uma vantagem evolutiva para os indivíduos que adotam o cuidado parental, e que essa vantagem pode ser quantificada em termos de semelhança genética com a geração descendente (Figura 2.2). Tanto o pai tem vantagem evolutiva cuidando de seu filho, quanto o tio materno também colhe dividendos evolutivos se investir em seu sobrinho (Kurland, 1979). Grande parte dos conflitos ocorridos dentro da família decorre da maneira como se distribui o MPI entre os homens, e isso varia em grande parte pela semelhança genética entre os homens de gerações diferentes. Essa circunstância, no entanto, também varia, e essa variação se reflete nos conflitos do átomo de parentesco. O pai tem 50% de genes em comum com seus filhos legítimos, enquanto o tio tem apenas 25% (se ele for filho do mesmo pai que a irmã, caso contrário, essa taxa cai para 12,5%), o que significa um

retorno potencial significativamente maior: o dobro ou o quádruplo. A figura 2.2. aponta o ‘limiar da paternidade’, ponto a partir do qual passa a compensar investir na paternidade e abaixo do qual o melhor é investir nos filhos da irmã. Isto é, os homens estão melhores se investirem na prole própria e não na prole da irmã, o que gera uma competição intra-sexual pelo aumento na certeza da paternidade. Mas o problema se complica porque a paternidade é, invariavelmente, incerta: ‘*mamma’s baby; papa’s maybe*’, como Buss (2000) resume esse drama. Quando aumenta o risco do adultério da fêmea, o investimento do pai geralmente diminui, sendo esse padrão recorrente na natureza (Geary, 2000)

Na média, a certeza do parentesco de um pai para o filho deve sofrer um desconto variável de acordo com as “situações do mercado”, seguindo uma lógica bastante clara: se as mulheres forem promíscuas, o indivíduo tenderá a investir nos sobrinhos e não nos filhos (Emlen, 1995, Greene, 1978). Dito de outra maneira, deve ser esperado que os homens invistam menos na prole conforme a certeza na paternidade declina. De acordo com Davis & Daly (1997), a própria herança avuncular é uma prova de que a estratégia do homem varia de acordo com o ambiente, gerando sistemas de transmissão da propriedade que favoreçam mais ou menos a prole da irmã (Greene, 1978; Hartung, 1985).

A confiança reduzida na paternidade pode ser gerada por uma série de fatores, tais como: domicílio conjugal separado, residência matrilocal (Ribeiro, 1980), guerras tribais, ou simplesmente pelo fato de que os homens passam longas temporadas caçando e/ou pescando, entre outros. A baixa confiança na paternidade pode desencadear uma diminuição do interesse do marido pela prole da mulher, levando a um aumento da necessidade de cuidados por parte do tio materno. Em sociedades em que é baixa a confiança na paternidade, o sobrinho (filho da irmã) pode ser o máximo de semelhança genética que um homem pode reconhecer na geração seguinte à sua. Além disso, as tendências que os homens têm de discriminar entre os filhos (supostamente seus) da esposa com base na semelhança para com eles mesmos (Apicela e Marlowe, 2004; Platak e colegas, 2004), e no comportamento ‘namoradeiro’ da mulher (Alexander, 1979; Buss, 1992), faz com que haja preferências e rejeições na prole daquela mulher. Estas rejeições se refletem simetricamente na prole da irmã. Isto é, a diminuição do investimento na prole da mulher disponibiliza recursos para serem alocados nos filhos da irmã. Uma

decorrência da diminuição da confiança na paternidade é que o tio e seu sobrinho estarão mais distantes geneticamente do que nas sociedades em que é alta a chance de paternidade (Alexander, 1979, p. 169; Greene, 1978).

Em sociedades matrilineares é ampla a liberdade sexual das mulheres, pelo menos durante a juventude (Fox, 1993; Malinowski, 2000). Nessas culturas, é de se esperar que os pais não tenham responsabilidade patrimonial pelos filhos, e que os indivíduos masculinos prefiram colocar recursos nos filhos de sua irmã. De acordo com a regra da adequação inclusiva, é de se esperar que uma grande diminuição na confiança da paternidade, em nível social, leve a uma institucionalização do papel do tio como o homem designado para dispensar os benefícios parentais. Mas pode ocorrer que, nessas organizações matrilineares, o tio, também pai, tenha interesse, em razão da confiança na paternidade, em desviar parte de seus recursos para os filhos, com quem pode ter mais genes em comum. Isso significa que ele está dando um calote no investimento esperado pelo sobrinho. Alexander (1979) sugere que a evolução da instituição do tio como provedor depende de uma série de fatores. O mais fundamental é que o irmão não esteja ele mesmo sendo o pai (institucionalmente falando) de alguém (Davis & Daly, 1997). As estratégias reprodutivas serão conflitantes no mesmo indivíduo⁷⁹ e são também influenciadas por opções que os pais tomam em relação ao sucesso reprodutivo dos filhos (v. adiante o conflito entre prole e parentela). Um problema das teorias ligadas à incerteza da paternidade é focar na mudança do sistema de heranças do patrilinear para o matrilinear, e não o contrário. Os grupos matrilineares são mais antigos do que os patrilineares, e decorrem do fato de que a unidade básica da família se estabelece entre a mãe e a prole (Fox, 1967), sendo que as mulheres ficam sob o controle dos homens de sua família. Em sociedades matrilineares, o pai não tem relevância institucional; nem qualquer

⁷⁹ Essa tensão entre assumir o papel de pai e/ou de tio fica muito clara entre os habitantes de Samoa de acordo com a pesquisa realizada pelo canadense Doug Vanderleen (comunicação pessoal), e apresentada na reunião anual da *'Human Behavior and Evolution Society'*, em 2006. Os samoanos são matrilineares, organização social na qual é esperado que o tio seja o provedor do sobrinho materno. Esse povo tem como característica uma grande população homossexual masculina, com plena aceitação social. Quando os tios são homossexuais, é de se esperar que eles não tenham filhos – e que, nessa situação, não exista competição pelos seus recursos. Portanto, a inexistência de uma prole possivelmente própria prediz o compromisso do tio com o sucesso reprodutivo do seu sobrinho. Após entrevistar tios maternos homossexuais e heterossexuais, ficou evidenciado que o tio que não tem possibilidade de ter prole própria investe mais em seus sobrinhos. A despeito do dever institucional, muitos dos tios heterossexuais preferem investir na prole das possíveis amantes do que nos seus sobrinhos.

ingerência sobre os destinos da prole ou qualquer tipo de provimento institucionalizado.

Os poderes explicativos da teoria do coeficiente de parentesco e suas previsões quanto aos conflitos da família humana vêm sendo lentamente colocados em xeque. Em primeiro lugar, a própria idéia de “incerteza” da paternidade e o desinteresse do pai devem ser enfrentados. Essa previsão, embora bastante intuitiva, tem sido desafiada por estudos dando conta de que os pais primatas ‘conhecem a sua prole’, independentemente do elevado grau de promiscuidade das fêmeas. Sherman & Neff (2003) reportam um estudo com uma população de babuínos vivendo em condições naturais aos pés do monte Kilimanjaro. Esses macacos se agrupam em tropas com vários machos e várias fêmeas, e, frequentemente, os machos adultos tomam partidos em conflitos agonísticos de outros machos mais jovens, o que é um comportamento arriscado. Entre esses babuínos, a promiscuidade é a regra, e não existe a formação de casais estáveis. Segundo o conhecimento tradicional, a incerteza da paternidade prediz a inexistência de investimento parental. No entanto, exames de DNA revelaram que, em conflitos observados entre animais mais jovens, os mais velhos se engajam sistematicamente na defesa de seus filhos biológicos, a despeito da promiscuidade das fêmeas e do baixo cuidado parental masculino institucionalizado.

A despeito da dúvida quanto aos mecanismos de reconhecimento usados pelos babuínos, os autores estão certos de que eles “sabem” quem são seus filhos. Isso pode ter ocorrido com nossos antepassados que, sem embargo de conviverem com fêmeas promíscuas, acabavam reconhecendo-se como pais dos filhos de uma mulher. Mecanismos de reconhecimento da prole são muito mais antigos do que a formação de famílias com a importância institucional do pai. O pai reconhecia o filho muito antes de ter poder sobre esse ou sobre sua mãe. O reconhecimento da prole é um passo anterior (embora necessário) para a formação da família. Era preciso, porém, que antes se estabelecesse um mecanismo de casamento, o sistema de alianças, para que se pudesse tirar a irmã e sua prole do seu grupo de origem.

Era de se esperar que o problema do avunculado fosse recorrente nas primeiras incursões teóricas da Antropologia Evolutiva. E, mais do que isso, que se explicasse o carinho e a devoção do tio para com o sobrinho e vice-versa como uma ‘decorrência’, um ‘desdobramento’ da semelhança genética entre parentes, retomando a força do coeficiente de parentesco e de suas nuances em relação ao grau de certeza da

paternidade (Kurland, 1979; Alexander, 1979; Hartung, 1985; Enlem, 1995; Davis & Daly, 1997; Geary, 2000). Esses trabalhos, com a exceção de Kurland (1979), não exploraram as demais relações existentes entre os familiares, indicando que muitos biólogos não atentaram para o fato de que o átomo de parentesco é uma característica da espécie (Lévi-Strauss, 2003; Wilson, 1978). Por isso restringem a análise familiar ao pai, à mãe, e à prole dela, deixando de lado as relações de aliança. Esses trabalhos padecem ainda de uma total desconsideração com o papel da mulher nas decisões familiares e nos conflitos correspondentes. Com isso, deixaram de avaliar muitos focos de disputa importantes: os cuidados com os mais velhos, que afetam as relações com tios ou pais; a idade e o sucesso reprodutivo dos membros da geração filial e seu impacto no abandono dos mais velhos; os conflitos entre irmãos para assegurar o investimento na prole das irmãs; os ciúmes das mulheres etc.. Outra falta sentida nesses trabalhos é a preocupação com grupos patrilineares, como se as relações avunculares fossem um sinônimo de investimento do tio. Lévi-Strauss já havia mostrado que a compreensão dos conflitos familiares não pode ser feita sem que todas essas relações sejam simultaneamente analisadas, sob pena de se ter uma visão parcial, incapaz de embasar qualquer generalização.

Resumindo, em termos de poder explicativo para as relações existentes na família humana em sua amplitude, o coeficiente de parentesco também deixa enormes questões em aberto, embora possa ter elevado poder explicativo para uma série de relações familiares. Uma limitação óbvia é a de que, na família humana, algumas relações envolvem os parentes geneticamente mais próximos; e outras (marido e mulher) envolvem estranhos (ou pelos menos distantes) em termos genéticos. Outra grave limitação é a ausência de mecanismos para lidar com a deserção daqueles que recebem o benefício, parte importante do relacionamento familiar que não funciona sem um sistema repressivo poderoso. Dessa maneira, o coeficiente de parentesco e as hipóteses de explicação do avunculado nele baseados são insuficientes para guiar a elaboração de uma hipótese explicativa para os conflitos tratados neste trabalho. Não obstante, constituem-se em parte importante da informação teórica, e serão consideradas juntamente com outros elementos na construção de uma hipótese explicativa ampla das relações familiares.

Altruísmo recíproco

Além da seleção pelos consangüíneos, uma outra forma de explicar darwinianamente a psicologia das decisões cooperativas é o altruísmo recíproco. O egoísmo é a marca dos indivíduos sobre os quais age a seleção natural. Entender como o altruísmo evoluiu em criaturas egoístas é um dos focos teóricos da Sociobiologia. Altruísta é todo comportamento que beneficia outro organismo, enquanto é aparentemente nocivo para quem pratica o ato. O estudo da cooperação entre egoístas pode ser compreendido como o estudo dos conflitos envolvidos com a obtenção do comportamento altruísta. A teoria do altruísmo biológico é, sobretudo, uma teoria do conflito (Barash, 2003).

Trivers (2002a) imagina uma população de tamanho N , composta por altruístas e não altruístas. Os primeiros adotam o altruísmo quando o custo reprodutivo for baixo em relação ao benefício gerado para aquele que o recebe. O alelo que codifica o altruísmo pode ser chamado de a_2 , dominante ou recessivo; e o alelo não altruísta de a_1 . Existem 3 possibilidades de variar o altruísmo na população: (1) aleatoriamente; (2) geneticamente criteriosa, considerando o grau de parentesco sangüíneo entre os recipientes; e (3) não-geneticamente criterioso, considerando as tendências altruístas dos possíveis recipientes. Quando a dispersão de altruísmo é aleatória, o gene que o codifica será eliminado da população. Isso não acontece quando o altruísmo é dispensado para aqueles que são aparentados. Nesse caso, o altruísta deve ser capaz de distinguir o alelo altruísta em outro organismo, e discriminar de acordo com isso. A discriminação do altruísmo, considerando as tendências recíprocas do recipiente, exige que a somatória dos custos incorridos pelo altruísmo sejam menores que os benefícios. Uma situação dessas deverá ocorrer quanto mais os altruístas agirem contra os traidores retaliando contra a ausência de reciprocidade. O altruísmo recíproco não depende de alelos controlando a atividade no mesmo locus. Cada um dos altruístas pode estar movido por um alelo diferente, num locus diferente. Nesse caso, todos os alelos altruístas serão favorecidos, uma vez que é a reciprocidade, a troca que gera bons dividendos.

Pra que a cooperação possa ter evoluído, são necessárias *situações de altruísmo*. Nestas, há custos baixos na prestação do ato benéfico em comparação aos benefícios, altos para aquele que os recebe. As chances para a seleção do altruísmo

recíproco serão maiores quando: (1) houver muitas situações de altruísmo durante o tempo de vida dos indivíduos; (2) um dado altruísta interage repetidamente com um pequeno número de indivíduos; e (3) pares de altruístas estejam *simetricamente expostos* a situações de altruísmo, de tal maneira que os dois sejam capazes de propiciar benefícios equivalentes um ao outro, a um custo semelhante. Em outras palavras, deve haver uma baixa hierarquização entre os indivíduos do grupo.

O altruísmo humano é uma característica universal, presente em todas as culturas. Os caçadores-coletores, nossos antepassados em cujas mentes as adaptações modulares se fixaram, viviam em pequenos grupos de 25 a 150 indivíduos. O grupo pequeno e pouco móvel possibilitou muitas oportunidades para o altruísmo, limitando as relações a poucos indivíduos. O DP em jogos repetidos mostra que uma determinada estratégia altruísta pode estabilizar-se e se manter na população quando essa é pouco numerosa. Nesses casos, há interação intensa, possibilitando eventual retaliação. Nos pequenos bandos de hominíneos, a dominância hierárquica era baixa por uma série de fatores, como a união dos parentes no embate físico e o uso de instrumentos. Dessa maneira, embora fosse factível a existência de lideranças nos grupos, com certeza havia grande autonomia e pouca hierarquia social.

Papel relevante na evolução do altruísmo humano é desempenhado pelos *trapaceiros*, aqueles que não retribuem os atos altruístas. A deserção pode ser *grosseira* ou *sutil*. No primeiro caso, o desertor falha completamente em reciprocidade, sofrendo o altruísta todos os custos de qualquer ato que ele tenha dispensado à míngua da contraprestação. Claramente, a seleção natural favorecerá a pronta discriminação contra os desertores grosseiros. Na deserção sutil, o trapaceiro age reciprocamente, mas sempre em quantidade menor que a devida. Em outras palavras: o traidor sutil oferece menos do que o altruísta inicial teria oferecido se estivesse em seu lugar. O altruísta ainda se beneficia da relação, mas não o tanto que se beneficiaria se a relação fosse completamente eqüitativa. O longo tempo de vida gera uma quantidade imensa de situações de altruísmo, as quais envolvem a troca de atos com valores diferentes. Além disso, fatores subjetivos impactam decisões sobre as vantagens relativas, com diversas proporções de custo e benefício. Detectar o desequilíbrio em balanços e decidir se a descompensação é devida à traição parcial ou a fatores aleatórios é uma operação mental difícil. A seleção natural tem agido para lidar com essas possibilidades através da criação de normas, como se verá mais

abaixo. Mesmo se houver convicção de que está havendo algum desequilíbrio contra si, o altruísta estará numa posição delicada. Ao agir contra o faltoso, este perderá os benefícios recolhidos com a reciprocidade parcial.

É preciso estudar o comportamento altruísta considerando os fatores que o induzem ou o inibem, e compreendê-lo de maneira funcional, inter-relacionando os componentes (módulos mentais com funções específicas) do sistema psicológico que lhe dá sustentação. Os componentes do sistema complementam-se mutuamente na regulação da expressão de impulsos de cooperação ou de trapaça. Isso funciona de modo a trazer vantagens reprodutivas (ou seletivas) aos indivíduos. Apesar da falta de evidências genéticas diretas do altruísmo recíproco no curso da evolução humana, a sua universalidade e sua importância cotidiana fazem com que seja razoável supor que isso existiu na trajetória humana recente.

Os indivíduos não se dividem binariamente entre altruístas e trapaceiros, mas em um continuum onde a régua é o grau de altruísmo que exibem, e sob quais condições trairão. A trapaça sutil traduz-se em vantagens reprodutivas para quem a adota, quando não é descoberta ou não há tempo para o revide. Essa seletividade gera instabilidade no sistema de altruísmo. A dificuldade em detectar a trapaça gera um mecanismo de co-evolução. A deserção cada vez mais sutil gera um sistema cada vez mais apurado para detectá-la. Dadas essas condições, a seleção natural favorecerá no indivíduo um complexo mecanismo psicológico para regular as próprias tendências egoístas e altruístas, respondendo a essas tendências nos outros. O sistema deverá permitir que se colham os benefícios do altruísmo recíproco e, ao mesmo tempo, possibilitar a proteção do indivíduo contra a traição, fazendo-o adotar as formas de traição que lhe forem adaptativas.

O investimento parental humano é uma seqüência de atos interconectados, praticados por homens e mulheres. As posições do marido e da mulher, assim como do irmão e da irmã, são convergentes e conflitantes, variando de acordo com a lógica do DP. Um jogador pode obter uma vantagem reprodutiva se o cuidado parental for sutilmente empurrado para o outro. A cada rodada, está presente a estratégia de colaborar ou de trapacear, num jogo quase infinito. O marido pode explorar a mulher, deixando para ela uma fatia ainda maior do cuidado parental, enquanto busca novas oportunidades reprodutivas. É o tipo de tentação que muitas vezes se realiza, dado o baixo risco de punição. Dificilmente há retaliação por parte da mulher. Ou porque não

é possível ter certeza, ou porque a contabilidade é complexa, ou, ainda, porque a mulher ainda precisa da continuidade do provimento parental, já que “meio é mais que zero”.

Da mesma forma, esse conflito entre gêneros pode surgir entre irmãos. Um irmão pode explorar a irmã em relação à criação da prole, recusando o investimento para contribuir com a prole que eventualmente tenha com uma esposa (Kurland, 1979). É de se esperar que o longo e caro cuidado parental humano seja marcado pela desconfiança mútua dos jogadores. A ‘suspeição’ é um mecanismo psicológico que evoluiu como contrapartida ao traidor sutil. Os jogadores têm conhecimento de que a traição sutil do homem se dará pelo menor investimento na prole do que seria o equitativo. Essa situação atende seus interesses, mas não os da mulher. Esta, por sua vez, força o investimento em sua prole como forma de evitar o desvio de recursos para a prole de outra mulher. Nessa hipótese, o conflito é bastante esperado. Embora a retaliação radical seja pouco provável, o revide das mulheres pode ser modulado apenas para tornar desconfortável a deserção do homem. Ainda que não haja o rompimento, sua resposta poderá gerar culpa reparativa no ofensor, o que serve para motivar o traidor sutil a reparar o mal causado, minimizando o risco de interrupção do fluxo altruísta.

As reações da mulher em relação à traição do homem podem envolver atitudes mais incisivas, como o ciúme sexual, selecionado para assegurar investimento na prole da mulher (Buss, 1992). A evolução do ciúme e sua vinculação ao MPI serão abordadas mais longamente abaixo, o que não impede algumas explicações neste ponto. Muitas vezes, o ciúme é responsável pelo rompimento da relação marital, o que equivale a uma agressão definitiva (Buss, 2000). Se a decisão foi radical, a mulher desiste de contar com a cooperação do pai de seu filho. Essa solução, embaçada pela emoção, encobre a questão dos ‘limites da racionalidade’. Em termos de DP, o perdão, para o traidor, evita o mal maior. Porém, mecanismos adaptativos radicais podem se sobrepor e atalhar a lógica numa eventual tomada de decisão da mulher. Nunca se sabe quando uma traição será ‘a gota d’água de um pote até aqui de mágoa’. A claudicância da reação feminina é um fator de desestímulo em razão do custo que a incerteza impõe ao marido. Evolutivamente, o risco do ciúme compensa.

As leis impõem punição a um jogador alterando a utilidade que esse possa desfrutar quando eventualmente adota uma estratégia exploradora do mais vulnerável.

É o reconhecimento do conflito potencial a ser solucionado em situações estratégicas. O DP simula a situação estratégica dos sócios na criação dos filhos. Em populações ágrafas, são comuns as regras costumeiras de repartição de alimentos. Tais regras impõem aos maridos ou irmãos o dever de dividir o alimento obtido – ou de alguma forma aviar essa obrigação. Em sociedades em que se admite o divórcio, o ex-marido ainda continua obrigado a prover os recursos necessários ao cuidado parental. Em casos de viuvez, é comum que as obrigações do marido (ou do irmão) sejam transmitidas a seus herdeiros, assegurando à mulher a continuidade do investimento parental.

A legislação dos Estados modernos reconhece a flexibilidade do comportamento do marido ou do irmão que se omite na assistência à prole da mulher ou da irmã. O primeiro caso, por ser mais provável em razão de marido e mulher não terem genes em comum, é reprimido com a transformação do abandono em crime. Por outro lado, a lei, de maneira menos áspera, reconhece a possibilidade de pagamento de alimentos entre irmãos e do tio para o sobrinho⁸⁰, o que também denota conflito. Em relação ao irmão, a lei é direta ao estabelecer o dever de solidariedade alimentar⁸¹. Nas regras de família, é possível perceber também que existe uma vinculação do investimento parental à herança; isto é, são os beneficiários da herança que devem atender à solicitude alimentar. No caso do marido, a deserção em relação à assistência material da prole da mulher – de tão esperada pelo legislador, e de tão potencialmente conflituosa –, é a única permissão constitucional para prender alguém por dívida. Isso indica o esforço que a lei tem que fazer para alterar a vantagem de adiar o investimento parental. A existência de tamanha regulamentação indica claramente o potencial de conflitos existente nas relações que envolvem o investimento parental.

A seleção do altruísmo fragiliza o altruísta diante da lucratividade da trapaça sutil. Dessa forma, deve-se esperar o surgimento de pressões seletivas para um mecanismo de proteção, o qual foi selecionado para: i) conter a tendência de altruísmo na ausência de reciprocidade; ii) educar o trapaceiro, mostrando-lhe os prejuízos potenciais da ausência de reciprocidade, e iii) em casos extremos matar ou isolar

⁸⁰ De acordo com a lei civil (CCB, art. 1694) “*podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação*”

socialmente o faltoso. Muitos dos conflitos humanos surgem da ausência de reciprocidade, especialmente nas relações familiares, em que as expectativas de altruísmo parental são imensas. Em sociedades tradicionais, uma grande fatia das agressões se baseia em problemas relativos à troca de presentes (Trivers 2002a; Junod, 1927). A propósito, cabe aqui a frase clássica de Lévi-Strauss de que ‘o comércio e a guerra são duas faces de uma mesma moeda’. Mesmo pequenas traições reiteradas ao longo do tempo podem gerar uma retaliação desproporcional. O sistema repressor anti-deserção age mesmo contra os interesses maximizantes imediatos do indivíduo. É justamente o caso do pai que reprime o filho ou que o deserda, a despeito de que, com isso, poderia haver algum impacto negativo para o seu próprio sucesso reprodutivo.

Aqui se coloca mais uma vez a questão da ‘fronteira da racionalidade’. Certamente, a punição não se sustenta pela teoria da aptidão inclusiva. Mas a seleção natural favoreceu um sistema psicológico complexo, protetor dos interesses mais elevados da reciprocidade altruísta. De alguma forma, ao criar uma ‘recompensa emocional’ para o ato de punir o faltoso, a evolução compensa eventuais acanhamentos com a punição de um parente. Isso evita também indecisões sobre o que seria melhor: aceitar a traição e seguir com o altruísmo que resta; ou punir o desertor, mesmo que isso represente um custo. Em relação ao problema do investimento parental e dos conflitos a ele inerentes, o mecanismo da agressão moralista tem papel decisivo. Ele propicia a base emocional para retaliação contra: a) os parentes que omitem, retardam ou burlam o dever do investimento parental; ou b) filhos ingratos. Os mecanismos culturais de deserdação são institucionalizações da agressão moralista que servem como freio às tendências egoístas dos mais novos, compensando os benefícios que a traição gera.

O complexo sistema de regulação de altruísmo pode ser manipulado a favor do trapaceiro, tornando adaptativa a estratégia de imitação dos comportamentos que geram atos altruístas dos outros. A gratidão, a simpatia, a amizade, a agressão moralista podem ser simuladas, de forma a obter altruísmo verdadeiro sem reciprocidade justa. A co-evolução do altruísmo recíproco, para se contrapor à trapaça adaptativa, deve ter operado a favor daqueles indivíduos mais desconfiados, dotados

⁸¹ CCB Art. 1697: “*Na falta dos ascendentes, cabe a obrigação (de alimentos) aos descendentes, guardada a ordem de sucessão e, faltando estes, aos irmãos, assim germanos como unilaterais*”

de elevada capacidade de suspeitar dos comportamentos falsamente cooperativos. É relevante considerar os motivos dos atos altruístas na medida em que o ato em si pode ser calculado para obter a cooperação com intenção de futuramente desertar. O fingimento, utilizado para despertar o altruísmo e a desconfiança de quem deve prover o altruísmo, está na base dos conflitos familiares.

Outro mecanismo psicológico que a evolução parece ter favorecido é a verificação da reputação dos indivíduos com quem se iniciam as relações altruístas. Reputação é a admissão de que alguém que praticou um ato no passado tem uma chance de repetir esse ato no futuro. Isto é, avalia-se o futuro pelo que aconteceu no passado. O escrutínio do passado é crucial para que os parentes mais velhos possam deixar ou não a herança de propriedades (ou segredos ‘de indústria’) para os mais novos. Tal avaliação está sujeita a todo tipo de suspeita e suscetibilidade porque muitas vezes a reputação também pode ser simulada pelo traidor. O passado dos cônjuges, por sua vez, está sob constante escrutínio para que não se perca o investimento parental. O altruísmo recíproco é um ‘bem’, uma ‘utilidade’ que pode ser de proveito da mulher na empreitada da criação da prole. Portanto, verificar a conduta prévia do candidato diminui as chances de deserção futura e afia a escolha. Os homens avaliam a conduta pretérita da mulher para estimar o grau de convicção da paternidade. Nesse campo afetivo, os traidores sutis de ambos os sexos proliferam à custa de cooperadores pouco desconfiados na ponta oposta.

A necessidade de avaliar a reputação do outro jogador pode ter colaborado para a fixação de interações multilaterais que facilitem as relações com muitos atores. A vantagem reprodutiva está na possibilidade do aprendizado das tendências altruístas através de informações de terceiros. Além disso, pode-se contar com outros membros do grupo para agir contra o desertor. Nas sociedades tradicionais, o marido pode devolver a mulher e exigir de volta o preço da noiva se a esposa o trai. Aprender sobre os outros e ter uma melhor retaliação permite o surgimento de um altruísmo generalizado entre dois indivíduos de um grupo. A evolução também parece ter favorecido regras de reciprocidade. Muitas interações sociais tornam difícil uma contabilidade confiável das relações com cada interlocutor. Assim, um sistema que organize e guarde a informação quanto a relacionamentos anteriores em grupos complexos pode ter sido favorecido pelos mecanismos de seleção natural.

Grau de dependência mútua significa que existe interdependência dos indivíduos de uma espécie para se proteger de predadores, ou para obter recursos alimentares que exigem cooperação. O *cuidado parental* é uma forma de dependência mútua entre prole e provedores. Essa relação é tão assimétrica que são raras as situações nas quais a prole precise retribuir. Em algumas espécies (como a humana), o período de assistência parental é excepcionalmente grande. Nelas, pode surgir a necessidade de retribuição posterior, no final da vida daquele que antes assistira ao infante. A grande assimetria entre os deveres de pais e filhos indica a força da seleção de consangüíneos. Porém, esta teoria não explica integralmente o altruísmo em família, uma vez que os pais podem fazer retaliações contra os filhos se esses falharem no dever de reciprocidade. No entanto, a falta de reciprocidade ao cuidado parental se reflete em retaliação contra os faltosos. A relação entre custo e benefício de um ato altruísta é importante para determinar a seletividade do altruísmo recíproco. Por isso, as emoções farão com que haja uma sensibilidade para essa proporção quando uma relação altruísta se iniciar, ou quando se decidir em que medida vai haver retribuição.

Uma das fontes de conflito familiar mais comum é o abandono do mais velho à sua própria sorte, após este ter prestado o cuidado parental àquele que o está abandonando. No átomo de parentesco, duas relações poderão ostentar conflitos dessa ordem: a entre pai e filho, e a entre irmão da mãe e filho da irmã. As diferenças são bem marcadas em sociedades patrilineares e matrilineares. Nas primeiras, é o pai quem deve prestar o cuidado parental ao filho, e este deve, em princípio, retribuir esses cuidados na velhice. Em sociedades matrilineares, é o tio quem deve prestar os alimentos ao sobrinho, sendo que este deveria retribuir no futuro. Os conflitos geracionais e os ligados ao abandono dos mais velhos se agravam porque o altruísmo recíproco tem óbvia ligação com a idade dos envolvidos. Se os custos e benefícios se medem por novas cópias de genes que são mandados para a geração seguinte, o período de fertilidade influi no valor dos atos altruístas. Durante a infância dos destinatários do investimento parental, o custo dos atos altruístas é baixo e os benefícios pela prole são altos porque ainda não foi atingida a maturidade sexual. Nessa hipótese, o altruísmo é bastante provável. Mas a situação se inverte quando é necessário cuidar dos parentais, pois aí os que antes receberam o investimento estarão no auge reprodutivo, enquanto os pais já não mais podem se reproduzir. As chances

de deserção são imensas porque o custo incorrido no auge do período reprodutivo do altruísta é alto, enquanto que o benefício para quem recebe é baixo. Quando o altruísmo tem que ser retornado após longo período, incidem “juros”. Nesse caso, a “taxa de juros” será medida pelo declínio do valor reprodutivo dos mais velhos, o que ocorre mais agudamente logo após a maturidade sexual. É de se esperar que nesse período a taxa de recompensa do investimento parental seja a mais alta (Trivers, 2002a). A seleção natural pode, nesse caso, agir para diminuir o intervalo ou para propiciar mecanismos de retaliação contra o mais novo. Outro fator de fragilização do mais velho está a limitada possibilidade do idoso adotar retaliações contra os faltosos (Axelrod, 1980; Trivers, 2002a; Barash, 2003), pois é baixo o incentivo para cooperar nas últimas rodadas do jogo (Trivers, 2002a). O baixo horizonte de vida e a falta de força física diminuem a possibilidade de agressão moralista.

Existem razões de sobra para antever conflitos que podem surgir quando dois agentes interagem orientados para maximizar seus ganhos individuais. Nem é difícil imaginar o resultado disso na estabilidade de relações familiares, mas é preciso dizer explicitamente que os parentes estão em conflito porque cada um dos atores está, antes de tudo, comprometido com o próprio sucesso reprodutivo. Assim, as partes adotarão as estratégias que possam ser mais benéficas para esse desiderato. Embora a cooperação seja boa para ambos os jogadores em termos de pontuação no DP, a trapaça, quando não é punida, é uma opção ainda melhor para o traidor. A ausência de reciprocidade nas ‘rodadas finais da vida’ é tentadora para filho ou sobrinho, obrigados institucionalmente à prestação de auxílio ao parente. Eles podem lucrar mais se investirem na própria prole ou em parceiras. Da mesma forma, é tentador para o marido ou irmão darem menos MPI porque é baixa a chance de retaliação. A tentação dos jogadores transforma em ‘guerras frias’ as rodadas intermediárias de DP jogado por prole e parentais e pelos sócios do empreendimento. A criação dos filhos (e a reciprocidade para o idoso) se desdobra em uma sucessão de suspeição e de desconfiança, sendo de se esperar conflito e tensão⁸²

Em suma, o dever de provimento do cuidado parental, além da dependência mútua gerada com o seu provimento inicial, são fatores de desestabilização do

⁸² É de se esperar, ainda, que o mais velho fiscalize o ‘estilo de vida’ do mais novo, para que esse não dissipe recursos que ele possa vir a precisar no futuro. Os futuros herdeiros, por outro lado, auditam os ‘gastos’ dos velhos, interessados em receber mais herança. Essa intromissão gera discussões infundáveis e agrava o risco de conflito reprodutivo dos parentes de gerações diferentes.

relacionamento familiar. É de se presumir que, nos casos em que os parentes não estão obrigados ao investimento (e, portanto, não intitulados para receber no futuro), esse ‘pomo de discórdia’ deixa de existir. Dessa maneira, sociedades matrilineares não predizem conflitos entre pais e filhos porque não existe entre eles dever de assistência parental recíproca. De maneira simétrica, organizações patrilineares não pressupõem conflitos entre tios maternos e sobrinhos, sendo esperada discórdia entre pais e filhos. A leitura da etnografia mostra que grande parte das tensões e conflitos entre tio e sobrinho e pai e filho decorre do abandono (ou risco de) dos mais velhos pelos mais novos. É notável que todas as culturas humanas prescrevam regras de divisão de alimento entre os parentes. Não há um só lugar onde os deveres alimentares não estejam nitidamente regulamentados. A existência de regras coercitivas que assegurem que o alimento seja dividido entre as pessoas da família é um indício que o altruísmo está em perigo. Os conflitos dos parentes pela divisão de alimento são bem marcados por dois aspectos principais. A obtenção de alimentos pelos homens atende não somente à necessidade protéica/calórica, mas também serve de sinalização da competência do caçador e como propaganda para conseguir amantes, ou concubinas, interessadas num naco de caça (Hill & Hurtado, 2000). Além disso, existem os conflitos relativos à divisão do alimento em razão da necessária assistência que os mais velhos têm direito. E que os mais novos não querem prover, preferindo investir em quem ainda tem horizonte reprodutivo, e não naqueles já em final de vida. Por essa razão, existem, nas sociedades tradicionais, regras explícitas sobre a divisão de alimento e sobre a proteção dos mais velhos.

As regras jurídicas têm um aspecto funcional bastante claro: fazer com que as pessoas se comportem de uma maneira que elas não se comportariam na ausência da lei. Se as pessoas auxiliassem umas às outras voluntariamente, não haveria necessidade de leis impondo assistência parental; nem retribuição do anteriormente assistido. A existência de uma regra legal indica que existe nos destinatários uma tendência para estes se comportarem no sentido contrário ao preconizado pela lei (Jones & Goldsmith, 2004), porque foi o comportamento adaptativo no AAE. Jones & Goldsmith (2004) chamam tal fenômeno de ‘*time-shif rationality*’. Essa expressão significa que a lei muitas vezes reconhece a ‘adaptatividade pretérita’. Ao reconhecer isso, a lei admite que será necessária uma intervenção tanto mais drástica quanto mais

adaptativo for o comportamento no passado. Esse fenômeno tem o nome de ‘lei da alavanca do direito’ (Jones & Goldsmith, 2004). Coerentemente, pequenos enganos e ilusões ao próximo são levemente punidos, enquanto que o estupro, o roubo ou o homicídio – todos, inegavelmente, ‘aceleradores’ de fitness – são severamente punidos. Deixar a conta de criar o filho para a mãe ou abandonar os mais velhos geralmente aumenta o sucesso reprodutivo do trapaceiro. Nos casos de pensão alimentícia para os ascendentes ou os descendentes, a lei reconhece a alta probabilidade de serem eles abandonados pelos filhos. Reconhece mais: a lei entende que o idoso poderá ser abandonado pelos mais novos em caso de não haver intervenção externa. Além de regras que impõem a proteção aos idosos, as legislações modernas de alguma maneira prevêm a deserdação – isto é, a permissão para o ascendente excluir o descendente da herança. É uma clara manifestação da retaliação agressiva contra os desertores que truncam a assistência aos ascendentes. Em praticamente todos os sistemas legais existe a deserdação. Segundo o Código Civil Brasileiro, ela é possível em casos de o futuro herdeiro abandonar materialmente seus ascendentes. Tal regra tem longuíssima trajetória nas legislações e aplicação praticamente universal (Pontes de Miranda, 1984). É possível ainda verificar na existência mesma da lei um conflito reprodutivo potencial entre herdeiros e autores da herança; entre pais e filhos nas sociedades patrilineares; entre tios e sobrinhos nas matrilineares. Os conflitos decorrentes da apropriação da herança de bens serão analisados no item relativo ao conflito entre prole e parentais (Trivers, 2002c).

As propensões biológicas altruístas, assim como as circunstâncias ambientais que impõem regras diferentes quanto a quem será o provedor masculino inicial, ajudam a formular previsões quanto ao comportamento dos envolvidos. Em sociedades onde o MPI (Investimento Parental Masculino) é provido pelo pai, este será o destinatário da futura assistência do filho, que o sucederá em seus bens. É de se esperar que, nessas sociedades, em razão das dificuldades evolutivas inerentes ao altruísmo recíproco, a relação entre pai e filho seja conflituosa. Fenômeno simétrico ocorre em sociedades nas quais é o irmão da mãe que está obrigado ao cuidado parental, em que tio e sobrinho deverão manter reservas diante do conflito cooperativo de longo prazo que os envolve. Os incentivos tentadores da deserção farão com que esta sempre espreite as relações familiares, motivando suspeitas e ressentimentos recíprocos dos que estão em gerações diferentes. Por outro lado,

quando o MPI não faz parte da relação institucional entre parentes mais velhos e mais novos, é de se esperar que não haja conflito.

Conflitos sexuais decorrentes do MPI

Alguns conflitos familiares são relativos ao altruísmo recíproco e, ao mesmo tempo, à seleção sexual. O ciúme ligado à manutenção de relações matrimoniais, ou a pesquisa sobre a reputação do parceiro, explorados brevemente acima, são temas na fronteira entre a seleção natural e a seleção sexual, e serão mais detidamente analisados neste tópico. O MPI tem raízes na seleção sexual como embate competitivo entre os homens para obter mulheres, um artifício caro em termos de aptidão para quem o adota, mas que, de alguma maneira, comunica boas condições para a fêmea. Isto é chamado de Teoria da Sinalização Custosa (Winterhalder & Smith, 2000). Nas sociedades ocidentais, essa sinalização é feita através de bens posicionais. Esses advertem as mulheres quanto à abundância de recursos que podem ser aportados por seu proprietário, no empreendimento da criação da prole (Frank, 1985; Fukuyama, 2003). Em última análise, o investimento do homem na prole (assim como a cauda do pavão, para aquela espécie) possui a função de exibir atributos para desbancar outros machos na luta pelo acasalamento. A capacidade de provimento é um atributo que, detido pelo homem, aumenta as suas chances de ser escolhido. O fato de serem os sócios do cuidado parental indivíduos preocupados com o sucesso reprodutivo próprio faz da manipulação do MPI uma fonte de conflito no seio da família. Esse conflito pode ser bem compreendido com o auxílio das estratégias disponíveis para os jogadores do DP.

A utilização de jogos cooperativos refina a capacidade de entender e prever a lógica dos conflitos familiares. Nestes, existe a possibilidade de que os sexos, em relação ao MPI, adotem estratégias exploradoras. A despeito do auto-interesse como ‘norte’ dos jogadores, deve-se presumir que as partes podem adotar estratégias irracionais. Isso ocorre em algumas situações críticas do ponto de vista adaptativo. Uma circunstância contextual muito importante é a maneira como as sociedades se organizam: patrilineares ou matrilineares. A organização do sistema de investimento parental masculino, seguindo uma ou outra tradição, vai influenciar as decisões

comportamentais adotadas pelos sexos nos conflitos que envolvem a participação do homem (pai ou tio) na criação da prole. Certamente, uma compreensão das relações familiares sob o prisma da seleção sexual tem no MPI uma variável fundamental.

De acordo com Darwin (1871), seleção sexual é a competição entre membros de um mesmo sexo pelo sexo oposto e a escolha diferencial dos membros de um sexo pelos membros do sexo oposto. Essa versão pode ser colocada num formato de Teoria dos Jogos, realçando as opções estratégicas. Nesta versão, seleção sexual é o conjunto de interações em que as estratégias reprodutivas dos machos interferem nas (e sofrem interferência das) estratégias adotadas pelas fêmeas. Isso significa, geralmente, machos competindo entre si pelas fêmeas, e estas escolhendo alguns e não de outros. Esse fenômeno somente fica claro quando se analisa o sucesso reprodutivo diferencial por sexo (Trivers, 2002b). Em relação às fêmeas, existe informação confiável de muitas espécies, o que não acontece com os machos em razão das dificuldades inerentes a esse empreendimento, mesmo em animais monogâmicos. Os humanos ilustram o padrão: a informação antropológica não hesita em apontar corretamente os filhos para as mães. Mas, em relação ao pai, existe sempre um grau de incerteza, sendo muito difícil uma imputação acurada da paternidade biológica aos pais.

Um estudo com *Drosófilas* nos anos 1940 obteve dados precisos quanto ao sucesso reprodutivo de indivíduos de cada sexo (Trivers, 2002b). O pesquisador separou, em cada rodada do experimento, 5 fêmeas virgens e 5 machos. Assim, cada fêmea podia escolher entre os 5 machos, os quais competiam entre si. O cruzamento de indivíduos dotados de marcadores cromossômicos revelou que:

1) O sucesso reprodutivo dos machos varia mais amplamente que o sucesso reprodutivo das fêmeas. Somente 4% das fêmeas não reproduziram, enquanto praticamente 1/5 dos machos não deixaram descendência. Alguns dos machos eram fenomenais, produzindo 3 vezes mais descendência do que as fêmeas produziam em média;

2) O sucesso reprodutivo das fêmeas não depende da habilidade de conseguir candidatos. As fêmeas que não reproduziram eram tão cortejadas quanto as reprodutoras. Nos machos, a incapacidade de atrair era o principal fator limitante, uma vez que os ‘sem prole’ demonstravam interesse na corte, mas não eram escolhidos; e

3) O sucesso reprodutivo das fêmeas não aumenta muito depois da primeira cópula, e de maneira nenhuma após a segunda. O padrão dos machos era diferente: a prole de cada macho aumentou quase que linearmente com o aumento no número de interações sexuais.

A razão para isso é o custo energético das células sexuais, muito maior nas femininas (anisogamia ou assimetria dos gametas). Considerando o baixo dispêndio energético em gametas masculinos, a produção de células sexuais dos machos não é um fator limitante para a fertilização. Já as fêmeas têm o sucesso reprodutivo restrito pela produção de gametas, e não pela fertilização. O sucesso reprodutivo dos machos varia como uma função do número de cópulas que eles conseguem. Essa constatação permite que se façam experimentos em que se mede o número de relações sexuais como índice do sucesso reprodutivo de um determinado indivíduo. Descarta-se o número de filhos de fato existentes, que podem variar por fatores como a contracepção. Em sociedades nas quais existe a monogamia, supostamente o sucesso reprodutivo dos homens tende a ser uma função do das mulheres. Mas mesmo assim a possibilidade de adultério pode aumentar a variação do sucesso reprodutivo dos machos, sem alterar o das fêmeas.

O investimento parental relativo dos machos e das fêmeas mostra-se uma variável importante para a seleção sexual, controlando o sistema de acasalamento. Investimento parental é qualquer ato feito pelo pai e pela mãe a favor de determinado membro da prole, e que aumente a chance deste se reproduzir em detrimento da habilidade daqueles investirem em outro membro da prole (Trivers, 2002b). É exatamente esta lógica que serve a uma interpretação estratégica de jogos cooperativos, como o DP interativo. Operacionalmente, estão fora dessa definição os investimentos feitos para encontrar parceiros ou derrotar rivais. Essas variáveis, embora importantes para a seleção sexual, não afetam a sobrevivência e o sucesso reprodutivo da prole, não sendo, portanto, investimento parental. Cada filho é um investimento independente, sendo esperado que a alocação de recursos numa determinada carteira diminui a capacidade de recheir outras. Trivers (2002b) mediu o montante de investimento parental com referência ao efeito negativo causado na condição de investir em outro filho, e não levou em consideração o efeito benéfico causado na aptidão do filho em que se investiu.

O sexo que mais aporta investimento parental de certa maneira tem menos chances de aumentar a prole, aumentando o número de parceiros. Essa opção, ao contrário, existe para o sexo que investe menos. O sexo que pode ser explorado em termos de investimento parental é o feminino. As exceções são alguns pássaros em que a fêmea não investe quase nada na prole, que é cuidada pelos machos. Nessas espécies, em que há o ‘papel sexual invertido’, as fêmeas competem pelos machos, sendo mais vistosas, maiores e mais agressivas que eles. Um homem pode investir na prole de formas variadas: dando comida e protegendo a mulher enquanto esta amamenta o filho, ou alimentando, protegendo e ensinando diretamente a prole; e, finalmente, pode propiciar um benefício indireto de pertencer a um grupo, o que pode fornecer proteção e oportunidades de acasalamento à prole.

As estratégias conflitantes entre os sexos precedem os seres humanos. O padrão de investimento parental veio das células que se diferenciaram em algumas relativamente imóveis, fertilizadas por outras, móveis. A competição rapidamente favoreceu mobilidade em algumas células e imobilidade em outras, e a mobilidade foi trocada pelo investimento parental. Na medida em que as células móveis tinham que competir entre elas, a seleção natural favoreceu o investimento para ocorrer somente nelas. Uma vez que estas células desenvolveram algum mecanismo de escolha, algum grau de investimento parental pôde evoluir ao lado da mobilidade. As pressões seletivas conspiram contra essa solução terrivelmente: a partir do instante em que a célula feminina faz um grande aporte ‘inicial’, ela já se compromete com outros aportes para não perder o que foi gasto. Essa pressão não existe para a célula masculina. A competição entre os machos tende a excluir investidores parentais. Cuidar da prole retira chances de inseminar outras candidatas, onde se conclui que “*a Seleção Sexual assim, então, é controlada pelo padrão do investimento parental e a força que tende a moldar aquele padrão*”. (Trivers, 2002b, p. 73). É um conflito estratégico perene entre a possibilidade de investir pouco por parte dos machos contra o critério de escolha das fêmeas e formas de ‘extorquir’ o MPI. Em algumas espécies, o pagamento é antecipado com a oferta de um presente, mas em outras existe um enorme ‘retardamento na contraprestação’. E é aí que mora o perigo: toda prestação a ser paga no futuro é, em si, incerta.

Uma característica da evolução das diferenças entre as células sexuais é que essas permanecem desiguais, mesmo em animais em que o investimento parental é o

mesmo entre os sexos; ou mesmo em espécies em que os machos invistam mais. A assimetria no investimento inicial energético é uma unanimidade na natureza. Nos humanos e nos animais em geral, o fator crucial para a operação da seleção sexual é o investimento parental relativo entre os sexos. Nas espécies em que o MPI é comparável ao das fêmeas, deve-se esperar que o sucesso reprodutivo varie pouco entre os sexos, que discriminarão igualmente entre os pretendentes: macho e fêmea terão o mesmo nível de exigência. Onde o MPI é muito menor do que o das fêmeas, é de se esperar que os homens discriminem pouco e que as mulheres sejam mais seletivas. Embora os homens possam ajudar com os cuidados para com a criança, eles podem não contribuir ou fazer menos do que seria esperado pela parceira.

Dada a assimetria energética inicial, e dada à irreversibilidade do investimento já feito, a situação da mulher é bastante frágil. O investimento parental se desdobra numa série de atos, os quais podem ser vistos como uma seqüência de investimentos ‘discretos’ feitos pelos jogadores. Em cada oportunidade, eles poderão escolher entre cooperar e não cooperar, o que faz antever um clima de desconfiança e incerteza perenes. O investimento relativo pode mudar com o tempo, e um dos sexos pode estar mais livre para desertar do investimento a qualquer hora. Essa mudança ocorre em razão do investimento parental acumulado ser diferente para cada sexo. A cada ponto da seqüência de DP em que se constitui o cuidado parental no qual o outro lado investiu mais, existe uma chance para desertar. A possibilidade de deserção mantém tenso o relacionamento daqueles que estão institucionalmente obrigados a compartilhar essa responsabilidade. A cada instante, a chance de desertar e deixar o problema para o outro sócio transforma as relações sociais desses envolvidos de maneira previsível.

A tentação de desertar surge porque obviamente beneficia o desertor, que perde menos do que o outro parental. Dessa forma, o traidor se beneficia da assimetria do investimento inicial, que praticamente se mantém durante toda a criação da prole. Após a deserção pelo homem, alguns cursos do jogo podem se seguir. As partes abandonam o que investiram e partem para novas escolhas (ruim para o macho-desertor, péssimo para as fêmeas). Outra possível consequência é que um dos sexos tenta cuidar da prole sozinho, por sua conta e risco (ótimo para o macho-desertor, um pouco menos ruim para as fêmeas). Uma terceira alternativa seria a da fêmea tenta arrumar outro macho para ajudar – em sua própria família, ou por um novo parceiro

sexual –, o que também é ótimo para o desertor, porém um pouco menos ruim para as mulheres. Por isso, provavelmente as fêmeas vão preferir essa alternativa às demais. Diante desse quadro de incentivos, é difícil conceber que, em algumas espécies, formas elaboradas de investimento parental do macho surgissem. A evolução do MPI é, sem dúvida, um quebra-cabeças diante da competição entre os sexos. Ele surgiu e se fixou porque as fêmeas o valorizam. E grande parte do que foi selecionado nos homens dependeu do gosto e da atitude das mulheres.

Existe competição entre os homens pelas mulheres porque são essas que investem nas crianças. Como as mulheres produzem regularmente um bebê por vez, a ajuda do homem, embora importante, não é indispensável (Emlen ; Davis & Daly, 1997). Se a mulher pode criar a prole sozinha (ou com sua família de origem), a estratégia de deserção é vantajosa para o homem, posto que lhe sobra mais tempo e energia para inseminar outras, maximizando suas perspectivas reprodutivas. Essa fragilidade é reconhecida pelas regras de divisão de alimentos nas sociedades primitivas. Tais regras obrigam os homens a continuar o sustento da mulher abandonada, pelo menos por algum período. As esposas e a prole dela recebem das leis atenção contra o desertor sexual. São vítimas potenciais do crime de abandono material; e legitimadas para pleitear alimentos do ex-marido (e pai de seu filho). Abandonar a mãe com sua prole é uma estratégia que parece ter sido eficaz no curso da evolução humana. Por essa razão, o legislador assume que esse comportamento tende a ser adotado, criando uma estratégia punitiva para o desertor no processo de ‘alavanca da lei’ (Jones & Goldsmith, 2005).

Para evitar (ou minimizar) a defecção, as mulheres desenvolveram mecanismos de avaliação das intenções dos homens, instalando um sistema ‘mais rigoroso’ de escolha: elas buscam avaliar o compromisso emocional dos homens. Sem ele, o MPI não será provido (Buss, 2000). Esse processo co-evoluiu com estratégias sutis dos desertores. O desertor sutil pode ‘imitar’ o bem intencionado, e uma vez que a criança nasceu, ele pode desaparecer. Cada refinamento das habilidades enganadoras dos desertores corresponde a um passo mais firme na estratégia de escolher os homens mais propícios a investir. As mulheres avaliam as formas do rosto – preferindo os de feição feminina aos de aparência masculina para relações de longo prazo –, a reputação, o status e a riqueza. Elas avaliam principalmente a possível existência de outra prole. As mulheres desenvolveram também estratégias punitivas

para conter a defecção do homem quanto à continuidade do provimento paternal. São todos esses mecanismos típicos de seleção sexual: as estratégias dos homens influenciam e sofrem a influência das estratégias das mulheres. Esse relacionamento dinâmico varia de acordo com contextos sociais. Estes impõem regras que alternam o sistema de utilidades do Dilema dos Prisioneiros. Mais abaixo, serão examinadas as estratégias dos homens e mulheres em contextos matrilineares e patrilineares. Serão analisadas as influências relevantes para definir o caráter competitivo e conflituoso da relação entre homens e mulheres na criação da prole em ambas instâncias.

Mas, a despeito da dificuldade de obter investimento parental masculino, é certo que ele existe em elevado grau entre os humanos. Isso se deveu em grande parte às estratégias seletivas adotadas pelas fêmeas. Outra causa possível é o benefício que o cuidado parental gera para a prole através da aquisição de esposas e da herança material. Indiscutivelmente, a presença do investimento parental masculino é algo muito importante para o sucesso reprodutivo da prole. Mesmo em espécies de lagartos, a presença do pai garante o aumento do tamanho dos filhos, melhorando a chance de lutar contra outros lagartos por acasalamento. Considerando que o MPI é um bem relativamente escasso, é de se esperar competição entre as pretendentes pelos homens com recursos (Buss, 2000).

O papel da escolha das mulheres é essencial para a co-evolução do investimento parental masculino. Se as mulheres preferem um determinado genótipo, é de se esperar que a seleção rapidamente o favoreça. Aos desejos das mulheres correspondem alguns dos atributos masculinos, sendo esse um caminho evolutivo que o MPI pode ter seguido. O MPI, pela sua importância para o sucesso reprodutivo das mulheres, é algo que elas valorizam e colocam como fator de discriminação em suas escolhas. A escolha das fêmeas pode gerar modificações contínuas no design dos machos. Findo um determinado tempo, escolhas sistematicamente realizadas por um dos sexos podem ser responsáveis pela fixação de características até então raras na espécie. Esse processo se reforça continuamente, com o traço desejado sendo mais e mais fixado. Existe uma tendência das fêmeas em separarem os machos por amostras dentro de uma curva de distribuição normal. A seleção sexual agirá para escolher os indivíduos que estejam no extremo pretendido. Se há uma curva de distribuição de MPI na sociedade, as mulheres escolherão os homens que tenham capacidade acima da média, excepcional. Nas gerações seguintes, haverá uma tendência para o aumento

médio do MPI, e as fêmeas continuarão a escolher candidatos que tenham a maior capacidade de investir. A preferência das fêmeas por investidores afetará os atributos masculinos e influenciará a preferência das próprias fêmeas nas próximas gerações. A seleção moverá ambas as forças na mesma direção, acelerando ainda mais a fixação da característica ‘escolhida’.

O MPI humano é complexo por ser extremamente variável. Em espécies em que os machos aportam somente a ‘célula sexual’, as opções à disposição das fêmeas são limitadas à escolha do material genético a ser transmitido. Em espécies em que existe o MPI, a escolha das fêmeas envolve a vontade, a habilidade e a complementaridade dos atributos aportados individualmente pelos parentais. A fêmea escolhe um indivíduo em razão de sua condição em contribuir para o cuidado parental: a evolução passou a analisar o quesito capacidade de colaborar com a prole da pretendente. Isso é tão forte que, em determinadas espécies de pássaros, existe a possibilidade de detentores de bons territórios acumularem várias esposas. Se as fêmeas competem por machos com bons territórios, isso significa que os machos disputarão de maneira renhida tais localidades. A exigência de um ‘dote’ como esse, por seu elevado custo, ‘amarra’ o investidor para depois da inseminação. Dessa maneira, a escolha das fêmeas por ‘machos com a capacidade de colaborar com a prole’ influencia o nível de MPI da espécie.

Se não há deserção logo após a concepção, e se o investimento vai sendo feito regularmente, existe uma tendência de ambos os sexos em manter o investimento: é justo que eles tenham receio de perder o que já foi investido naquela prole. Esse medo pode acometer o homem também, e isso influencia suas atitudes de investir ou desertar ao longo da relação. Quanto mais investimento feito em um filho, menos investimento será possível para as possibilidades externas; perder o investimento feito pode ser muito ruim para homens também, principalmente quando são mais velhos e não têm mais horizonte reprodutivo. Essa possibilidade os expõe às estratégias exploradoras das mulheres, que contam com uma arma letal: elas não têm dúvidas de que são elas as verdadeiras mães. Pode ser que elas manipulem um bom investidor, levando-o a crer que ele é o pai biológico, impondo-lhe o custo de criar a prole de outro. Essa situação de jeito nenhum é rara. A seleção natural pode ter desenvolvido mecanismos adaptativos que protejam os homens contra a traição sutil da mulher. Nesse caso, estão: a) o reconhecimento facial masculino mais aguçado que o

feminino; b) a preocupação dos homens com a semelhança física da prole com eles; c) o conhecimento quanto aos períodos do ciclo menstrual da mulher; dentre outras leituras indiretas da possibilidade do indivíduo ser o verdadeiro pai da prole. Outros comportamentos, como o *lek*, podem aumentar a chance da paternidade. Essas defesas extras se desenvolveram nos homens por conta da particular vilania que a traição da mulher lhes impõe. O risco evolutivo de criar a prole de terceiros é enorme e deletério para o sucesso reprodutivo do iludido, investindo recursos nos genes do concorrente. Mas os homens, embora estejam fragilizados nesse ponto, continuam com sua capacidade de ajudar na criação e de se reproduzir; e podem gerar prole com outra mulher. Nesse caso, invariavelmente, o surgimento de nova prole do homem afeta o que se investe na prole existente até então. Um exemplo claro é a opção legal que o pai tem de pleitear a revisão de valor da pensão alimentícia, na hipótese de constituição de nova família ou do nascimento de um filho. Lembrando o Barão de Itararé, “onde um come, dois passam fome”. Logo, a primeira mulher vai ter que suprir a diminuição gerada pela atividade extraconjugal do marido, e com isso ‘liberar’ recursos que seriam destinados aos filhos dela para que sejam alocados na prole da lambisgóia.

O ciúme é uma adaptação que mostra o que cada sexo busca preservar com a sua existência (Buss, 2000; 1992). Esta é uma adaptação que gera comportamentos agressivos, e que podem redundar em homicídio (Daly & Wilson, 1988). Na medida em que as mulheres buscam preservar o fluxo altruísta do homem para sua prole, o ciúme feminino vai coibir a migração dos recursos para a concorrência. Se o drama masculino é criar filhos de outro homem, é natural que o ciúme dos homens vise coibir o intercuro sexual feminino. A antiga legislação portuguesa definia o adultério de forma diferente para homens e mulheres. Os primeiros o cometiam quando adquiriam uma ‘*teúda e manteúda*’, situação na qual o homem praticamente constituía nova família. Não era crime para o homem manter relações sexuais com outras mulheres em prostíbulos. Já as mulheres cometiam o adultério com o simples intercuro sexual. De maneira bastante nítida, a legislação mostrou, com as proibições, quais eram as estratégias exploratórias disponíveis para homens e mulheres. Considerando a adaptatividade de algumas relações de curto prazo para as mulheres casadas, e das ‘amigadas’ para os homens, a lei inverteu a lucratividade das estratégias egoístas. Trivers (2002b) lembra que sua inspiração para escrever sobre o

investimento parental e a seleção sexual veio da observação de pombos. Nessa espécie monogâmica e com elevado MPI, fêmeas e machos reagem de forma diferente à traição dos parceiros. Quando um pombo vê a pomba copulando com outro, ele intervem imediatamente, interrompendo o coito. Em situação oposta, quando é o pombo que se engaja em atividade extraconjugal, a pomba aguardava o final do ato sexual. Depois disso, monopolizava a atenção do macho.

O ciúme está no centro dos conflitos que ocorrem no átomo de parentesco. Grande parte das disputas familiares relativas ao investimento parental é movida pelo ciúme dos cônjuges. Em seu livro *“A paixão perigosa”*, David Buss conta o episódio do filme *“Atraídos pelo destino”*. Neste filme, ficou claro que o ciúme da mulher se relacionava aos recursos do homem. Sem dinheiro para pagar a gorjeta, o personagem de Nicolas Cage oferece a uma garçonete metade de eventual prêmio de loteria, caso o ganhe. O bilhete era premiado e o acordo foi cumprido. A esposa ficou furiosa, e o episódio terminou em divórcio. A parte que restou do prêmio para o protagonista ficou com a ex-esposa, em razão da partilha. Em situações da vida real, a opção de gastos de um dos cônjuges pode atender aos seus interesses de um em detrimento dos interesses do outro. De acordo com Buss *“esse filme enfatiza uma fonte difusa de briga entre maridos e esposas: o conflito sobre recursos mantidos em conjunto”* (2000, p. 47).

As estratégias de acasalamento de homens e mulheres diferem profundamente em razão do investimento parental. As ‘jogadas’ sexuais dos homens e das mulheres fornecem o fundamento para o desenho evolutivo do ciúme (Buss, 1992). Deve-se esperar, então, que o ciúme masculino e feminino sejam diferentes, posto que divergentes as opções de acasalamento. Os compromissos com a paternidade certamente têm um custo para os homens. Além do esforço direto na proteção da mulher e na criação do filho, os homens incorrem em ‘custos de oportunidade’. Estes expressam oportunidades perdidas com outras mulheres quando o agente está envolvido com o investimento parental. Tudo isso pode ruir com apenas uma traição da mulher. Em razão de a concepção ser um processo que o homem não controla, existe o risco sempre presente de que ele pode estar sendo ludibriado. Dados esses custos impagáveis, é de se esperar que a evolução forjasse defesas poderosas.

A natureza específica do risco deixou marcas profundas no ciúme sexual masculino, que gira em torno da atividade sexual da mulher. Para esta, jamais houve

uma incerteza quanto à prole. A certeza da maternidade não isenta as mulheres dos riscos da atividade extraconjugal masculina. A mulher está em risco quando o marido tem um caso, quando ele se casa com a amante e a abandona, ou quando este é polígamo. Devido ao pouco apego do homem ao ato sexual, é de se esperar que os homens pudessem desviar os recursos somente quando estivesse emocionalmente envolvido com outra mulher. Isso não é difícil de acontecer. Faz parte da estratégia das rivais retirar recursos dele, ou pelo menos fazer com que se comprometa a tal. O vínculo afetivo incomoda muito mais as mulheres do que o ato sexual. A avaliação do compromisso emocional que facilita o comprometimento financeiro é, antes de tudo, o grande fator de escolha sexual da mulher. No filme antes citado, a esposa se enciumou porque o marido, ao cumprir o compromisso e dar quantia vultosa à outra, demonstrou vínculo emocional com a garçonne. (Que, a propósito, era linda de morrer). Tamanha ‘honestidade’ pode ter sido uma estratégia deliberada de conquista. De resto, o episódio mostrou a procedência da desconfiança da esposa e o acerto da estratégia de acasalamento do marido, que se casou com a garçonne e se livrou de ficar pobre, aproveitando a metade do bilhete que não ficou com a ex-mulher.

A diferença sexual do ciúme não quer dizer que os homens sejam indiferentes a vínculos afetivos das mulheres, ou que estas não se importem em ver seus maridos na cama com outra. Em primeiro lugar, o vínculo afetivo pode surgir com o ato sexual. Além disso, a proximidade emocional pode induzir ao ato sexual. Segundo Buss (2000), para acessar a possível diferença quanto à natureza do ciúme, é necessária uma ‘escolha de Sofia’, em alusão à personagem que deveria escolher um dos filhos para morrer. Trata-se de uma decisão difícil a de preferir que seu cônjuge tenha relações sexuais, ou que ele esteja envolvido emocionalmente com outra pessoa. Mas as pessoas catalogam a gravidade diferencial dessas situações. Em testes de laboratório, Buss e sua equipe fizeram questionários específicos quanto a atos infiéis dos parceiros. Os homens se tornaram fisiologicamente mais aflitos e fisicamente mais sofridos pela imagem da infidelidade sexual. Consistentemente, sofreram menos impacto com a imaginação de que sua mulher estava apaixonada por outro homem. As mulheres exibiram padrões opostos: essas demonstraram mais sofrimento com o envolvimento emocional do parceiro do que com sua infidelidade sexual.

Em outra bateria de testes, sem ajuda de medidores fisiológicos, foram feitas perguntas sobre o aspecto mais perturbador que poderiam relatar da infidelidade.

Foram dadas duas opções: ato sexual ou envolvimento emocional. Para Buss (2000), os resultados foram conclusivos: 63% dos homens consideravam o ato sexual como o mais inquietante, contra 13% das mulheres. Contrariamente, 87% das mulheres achavam perturbador o vínculo emocional, contra 37% dos homens. Pesquisas com questionários foram feitas em três universidades, uma americana, uma japonesa e uma coreana. Os resultados foram consistentes com várias pesquisas em diversos países, variando a natureza das questões. Num estudo sueco, solicitou-se a escolha de uma entre duas situações: (1) seu parceiro tornou-se muito amigo de alguém do sexo oposto no trabalho, mostrando muitas afinidades; ou (2) seu parceiro, numa viagem longínqua para um lugar que não mais vai voltar, teve uma noite de sexo com um nativo. Para 62% dos homens suecos, a situação 2 era a pior; para 63% das mulheres, era a situação 1.

Na China, o ciúme dos homens é mais sensível a pistas de infidelidade sexual, enquanto que as mulheres se preocupam com a emocional. Buss (2000) demonstra que as mulheres tendem a perdoar as infidelidades que não coloquem em risco o casamento, como nos casos em que a rival está longe. Os homens apresentam comportamento oposto, e tendem a não perdoar o envolvimento sexual, ainda que fortuito. Khule e colegas (comunicação pessoal) mostram que, nas discussões que se seguem à descoberta da traição, homens e mulheres têm diferentes perguntas a fazer. Em um questionário guiado, era possível escolher uma de duas perguntas: (1) você teve sexo com ele (ela)?; ou (2) você o (a) ama? 73,4% dos homens e 42% das mulheres fariam a primeira, e 26,4% dos homens e 58% das mulheres fariam a segunda pergunta. Em relação às cinco perguntas mais importantes do interrogatório conduzido pelo traído, homens e mulheres também foram presumivelmente diferentes. Esses resultados indicam claramente que a proteção dos homens se volta contra a possibilidade de arcar com os custos da criação da prole de um rival. E das mulheres se volta contra o risco à continuidade do provimento parental. Estudos da rivalidade também mostram que os homens se incomodam com rivais endinheirados, mais do que com rivais ‘bonitos’. Já as mulheres se incomodam com as rivais bonitas, mais do que com as ricas (Buss, 2000).

O MPI se apresenta como conceito unificador da lógica do ciúme. Essa adaptação surgiu para proteger a fragilidade dos sexos, diante da possível deserção. Se o MPI influencia o mecanismo de ciúme, dando-lhe uma razão evolutiva para

existir, é natural que as partes sejam sensíveis a algumas diferenças ambientais. Essas sutilezas se refletem na maneira como o investimento parental masculino é tratado institucionalmente. A utilidade do MPI do marido não é a mesma para as mulheres em ambientes sociais matrilineares ou patrilineares. De alguma forma previsível, o ambiente cultural define a existência dos conflitos em termos de alocação do investimento parental entre os atores da mesma geração. Quando a organização social indicar que o responsável pelo provimento do investimento parental masculino é o irmão da mãe, o conflito será entre irmãos e não entre cônjuges. Se o ciúme existe para preservar o MPI na prole, então é natural que, nas sociedades que isentam o marido desse encargo, haja menos ciúme entre esposos. A mulher terá menos com o que se preocupar em termos de continuidade do MPI, uma vez que esse já não lhe é destinado. Como o ciúme feminino está ligado à continuidade do provimento parental, certamente será menos rigoroso ante à ausência de prejuízo para a prole. Quanto ao ciúme masculino, este será menos pronunciado porque a eventual deserção feminina não impacta tão gravemente sua capacidade de investir na prole da irmã. Além disso, face à irresponsabilidade da paternidade, a reputação feminina estará menos em observação. São comuns os ‘acampamentos de solteiros’ em que praticamente todos os jovens se relacionam entre si, para depois escolher o cônjuge. Nessa situação, obviamente haverá mais afeição, e menos ciúme e tensão na relação entre o marido e a mulher. A leitura do material etnográfico claramente mostra que os conflitos maritais em sociedades matrilineares são menos graves. Episódios de ciúme sexual, humilhação e espancamento da mulher são raros (Malinowski, 2000). Nessas sociedades, os índices de divórcio são elevadíssimos (Hartung, 1985).

Nas sociedades patrilineares, o MPI é fornecido pelo marido. Nesses grupos, o sistema de casamento envolve a compra da noiva, um mecanismo social em que a evolução da ‘escolha da mulher’ fez prevalecer. Se o homem tem que fazer um grande pagamento em dinheiro para ter a noiva, é menos provável que ele deserte de seus compromissos futuros. O raciocínio é o mesmo do que a exigência de sinal na compra de um imóvel: a intenção é amarrar o interessado. Se existe um pagamento prévio em dinheiro, deve-se esperar que a reputação da mulher esteja escrutinada. E, mais do que isso, as regras exigirão a virgindade da noiva, para evitar que essa já traga em seu ventre os genes do concorrente, prejudicando o sucesso reprodutivo do marido. O casamento se celebra sem qualquer afeição entre os cônjuges. Marido e mulher

encararão de maneira diferente a atividade extraconjugal do cônjuge. Haverá mais ciúme sexual nas tribos patrilineares, em razão da constante possibilidade de desvio dos recursos paternos para outra família. Junod (1927) narra episódios de ciúme entre as co-esposas, o *bukwele*, mostrando o grau de animosidade que elas nutrem entre si. É evidente que o desvio de recursos para outra parceira do marido causa estragos consideráveis na família abandonada ou simplesmente concorrente. Filhos de pais separados nas sociedades modernas, a despeito da ajuda material paterna, mostram mais risco de gravidez adolescente, de repetência na escola, e de abuso sexual do que os filhos de um casal que permanece casado (Daly e Wilson, 1988).

Haverá, da mesma forma, mais ciúme do marido em sociedades nas quais ele está obrigado ao provimento parental. Justamente porque o ciúme existe para certificar ao marido a procedência da prole, e evitar que os recursos materiais sejam alocados nos filhos do concorrente. Em sociedades em que o casamento custa, a traição da mulher é desastrosa em termos evolutivos para o marido. Outro fator de agravamento do ciúme masculino em sociedades patrilineares decorre da possibilidade institucional de acumular esposas. Tal possibilidade não existe em sociedades matrilineares, embora haja, na prática, indivíduos com mais ‘amantes’ do que outros. Por essa razão, nessas sociedades assim haverá pouca assimetria na idade dos cônjuges, o que é em si um fator de diminuição do ciúme marital. Quanto menos diferença de idade, menos ciúme e menos conflito entre esposos.

A acumulação de esposas gera imensa assimetria na idade dos cônjuges. A diferença de idade é um fator de tensão nos relacionamentos em razão do ciúme do cônjuge mais velho (Buss, 2002; 1992). Quanto maior a diferença de idade entre os esposos, maior o risco de acontecer homicídio no casal (Daly & Wilson, 1988). O homem poderá ser um velho com muitas esposas, e sem condições – ou mesmo sem tempo – de atender sexualmente suas mulheres. A observação etnográfica mostra que, em sociedades patrilineares, são extremamente comuns as agressões físicas dos maridos contra as esposas. O ciúme anda junto com a agressão física entre cônjuges (Daly e Wilson, 1988, Buss, 2002). E também é mais intensa e acirrada a competição entre os homens. Junod (1927) narra o episódio de um homem velho e com muitas esposas jovens adquiridas com dinheiro de corrupção. De tão ciumento, o velho impedia os outros homens de chegarem a uma distância mínima das vilas de suas esposas, que eram guardadas pelas cunhadas.

A informação das estratégias dos sexos e das propensões biológicas humanas quanto à escolha dos parceiros não é capaz de prever a existência de conflito reprodutivo entre marido e mulher. É necessário conhecer as diferentes configurações culturais que influenciam o conjunto de utilidades do DP disputado pelos cônjuges ao longo do casamento. A conjugação de fatores biológicos e locais é que permite a elaboração de previsões confiáveis quanto a conflitos entre maridos e mulheres decorrentes do MPI. Existem sociedades que isentam o marido desse encargo. Nessas, marido e mulher terão menos incentivos para lutar pelo MPI, e pode-se antever pouca tensão e conflito. Nas sociedades que impõem esse ônus ao marido, a luta dos sexos pelo MPI transformará as relações maritais em palcos de guerra.

Efeitos da seleção natural entre consangüíneos: o conflito parental.

Os parentais presumivelmente colocarão recursos na prole, de maneira a maximizar o número de filhos, enquanto estes seriam meros recipientes dos favores parentais. Porém, os filhos não são receptáculos do investimento parental. Eles têm vontade própria, assim como os pais, sendo de esperar um conflito reprodutivo entre eles quanto ao investimento parental. Filhos e pais agem para maximizar o resultado de suas condutas. Os filhos desde muito cedo tentarão otimizar o sucesso reprodutivo próprio, extorquindo mais investimento do que o parental quer dar. É o que se deve esperar quando se imagina os filhos como agentes da evolução. Em outras palavras, a prole e os parentais encontram-se num conflito reprodutivo. Embora os interesses dos indivíduos geneticamente próximos sejam em grande parte coincidentes, é inegável que as posições são antagônicas. De um lado, os pais querem dar o mínimo investimento possível, maximizando o interesse reprodutivo deles próprios. Eles estarão melhores tendo mais filhos, do que investindo num filho só, ainda que melhore as chances deste se reproduzir. De outro lado, os filhos individualmente pretendem maximizar as suas próprias chances de reprodução, prejudicando os irmãos, concorrentes do cuidado parental.

A seleção natural agiu nos filhos de maneira diferente da que agiu nos parentais. Os primeiros foram selecionados para demandar mais investimento do que os segundos foram selecionados para aportar. Tais conflitos se diferenciam de outros

jogos competitivos porque os envolvidos são geneticamente vinculados. A teoria da ‘seleção de consangüíneos’ espera que o gene altruísta se espalhe quando o beneficiário do ato também tiver tal gene. Tal probabilidade aumenta se o altruísta e o destinatário são parentes. O ‘coeficiente de parentesco’ mede a semelhança genética entre aparentados e dele depende a fixação do valor dos atos benéficos praticados a favor da prole.

A prole e os parentais podem estabelecer um conflito em razão da continuidade do benefício parental (Trivers, 2002c). Um bezerro recém nascido se aproveita do leite fornecido pela mãe logo que nasce. O leite materno é um benefício alto para ele, provido a um baixo custo pela mãe. O benefício do aleitamento diminui conforme o bezerro passa a ter capacidade de se alimentar sozinho. Da mesma forma, o custo do leite aumenta para a mãe com o envelhecimento do bebê. Num determinado ponto do futuro, o custo do ato materno superará o benefício gerado para a prole. Essa situação se agrava se o fornecimento de leite prossegue. O bezerro e a vaca não vêem a situação da mesma maneira. O bezerro é parcialmente comprometido com futuros irmãos, mas completamente comprometido consigo mesmo. A vaca, por sua vez, necessita desmamar o bezerro para tentar mais um filho. A manutenção do aleitamento, mesmo que a um custo que não compensa para a vaca, é boa para bezerro, porque essa estratégia evita novos concorrentes, uma vez que a vaca continua estéril enquanto amamenta.

Os conflitos gerados pela escolha do momento da interrupção do investimento parental podem ocorrer com os componentes do átomo de parentesco. Pai/filho e tio/sobrinho, quando institucionalmente obrigados a investir, podem se desentender quanto ao momento em que as obrigações parentais devem cessar. Em termos legais, pais separados tentam se desonerar desse encargo, logo após o filho atingir a maioridade. Mas esses podem procurar estender esse período até que terminem a faculdade. A primeira estratégia maximiza o resultado do pai, liberando recursos para outra prole. A segunda beneficia o filho, porque este aumentará suas chances de reprodução, enquanto diminui a capacidade do pai para criar outro filho. Os descendentes procurarão dilatar o período de cuidado, enquanto os parentais tentarão abreviá-lo. A estratégia dos filhos procura extrair recursos que de outra forma seriam alocados em irmãos. Se a questão for encarada como uma aplicação do DP, que de fato é, em razão das estratégias e recompensas disponíveis aos parentes, constatar-se-á

que a chance de conflito é alta quando chega o momento em que deve ser cessado o fluxo altruísta. É a rodada final, com toda a instabilidade decorrente do aumento previsível da deserção nas rodadas finais do jogo. No final do investimento parental, qualquer ato arrancado pela prole dos parentais somente afetará o sucesso reprodutivo da próxima prole.

Os parentais e a prole divergem não somente quanto ao momento em que o investimento parental será encerrado. Durante o período de investimento parental, as partes conflitam pela quantidade que será aportada. A cada decisão sobre a quantia de investimento, as partes se encontrarão no DP. Isso significa que poderão dar tudo o que for pedido, dar alguma coisa ou não dar nada. É natural que as partes estabeleçam uma quantidade equilibrada que possibilite a cooperação recíproca. Porém, em todo jogo cooperativo, a desconfiança espreita os corações dos participantes. Além disso, a prole pode adotar comportamentos que induzam o investimento além do necessário, com a intenção clara de dissipar recursos que poderiam alimentar um irmão.

É necessário afirmar que cada um dos filhos prefere ter seus filhos e não outros irmãos. Nesse contexto, irmão e irmã poderão se tratar como rivais, uma vez que o recurso que vai para um não vai para o outro. Em sociedades matrilineares, cumpre ao irmão cuidar materialmente da irmã, uma vez que é o herdeiro dos bens da linhagem. Ao irmão compete ainda cuidar materialmente do filho da irmã e lhe providenciar uma herança. Mas o irmão estará melhor se ao invés de destinar o recurso para a irmã, desviá-lo para alguma possível amante numa exibição custosa de recursos. Essa opção está disponível nessa interação de irmão e irmã, que pode ser compreendida, como outras relações familiares, pela lógica do DP. O potencial de defecção do irmão gerará angústia, mágoa e ressentimento da irmã, a qual pode ser (ou foi) preterida. A possibilidade de uma traição entre irmãos pode ser minimizada por estratégias da irmã que punam o desertor. Sem retaliação punitiva, a deserção será cada vez mais escolhida. Essas possibilidades estratégicas geram uma relação desconfiada, ressabiada e, portanto, pouco amorosa e afetiva. Situação diferente ocorre em sociedades as quais o irmão não tem deveres institucionais para com sua irmã ou com a prole dela. Nesse caso, a ausência de conflitos por investimento parental, os irmãos poderão se sentir livres de disputas estressantes por recursos.

Um outro tipo de conflito humano quanto à quantidade de investimento na prole se relaciona às disputas de herança de bens. Em outra passagem já foi

mencionada preocupação da lei com a fragilidade da posição do mais velho em relação a agressões do mais novo, para obter investimento. A herança de bens é parte do investimento parental em humanos (Mace, 1998). A legislação permite a deserdação quando o herdeiro agride o parente de quem herdará os bens. É uma clara resposta a possíveis tentativas mais agudas de arrancar o dinheiro do parental. Além disso, o eventual herdeiro pode ser alijado da herança caso tente matar o dono do dinheiro. Numa outra direção, a lei proíbe transações com bens objeto de ‘herança de pessoa viva’, desautorizando os furtos consentidos, tão comuns nos povos primitivos. O conflito quanto à quantidade e quanto ao momento em que a herança será transmitida à prole é sem dúvida um fator de homicídios entre prole e parentais, sendo um ponto extremamente delicado da relação parental⁸³. Esses fatores angustiantes não de se refletir na qualidade emocional das relações.

A arma usada pelas crianças e pelos jovens para extrair mais investimento parental do que os pais estão propensos a fornecer é a manipulação psicológica (Trivers, 2002c). Os pais dependem de sinais da criança para a entrega do leite que ela necessita. Dessa forma, a seleção natural age sobre as crianças para fixar sinais que informem melhor os pais quanto às condições em que se encontram. Uma maneira de sinalizar a fome é o choro. Mas considerando a teoria da co-evolução entre a deserção sutil e os mecanismos de proteção do altruísta, é de se esperar que o ato de chorar possa se transformar em uma falsidade, com o único intuito de induzir o parental a um investimento não querido. A criança pode chorar quando está com fome; ou pode chorar quando quer mais alimento do que a mãe quer dar. O sorriso é outro ato da criança que desperta o altruísmo parental. Como gerador de cooperação no outro interlocutor, o sorriso também pode ser fraudado em benefício da manipulação infantil.

Quanto mais nova é a criança, mais prontamente atendida em suas necessidades ela é. Dessa forma, uma estratégia bastante previsível de manipulação é a imitação de comportamentos de estágios anteriores do desenvolvimento. Da mesma maneira que a seleção natural age na prole para melhorar o mecanismo de

⁸³ Nos últimos anos, ficaram famosos os casos de Suzane Von Richtoffen e de Gil Rugai. A primeira, assassinou pai e mãe na companhia de seu namorado e do irmão dele, porque o pai não consentia na relação, sendo o namorado mal visto pelos parentais. Aqui se vê também o desentendimento entre pais e filhos, pela herança e pelo esforço daqueles interferirem no sucesso reprodutivo destes. O segundo, em razão do pai não mais lhe dar dinheiro nem à sua mãe, o que atribuía à nova esposa do pai, invadiu a casa paternal e assassinou cruelmente seu pai e sua madrasta.

‘enganação’, ela age nos parentais para melhorar a discriminação entre o choro de fome e o de malandragem; entre o sorriso espontâneo de simpatia ou gratidão e o manipulador. Esse conflito estratégico não tem previsão para terminar. No curso do investimento parental as partes podem alterar suas condições. Os pais podem ter reduzidos seus recursos, pelo empobrecimento ou pelo aumento da prole; ou a prole pode se desenvolver e demandar menos assistência. Nesse caso, as partes demonstrarão sensibilidade para modular o investimento. Mais uma vez a existência de leis sobre esse tema em particular iluminam os conflitos potenciais. A lei estabelece que a pensão alimentícia – ajuda compulsória do parental para a prole – deverá ser calculada de acordo com as necessidades de quem recebe e com as possibilidades de quem paga. A fixação do valor da pensão também pode ser revista ao longo do tempo, quando os termos antes estabelecidos não mais estejam de acordo com a modulação anterior. Isto é, quando houver uma alteração substancial na posição de qualquer uma das partes, a lei reconhece esse fato como apto a revisar a estipulação anterior. A existência de leis assegurando um parâmetro e garantindo a possibilidade de revisão indica que pais e filhos poderão se desentender (e muito) quanto ao valor do investimento, isto é, sobre a quantia investida. Mesmo em famílias casadas, cotidianamente o que se verifica é o conflito por recursos, com os filhos tentando obter mais do que os parentais querem dar.

As partes podem se desentender sobre as tendências comportamentais da prole, avaliando a capacidade que essa tem de criar a própria prole. Já foi argumentado acima que os parentais, no curso da interação, avaliam as tendências e a reputação dos seus parentes, de maneira a modular a entrega da herança. De uma certa maneira, os parentais mantêm com os filhos um conflito para que estes sejam ‘socializados’ (Trivers, 2002c). No processo de socialização, as partes sabem que se encontram em posições antagônicas. Dessa forma, a criança percebe que a ordem que lhe é dada é para proteger o sucesso reprodutivo do pai e não o seu. Dessa forma, a criança desvaloriza a palavra dos parentais e tende a acreditar em estranhos, com quem não conflitam abertamente.

Um outro foco de conflito entre prole e parentela é esperado em relação ao sucesso reprodutivo da prole, quando esta estiver adulta. É preciso lembrar que o fato de não reproduzir diretamente, não significa que o agente desistiu do sucesso reprodutivo. Porém o indivíduo que não se reproduzir estará atendendo antes as

necessidades reprodutivas de seus parentais e não as suas próprias, uma vez que é melhor investir em filhos do que em sobrinhos. Esse tipo de conflito pode surgir quando existe uma pressão para que o filho abandone o projeto de prole própria para cuidar dos filhos da irmã. De alguma maneira esse tema já foi tratado por ocasião da seleção de consangüíneos, e ali ficou patente que o interesse primordial do irmão é investir na prole dele mesmo. O cuidado com a prole da irmã ocorre em situações excepcionais e efetivamente gera tensões no núcleo da família.

Os conflitos entre irmãos e irmãs são esperados em sociedades que obriguem os tios a investir no sobrinho e o irmão a cuidar materialmente da irmã. O sistema de utilidades de uma sociedade matrilinear gera benefícios que podem ser apropriados pelo irmão, através da deserção sutil. Considerando o fato de que dificilmente a irmã adotará um comportamento de romper relações, reciprocidade diminuída é uma estratégia vitoriosa. Porém, a irmã poderá pressionar o irmão para cuidar dos sobrinhos. Ou para que não desperdice recursos que o filho dela poderá herdar, enquanto o irmão busca uma estratégia oportunista para diminuir o encargo, liberando espaço para prole própria. Levando em conta a longevidade e a importância do cuidado parental, é de se esperar que em sociedades matrilineares haja conflito entre irmãos quanto ao MPI a ser destinado ao sobrinho.

Desta forma, mais uma vez o investimento parental surge como fator de discórdia e de conflito. Nessa situação, a observação de sociedades matrilineares e patrilineares mostra a diferença de incentivos, os quais podem conduzir ao conflito em um tipo de sociedade e não em outro. Apesar das inclinações humanas que colocam prole e parentais e irmãos e irmãs em lugares opostos, o desencadeamento do conflito depende de circunstâncias ambientais. O simples conhecimento da inclinação humana não garante que um conflito ocorra. Em sociedades que o provimento dos recursos é incumbido ao pai ou mesmo ao tio, certamente um tipo de conflito como a interrupção do investimento parental é de se esperar. Porém os conflitos ocorrerão quanto houver um vínculo institucional ligando o parental (pai ou tio) ao beneficiário (filho ou sobrinho). Em sociedades cujo investimento na prole é de responsabilidade do pai, tio e sobrinho não terão um conflito decorrente da supressão do cuidado parental, posto que o tio não está obrigado a tanto. Nestas sociedades também, irmão e irmã não disputarão recursos para o provimento e assistência da irmã e da prole dela. Situação oposta ocorre em sociedades nas quais o tio deve prover o investimento

na prole da irmã. Nesse caso, é de se esperar que o momento em que finda o cuidado parental seja revestido de tensão. Entre os Trobriandenses, Malinowski enfatiza a lenda de *Tudava* em que o sobrinho nunca perdoou o tio pelo prematuro encerramento unilateral das obrigações parentais. Em sociedades em que o encargo pertence ao tio, pai e filho não têm esse foco de problema. Porém nessas sociedades irmão e irmã competirão pelos recursos disponíveis. O primeiro tentará usar os recursos como cacife para o jogo de encontros, enquanto a segunda lutará pelo celibato do irmão, a fim de que esse proveja os recursos para a prole dela.

CAPÍTULO 3 - TESTANDO UMA HIPÓTESE EXPLICATIVA PARA OS CONFLITOS FAMILIARES

O presente trabalho se propõe a compreender a variabilidade cultural humana em relação à organização da família por meio de postulados darwinianos da seleção natural e da seleção sexual e está baseado na comparação de dados etnográficos de diversas sociedades humanas. Em outras palavras, demonstrar que existe uma alteração marcante no comportamento de todos os envolvidos nas relações familiares quando mudam as regras de herança. Essa alteração segue a lógica destas regras porque elas direcionam o investimento parental masculino ora ao sobrinho, ora ao filho. Por meio da comparação das informações etnográficas, espera-se encontrar uma manifestação da natureza humana. Esta seria a constatação de que o MPI, a cargo ora do pai ora do tio, modifica de maneira compreensível e previsível as relações familiares. Trata-se de uma ampla postulação. Compreendendo-se a lógica do MPI é possível prever a variação cultural – a despeito da enorme quantidade de informação descritiva que está disponível nos bancos de dados.

A aplicação de conceitos da Biologia Evolutiva a informações vindas da observação etnográfica é a maneira utilizada neste trabalho para articular teoria e material etnográfico. As várias culturas constituem um imenso laboratório para entender os conflitos por sobrevivência e reprodução nas relações familiares. Esses conflitos podem ajudar a explicar as relações entre os atores do átomo de parentesco que são ora tensas, ora tranquilas, nas diferentes linearidades: matri ou patri. A riqueza cultural, o sem número de costumes, as tradições, os tabus, as normas explícitas ou ocultas, os aparatos de coerção de toda sorte, as regras sobre herança, casamento, dote, preço da noiva, divisão de trabalho, enfim, todas as regras observadas em todos os agrupamentos humanos podem ser explicadas à luz das seguintes teorias: a) da “Seleção de Consangüíneos” (Hamilton, 1963), b) do “Altruísmo Recíproco” (Trivers, 1971), c) do “Investimento Parental e Seleção sexual” (Trivers, 1972), e d) do “Conflito Entre Prole e Parentais” (Trivers, 1974).

A utilização de pesquisas interculturais baseadas no HRAF⁸⁴ para testar hipóteses de Antropologia Evolutiva tem sido muito comum na literatura recente. Como Laura Beitzig, por exemplo, que analisou a solução de conflitos(1986); ou David Buss, em diversas pesquisas sobre o ciúme relativo entre os sexos (1992), e a universalidade dos padrões de beleza (Buss, 1990). Ou, ainda, Bobby Low, que tratou das condições ecológicas ligadas ao poder das mulheres nas decisões ‘políticas’ do grupo. Pode-se dizer que em cada número da revista mais especializada nesse assunto, a “*Evolution and Human Behavior*”, existe um artigo em que se mostram pesquisas sobre informações de variadas culturas, utilizando os recursos do HRAF. Esse crescimento se refletiu até mesmo entre os teóricos desse banco de dados, que passaram a codificar temas de interesse da Psicologia Evolutiva, como a disposição do pai investir no filho em relação à certeza da paternidade (Ember & Levinson, 1991 fazem uma revisão da bibliografia sobre o tema). Outras hipóteses em Antropologia Evolutiva foram testadas como a universalidade da inclinação humana de tratar mais benignamente os parentes do que os não parentes (Munroe & Munroe, 1991b fazem uma extensa revisão de artigos ligando Psicologia Evolutiva à análise intercultural).

Análise Comparativa

A comprovação da hipótese o investimento parental masculino (MPI) explica os conteúdos emocionais das relações entre os componentes do átomo de parentesco aqui apresentada somente pode ser feita com a comparação de sociedades. De fato, a observação de uma só cultura, em razão das limitações da etnografia, não se mostra adequada ao estudo das universalidades. Porém, um pouco mais de informação sobre esse método pode ser aportada complementando o que foi explicitado em relação ao evolucionismo. Desde Boas (1896 [2004a]), tem havido grande dúvida quanto à comparação de informação etnográfica entre diversas culturas. Boas e seus seguidores, especialmente Ruth Benedict, foram críticos empedernidos da análise comparativa. Esses teóricos se guiavam pela premissa de que as manifestações

⁸⁴ HRAF - *Human Relation Area Files* é o grande banco de dados etnográfico, usado pelos pesquisadores interessados na diversidade cultural. Está centralizado na biblioteca da Universidade de Yale, mas é um consórcio de sete das maiores universidades americanas, embora o material de pesquisa seja disponibilizado através do sistema de assinatura paga. Sobre as qualidades metodológicas

culturais eram resultado de um processo histórico singular que não se pode repetir. Dessa forma, as culturas eram únicas e, portanto, incomparáveis em elementos isolados. Eventual semelhança entre traços culturais seria resultado de um processo de difusão histórica. Se o comportamento pode ser explicado por fatores históricos como a difusão, essa deve prevalecer sobre causas inatas, em nome da parcimônia. No entanto, a despeito do trabalho incessante de Boas para afirmar a variabilidade cultural e os processos históricos que lhes são subjacentes, o método comparativo resistiu. Foi-se assentando a idéia de que, a despeito da singularidade da cultura, a abordagem científica se baseia na premissa de que os atributos do todo cultural podem ser abstraídos e comparados (Carneiro, 2003).

Até meados dos anos 1930, as pesquisas interculturais eram realizadas individualmente, sem o auxílio de qualquer banco de dados. O pesquisador, nessa fase heróica, tinha que desenhar sua pesquisa, e internar-se numa biblioteca até conseguir a informação, dispersa, e sem qualquer organização metódica. O desenvolvimento de estudos interculturais requer uma massa de informação prontamente disponível organizada por cultura. As fontes de pesquisa são geralmente fragmentadas, e o custo do tempo para o pesquisador reuni-las é impagável. Nesse contexto, o surgimento do HRAF, em 1937, veio resolver problemas antigos, relacionados à comparação de culturas, cuja pobreza e claudicância de dados etnográficos conduziram as pesquisas a equívocos monumentais (Carneiro, 2003; Harris, 2001).

A organização desse repositório de informações permitiu que se avançasse na concentração de dados etnográficos em três pontos principais: 1) os arquivos, obtidos em um grande número de instituições, e centralizados num só local; 2) a qualidade, quantidade, e profundidade da informação disponível nos arquivos, que suplantaram qualquer tentativa anterior de organização; e 3) o crescimento do volume de dados disponíveis que se fez acompanhar de um progresso claro na capacidade de usar as técnicas quantitativas nos trabalhos antropológicos, e dessa forma obter uma maior acuidade a partir das técnicas de correlação (Harris, 2001). Os estudos comparativos somente se tornaram possíveis, sem heroísmo, a partir da constituição desses grandes bancos de dados, e do trabalho de G. P. Murdock que forneceu as bases teóricas para ligar etnografia, estatística moderna, e o método de pesquisa comparativa (Harris, 2001).

O interesse na diversidade cultural humana, nos conflitos étnicos, e em problemas globais, tem, nos últimos anos, demandado disciplinas que enfatizam o estudo do comportamento humano de forma comparativa. A criação do HRAF e seu constante desenvolvimento permitiu o acesso a fontes primárias de materiais etnográficos acerca das culturas representativas das maiores regiões do mundo, incluindo, além dos livros e artigos publicados, uma série de documentos, manuscritos e dissertações não publicadas. Os sistemas de informação são organizados e indexados por um método desenhado. Toda informação sobre uma determinada cultura é agrupada com seus outros arquivos, que recebem um código alfanumérico: o *OWC - Outline of World Cultures*.

O conjunto de sociedades cadastradas no HRAF foi selecionado de maneira a obedecer algumas prioridades, consistentes com a *(a) máxima divergência cultural* – ou seja, as culturas deveriam representar, tanto quanto possível, a amplitude conhecida da variedade de tipos culturais em termos de língua, história, economia e organização social; *(b) máxima dispersão geográfica* – as culturas devem ser geograficamente distribuídas por todas as principais regiões, e pelos ambientes ecológicos mais representativos; e *(c) literatura adequada* – dentro do escopo de atender aos dois critérios anteriores, as culturas devem ter uma cobertura quantitativa e qualitativa quanto à literatura disponibilizada. As culturas são organizadas por regiões, a saber: A – Ásia; E – Europa; F – África; M – Oriente Médio; N – América do Norte; O – Oceania; R – Eurásia (culturas localizadas na antiga URSS); e S – América do Sul. São listadas, ao todo, 363 etnias, assim divididas por região: África – 58; Ásia – 95; Europa – 33; Oriente Médio – 17; América do Norte – 82; Oceania – 29 e América do Sul – 49.

A partir do momento em que uma cultura é escolhida para compor a coleção, é feito um intenso levantamento bibliográfico. O material disponível no HRAF é basicamente descritivo, retratando os dados primários dos etnógrafos, resultantes da observação de campo. O documento ideal é aquele que consiste em uma detalhada descrição de cada cultura, escrito por um pesquisador profissional que residiu na comunidade pesquisada. Alguns documentos que não atendem a esse requisito ainda são mantidos em razão de se constituírem em fonte importante de informação – quando não, a única de um determinado período. Dessa maneira, algumas etnias podem conter documentos feitos por viajantes, missionários, ou burocratas da

metrópole. A coleção etnográfica apresenta uma imagem ampla da vida em diferentes comunidades e em diferentes momentos da história.

Cada parágrafo de cada documento constante do HRAF é indexado, sendo-lhe atribuído um código numérico indicativo do assunto tratado naquele parágrafo. Esse código numérico é fornecido previamente em uma lista de *temas* chamada OCM – *Outline of Cultural Materials*. A adoção de uma resenha de categorias culturais foi um passo importante porque permitiu aos teóricos classificar os textos e ajudar os pesquisadores (usuários) a encontrar prontamente os temas de interesse. A delimitação prévia de categorias baseia-se na idéia de que existe um ‘padrão universal de cultura’ (Ember, na introdução do OCM). Porém, colocar o variado repertório de condutas humanas em categorias fechadas e arbitrárias é uma tarefa no mínimo tormentosa, sujeita a polêmica e não raramente fonte de equívocos nas comparações.

Esse problema vem sendo minimizado com os avanços teóricos da codificação. A premissa teórica central que garante a organização de uma resenha de categorias comportamentais reconhece que qualquer elemento de cultura tem pelo menos 7 “aspectos principais” (Ember, Introdução ao HRAF). Estes são extensivamente usados pelos etnógrafos em suas descrições. Todos os elementos de cultura envolvem: 1) *um padrão de atividade* – uma norma costumeira de comportamento através de gestos, palavras ou alguma manifestação tácita; 2) uma atividade normalmente é considerada apropriada em algumas *circunstâncias* e não em outras; 3) as atividades rotineiras são frequentemente associadas com um *sujeito*, uma pessoa (ou classe de pessoas) identificada na cultura como tendo algum status importante para quem age; 4) a atividade se direciona a um *objeto*, uma coisa ou uma pessoa; 5) a vida em cultura envolve a utilização de *meios externos*, como um artefato ou ajuda humana; 6) cada atitude humana tem um *propósito* que a sustenta e que lhe confere uma utilidade; 7) cada atividade humana tem um *resultado*, que afeta o sujeito ou o objeto. O resultado normalmente corresponde ao propósito. A utilização desses princípios, em conjunto ou separadamente, leva a um sistema flexível e adaptável, podendo a cada instante alterar as categorias existentes para cobrir novas áreas de informação. É importante acrescentar que a codificação é um instrumento de pesquisa e não uma camisa de força. Ela pode ser utilizada em combinação com uma palavra chave. Pode-se pesquisar o código 586 “término do casamento”, juntamente com a palavra ciúme, a fim de descobrir antagonismos entre esposos. O pesquisador poderá

abdicar da codificação, quando a matéria codificada não atende aos seus propósitos, ou ainda quando suspeitar do reducionismo implícito nessas codificações.

O método comparativo exige níveis de abstração mental que são logicamente incompatíveis com comportamentos minuciosamente observados. Por exemplo, muitas vezes, a categoria abstrata de pensamento “ciúme sexual” vem expressa em costumes como a ceifa do clitóris; em outras, este se manifesta pelo hábito de colocar argolas no pescoço das mulheres; e, em outras ainda, instala-se o cinto de castidade. Se ficar no particular de cada um desses costumes, a comparação não se viabiliza, pois cortar o clitóris é muito diferente de colocar argolas, ou impor o cinto de castidade. Pesquisas baseadas na abordagem *intercultural* servem para generalizar amplamente sobre as variáveis de comportamento que existem nas diversas culturas humanas (Naroll, 1970). Não é um método útil para descrever culturas particulares, ou determinados períodos históricos, porque não está preocupado com detalhes, e sim com grandes movimentos sociais, que emergem quando várias culturas são vislumbradas simultaneamente. Somente a abstração das circunstâncias peculiares de cada povo é que permite o descortino de grandes categorias abstratas que se constata em diversos grupos. A compreensão de variáveis como o MPI, atuando em diferentes cenários culturais, fornece o entendimento da maneira como ele influi sobre a variação cultural.

Ao todo, são 710 “categorias”, agrupadas em 79 “divisões de assunto”. Em cada uma das 79 divisões, há nove subdivisões. Por exemplo, a divisão 600 que designa o “Parentesco” é subdividida em categorias como ‘*relações avunculares e nepotistas*’, que leva o número 604. Em cada um dos números das categorias se encontra o título da mesma e um pequeno texto descritivo dos assuntos que ela engloba, além do tipo de informação que ali pode estar catalogada. O código 604 tem a seguinte descrição: “*padrões de comportamento entre os tios e tias maternas e paternas e sobrinhas e sobrinhos fraternos ou sororais; direitos respectivos, privilégios e poderes dos parentes envolvidos; elaborações especiais (p. ex. avunculado; amizade); relações com os esposos dos parentes avunculares e nepotistas; etc*”. Além desse texto guia, em cada categoria existe uma lista de outras categorias que se relacionam com a informação. Assim, junto com a explicação do código 604 vem uma correlação entre o tema e a “*residência avunculocal*”, que ostenta o código 591.

As possibilidades teóricas do método comparativo inicialmente se limitaram a estabelecer *associações*. Variáveis eram escolhidas e verificadas no acervo cultural, e trabalhava-se para descobrir se entre elas havia uma *associação estatística*, significando que a correlação não aconteceu por acaso. A associação de variáveis mostra uma relação do tipo “*se A está presente, então é provável que B também esteja*”. Esse tipo de lei possui uma capacidade de previsão. No entanto, as associações nada dizem quanto às razões pelas quais existe uma determinada correlação. Dessa maneira, cientistas devem formular uma *teoria* que explique as correlações obtidas (Naroll, 1970; Ember & Levinson, 1991). Logicamente, ocorre o inverso. Em primeiro lugar, as postulações científicas são reunidas, e dessas se deduz algumas previsões que podem ser testadas pela observação. Se a hipótese falha, isto significa que a teoria não tinha como explicar aqueles fatos (Ember, 1991; Ember, Ross, Burton & Bradley, 1991; Ember & Levinson, 1991). Num processo de ‘seleção natural’, as boas teorias se mantêm, enquanto as ruins são eliminadas.

As pesquisas feitas por meio de ‘comparações mundiais’ possuem mais chances de descobrir se uma determinada relação tem validade universal (Ember & Levinson, 1991). Esse procedimento é compatível com o objetivo científico de obter explicações cada vez mais amplas. Em estudos com essa amplitude geográfica, é necessária a utilização de informações de segunda mão. As dificuldades neste ponto ocorrem porque, muitas vezes, os etnógrafos que fizeram o levantamento das informações não se preocuparam com o tema de interesse do pesquisador de gabinete. Nas pesquisas com informações secundárias, é preciso circunscrever-se àquilo que os etnógrafos coletaram. Isso não foi empecilho para a pesquisa aqui realizada. As informações pretendidas, e importantes para a comprovação da hipótese de que *o investimento parental masculino (MPI) explica os conteúdos emocionais das interações entre os componentes do átomo de parentesco*, referiam-se ao conteúdo emocional das relações entre familiares. Estas sempre foram objeto de atenção por parte dos etnógrafos, e apenas num ou noutro caso alguma das relações familiares não era tratada de maneira extensa ou precisa a partir de uma série de descrições feitas sincronicamente no passado. A sincronia se refere às descrições feitas num espaço de tempo não muito grande. Assim, a comparação ocorrerá como se o pesquisador tivesse examinado uma porção de instantâneos culturais (Ember, 1991).

As pesquisas voltadas ao teste de hipóteses têm sido adotadas com frequência em estudos comparativos que levam em conta sociedades de todo o mundo. No entanto, a grande maioria das teorias testadas não passa de correlações, ainda que se lhe atribuam algum tipo de suposta premonição. Quando a previsão se faz em termos de variáveis culturais, como por exemplo, correlacionando-se uma variável do tipo residência marital, e predizendo outra que é o grupo de descendência (Murdock, 1949), a pesquisa é uma correlação e nada mais. No fundo, a previsão é a de que a correlação existe, mas não sobre as bases psicológicas que as fazem estar ligadas no plano cultural. O fato de ser o pesquisador capaz de fazer uma ‘previsão’ que correlacione tais variáveis não significa que a residência marital seja a causa do sistema de herança. Isso pode ser observado sem que se descubram as causas do aparecimento dessa correlação. Provavelmente, a residência marital e o grupo de descendência sejam ambos a manifestação de uma única causa submersa e inescrutável pela mera observação. Uma observação é capaz de constatar que os fenômenos ocorrem conjuntamente, mas não faz avançar uma teoria sobre o que está na base dos fatos culturais manifestos. A crítica às correlações estabelecidas por Lévi-Strauss no capítulo 1 completam esse argumento.

Em termos científicos, explicação e objeto explicado não podem estar no mesmo plano. A correlação entre elementos que se encontrem na mesma dimensão dos fatos culturais não têm qualquer caráter de previsão, e nem pode ser objeto de explicação hipotética para fatos que aparecem coligados em uma determinada sociedade. Estes, por sua vez, podem ser relativos a ambas as manifestações do mesmo princípio de natureza humana. As associações explicam os fatos de uma maneira funcionalista, isto é, cada elemento cultural se inter-relaciona de maneira a que um interfira na conformação do outro. Somente a inserção de um corpo teórico pode justificar, do ponto de vista da hipótese, porque as variáveis se correlacionam em uma determinada maneira e não de outra. No caso deste trabalho, estão correlacionadas variáveis de ‘organização social’ com variáveis de conflitos familiares dentro do átomo de parentesco. A correlação descoberta entre a maneira como a organização social influencia funcionalmente os conflitos familiares veio antes, uma vez que essa correlação é previsível quando se consideram os postulados do altruísmo recíproco, da seleção sexual e do conflito prole-parentela. O que correlaciona o sistema de transmissão de herança (e, no fundo, quem provê

institucionalmente o MPI) com os conflitos familiares, ou seja, o que faz o sistema de herança predizer o tipo de conflito familiar é: a) a inclinação humana para o altruísmo recíproco; b) a seleção de consangüíneos, c) o investimento parental, d) a diferença relativa entre o que o homem e a mulher aportam na criação dos filhos, e) o ciúme sexual de homem e de mulher, e f) a sensibilidade para perceber a distribuição de utilidades que suas opções gerarão em dadas condições. Se as variáveis aparecerem juntas, isto é, se elas estiverem associadas, é porque as causas explicitadas agem sobre elas de maneira uniforme. A correlação entre as variáveis prova que elas se relacionam em razão da existência de uma lei universal.

A maneira de testar uma hipótese de explicação causal é, em primeiro lugar, a relação que seria obtida caso a teoria estivesse correta. No caso, vai ser feita uma previsão correlacionando o sistema de herança com as relações constantes do átomo de parentesco num grupo de culturas. Após isso, deve ser feito um teste estatístico para constatar se a relação prevista de fato foi obtida, isto é, se a correlação ocorre mais frequentemente do que esperado aleatoriamente. A teoria por detrás da previsão (ou seja, a importância do MPI na evolução humana), não é a mesma coisa que a hipótese de correlação formulada, uma vez que esta busca uma determinada associação do tipo *‘em sociedades patrilineares, o pai e o filho ostentam relações marcadas pela tensão’*. De fato, as etnografias sequer lidam com o tema *‘investimento parental’*. Então, para que essa regra que existe na teoria possa ser *‘testada’* no mundo dos fatos, é necessário estabelecer uma hipótese que faça a transição entre a teoria, despreocupada com o mundo, e o mundo que não se importa com a teoria. Deve-se na hipótese correlacionar as variáveis de modo a que o funcionamento delas em conjunto *‘identifiquem’* a lei que está agindo sobre elas. Associa-se a tensão na relação pai e filho com o tipo de organização do sistema de herança como maneira de associar o fluxo do MPI com os desentendimentos familiares. Não se percebe o MPI, que é abstrato, mas se percebe o seu efeito (disfarçado de variável “organização social”) agindo sobre as demais variáveis. Da mesma forma, o termômetro mede calor através da expansão das moléculas do mercúrio. Se as variáveis estão relacionadas de maneira causal, elas devem estar *estatisticamente associadas*. Uma das premissas fundamentais das pesquisas *‘mundiais’* (ou *‘holo-culturais’*) é que, se a teoria na qual se elaborou a hipótese tem

mérito, as variáveis aparecem sincronicamente relacionadas. Isto é, a causa intuída com base na teoria atua conjuntamente sobre as variáveis relacionadas.

O problema da amostra e da quantificação

A essência do método comparativo é examinar a cultura de um número grande de sociedades (Murdock & White, 1969; Carneiro, 2003; Harris 2002). A pergunta ou ‘o problema da amostra’, que acompanha a trajetória dessa matriz teórica desde seu surgimento, é o que constitui uma amostra adequada. A dificuldade se eleva quando se considera que o número de culturas tradicionais supera 4.000. A análise do comportamento em toda a variabilidade cultural humana é uma missão que suplanta em termos de complexidade e empenho os 12 trabalhos de Hércules. Spencer e Tylor usaram números enormes de sociedades, mas suas pesquisas – expostas em volumes e mais volumes – não avançaram sobre a natureza humana. O segredo era a difusão histórica. As semelhanças entre os traços encontrados na etnografia somente serão válidos para a comparação quando decorrerem do ‘desenvolvimento interno independente (com regência evolutiva)’ e não da difusão. Essa objeção é chamada de Problema de Galton, e assim se resume: *“à seleção para comparação de um número de sociedades que adequadamente representarão todo o arco de variação cultural conhecida e ao mesmo tempo eliminar tanto quanto possível o numero de casos nos quais similaridades são devidas presumivelmente a influências históricas de difusão ou derivação comum.”*(Murdock & White, 1969).

A ‘proximidade geográfica’ e o risco de difusão histórica não é um problema para alguns teóricos da ‘amostragem’ (Naroll, 1970; Ember & Otterbein, 1991; Ember & Levinson, 1991). O ‘desenvolvimento interno’ responde pelos traços em comum e que a difusão histórica de um determinado comportamento é antes uma prova de que é a base interna que faz os comportamentos se parecerem. Além de circunstâncias históricas, as cisões de grupos carregam indivíduos com as mesmas tendências internas de quem ficou. Um determinado costume numa tribo pode se dever ao ciúme, como, por exemplo, o *bekwele*, a existência de um lugar na tribo separado para que as co-esposas ali compareçam para se insultarem mutuamente. Imagine-se que os BaThonga sofressem uma cisão e fosse criado o povo “BaThonga do B”. E este povo,

da tribo recém cindida, continuasse mantendo a poligamia e o *bekwele*. Isso não significa que ele foi simplesmente arrastado por uma suposta força histórica de resto difusa e que não age sobre outros elementos que não migraram de uma tribo (cindida) para a outra. Desta maneira, a manutenção do *bekwele* ocorre porque o ciúme das co-esposas é proverbial em ambientes de poligamia. Por isso, em lugares que é muito aflorado o ciúme, mecanismos sociais que abafem conseqüências maiores são criados (ou mantidos). Não porque há uma ligação histórica, mas porque o mesmo princípio de natureza humana funciona em ambas as tribos.

Se utilizar todas as culturas existentes fosse a única maneira de se fazer a pesquisa comparativa, não existiria o problema da amostra. Mas também não existiria a análise intercultural, confiável. Os pesquisadores têm várias formas de responder ao ‘problema da amostra’. A primeira é “escolher livremente” as sociedades comparadas, face à inexistência de procedimentos formais de escolha das sociedades estudadas. Quando isso ocorre, a pesquisa fica comprometida porque deixa a impressão de que se desenhou a expectativa primeiro, e depois saiu-se à cata de algumas sociedade que a confirmassem. Nesse tipo de trabalho, o dado etnográfico tem uma importância qualitativa e não quantitativa, soando mais como reforço de argumentação, retórica exemplificativa, do que como indício de que um dado comportamento tem raiz em nossa história evolutiva.

Outras soluções têm sido providenciadas pelos teóricos através do estabelecimento de “amostras prévias”. Estas são elaboradas, respeitando-se princípios elementares do teste de hipóteses. Estes princípios aconselham que se escolha um conjunto de culturas representativo do universo das existentes, e que contenha uma quantidade suficiente de exemplos, para que se possam generalizar os resultados. As principais amostras disponíveis são: a “*Amostra Padrão de Pesquisa Intercultural*” (Murdock & White, 1969), com 186 culturas. Esta havia sido inicialmente a opção deste trabalho. Porém, os mecanismos complexos de redução previstos pelo método que a acompanha e a baixa representatividade de matrilineares na lista foi um problema. Além da amostra padrão, merece ser lembrada a coleção de etnografias do HRAF já mencionada, com 363 culturas. E a “*Amostra Provável de Arquivos*”, ou PSF (*Probability Sample Files*). Esta é uma abreviação da amostra anterior, reduzida de maneira estatística. Sua elaboração não levou em consideração os riscos de difusão histórica, mas o procedimento de separar o mundo em 60 regiões

culturais minimiza as críticas que enfatizam o ‘problema de Galton’. Por algumas de suas características, ela foi a adotada nesta pesquisa.

A Tabela 3.1. apresenta as culturas que compõem a amostra, com os códigos alfas-numéricos e a linearidade de cada uma delas culturas.

Tabela 3.1.

# Cont	Cód HRAF Cultura	Linearidade (Etnografias)	# Cont	Cód HRAF Cultura	Linearidade (Etnografias)	# Cont	Cód HRAF Cultura	Linearidade (Etnografias)
1	FA16 Dogon	Patrilinear	2	FE12 Akan	Patrilinear	3	FF57 Tiv	Patrilinear
4	FK07 Ganda	Patrilinear	5	FL12 Maasai	Patrilinear	9	FO04 Mbuti	Patrilinear
7	FO07 Azande	Patrilinear	8	FQ05 Bemba	Matrilinear	9	FQ09 Lozi	Bilateral
10	MO04 Somali	Patrilinear	11	MP05 Amhara	Ambilinear	12	MS12 Hausa	Bilateral
13	MS14 Kanuri	Bilateral	14	MS30 Wolof	Bilateral	15	MT09 L.Bedouin	Patrilinear
16	MW11 Shluh	Patrilinear	17	AA01 Korea	Patrilinear	18	AD05 T.Hokkien	Patrilinear
19	AD07 C.Thai	Bilateral	20	AR05 Garo	Patrilinear	21	AR07 Khasi	Matrilinear

22	AW42 Santal	Patrilinear	23	AX04 Sinhalese	Bilateral	24	AZ02 Andamans	Bilateral
25	RV02 Yakut	Patrilinear	26	RY02 Chukchee	Mista	27	EF06 Serbs	Patrilinear
28	EP04 Saami	Ambilinear	29	ES10 H.Scotts	Bilateral	30	MA11 Kurds	Patrilinear
31	NA12 Tinglit	Bilateral	32	ND08 C.Inuit	Ambilinear	33	NF06 Blackfoot	Bilateral
34	NG06 Ojibwa	Patrilinear	35	NM09 Iroquois	Matrilinear	36	NQ18 Pawnee	Matrilinear
37	NR10 Klamath	Alinear	38	NT09 Hopi	Matrilinear	39	NU33 Tarahumara	Bilateral
40	NV09 Tzetal	Patrilinear	41	OA19 Ifugao	Bilateral	42	OC06 Iban	Ambilinear
43	OG11 E.Toraja	Bilateral	44	OI08 Aranda	Bilateral	45	OJ29 Kapauku	Patrilinear
46	OL06 Trobriands	Matrilinear	47	OQ06 L.Fijians	Patrilinear	48	OR19 Chuuk	Matrilinear
49	OT11 Tikopia	Bilateral	50	SB05 Kuna	Bilateral	51	SC07 Kogi	Bilateral

52	SF05 Aymara	Bilateral	53	SH04 Ona	Bilateral	54	SI07 Mataco	Ambilinear
55	SM04 Guarani	Bilateral	56	SO11 B.Brazilians	Bilateral	57	SP08 Bororo	Bilateral
58	SQ18 Yanoama	Patrilinear	59	SQ19 Tukano	Patrilinear	60	SR08 Saramaka	Matrilinear

Legendas:

#: Número da comunidade na amostra PSF (1→60)

Cont.: Continente em que a cultura está localizada;

Símbolos utilizados:

- África:
- Ásia (exclui Oriente Médio):
- Europa:
- Oriente Médio:
- América do Norte (inclui América Central):
- Oceania:
- América do Sul:

Cód. HRAF: senha alfanumérica (AANN) que identifica a cultura

Nome da cultura: nomenclatura de acordo com a grafia do HRAF

Linearidade encontrada (de acordo com as informações etnográficas):

- **Patrilinear**
- **Matrilinear**
- **Outras linearidades**

Normalmente não existe a necessidade de usar toda a amostra do HRAF para fazer uma análise comparativa (Ember & Ember). Isto somente ocorre quando o comportamento ou elemento cultural desejado ocorra raramente (casamento feminino, canibalismo, entre outros), ou quando um comportamento não é descrito com frequência. Não foi o caso desta pesquisa. As relações familiares constituem assunto corriqueiro nas etnografias. Esse aspecto aconselhou a utilização da PSF, uma vez que não haveria dificuldades de encontrar na amostra, a descrição das relações entre pai e filho, marido e mulher, irmão e irmã e tio e sobrinho. Embora todas as amostras disponíveis tenham defeitos, elas não foram desenhadas para atender qualquer teoria

ou idéia do pesquisador que a utiliza, o que garante a isenção de qualquer uma delas como fonte de prova para uma determinada hipótese.

As amostras disponíveis no HRAF ainda garantem a isenção da escolha na medida em que a literatura que sustenta a pesquisa também não é escolhida pelo pesquisador. A bibliografia é um atributo inseparável da amostra. Para dar um exemplo, nesta pesquisa, em relação à comprovação da amostra, não foi utilizada qualquer fonte de informação etnográfica que não fosse obtida no HRAF. A PSF é obtida reduzindo a amostra principal do HRAF por meio de métodos aleatórios. O mundo foi dividido em 60 'áreas culturais' e um exemplo de cada área foi sorteado de uma lista que atendesse determinados critérios, como a descrição etnográfica feita com precisão, considerada aquela em que os etnógrafos ficaram na cultura um ano ou mais e falavam a língua nativa. A PSF, a amostra escolhida para este trabalho, foi elaborada considerando a qualidade das fontes etnográficas. A análise das culturas realizada nesta pesquisa documentou trechos de várias etnografias assinadas por etnógrafos os mais ilustres: E.E. Evans-Pritchard e C. G. Seligman com os Azande; Audrey Richards para os Ganda; e Malinowski para os Trobriand, entre outros exemplos.

Uma indagação ainda pode ser colocada em relação ao tamanho da amostra. Neste caso, segundo Ember & Ember, o tamanho da amostra inicial deve estar entre 20 e 30 culturas, embora correlações 'fracas' demandem um número elevado de casos. Algo que precisa ficar claro é que pesquisas comparativas de alguma forma devem combinar 'esforço de pesquisa' com 'acuidade de resultados'. Aumento no número de sociedades analisadas aumenta o esforço de pesquisa, mas pode não gerar melhora na acuidade das amostras selecionadas aleatoriamente. E pode levantar suspeitas quanto ao método de escolha de sociedades comparadas, jogando por terra o cuidado para não carregar a pecha de quem escolhe a amostra.

Como se verificou anteriormente, o conceito que fundamenta a teoria explicativa da associação percebida na vida cultural não pode ser medido diretamente. Não se mede o MPI diretamente, como não se mede o calor. Desta forma, a pesquisa deve ter presente uma maneira de medir o conceito, e ser tão explícita quanto possível relativamente à medida que vai ser aplicada. Esta pesquisa está investigando as pessoas em suas relações familiares, se elas estão de alguma forma em conflito. Dessa maneira, foram aproveitados os sinais das relações tal como fez Lévi-Strauss (1996).

O sinal (+) indica uma relação afetuosa, indulgente, calorosa, enquanto que o sinal (-) sugere uma relação autoritária, severa e hostil. Mais recentemente pesquisadores voltados à pesquisa intercultural também usaram sinais para qualificar as atitudes familiares (Munroe & Munroe, 1991a). Além disso, é comum a utilização dos sinais acima para descrever comportamentos sexuais de escolha de parceiros e exibições sexuais (Ember & Levinson, 1991). A leitura das etnografias e a seleção dos trechos que levaram o pesquisador a colocar os sinais permite a identificação de conflitos. Dessa maneira, a colocação de sinais na relação familiar, considerando o tipo de organização social, fornece uma medida para a pesquisa que incense o MPI como fator de geração dos conflitos familiares. A clareza da hipótese apresentada permite também que a pesquisa possa ser replicada, porquanto a literatura está disponível e os elementos que convenceram o pesquisador quanto à correlação são acessíveis a qualquer interessado.

Informação teórica e a hipótese a ser testada

As premissas teóricas que possibilitam a convicção de que o MPI é uma variável que pode explicar os conflitos entre os componentes do átomo de parentesco são resumidamente as seguintes:

- 1) A alocação de recursos em consangüíneos é uma estratégia selecionada no Ambiente de Adaptação Evolutiva, existindo uma tendência dos pais e do tio materno de investirem tempo e energia nos descendentes;
- 2) A disposição para esse investimento varia de acordo com o “coeficiente de parentesco” dos agentes envolvidos, indicando que em grupos nos quais é grande a promiscuidade das fêmeas, é melhor para um homem investir nos sobrinhos do que nos filhos que lhe são atribuídos;
- 3) A criação dos filhos gera uma *dependência mútua* (Trivers, 2002a) que propiciou o surgimento do altruísmo recíproco na nossa espécie. Os atos altruístas dos pais devem ser retribuídos para não despertarem *agressão moralista* (mecanismo psicológico vislumbrado por Trivers para que o traído contenha o fluxo

- altruísta), gerando uma série de comportamentos esperados e severamente exigidos do filho ao longo do tempo para compensar os atos altruístas dos pais;
- 4) O altruísmo humano é instável e depende da reciprocidade de quem é beneficiado pelos primeiros atos altruístas. Na medida em que a “traição sutil” pode representar uma vantagem seletiva, as relações humanas são baseadas na desconfiança mútua. Tanto o pai quanto o tio temem não receber de volta o investimento que fazem no filho ou sobrinho, tornando tensa a relação marcada pelo investimento;
 - 5) O investimento parental desdobra-se em uma série de atividades cooperativas, desempenhadas por homens e mulheres. No entanto, um pouco de traição sutil pode ser adaptativa para o homem (pai ou tio), tendo em vista que o aporte inicial de energia para a prole depende muito mais da mulher, o que torna uma retaliação da parte dela (e cessação do investimento masculino ainda prestado) pouco provável;
 - 6) O altruísmo recíproco humano, baseado numa desproporção de custos e benefícios reprodutivos, é sensível às variações que o tempo provoca no sucesso reprodutivo dos envolvidos. Por essa razão, aportes mínimos recebidos antes de se chegar à maturidade sexual têm um alto benefício para os infantes. No entanto, o infante que recebeu a ajuda no momento “darwiniano” correto deve retribuir quando o tio ou o pai já não mais tem horizonte reprodutivo, época em que o filho ou sobrinho tem nos recursos seu grande trunfo no mercado de parceiras sexuais, e está justamente no auge do potencial reprodutivo;
 - 7) O estabelecimento de normas e tabus que garantem a assistência aos parentes mais velhos por aqueles de quem cuidaram na infância demonstra a preocupação com a falta de reciprocidade em razão da idade dos envolvidos e revelam o conflito potencial entre familiares de diferentes gerações;

- 8) Os descendentes foram selecionados para demandar mais investimento do que os responsáveis pelo seu provimento foram selecionados para dar. Isso equivale dizer que os interesses dos filhos contrapõem-se ao dos pais desde a concepção, passando pela criação, e durante o período em que ainda dependem da ajuda parental. Ou como diz Trivers *“uma vez que se imaginam os filhos como atores nesta interação, então o conflito deve ser presumido”* (2002c);
- 9) O investimento parental é uma variável importante para o sucesso reprodutivo (Trivers, 2002b). O número total de indivíduos que nascem numa determinada geração qualquer é o mesmo para homens e mulheres, na medida em que cada filho tem um pai e uma mãe. No entanto, há enorme variedade de sucesso reprodutivo quando se comparam indivíduos de sexos diferentes (um pai pode ter vários filhos, mas a mãe somente um ou uns poucos). Essa assimetria nas possibilidades reprodutivas de homens e mulheres, primordialmente, deve-se à anisogamia, a diferença no tamanho das células sexuais de machos e fêmeas. As primeiras são muito menores e mais fáceis de serem obtidas – as segundas são maiores, mais raras e demandam mais energia para funcionar, devendo ser usada com parcimônia;
- 10) Em razão da anisogamia, o investimento de cada qual no início da gestação e no tempo em que se dedicam de fato ao rebento é desigual: as mulheres ficam envolvidas no mínimo dois anos, enquanto que os homens podem não ficar nada. Pode-se dizer que a mulher é mais lenta (demora mais) do que o homem na reprodução. Dito de outra forma, enquanto a mulher gesta e cuida de um filho, o marido pode manter casos e ter vários filhos enquanto a mulher pode ter um só ao mesmo tempo. Em espécies nas quais os parceiros podem ser “acumulados”, em razão de apenas um dos sexos estar envolvido na criação da prole, existe uma forte tendência de haver conflito físico entre os integrantes do sexo que investe menos na criação dos filhos. Trivers (2002b) cita

espécies nas quais existe o que chamou de “*papel sexual invertido*”, isto é, os machos são responsáveis pela criação dos filhos. Nelas, as fêmeas conflitam fisicamente entre si para acumular parceiros. Isso explica a competição intrasexual dos homens pelas mulheres. Sinteticamente, “*o que governa a operação da seleção sexual é o investimento parental relativo dos sexos na prole*” (Trivers, 2002c);

- 11) A importância do investimento parental do homem, em razão da enorme dependência da prole humana, fez com que ele se tornasse um fator de seleção de parceiros por parte das mulheres, que passaram a ser seletivas no critério “capacidade de investir e colaborar”. Seleção sexual significa que a preferência das fêmeas influencia as estratégias adotadas pelos machos. Num determinado momento, ser um bom investidor passou a ser interessante porque passou a atender às necessidades das fêmeas. Até esse instante, a única estratégia para o homem era investir no filho da irmã, mas a possibilidade de ser escolhido porque pode colaborar com a criação do filho criou uma alternativa bem remunerada para o investimento parental masculino do pai;
- 12) A assimetria de investimento parental entre homens e mulheres torna esperada a estratégia de defecção pelo homem. Ao invés de investir na criação dos rebentos (“parenting effort”), pode ser melhor para um homem alocar seus recursos em simplesmente ter vários filhos com variadas mulheres (“mating effort”). Mesmo espécies em que o investimento parental masculino pague bem como fator de atração do sexo oposto, “*alguém esperaria que os machos de espécies monogâmicas retivessem alguns traços psicológicos consistentes com hábitos promíscuos*” (Trivers, 2002b);
- 13) Essa última estratégia – de combinar “mating effort” com “parenting effort” – co-evoluiu com as respostas das mulheres, que passaram a ser mais seletivas ao “dizerem sim” e a usarem o ciúme para impedir a dispersão dos recursos do eleito. Alguns estudos

- sugerem que o ciúme da mulher se agrava quando está em questão a continuidade do provimento paternal à sua prole (Buss, 2000);
- 14) O investimento parental pelo pai depende do grau de certeza da paternidade (Daly e Wilson, 1988). Uma vez que a maternidade é certa e a paternidade apenas uma chance, estratégias oportunistas de traição das mulheres podem surgir fazendo com que parceiros mais propensos ao investimento parental, sem que saibam, sejam levados a investir nos filhos de outros. O efeito causado por essas estratégias oportunistas em nossos antepassados pode ser medido por meio de uma série de marcas comportamentais dos humanos de hoje (ciúme e coerção sexual, p. ex) e pela série de adaptações que surgiram para assegurar ao homem não investir em filhos que não são os seus – ou no mínimo diminuir as chances de ser induzido a tanto (Apicela e Marlowe, 2004; Platek, 2004);
- 15) Outras conseqüências advêm do fato de homens e mulheres aportarem taxas diferentes de investimento parental. A atividade de investimento parental é uma atividade cooperativa e o fantasma da deserção está sempre rondando, pois, a cada instante, os atores se confrontam com decisões estratégicas, adotando aquelas que maximizam o sucesso reprodutivo próprio;

A convicção de que todas as relações que compõem o átomo de parentesco são DP, jogados sucessivamente, com incentivos e estratégias conhecidas, permite fazer uma série de previsões quanto a situações conflituosas. Por outro lado, os familiares nem sempre reagem de maneira racional nas interações, limitados por adaptações emocionais que alteram o curso do jogo. A consideração dos elementos teóricos anteriormente apresentados conduz a diferentes previsões quanto ao conteúdo emocional das quatro relações de parentesco constantes do átomo [de parentesco] lévi-straussiano quando consideradas diferentes formas de organização social e familiar. Essas organizações sociais diferem basicamente quanto a regras do MPI.

Nas sociedades matrilineares, a prole da irmã é criada em grande parte com esforço e recursos de seu irmão, e os sobrinhos são herdeiros dos tios maternos e não de seus pais. Os sobrinhos, quando se tornam adultos, devem ajudar no sustento de

seus tios maternos e não de seu pai. Nas matrilineares, as mulheres são também, em geral, mais promiscuas e menos ciumentas, na medida em que eventuais infidelidades do marido, que resultarem em filhos “por fora” do matrimônio, não reduzirão os recursos disponíveis para seus filhos. Isso permite que, em relações às organizações sociais que adotem o sistema matrilinear de herança, sejam feitas as seguintes previsões:

- I.1. A relação marido/mulher será pouco conflituosa, com um baixo grau de ciúmes de ambos os lados, já que o ciúme está diretamente ligado ao investimento parental (Buss, 2000). Normalmente, o ponto de vista das mulheres, haverá mais ciúmes das relações que possam desviar os recursos do marido de sua prole, enquanto os homens tendem a ter ciúme de relações extraconjugais que possam gerar filhos, fazendo-os despender recursos preciosos na criação de prole alheia. Num sistema no qual os filhos da mulher são criados com os recursos do tio materno, haverá espaço para uma dupla diminuição do ciúme no casal;
- I.2. A relação irmão/irmã será marcada pelo conflito. O irmão da mãe é o responsável por grande parte do esforço na criação do filho da irmã. Ele deverá investir tempo e energia nos cuidados com o infante e recursos apropriados para garantir sucesso reprodutivo ao herdeiro. Dessa forma, serão comuns as cobranças por parte da irmã de atenção aos deveres de cuidado parental do tio, inclusive não gastar recursos com a própria prole (sempre provável), buscando impedir a “traição sutil” do irmão;
- I.3. A relação pai/filho será uma relação pouco conflituosa, já que o pai não é o responsável direto pela ajuda na educação do filho. O cuidado parental se baseia em deveres recíprocos, inexistentes nas relações em que o pai não tem o dever de investir e não pode exigir nada em troca, não precisando ser severo, não podendo bater na criança, não podendo exigir serviços ou bens na velhice, por exemplo;
- I.4. A relação tio/sobrinho será conflituosa. Com o dever de educar a criança, o tio deve agir com a severidade que os costumes permitem.

Além disso, o investimento inicial deve ser devolvido pelo sobrinho para o tio, quando esse ficar velho. O impacto da idade aqui é fatal: enquanto o tio inicialmente incorre em custos extremamente baixos, por conta da tenra idade do sobrinho, esse tem grande benefício porque recebe antes da maturidade sexual. Quando do retorno, na velhice do tio, o sobrinho estará no seu auge reprodutivo, o que aumentará o custo do investimento feito no tio, esse com baixíssima expectativa reprodutiva. Outro foco de tensão está relacionado à herança. Por ser herdeiro do tio, o sobrinho pode agir de forma a fiscalizar atos do tio que possam prejudicar seus direitos futuros, como, por exemplo, investir em filhos próprios parte dos recursos.

Seguindo-se a lógica da alocação do investimento parental masculino, nas sociedades patrilineares deve ocorrer justamente o oposto. As mulheres tenderão a ser menos promíscuas e mais ciumentas, na medida em que a traição do marido pode significar redução dos bens disponíveis para seus próprios filhos, filhos que deverão ser criados com a ajuda muito maior do pai. Esse, por sua vez, é o destinatário dos favores futuros que o filho deve lhe prestar quando envelhecer. Os bens, inclusive os simbólicos, seguem pela linhagem do pai, sendo os filhos os herdeiros dos pais – e não dos tios maternos, como nas sociedades matrilineares. Em razão disso, podemos esperar nas sociedades patrilineares as seguintes características:

- II.1. A relação marido/mulher será tensa. Considerando que eventuais filhos que o marido vier a ter fora do casamento serão competidores diretos dos recursos que poderiam ser destinados à sua prole, a esposa tende a ter muito mais ciúme do marido. O contrário também ocorre. Porque os recursos são limitados, criar um filho de terceiros é desastroso do ponto de vista evolutivo para o homem, que aumentará a repressão às esposas. Nessas circunstâncias, o ciúme do homem também é maior;
- II.2. A relação irmão/irmã será isenta de qualquer tensão gerada por conflitos reprodutivos em relação à prole da irmã. O longo processo de criação de infantes e a necessidade de um trabalho cooperativo nessa tarefa são fontes de conflitos de interesses entre os

cooperados. No entanto, se o tio materno, institucionalmente, não tem o dever de ajudar e nem o sobrinho o dever de retribuir ou de obedecer, a relação será afetiva e se desenvolverá sem qualquer conflito;

- II.3. A relação pai/filho será marcada pelo conflito, pelo fato do filho poder demandar recursos do pai – que, por sua vez, é naturalmente selecionado para dar menos do que é solicitado, considerando os interesses reprodutivos próprios (outros filhos). O pai também será detentor do poder de educar e será o destinatário dos favores retribuídos pelo jovem no futuro. A previsão baseada no Altruísmo Recíproco Humano (Trivers, 2002a) e no Conflito de Parentela (Trivers, 2002c) é que haja uma relação marcada pela tensão constante quanto aos deveres futuros do filho. Esse ator recebe auxílio inicial a um custo baixo e alto benefício porque recebido antes da maturidade sexual, mas ele deve retornar recursos quando estiver no auge de possibilidades de encontrar esposas. Retornar para aquele que já não tem mais “futuro reprodutivo” nem condições para, em razão da idade e do pouco tempo que resta de vida, retaliar a falta de reciprocidade;
- II.4. A relação entre irmão da mãe/filho da irmã será tranqüila, sem qualquer tensão subjacente. O tio não tem qualquer responsabilidade na criação do sobrinho que, por sua vez, não tem obrigação de retribuir qualquer coisa no futuro. Logo, não há sobre o que conflitar.

O modelo, em relação às culturas que compõem a PSF, tem as previsões apresentadas na Tabela 3.2.

Tabela "PSF X Linearidade X Tensão Esperada nos Relacionamentos do Átomo de Parentesco"							
#	Culturas (PSF)	Linearidade	#	Relação Marido-Mulher	Relação Pai-Filho	Relação Tio-Sobrinho	Relação Irmão-Irmã
	Africa						
1	FA16 Dogon	Patrilinear		-	-	+	+
2	FE12 Akan (Twi)	Patrilinear		-	-	+	+
3	FF57 Tiv	Patrilinear		-	-	+	+
4	FK07 Ganda	Patrilinear		-	-	+	+
5	FL12 Maasai	Patrilinear		-	-	+	+
6	FO04 Mbuti	Patrilinear		-	-	+	+
7	FO07 Azande	Patrilinear		-	-	+	+
8	FQ05 Bemba	Matrilinear		+	+	-	-
9	FQ09 Lozi	Bilateral					
10	MO04 Somali	Patrilinear		-	-	+	+
11	MP05 Amhara	Ambilinear					
12	MS12 Hausa	Bilateral					
13	MS14 Kanuri	Bilateral					
14	MS30 Wolof	Bilateral					
15	MT09 Libyan Bedouin	Patrilinear		-	-	+	+
16	MW11 Shluh	Patrilinear		-	-	+	+

	Asia						
17	AA01 Korea	Patrilinear		-	-	+	+
18	AD05 Taiwan Hokkien	Patrilinear		-	-	+	+
19	AO07 Central Thai	Bilateral					
20	AR05 Garo	Patrilinear		-	-	+	+
21	AR07 Khasi	Matrilinear		+	+	-	-
22	AW42 Santal	Patrilinear		-	-	+	+
23	AX04 Sinhalese	Bilateral					
24	AZ02 Andamans	Bilateral					
25	RV02 Yakut	Patrilinear		-	-	+	+
26	RY02 Chukchee	Mista					
	Europa						
27	EF06 Serbs	Patrilinear		-	-	+	+
28	EP04 Saami	Ambilinear					
29	ES10 Highland Scots	Bilateral					
	Oriente Médio						
30	MA11 Kurds	Patrilinear		-	-	+	+
	América do Norte						
31	NA12 Tlingit	Bilateral					
32	ND08 Copper Inuit	Ambilinear					
33	NF06 Blackfoot	Bilateral					
34	NG06 Ojibwa	Patrilinear		-	-	+	+
35	NM09 Iroquois	Matrilinear		+	+	-	-
36	NQ18 Pawnee	Matrilinear		+	+	-	-
37	NR10 Klamath	Alinear					
38	NT09 Hopi	Matrilinear		+	+	-	-
39	NU33 Tarahumara	Bilateral					
40	NV09 Tzeltal	Patrilinear		-	-	+	+
	Oceania						
41	OA19 Ifugao	Bilateral					
42	OC06 Iban	Ambilinear					
43	OG11 Eastern Toraja	Bilateral					
44	OI08 Aranda	Bilateral					
45	OJ29 Kapauku	Patrilinear		-	-	+	+
46	OL06 Trobriands	Matrilinear		+	+	-	-
47	OQ06 Lau Fijians	Patrilinear		-	-	+	+
48	OR19 Chuuk (Truk)	Matrilinear		+	+	-	-
49	OT11 Tikopia	Bilateral					
	América do Sul						
50	SB05 Kuna	Bilateral					
51	SC07 Kogi (Cagaba)	Bilateral					
52	SF05 Aymara	Bilateral					
53	SH04 Ona	Bilateral					
54	SI07 Mataco	Ambilinear					
55	SM04 Guarani	Bilateral					
56	SO11 Bahia Brazilians	Bilateral					
57	SP08 Bororo	Bilateral					
58	SQ18 Yanoama	Patrilinear		-	-	+	+
59	SQ19 Tukano	Patrilinear		-	-	+	+
60	SR08 Saramaka (Bush Negroes)	Matrilinear		+	+	-	-

O Experimento

A escolha da amostra

A quantidade de informações etnográficas à disposição no HRAF é gigantesca: 6.510 documentos no formato tradicional (papel), e 3.319 no formato eletrônico. Como os dados têm que ser tratados manualmente – não é possível automatizar o trabalho de catalogação das OCMs (Outline of Cultural Material) –, ainda não foi possível assegurar que todas as sociedades à disposição no HRAF estivessem adequadamente manuseadas. Em outras palavras: nem todas as informações sobre as diversas culturas estudadas pelos etnógrafos estão em formato eletrônico e com as relações das OCMs apontadas.

A amostra foi reduzida, eliminando-se do testes as sociedades ambilineares e as bilaterais. Isso se deveu ao fato de que a pesquisa deveria contar com a linearidade definida, pois sendo o foco de investigação o investimento parental masculino, o critério de herança é mais confiável do que o de residência pós-marital (Mace, 1998; Hartung, 19850), para compreender os conflitos ligados à sua distribuição. A PSF mostrou-se adequada porque: (1) todas as culturas apresentam boa descrição quanto às regras de sucessão e herança, informando claramente quais grupos são patrilineares ou matrilineares; (2) quanto ao fluxo de investimento parental masculino. Em outras palavras, é possível saber, em cada sociedade, institucionalmente, se a prole depende dos recursos do pai ou do tio materno, e quem será o destinatário das compensações futuras que o filho ou sobrinho devem prestar por força de regras sociais; (3) as relações de parentesco, se são marcadas pela severidade, afinidade, ciúme, e outros indícios de conflito.

A extração dos dados etnográficos relevantes para este trabalho.

Para cada cultura da PSF, abriu-se uma ficha de trabalho em formato MS-Word, com as seções abaixo descritas (obs.: foi utilizado um exemplo aleatório, os Bemba). Uma lista completa com todas as fichas de trabalho se encontra on line no

site www.iced.org.br/psf.pdf sob minha responsabilidade ou pode ser obtida mediante solicitação

Cabeçalho: Na 1ª linha, descreveu-se a cultura tal como grafada no HRAF e, na 2ª linha, seu respectivo código OWC. A 3ª linha serviu para situar em que continente se encontra aquela sociedade, e a 4ª e última, o país moderno que abriga a maior parte dos indivíduos daquela cultura.

Exemplo:

Cultura:	Bemba
Cód.HRAF:	FQ05
Continente:	África
País:	República Democrática do Congo

Bibliografia: Na seção seguinte, indicou-se a lista de documentos que embasaram a catalogação da linearidade e das 4 relações do átomo de parentesco. Em cada parágrafo (referente a cada documento analisado), encontram-se as seguintes informações:

- a) Número de ordem: é a primeira informação que aparece, e serve para relacionar o documento em questão com um trecho selecionado mais adiante.
- b) Hyperlink bibliográfico: conjunto de caracteres que, ao ser copiado na página de endereço de um navegador da Internet leva à página principal daquele documento no banco de dados do HRAF.
- c) Dados do documento:
 - Nome do autor;
 - Título do documento; e
 - Dados da publicação.

Exemplo:

Bibliografia:

- 1) <http://ets.umd.umich.edu/cgi/e/ehraf/ehraf-idx?c=ehrafe;view=doc;subview=ocm;id=FQ05-008;owc=FQ05>

Author: Richards, Audrey Isabel, 1899-

Title: Reciprocal clan relationships among the Bemba of N. E. Rhodesia

Published In: Man -- Vol. 37, article no. 222

Published By: London: The Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, 1937. 188-193 p.

- 2) <http://ets.umd.umich.edu/cgi/e/ehraf/ehraf-idx?c=ehrafe;view=doc;subview=ocm;id=FQ05-002;owc=FQ05>

Author: Richards, Audrey Isabel, 1899-

Title: Land, labour and diet in Northern Rhodesia: an economic study of the Bemba tribe

Published By: London, New York [etc.]: Pub. for the International Institute of African Languages & Cultures by the Oxford University Press, 1939. xvi, 424 p., plates: ill., maps

- 3) <http://ets.umd.umich.edu/cgi/e/ehraf/ehraf-idx?c=ehrafe;view=doc;subview=ocm;id=FQ05-007;owc=FQ05>

Author: Richards, Audrey Isabel, 1899-

Title: The political system of the Bemba tribe: North-Eastern Rhodesia

Published In: African political systems, edited by M. Fortes and E. E. Evans-Pritchard

Published By: London, New York [etc.]: Pub. for the International Institute of African Languages & Cultures by the Oxford University Press, H. Milford, 1940. 83-120 p.

- 4) <http://ets.umd.umich.edu/cgi/e/ehraf/ehraf-idx?c=ehrafe;view=doc;subview=ocm;id=FQ05-002;owc=FQ05>

Author: Richards, Audrey Isabel, 1899-

Title: Land, labour and diet in Northern Rhodesia: an economic study of the Bemba tribe

Published By: London, New York [etc.]: Pub. for the International Institute of African Languages & Cultures by the Oxford University Press, 1939. xvi, 424 p., plates: ill., maps

Linearidade: Nesta seção, foram documentados os trechos bibliográficos que informaram a linearidade da cultura pesquisada. No caso de sociedades matri e patrilineares, esta informação sempre foi obtida em algum texto bibliográfico

anteriormente selecionado. Para as demais linearidades (ambilineares, bilaterais e outras), o trecho pode ser um fragmento da ficha-resumo (opção preferencial), ou, no caso de culturas cujas fichas-resumo não trazerem informações conclusivas sobre a linearidade, um trecho bibliográfico análogo àqueles pesquisados nas culturas matri/patri.

No sub-cabeçalho desta seção, encontra-se, sempre, em 1º lugar, qual é a respectiva linearidade. Logo abaixo, pode-se notar um número entre parêntesis, que se refere à obra bibliográfica da seção anterior (essa numeração não é encontrada nas culturas não-matri/patri em que foi possível estabelecer a linearidade simplesmente consultando-se a ficha-resumo do HRAF). A seguir, há um código alfanumérico (hyperlink) que indica onde está o trecho obtido no banco de dados do HRAF. Logo após, há um texto entre aspas, copiado diretamente do trecho bibliográfico selecionado. Este trecho é suficiente para concluir sobre a linearidade da cultura em questão. E, finalmente, há um espaço para observações gerais, quando houve (caso contrário, foi usada a expressão NIHIL).

Exemplo:

Linearidade:	Matrilinear
<p>(1) http://ets.umd.umich.edu/cgi/e/ehraf/ehraf-idx?c=ehrafe;view=doc;subview=ocm;id=FQ05-008;owc=FQ05;start=1;size=25;section=section0;sectbyte=59655706</p> <p>“The Bemba are divided into forty or more exogamous matrilineal clans (mukoa) tracing descent through the mother to some original ancestor or ancestress, a more or less legendary figure dating from the time of the first occupation of the present territory of the Bemba two to three hundred years ago. Membership of a mukoa determines a man's legal affiliation, his descent, and his succession to the name and status of dead relatives, or to particular offices, ritual or political. It gives him certain rights to hospitality and support.”</p> <p>Obs: <i>NIHIL</i></p>	

Tensão nas relações do átomo de parentesco: Para as culturas matri/patri, foram catalogados trechos etnográficos indicativos da tensão verificada nas relações do

átomo de parentesco, apresentados em quatro sub-cabeçalhos com os seguintes títulos:

- Relação Marido-Mulher (Ma-Mu);
- Relação Pai-Filho (Pa-Fi);
- Relação Tio Sobrinho (Ti-So); e
- Relação Irmão-Irmã (Io-Ia).

Ainda no sub-cabeçalho, existem duas outras linhas. Na 1ª, com o título “Esperado”, há o sinal da tensão esperada para aquela relação naquela cultura (+ ou -) de acordo com a hipótese apresentada: se a comunidade for patrilinear, ela será:

Ma-Mu=(-),

Pa-Fi=(-),

Ti-So=(+),

Io-Ia=(+);

E, se for matrilinear será:

Ma-Mu=(+),

Pa-Fi=(+),

Ti-So=(-),

Io-Ia=(-).

Na 2ª. linha, com o título “observado”, está a tensão daquele relacionamento de acordo com o texto etnográfico.

A seguir, para cada relação, encontram-se trechos de textos que justifiquem o sinal do relacionamento. Cada trecho é iniciado por um número entre parêntesis, que se refere ao documento bibliográfico listado no início da ficha. Logo após, encontra-se um código alfanumérico que é um hyperlink para o trecho em questão no banco de dados do HRAF. E, ao final de cada quadro, há, ainda, um pequeno espaço para observações sobre os textos selecionados.

Para as culturas não-matri/patri, os sinais dos relacionamentos não foram pesquisados.

Exemplo:

Relação Marido-Mulher:	
Esperado:	(+)
Observado:	(+)

(1) <http://ets.umd.umich.edu/cgi/e/ehraf/ehraf-idx?type=boolean;c=ehrafe;ocm2op=and;ocm3op=and;q1=marriage;op2=and;op3=and;rgn=paragraph;owc=FQ05;view=doc;start=1;size=25;subview=lowlevel;id=FQ05-008;eid=fq05-008-00383;lowbyte=59688680>

“There seems also to be evidence that the banungwe relationship was originally associated with reciprocal marriage rights. An intelligent old chief told me, 'Banungwe used to marry each other in the old days. It was specially good to do so. It was like the marriage of cross-cousins.' Another elderly informant explained, 'The Banungwe are our wives because we knew each other a long while ago and because there is no in-law avoidance (mako) between us. We used to exchange each other in the old days.¹² That is why there is no mako. All those women (i.e., the banungwe) are our wives.' The younger native does not give a retrospective explanation of this sort but merely laughs and says he can shout at his mother-in-law if he has married a munungwe. It does not matter what he says to her. There is no mako. It is common, too, to hear jokes between men and women in the munungwe relationship. To call to a girl of an opposite clan, 'Come here! You, my enemy! 'You, my wife! Come into my hut!' is a favourite form of flirtation.”

(2) <http://ets.umd.umich.edu/cgi/e/ehraf/ehraf-idx?type=boolean;c=ehrafe;ocm2op=and;ocm3op=and;q1=affection;op2=and;q2=husband;op3=and;q3=wife;rgn=paragraph;owc=FQ05;view=doc;start=1;size=25;subview=lowlevel;id=FQ05-002;eid=fq05-002-04292;lowbyte=57980711>

“The men's group based on the matrilocal system is smaller and less closely knit. Between the sons-in-law attached to one household there is a feeling of close friendship and familiarity. These young men eat and work together, and the term Ciufi munandi, 'the man who married with me', or into the same family, is one of affection and good fellowship. There are no taboos between a man and his wife's sisters. He laughs and jokes with them because he may one day marry them, and he works in their gardens if they need help. But the young husbands often come from different villages and clans, and will want, as soon as they can, to have gardens of their own and perhaps to take their wives back to their villages. In the same way there may be co-operation from time to time between an old man and one of his own young kinsmen, such as his grandson or maternal nephew, but these also come and go, marry in other villages, and get work with Europeans. This group does not remain in close association throughout life as do the women of the matrilocal group, whether the latter remain in the same village or not.¹ This fact has important bearings at the present time. Through the unit of male labour is often non-existent, with the absence of so many of the men at the mines, the domestic and gardening economy of the women remains for the most part intact, and there seems no doubt that women deserted for months or even years by their husbands are more happily placed in a matrilocal community than in a patrilocal one.”

Obs: A relação entre o marido e a mulher é pautada pela afetividade e por piadas. Existe reciprocidade entre o casal, e não há relatos de autoritarismo ou conflitos sérios.

Relação Pai-Filho:	
Esperado:	(+)
Observado:	(+)

(3) <http://ets.umd.umich.edu/cgi/e/ehraf/ehraf-idx?c=ehrafe;view=doc;subview=ocm;id=FQ05-007;owc=FQ05;start=1;size=25;section=section1;sectbyte=57316482>

“Among the Bemba it is believed that a child is made from the blood of a woman which she is able to transmit to her male and female children. A man can possess this blood in his veins, but cannot pass it on to his children, who belong to a different clan. Physiological paternity is recognized. Children are often described as being like their fathers, and are expected to give the latter affection and respect although they have no legal obligations to them under the matrilineal system. 'We take our fathers' presents because they begot us,' they say. But it is nevertheless the physical continuity of the mother's line of ancestors which is the basis of legal identification with her descent group.¹ A royal princess might even produce an heir by a slave father in the old days without lowering her child's prestige. The relationship between brother and sister, which is a very close one, legally and ritually, is based on the fact that the two were born from one womb, and in the case of the royal family it appears to be equally strong when the two are children of different fathers. These theories of procreation account, not only for the matrilineal descent of the Bemba, on which succession to chieftainship is based, but also for the rank accorded to the royal princesses as mothers of chiefs, and the headmanships and other positions of authority given them.”

Obs: De acordo com os costumes dos Bemba, é esperado que haja afeição entre pais e filhos, e comportamentos desviantes fazem com que a pessoa que o pratica seja mal vista na sociedade.

Relação Tio-Sobrinho:	
Esperado:	(-)
Observado:	(-)

(4) <http://ets.umd.umich.edu/cgi/e/ehraf/ehraf-idx?type=boolean;c=ehrafe;ocm1=604;ocm2op=and;ocm3op=and;op2=and;op3=and;rqn=paragraph;owc=FQ05;view=doc;subview=lowlevel;id=FQ05-002;lowbyte=57919525;eid=fq05-002-03849>

“The brother and sister also exert reciprocal rights over each other's children. In the old days the nalume had supreme power over his sister's son, and could even offer him as a slave in compensation for some irreparable injury he had committed to a third party. He could send for him to accompany him to war or to make a long journey at the chief's bidding. Case histories of older Bemba show frequent instances of men

having settled in villages far from their original birthplace because they had 'followed their nalume' on some distant expedition in warrior days and had remained there. Nowadays the nalume can only exert these powers if he is of superior status to the father, or if the latter is away, or dead. The nalume has also certain rights over his maternal niece—also called umwipwa. He is consulted about her marriage and usually given a share of her marriage payment (mpango), which is technically speaking 'eaten' by the father.”

Obs: Existe uma relação autoritária entre o tio e o sobrinho, que muitas vezes é maltratado e explorado, podendo, inclusive, ser vendido como escravo sob algumas condições.

Relação Irmão-Irmã:	
Esperado:	(-)
Observado:	(+)

(3) <http://ets.umd.umich.edu/cgi/e/ehraf/ehraf-idx?type=boolean;c=ehrafe;ocm2op=and;ocm3op=and;q1=brother;op2=and;q2=sister;op3=and;rgn=paragraph;owc=FQ05;view=doc;start=1;size=25;subview=lowlevel;id=FQ05-007;eid=fq05-007-00532;lowbyte=57323133>

“Among the Bemba it is believed that a child is made from the blood of a woman which she is able to transmit to her male and female children. A man can possess this blood in his veins, but cannot pass it on to his children, who belong to a different clan. Physiological paternity is recognized. Children are often described as being like their fathers, and are expected to give the latter affection and respect although they have no legal obligations to them under the matrilineal system. 'We take our fathers' presents because they begot us,' they say. But it is nevertheless the physical continuity of the mother's line of ancestors which is the basis of legal identification with her descent group.¹ A royal princess might even produce an heir by a slave father in the old days without lowering her child's prestige. The relationship between brother and sister, which is a very close one, legally and ritually, is based on the fact that the two were born from one womb, and in the case of the royal family it appears to be equally strong when the two are children of different fathers. These theories of procreation account, not only for the matrilineal descent of the Bemba, on which succession to chieftainship is based, but also for the rank accorded to the royal princesses as mothers of chiefs, and the headmanships and other positions of authority given them.”

Obs: Apesar da evidente possibilidade de conflitos decorrentes do mau relacionamento tio-sobrinho, a relação irmão-irmã parece ser afetuosa e indulgente.

Como as informações foram obtidas

Para cada cultura, a primeira ação que foi tomada foi localizar a página principal daquela sociedade no HRAF. Para isso, logo após a identificação inicial (momento em que se acessa a página <http://ets.umd.umich.edu/e/ehrafe/index.html>), selecionou-se a opção “Browse”, que levou à página: <http://ets.umd.umich.edu/cgi/e/ehraf/ehraf-idx?c=ehrafe;browse=owc>.

Neste momento, tem-se à disposição uma listagem com todas as culturas do HRAF (pertencentes ou não à PSF), e pode-se escolher a letra inicial da cultura desejada. No exemplo dado, em que se está pesquisando os Bemba, clicou-se em “B” e, em seguida, encontra-se a cultura, seguindo a ordem alfabética.

Selecionando a cultura Bemba, chegou-se à ficha-resumo sobre a mesma: <http://ets.umd.umich.edu/cgi/e/ehraf/ehraf-idx?c=ehrafe&view=owc&owc=FQ05>.

Lida a ficha-resumo, têm-se a informação básica para entender a cultura: sua linearidade, bibliografia, e principais características. Essa página foi acessada durante toda a pesquisa, razão pela qual ela sempre ficou aberta. Em paralelo, abriu-se uma nova janela no navegador, na opção “Search” (<http://ets.umd.umich.edu/cgi/e/ehraf/ehraf-idx?c=ehrafe;page=boolean>). A partir desta página, que também ficou aberta durante todo o trabalho, foram realizadas as pesquisas específicas abaixo.

Linearidade: À luz da informação sobre a linearidade obtida na ficha-resumo (e somente nos casos de culturas matri e patrilineares), a pesquisa sobre o indício de linearidade nos textos etnográficos foi feita da seguinte forma. No campo “exact word or phrase”, foram colocadas as expressões matriline* OR patriline*, e é selecionada somente a cultura em investigação no quadro abaixo. No caso do exemplo citado, esse procedimento levou à página: http://ets.umd.umich.edu/cgi/e/ehraf/ehraf-idx?type=boolean&c=ehrafe&ocm1=&ocm2op=and&ocm2=&ocm3op=and&ocm3=&q1=matriline*&op2=or&q2=patriline*&op3=and&q3=&rgn=paragraphs&owc=FQ05.

Nessa página, apareceram 232 termos em 8 documentos diferentes, que são detalhados ao se clicar na palavra “Bemba”, na seguinte página: <http://ets.umd.umich.edu/cgi/e/ehraf/ehraf-idx?type=boolean;c=ehrafe;ocm2op=and;ocm3op=and;q1=matriline%2A;op2=or;q2=patriline%2A;op3=and;rgn=paragraphs;owc=FQ05;view=layer2;start=1;size=25>.

Essa página mostrou os oito documentos em que os termos aparecem, e todos foram acessados e lidos, até que fosse encontrado um trecho que explicitasse, da melhor forma possível, a linearidade do grupo. Quando a informação foi encontrada, esta foi copiada e levada para a ficha.

Relação Marido-Mulher: Depois de vários testes e simulações – e, principalmente, desenvolvendo o trabalho na prática –, percebeu-se que existem algumas tendências bastante claras. Essas tendências se manifestam em padrões de OCMs e padrões textuais. Da lista completa de OCMs disponíveis, foi selecionada uma lista menor e, desta lista restrita, algumas OCMs foram particularmente eficientes (são as OCMs grifadas e em negrito). A seguir, encontra-se a lista dessas OCMs e algumas palavras-chave que também foram importantes na pesquisa.

OCMs mais eficientes:

580 MARRIAGE
<u>581 BASIS OF MARRIAGE</u>
582 REGULATION OF MARRIAGE
583 MODE OF MARRIAGE
<u>584 ARRANGING A MARRIAGE</u>
585 NUPTIALS
586 TERMINATION OF MARRIAGE
587 SECONDARY MARRIAGES
588 SPECIAL UNIONS AND MARRIAGES
590 FAMILY
591 RESIDENCE
592 HOUSEHOLD
<u>593 FAMILY RELATIONSHIPS</u>
594 NUCLEAR FAMILY
595 POLYGAMY
596 EXTENDED FAMILIES
597 ADOPTION
600 KINSHIP
601 KINSHIP TERMINOLOGY
602 KIN RELATIONSHIPS

603	GRANDPARENTS AND GRANDCHILDREN
604	AVUNCULAR AND NEPOTIC RELATIVES
605	COUSINS
606	PARENTS-IN-LAW AND CHILDREN-IN-LAW
607	SIBLINGS-IN-LAW
608	ARTIFICIAL KIN RELATIONSHIPS
609	BEHAVIOR TOWARD NON-RELATIVES
610	KIN GROUPS
611	RULE OF DESCENT
612	KINDREDS AND RAMAGES
613	LINEAGES
614	SIBS
615	PHRATRIES
616	MOIETIES
617	BILINEAR KIN GROUPS
618	CLANS
619	TRIBE AND NATION
684	<u>SEX AND MARITAL OFFENSES</u>

Palavras-chave mais utilizadas:

husband AND wife AND relation*
husband AND wife AND affect*
husband AND wife AND beat*
husband AND wife AND jealous*

Relação Pai-Filho: De maneira análoga à relação Ma-Mu, nesta relação, foram identificadas as seguintes OCMs e palavras-chave:

OCMs mais eficientes:

580	MARRIAGE
581	BASIS OF MARRIAGE

582 REGULATION OF MARRIAGE
583 MODE OF MARRIAGE
584 ARRANGING A MARRIAGE
585 NUPTIALS
586 TERMINATION OF MARRIAGE
587 SECONDARY MARRIAGES
588 SPECIAL UNIONS AND MARRIAGES
590 FAMILY
591 RESIDENCE
592 HOUSEHOLD
<u>593 FAMILY RELATIONSHIPS</u>
594 NUCLEAR FAMILY
595 POLYGAMY
<u>596 EXTENDED FAMILIES</u>
<u>597 ADOPTION</u>
<u>600 KINSHIP</u>
601 KINSHIP TERMINOLOGY
602 KIN RELATIONSHIPS
603 GRANDPARENTS AND GRANDCHILDREN
604 AVUNCULAR AND NEPOTIC RELATIVES
605 COUSINS
606 PARENTS-IN-LAW AND CHILDREN-IN-LAW
607 SIBLINGS-IN-LAW
608 ARTIFICIAL KIN RELATIONSHIPS
609 BEHAVIOR TOWARD NON-RELATIVES
<u>610 KIN GROUPS</u>
<u>611 RULE OF DESCENT</u>
612 KINDREDS AND RAMAGES
613 LINEAGES
614 SIBS
615 PHRATRIES
616 MOIETIES
617 BILINEAR KIN GROUPS

618 CLANS
619 TRIBE AND NATION
684 SEX AND MARITAL OFFENSES

Palavras-chave mais utilizadas:

father* AND son* AND relation*
father* AND son* AND affect*
father* AND son* AND beat*
father* AND son* AND inherit*

Relação Tio-Sobrinho: Neste caso, as OCMs e palavras-chave foram:

OCMs mais eficientes:

580 MARRIAGE
581 BASIS OF MARRIAGE
582 REGULATION OF MARRIAGE
583 MODE OF MARRIAGE
<u>584 ARRANGING A MARRIAGE</u>
585 NUPTIALS
586 TERMINATION OF MARRIAGE
587 SECONDARY MARRIAGES
588 SPECIAL UNIONS AND MARRIAGES
590 FAMILY
591 RESIDENCE
592 HOUSEHOLD
<u>593 FAMILY RELATIONSHIPS</u>
594 NUCLEAR FAMILY
595 POLYGAMY
<u>596 EXTENDED FAMILIES</u>
597 ADOPTION
<u>600 KINSHIP</u>
601 KINSHIP TERMINOLOGY

<u>602 KIN RELATIONSHIPS</u>
603 GRANDPARENTS AND GRANDCHILDREN
<u>604 AVUNCULAR AND NEPOTIC RELATIVES</u>
605 COUSINS
606 PARENTS-IN-LAW AND CHILDREN-IN-LAW
607 SIBLINGS-IN-LAW
608 ARTIFICIAL KIN RELATIONSHIPS
609 BEHAVIOR TOWARD NON-RELATIVES
<u>610 KIN GROUPS</u>
<u>611 RULE OF DESCENT</u>
612 KINDREDS AND RAMAGES
613 LINEAGES
614 SIBS
615 PHRATRIES
616 MOIETIES
617 BILINEAR KIN GROUPS
618 CLANS
619 TRIBE AND NATION
684 SEX AND MARITAL OFFENSES

Palavras-chave mais utilizadas:

uncle* AND nephew* AND relation*
uncle* AND nephew* AND affect*
uncle* AND nephew* AND beat*
uncle* AND nephew* AND inherit*
mother AND brother AND son*

Relação Irmão-Irmã: Neste caso, as OCMs e palavras-chave foram:

OCMs mais eficientes:

580 MARRIAGE
581 BASIS OF MARRIAGE

582	REGULATION OF MARRIAGE
583	MODE OF MARRIAGE
<u>584</u>	<u>ARRANGING A MARRIAGE</u>
585	NUPTIALS
586	TERMINATION OF MARRIAGE
587	SECONDARY MARRIAGES
588	SPECIAL UNIONS AND MARRIAGES
590	FAMILY
591	RESIDENCE
592	HOUSEHOLD
<u>593</u>	<u>FAMILY RELATIONSHIPS</u>
594	NUCLEAR FAMILY
595	POLYGAMY
<u>596</u>	<u>EXTENDED FAMILIES</u>
597	ADOPTION
<u>600</u>	<u>KINSHIP</u>
601	KINSHIP TERMINOLOGY
<u>602</u>	<u>KIN RELATIONSHIPS</u>
603	GRANDPARENTS AND GRANDCHILDREN
<u>604</u>	<u>AVUNCULAR AND NEPOTIC RELATIVES</u>
605	COUSINS
606	PARENTS-IN-LAW AND CHILDREN-IN-LAW
607	SIBLINGS-IN-LAW
608	ARTIFICIAL KIN RELATIONSHIPS
609	BEHAVIOR TOWARD NON-RELATIVES
<u>610</u>	<u>KIN GROUPS</u>
<u>611</u>	<u>RULE OF DESCENT</u>
612	KINDREDS AND RAMAGES
613	LINEAGES
614	SIBS
615	PHRATRIES
616	MOIETIES
617	BILINEAR KIN GROUPS

618 CLANS
619 TRIBE AND NATION
684 SEX AND MARITAL OFFENSES

Palavras-chave mais utilizadas:

brother* AND sister* AND relation*

brother* AND sister* AND affect*

Finalização do trabalho de Pesquisa

Com os resultados obtidos pelo procedimento acima, foi produzida uma tabela com todos os sinais observados nas relações. Essa tabela foi comparada com a tabela de resultados esperados, podendo-se estabelecer uma correlação entre o tipo de organização social e os conflitos sociais. Uma vez medida a semelhança entre o que se previu e o que se encontrou, foi possível dizer se a correlação. Os exemplos que fugiram da previsão devem ser explicados pelo mesmo princípio ou pela mesma lei que explicou os casos em que houve aderência. Se o MPI pode ser isolado na figura do pai ou do tio com a utilização de sociedades unilineares, ele pode explicar a correlação das variáveis entre a organização social e os conflitos familiares. A correlação entre essas variáveis somente se explica a partir da consideração do MPI como único fator que está presente em ambas as formas de organização social unilineares, de maneira simétrica. Dessa forma, a distribuição do MPI deverá ser suficiente para explicar as exceções que forem eventualmente encontradas.

O teste estatístico deve atestar se os resultados obtidos são significativos, ou seja, que a presença de uma variável prediga a outra. Essencialmente, o resultado estatístico é avaliado da mesma e objetiva maneira. A questão a ser respondida é ‘qual a chance do resultado obtido ser puramente acidental?’, e dessa forma não haver uma “relação real entre as variáveis”. A resposta é estabelecer um ‘valor de probabilidade’ (ou valor p), isto é, a probabilidade que o resultado observado possa ter acontecido por chance. Neste trabalho, foi adotado um valor de $p < .05$, o usual das ciências sociais. Foi realizado um ‘teste de correlação’ entre todas as variáveis, ou seja, entre

marido/mulher, pai/filho, tio/sobrinho, e irmão/irmã; e as variáveis matrilinear e a patrilinear. Além disso, foi feito um teste de qui quadrado na amostra, associando também todas as variáveis, conforme será demonstrado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 4 - RESULTADOS

A coleta de informação etnográfica em cada uma das sociedades componentes da PSF conduziu ao quadro de resultados apresentados na Tabela 4.1.

Tabela 4.1.

Legenda de cores:

	Observado bate com o esperado
	Observado NÃO bate com o esperado

#	Culturas (PSF)	Linearidade	#	Relação Marido-Mulher	Relação Pai-Filho	Relação Tio-Sobrinho	Relação Irmão-Irmã
África							
1	FA16 Dogon	Patrilinear		-	-	+	+
2	FE12 Akan (Twi)	Patrilinear		-	-	+	+
3	FF57 Tiv	Patrilinear		-	+	-	-
4	FK07 Ganda	Patrilinear		-	-	+	+
5	FL12 Maasai	Patrilinear		-	-	+	+
6	FO04 Mbuti	Patrilinear		-	-	+	+
7	FO07 Azande	Patrilinear		-	-	+	+
8	FQ05 Bemba	Matrilinear		+	+	-	+
10	MO04 Somali	Patrilinear		-	-	+	+
15	MT09 Libyan Bedouin	Patrilinear		-	-	+	+
16	MW11 Shluh	Patrilinear		-	-	+	+
Ásia							
17	AA01 Korea	Patrilinear		-	-	+	+
18	AD05 Taiwan Hokkien	Patrilinear		-	-	-	+
20	AR05 Garo	Patrilinear		-	-	+	+
21	AR07 Khasi	Matrilinear		+	+	-	-
22	AW42 Santal	Patrilinear		-	-	+	+
25	RV02 Yakut	Patrilinear		-	-	+	+
Europa							
27	EF06 Serbs	Patrilinear		-	-	+	+
Oriente Médio							
30	MA11 Kurds	Patrilinear		-	-	+	+
América do Norte							
34	NG06 Ojibwa	Patrilinear		-	-	-	+
35	NM09 Iroquois	Matrilinear		+	+	-	-
36	NQ18 Pawnee	Matrilinear		+	+	-	-
38	NT09 Hopi	Matrilinear		+	+	-	-
40	NV09 Tzeltal	Patrilinear		-	-	+	+
Oceania							
45	OJ29 Kapauku	Patrilinear		-	-	+	+
46	OL06 Trobriands	Matrilinear		+	+	-	-
47	OQ06 Lau Fijians	Patrilinear		-	-	+	+
48	OR19 Chuuk (Truk)	Matrilinear		+	+	-	-
América do Sul							
58	SQ18 Yanoama	Patrilinear		-	-	+	+
59	SQ19 Tukano	Patrilinear		-	-	+	+
60	SR08 Saramaka (Bush Negroes)	Matrilinear		+	+	-	-

Este quadro indica o seguinte sumário:

A) 23 sociedades patrilineares. Nelas, a relação entre:

marido e mulher, prevista para ser negativa, não sofreu desvio, aderindo 100% ao esperado;

pai e filho, prevista para ser negativa, sofreu apenas um desvio, do povo Tiv FF57;

tio e sobrinho, prevista para ser positiva, foi negativa em três casos, Tiv FF57, Taiwan Hokkien AD05 e Ojibwa NG06;

irmão e irmã, prevista para ser positiva, sofre um desvio, dos Tiv FF57.

B) 8 sociedades matrilineares. Nelas a relação entre

marido e mulher, prevista para ser positiva, não sofreu desvio, aderindo 100% ao esperado;

pai e filho, prevista para ser positiva, não sofreu desvio, aderindo 100% ao esperado;

tio e sobrinho, prevista para ser negativa, aderiu 100% ao esperado;

irmão e irmã, prevista para ser negativa, sofreu um desvio, dos BembaTiv FQ05.

C) 31 sociedades matri ou patrilineares. Nestas, a relação:

marido e mulher não sofreu desvio

pai e filho sofreu um desvio

tio sobrinho sofreu três desvios

irmão irmã sofreu dois desvios

As tabelas 4.2 e 4.3 apresentam os resultados dos testes de frequências observadas vs esperadas a seguir:

Tabela 4.2.

Frequências Observadas vs. Esperadas (Dados base para x2)

Qui-Quadrado = ,1684783 df = 1 p < ,681468

	observado Pai/Fil	esperado ESP	O - E	(O-E)**2 /E
Patrilinear	22,00000	23,00000	-1,00000	0,043478
Matrilinear	9,00000	8,00000	1,00000	0,125000
Soma	31,00000	31,00000	0,00000	0,168478

Tabela 4.3.

Frequências Observadas vs. Esperadas (Dados base para x2)

Qui-Quadrado = 1,516304 df = 1 p < ,218181

	observado Tio/Sob	esperado ESP	O - E	(O-E)**2 /E
Patrilinear	20,00000	23,00000	-3,00000	0,391304
Matrilinear	11,00000	8,00000	3,00000	1,125000
SUM	31,00000	31,00000	0,00000	1,516304

CAPÍTULO 5 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os estudos antropológicos comparativos atuais visam diminuir a ignorância quanto a fatores que predigam e expliquem a variação cultural, a despeito da grande quantidade de informação etnográfica disponível (Ember, 1991; Naroll, 1970). Trivers (2002b), em 1972, já conclamava os estudiosos a compreender o efeito do MPI (Investimento Parental Masculino) nos diferentes tipos de organização social, embora ele mesmo não tenha se interessado pelo tema, ante a dificuldade por ele prevista, de se obter informação etnográfica necessária para esse tipo de empreendimento. O presente trabalho se insere nesse contexto na medida em que propõe o MPI como capaz de explicar a alternância dos comportamentos entre os familiares nos diversos ambientes culturais, atendendo ao desafio antes deixado.

De um modo geral, ficou evidente que a dinâmica das tensões seguiu a regra da distribuição do investimento parental masculino em sociedades patrilineares ou matrilineares, conforme o previsto. A tabela da Figura 4.1 mostra a forte correlação entre o funcionamento previsto para as variáveis ‘organização do sistema de herança de bens’ X ‘conflitos entre familiares’. A associação encontrada entre as variáveis foi ‘muito alta’ (Ember & Ember), indicando com isso a força de previsão do MPI para a variação dos conflitos familiares. É de se presumir, portanto, que, pelo fato das variáveis variarem juntas, essa manifestação tenha ocorrido em razão do conhecimento sociobiológico que deu sustentação à construção da hipótese. Mesmo em caso em que a previsão não se confirmou, a desconformidade seguiu a lógica do MPI.

No decorrer da pesquisa, percebeu-se que a dinâmica dos conflitos não variava aleatoriamente. Muito pelo contrário, o repertório comportamental qualitativo mostrou-se bastante pouco criativo. A seguir, os aspectos mais marcantes de cada relação:

- 1) Relação marido-mulher – Nas comunidades patrilineares, a violência física é muito freqüente – mas, ao contrário do que se pode supor inicialmente, também são muito variadas as circunstâncias em que ocorre. A maioria absoluta dos conflitos físicos acontece, como é de se supor, com o marido no

papel de espancador, e a mulher no de espancada. Em uma única cultura, a Taiwan Hokkien (AD05), a mulher é que costumeiramente espanca seu marido, embora não seja rara agressão marital também. Os casos mais freqüentes de agressão feminina ocorrem em razão do gasto excessivo do marido com bebidas alcoólicas. Isso é consistente com a preocupação da manutenção dos recursos da prole (Buss, 2000). Por se tratar de uma sociedade patrilinear, a mulher espera que os recursos do marido sejam destinados aos seus filhos. No decorrer da pesquisa, percebeu-se ainda que a ocorrência de violência física era um indício inequívoco de que havia tensão (-) naquele relacionamento. Isso pode parecer absurdamente óbvio, mas é preciso refletir um pouco para entender determinadas sutilezas, como a de uma comunidade em que as mulheres pedem para ser espancadas, e exibem com orgulho suas cicatrizes. Mesmo podendo ser interpretada como uma demonstração bizarra de afeto – o que, eventualmente, possa até ser, mas isso pouco importa –, o que interessa nesse caso é que o espancamento se encaixa num conjunto de ações de hostilidade e distanciamento afetivo, com o claro propósito de inibir a possibilidade de a esposa manter relações fora do casamento (Buss, 2000). Ou seja: mesmo quando seja possível entender o espancamento da maneira ‘menos pior’ (pelo ponto de vista ocidental contemporâneo, pelo menos), ainda assim ele estará em um contexto negativo em termos de tensão do átomo de parentesco, uma vez que sua motivação é a coerção sexual e em última instância o ciúme (Buss, 2000). A seguir, encontram-se as três principais circunstâncias em que os conflitos com espancamentos ocorrem no relacionamento marido-mulher:

- a. Conflitos relacionados à co-habitação – Em comunidades patrilineares, quando a mulher mora na residência da família de seu marido (residência patrilocal), os espancamentos são muito freqüentes. Isso era esperado, já que a esposa seria, nesse caso, a única pessoa estranha no local. Entretanto, mesmo quando o marido e sua mulher residem isoladamente, os espancamentos são quase que igualmente freqüentes, cessando por completo nas situações em que o marido reside na casa da família de sua esposa (residência matrilocal). Nestes casos, a

tendência de linearidade é claramente matrilinear – mesmo que possa haver matrilocidade até em comunidades não-matrilineares.

- b. Conflitos relacionados ao ciúme – Também muito mais freqüente em comunidades patrilineares, os conflitos por ciúme resultam em agressões cruéis e, às vezes, mortais. Em muitas comunidades, a mulher é espancada com requintes absurdos, como esfregar urina de ovelha nos ferimentos para aumentar a dor, caso dos Maasai (FL12). Uma outra característica notável foi a de que, em várias sociedades, os maridos não batiam em suas esposas por estarem emocionalmente alterados ou cegos de ódio, mas porque não ‘pegaria bem’ na comunidade, se eles não agissem dessa forma. Existe, ainda, uma cultura em especial em que o marido bate literalmente sem saber por quê. Nessa comunidade, a tradição manda que os homens consultem regularmente um oráculo para saber se eles estão sendo traídos ou não. Em caso afirmativo, o costume orienta o consulente a torturar sua esposa até que ela confesse quem é o outro. De acordo com os etnógrafos, mesmo quando a mulher não estava, efetivamente, tendo um caso extra-conjugal, ela acabava confessando um nome qualquer para que a tortura cessasse (normalmente a de um desafeto, já que o traidor seria desafiado para uma luta com o traído). Este último exemplo mostra o paroxismo da estratégia masculina, ligada ao MPI, de desconfiar em princípio da conduta da mulher como forma de minimizar a traição feminina (Trivers, 2002a, 2002b). A desconfiança quanto à legitimidade da prole é uma outra fonte enorme de conflitos. Entre os Ojibwa (NG06), os mais marcantes se dão por esse motivo, ligado à evolução do altruísmo recíproco e à seleção sexual.
- c. Conflitos relacionados à propriedade – Esta é uma categoria de conflitos menos comum na relação marido-mulher, sendo bastante freqüente nas demais relações. Na maioria dos casos – marcadamente, em sociedades patrilineares –, o controle sobre os recursos está em poder do homem, e a mulher nem sonha em disputar esses recursos com ele. Nesse tipo de sociedade, porém, é comum que mulheres ‘fiscalizem’ os gastos do marido, sendo fonte de constantes discussões,

o que mostra a preocupação do provimento paternal, em razão da linearidade. Já em comunidades matrilineares, nas quais a posse dos recursos ocorre na linhagem da mulher – e, principalmente, quando o marido tem a possibilidade de acumular recursos de maneira completamente independente –, há grandes chances de conflitos, agravadas nos casos em que a família da mulher é mais bem provida economicamente do que a do marido. Seria uma espécie de ‘golpe do baú’, em última análise.

Em algumas das culturas patrilineares analisadas, a relação se mostrou conflituosa mesmo sem haver violência física. Não se pode afirmar, todavia, se essas comunidades eram, efetivamente, pouco violentas; ou se o etnógrafo não notou, não observou, não relatou; ou, ainda, se, justamente no intervalo de tempo da observação, não houve espancamentos. Como diria Carl Sagan, “a ausência de evidência não é evidência de ausência”, e não se pode assegurar que não haja violência física nas comunidades em que o sinal da relação marido-mulher era negativo. Por outro lado, em 100% dos casos em que o relacionamento foi avaliado como positivo, houve ausência de relatos de espancamentos. A pesquisa do HRAF feita com os códigos relativos ao relacionamento marido-mulher, juntamente com a palavra “beat” (espancamento) foi feita em ambas as linearidades, sendo comum nas patrilineares e inexistente nas matrilineares.

O relacionamento marido-mulher foi o único em que não houve nenhuma inconsistência entre a tensão esperada e observada. Isso quer dizer que, em 100% das comunidades matrilineares, a relação foi positiva; e que, em todas as sociedades patrilineares, o relacionamento foi classificado como negativo.

- 2) Relação pai-filho – Neste relacionamento, raramente se verificou, nas comunidades patrilineares, uma hostilidade exacerbada, pelo menos se comparada à do relacionamento marido-mulher. Mesmo nos relacionamentos mais tensos, os espancamentos são pouco freqüentes e, em muitas das sociedades, é vedado ao pai agredir fisicamente o filho – o que é largamente incentivado no caso dos relacionamentos marido-mulher. A maioria dos conflitos ocorre em deveres vinculados ao casamento do filho. Por exemplo, entre os Azande (FO07), o filho é obrigado a entregar a primeira colheita

ocorrida após seu casamento para o seu pai (costumes assim são muito comuns em comunidades patrilineares). Evidentemente, ocorrem muitos casos em que o filho se esquivava deste compromisso, sendo esta uma fonte certa de conflitos. Este tipo de conflito denota claramente o elemento dependência mútua do cuidado parental masculino. De acordo com a teoria do altruísmo recíproco, o momento mais grave por que o pai passa ao envelhecer acontece quando seu filho está no auge reprodutivo, principalmente na época de seu casamento. Dessa forma, é de se esperar que surjam regras que protejam o pai nesse momento de fragilidade. A simples existência de regras é suficiente para evidenciar o conflito reprodutivo ligado à teoria do investimento parental masculino. Outros casos de conflito ocorrem em razão do desejo do filho de que o pai ‘se aposente’ e lhe transmita o poder (e os recursos a ele associados) sobre a família, como entre os *Taiwan Hokkien* (AD05). Este também é um tipo de conflito decorrente do MPI, porque ligado à transmissão da herança. Já nas comunidades matrilineares, o relacionamento pai-filho invariavelmente é de muito boa qualidade. Isso também não surpreende, uma vez que, para o pai, um filho numa comunidade matrilinear não pode ser visto como um fardo, nem como futuro (e provável) desertor. Na realidade, o pai desfruta de um contexto muito confortável nesse tipo de comunidade, uma vez que ele pode desfrutar da companhia de seu filho sem ter que investir seus recursos no infante.

- 3) Relação tio-sobrinho – Nas comunidades matrilineares, as etnografias são unívocas em apontar o tio (irmão da mãe) como principal referência de autoridade para os infantes, o que vai ao encontro da hipótese proposta neste trabalho. Na verdade, essa relação se destaca tanto nessas comunidades que, ao menos à luz das etnografias, parece ser impossível não notar que esse é o relacionamento-chave em sociedades matrilineares. Interessante notar como irmão e irmã fazem, geralmente, uma dupla ‘mauzinho e bonzinho’, uma ferramenta para manter a disciplina das crianças. Entretanto, o ‘tio malvado’ às vezes é verdadeiramente mau, como no caso dos Bemba, em que o tio costuma vender o sobrinho como escravo em caso de falta grave do seu tutelado, levando ao extremo a idéia de reciprocidade altruísta ligada ao investimento parental na criança. De maneira contrária, o ‘sobrinho malvado’

também existe, havendo relatos de avuncolicídios, normalmente em questões de herança, ou de transmissão de conhecimento ou magia. Costumes ligados à entrega de bens materiais do sobrinho para o tio de modo a legitimar o pleito de herança, como entre os Trobriand (OL06), frequentemente levam a ressentimentos, discussões e algumas vezes violência física.

Já nas comunidades patrilineares, apesar do relacionamento tio-sobrinho tender a ser bastante afetuosos, este também é muito discreto. Em grande parte dos casos, o tio representa um papel quase que de um irmão mais velho, um companheiro de diversão ou algo que o valha. Justamente por ser pouco importante, esse relacionamento é afetuosos nas comunidades patrilineares. Não havendo obrigações recíprocas, inexistem também os calotes – e os conflitos deles decorrentes.

- 4) Relação irmão-irmã – Nas comunidades matrilineares, a descrição etnográfica sobre relacionamentos irmão-irmã é muito escassa. Isso porque, nessa categoria de relacionamentos, os conflitos se dão, majoritariamente, pela evitação. Ou seja: o sinal negativo na tensão desta relação é atribuído em decorrência da ausência (ou reduzida frequência) de eventos de interação entre os dois. Na melhor etnografia sobre o tema, a de Malinowski sobre os Trobriands, este mostrou a relação entre o conflito entre os irmãos devido à disputa por recursos materiais, e os hábitos de evitação.

Já nas comunidades patrilineares, assim como acontece na relação tio-sobrinho, o relacionamento tende a ser bastante terno – quando não, descambiando para algum tipo de jogo sexual entre a dupla. Nos casos em que existe algum tipo de arranjo matrimonial em que, para um casar, o outro precisa agir – como nos casos em que se respeita o costume do preço da noiva –, a afetuosidade pode ser interrompida em função de algum desentendimento a isto relacionado. Porém, estas rugas são, na maioria das vezes, passageiras, e o bom relacionamento entre irmão e irmã tende a ser o que mais frequentemente se observa.

Das exceções

A despeito da alta associação observada entre as variáveis, conferindo uma efetiva demonstração da importância do MPI, em alguns exemplos, a previsão não se confirmou, o que é de se esperar (Ember & Ember). Nos trabalhos de pesquisa intercultural, as exceções desempenham um papel importante. Porém, elas devem ser explicadas a partir da mesma lei que permitiu a elaboração da hipótese confirmada (Ember & Ember; Naroll, 1970). Desta maneira, o MPI deverá explicar as exceções à previsão da mesma forma que fez com os casos que aderiram à hipótese. Tiveram desempenho diferente do previsto as seguintes culturas:

- 1) *TIV – FF57* – Esse povo, classificado com patrilinear, distanciou-se do previsto em todas as relações do átomo de parentesco, à exceção da marido-mulher. Isto decorre do sistema de casamentos dos Tiv, com regras bastante peculiares – e, acrescente-se, propícias à ocorrência de conflitos. Em primeiro lugar, nesta sociedade, o irmão possui plenos poderes sobre a vida da irmã (poderes que, normalmente, são conferidos ao pai nas sociedades patrilineares), o que inclui poder vender a irmã para um estranho, ou trocá-la pela irmã de outrem. Além disso, caso haja alguma assimetria entre a prole da irmã e do irmão, este pode vender alguns dos filhos de sua irmã como escravos para ‘reequilibrar a descendência’. Esta relação, por ser excessivamente conflituosa, acaba contaminando o relacionamento tio-sobrinho, uma vez que o sobrinho presencia os atos de crueldade de seu tio contra sua mãe – e, evidentemente, toma o partido desta. Por outro lado, a relação pai-filho que deveria ser conflituosa, ocorre de maneira diametralmente oposta, e os pais tratam seus filhos com extrema indulgência e afetividade. Isso também decorre do mau relacionamento irmão-irmã, pois um homem Tiv não tem outro parente para estabelecer um bom relacionamento que não seja seu filho – ou seja, o bom relacionamento pai-filho acontece por exclusão.

Os sinais de (+) e (-) obtidos com a leitura da etnografia disponível para os Tiv sugerem transição entre o sistema matri para o patrilinear ainda não terminada,

em que se conserva grande parte dos conflitos de investimento parental do sistema matrilinear. A venda da irmã se insere num contexto em que o irmão precisa levantar recursos para gerar e criar seu próprio filho. O poder parental de venda dos filhos, em sociedades patrilineares, pertence ao pai, mas nesse caso, pertence ao tio, num tipo de ‘sobrevivência’ do regime matrilinear. O irmão usa do poder parental, gerando os ressentimentos ligados a esse poder. Dessa forma, uma relação que tenderia a ser boa, não o é, em razão do tio usar do direito de vender o sobrinho ou a irmã, em benefício de seu próprio sucesso reprodutivo e sem que tenha os deveres de assistência que caracterizam o sistema matrilinear. Além disso, a relação entre o tio e o sobrinho faz com que o pai seja um refúgio contra as investidas avunculares. Assim, os Tiv foram descritos num momento de transição, em que o homem acaba acumulando os poderes patrilineares com os matrilineares, exacerbando os conflitos entre eles. Ao vender o sobrinho ou a irmã, ele exibe poderes matrilineares, porém os usa para gerar recursos para manter seu status patrilinear. Isso explica porque ele se dá mal com a irmã e o sobrinho ao contrário do previsto, uma vez que nessas relações ele se comporta matrilinearmente. Além disso, ele pode vender o sobrinho e a irmã para gerar recursos em sua velhice, o que denota um conflito em decorrência do altruísmo recíproco e de dependência mútua. Esse detalhe isenta seu filho de contribuir com o pai na velhice, o que inverte o sinal do relacionamento pai-filho, que deveria ser conflituoso mas não é porque o filho não tem esse dever.

- 2) *Ojibwa – NG06* – Nesta cultura, ocorre uma única exceção: o relacionamento tio-sobrinho, que deveria ser afetuosos, apresenta-se formal, distante, e, por vezes, agressivo. Isso é fácil de compreender quando se percebe que o homem Ojibwa se casa, preferencialmente, com a filha de seu avúnculo. Assim, seu tio também acumula o papel de sogro. Em conflitos entre o casal (muito comuns em razão da suspeita de prole ilegítima e enorme ciúme e desconfiança do marido), o tio tende a intervir a favor de sua filha, contrapondo-se ao sobrinho. Além disso, o casamento do primo cruzado neste caso obriga o sobrinho a cuidar do tio em sua velhice, tendo como compensação parte da herança do tio. Essa situação peculiar, a qual pode também sugerir o final de uma

transição do sistema matrilinear para o patrilinear, gera conflitos entre o tio e o sobrinho que não são comuns em organizações tipicamente patrilineares.

- 3) *Taiwan Hokkien – AD 05* – Nesta cultura patrilinear ocorreu uma única exceção, relativa ao relacionamento entre o tio e o sobrinho, que se esperava fosse positivo, mas foi negativo. A etnografia informa que o tio mantém bastante poder sobre seu sobrinho, agindo como disciplinador. Muitas vezes o tio espanca o sobrinho no funeral do avô, em razão de eventual desrespeito contra a família. O poder do tio de certa maneira alivia a posição do pai, que em razão de não ser obrigado a ‘educar’ o filho sozinho tem com este uma relação pouco conflituosa. A despeito disso a relação pai e filho exibe o sinal negativo, em razão de desentendimentos por recursos e pela “aposentadoria”. Esse tipo de organização social sugere, igualmente, que a sociedade quando estava sendo descrita, vivia um momento de transição do matri para o patrilinear, com a maioria das relações seguindo a lógica desta última, mas com a relação entre o tio e sobrinho conservando características da primeira. Nesta sociedade está claro que o conflito entre o tio e o sobrinho ocorre em razão do poder parental (Trivers 2002c);
- 4) *Bemba – FQ05* – Nesta cultura, matrilinear, houve apenas uma exceção na relação entre irmão e irmã, que prevista para ser negativa, exibiu sinal positivo. Isso se explica em razão da alta promiscuidade no grupo e na facilidade de divórcios. Essa situação gera muitos meio irmãos. Por essa razão, ao contrário do que é comum nas sociedades matrilineares em que o irmão é o responsável materialmente pela irmã, entre os Bemba, o irmão não tem qualquer compromisso de lhe fornecer recursos, embora tenha a obrigação de cuidar dos filhos dela. Esta situação faz com que a relação entre tio e sobrinho seja repleta de conflitos e exiba o sinal negativo. A falta de dever institucional quanto ao provimento do cuidado com a irmã é o responsável pela ausência de conflitos, situação que se conforma à teoria do MPI. Ao contrário das sociedades acima, esta sociedade não exibe características que a transformem num tipo intermediário aos extremos, matrilinear e patrilinear, parecendo mais uma ‘radicalização’ da matrilinearidade.

Conclusão

A alocação do MPI (Investimento Parental Masculino) no tio materno ou no pai prediz todo o tipo de conflitos e relações sociais saudáveis que marcam as interações familiares, quer nas exceções, quer nas sociedades que confirmaram a previsão. Essa capacidade de previsão veio da análise da teoria sociobiológica já explicitada, em especial das teorias do altruísmo recíproco, da seleção sexual e do conflito entre prole e parentela. Essas teorias passaram por um ‘processo de conversão’ em que o MPI foi ‘disfarçado’ de ‘tipo de organização social’ para que se pudesse entender como ele agia em relação às relações familiares. Este processo de ‘disfarce’ permitiu que se articulasse teoria biológica e realidade social, dando um caráter hipotético-dedutivo à busca da variabilidade cultural, escapando-se de uma explicação funcionalista. Mais interessante do que as sociedades aderirem ou não à hipótese, foi perceber que há variação cultural previsível de acordo com a hipótese do MPI e que a variação ocorre principalmente entre os exemplos matrilineares e patrilineares radicais. Culturas que não seguem o previsto em termos dos sinais esperados em sociedades tipicamente patrilineares e tipicamente matrilineares são, de alguma forma, uma mistura dos dois tipos principais e podem estar num processo de mudança de uma forma de organização social para outra. Futuras investigações poderão dizer as razões pelas quais uma sociedade inicia um processo de mudança de uma linearidade para outra. Além disso, nova análise com sociedades ambilineares e bilaterais poderá fornecer mais elementos para que se compreenda a relação entre o MPI e a ampla variabilidade cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS*

- ALEXANDER, Richard D. & TINKLE, Donald W. (eds). 1981. **Natural Selection and Social Behavior**. New York, Ed. Chiron Press.
- ALEXANDER, Richard D. 1979. **Darwinism and Human Affairs**. Seattle, Ed. University of Washington Press.
- ALEXANDER, Richard D. 1987. **The Biology of Moral Systems**. Hawthorne, Ed. Aldine de Gruyter.
- ALMEIDA, Fábio Portela Lopes (2005). **Democracia e Constitucionalismo: perspectivas metodológicas a partir da Teoria dos Jogos**. http://www.iced.org.br/artigos/democracia_fabio_almeida.pdf, acesso 10 de Outubro de 2006, às 21 horas.
- AXELROD, Robert (1980). **The evolution of cooperation**. Michigan, Basic Books.
- AXELROD, Robert (1994). **The Complexity of Cooperation**. Princeton, Princeton University Press.
- BACHOFEN, J. J. 1967 [1954]. **Myth Religion and Mother Right: selected writings of JJ Bachofen**. New York, Ed. Princeton University Press.
- BARASH, David P. (2003). **The Survival Game. How Game Theory Explains the Biology of Cooperation and Competition**. New York, Henry Holt and Co.
- BARKOW, Jerome; COSMIDES, Leda & TOOBY, John. 1992. **The Adapted Mind: Evolutionary psychology and the generation of culture**. New York, Ed. Oxford University Press.
- BERG, Pierre L van den. 1990. **Human Family Systems**. Prospect Heights, Ed. Waveland Press.
- BETZIG, Laura, MULDER, Monique Borgerhoff & TURKE, Paul. 1988. **Human Reproductive Behavior. A Darwinian perspective**. Cambridge, Ed. Cambridge University Press.
- BETZIG, Laura. 1986. **Despotism and Differential Reproduction. A Darwinian View of History**. New York, Ed. Aldine de Gruyter.
- BIRD, Rebecca 1999. **Cooperation and Conflict: The Behavioral Ecology of the Sexual Division of Labor**. *Evolutionary Anthropology* 8, 65-75

- BIRKHEAD, Tim. 2000. **Promiscuity: an evolutionary history of sperm competition**. Cambridge, Ed. Harvard University Press.
- BURKHARDT, Frederick. 1996. **As Cartas de Charles Darwin: uma seleção**. São Paulo, Ed. Unesp.
- BUSS, David. 1990. **International Preferences in Selecting Mates: A Study of 37 Cultures**. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, Vol. 21, No. 1, 5-47 (1990)
- BUSS, David. 1999. **Jealousy and the Nature of Beliefs about infidelity: Tests of competing hypotheses about sex differences in the United States, Korea, and Japan**. *Personal Relationships*, 6, pp.125-150.
- BUSS, David. 2004 [1999]. **Evolutionary Psychology. The New Science of Mind**. Boston, Ed. Pearson Education Inc.
- BUSS, David. 2000. **A Paixão Perigosa**. São Paulo, Objetiva.
- CARNEIRO, Robert L. 2003. **Evolutionism in Cultural Anthropology. A Critical History**. Boulder, Ed. Westview.
- CARROL, Michael P. 1973. **Applying Heider's Theory of Cognitive Balance to Claude Lévi-Strauss**. *Sociometry* 36: 285-301.
- CARSTEN, Janet (ed). 2000. **Cultures of Relatedness. New Approaches to the Study of Kinship**. New York, Ed. Cambridge University Press.
- CARTWRIGHT, John. 2000. **Evolution and Human Behavior**. Ed. Palgrave.
- CASTRO, Celso (org.). 2005. **Evolucionismo Cultural. Textos de Morgan, Tylor e Frazer**. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar Editor.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. 1995. **Antropologia do Parentesco**. Rio de Janeiro, Ed. Editora UFRJ.
- CHAGNON, Napoleon A. & IRONS, William. 1979. **Evolutionary Biology and Human Social Behavior: An Anthropological Perspective**. Belmont (CA), Ed. Duxbury Press.
- CLASTRES, Pierre. 1995. **Crônicas dos Índios Guayaki. O que sabem os Aché, caçadores nômades do Paraguai**. Rio de Janeiro, Ed. Editora 34.
- CONNIFF, Richard. 2002. **História Natural dos Ricos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- CORMIER, Loretta A. 2003. **Kinship with Monkeys**. New York, Ed. Columbia University Press.

- COSMIDES, Leda & TOOBY, John. 1992. **Cognitive Adaptations for Social Exchange**, In: J. Barkow, L. Cosmides & J. Tooy *The Adapted Mind* 1992. New York. Pp. 163-228
- CRONIN, Helena. 1999. **The Ant and the Peacock**. New York, Ed. Cambridge University Press.
- CRONK, Lee, CHAGNON, Napoleon & IRONS, William (eds). 2000. **Adaptation and Human Behavior: an anthropological perspective**. New York, Ed. Aldine de Gruyter.
- DALY, Martin & WILSON, Margo. 1988. **Homicide**. New York, Ed. Aldine de Gruyter.
- DARWIN, Charles 1871 [1965]. **A Expressão das Emoções no Homem e nos Animais**, São Paulo, Companhia das Letras – *Tradução de 2000, Leon de Souza Lobo Garcia*.
- DARWIN, Charles 1872. **A Origem do Homem e a Seleção Sexual**, Curitiba, Hemus – *Tradução 2002, Atilio Cancian e Eduardo Nunes Fonseca*.
- DAVIS, Jenifer Nerissa & DALY, Martin (1997). **Evolutionary Theory and Human Family**. *The Quarterly Review of Biology*, vol. 72, no. 4 (Dez 1997), pp. 407-435.
- DIXSON, Alan F. 2003 [1998]. **Primate Sexuality. Comparative Studies of the Prosimians, Monkeys, Apes, and Human Beings**. New York, Ed. Oxford University Press.
- ECO, Humberto. 2002. **Como se faz uma tese**. São Paulo, Ed. Perspectiva.
- EISENBERG, J. F. (ed). 1971. **Man and Beast: Comparative Social Behavior**. Washington, Ed. Smithsonian Institute Press.
- EVANS, Dylan & CRUSE, Pierre. 2004. **Emotion, Evolution and Rationality**. New York, Ed. Oxford University Press.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. 1989. **História do Pensamento Antropológico**. Lisboa, Ed. Edições 70.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. 1995. **Kinship and Marriage among the Nuer**. Hong Kong, Ed. Oxford University Press.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. 2002 [1972]. **Antropologia Social**. Lisboa, Ed. Edições 70.

- FORTES, Meyer. 1953. **The Structure of Unilineal Descent Groups.** *American Anthropologist*, 55, pp 17-41
- FOX, Robin. 1967. **Kinship and Marriage: an anthropological perspective.** New York, Ed. Cambridge University Press.
- FOX, Robin (ed). 1975. **Biosocial Anthropology.** London, Ed. Malaby Press.
- FOX, Robin. 1980. **The Red Lamp of Incest of Incest: what the taboo can tell us about who we are and how we got there.** New York, Ed. E. P. Dutton.
- FOX, Robin. 1993. **Reproduction & Sucession.** New Brunswick, Ed. Transaction Partners.
- FRANK, Robert. 1985. **Choosing the Right Pond. Human Behavior and the Quest for Status.** New York. Oxford University Press.
- FRANK, Robert. 1988. **Passions within Reason. The Strategic Role of Emotions.** New York. W.W. Norton & Company.
- FRANK, Robert. 1997. **Microeconomia e Comportamento.** Lisboa. MacGraw-Hill de Portugal Ltd.
- FUKUYAMA, Francis. 2003. **Nosso Futuro Pós-Humano. Consequências da revolução da biotecnologia.** Rio de Janeiro. Rocco.
- GLUCKMAN, Max & EGGAN, Fred. 1965. **The Relevance of Models for Social Anthropology.** London, Ed. Tavistock Publications.
- GOODY, Jack. 1959. **The Mother's Brother and the Sister's Son in West Africa.** *The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, Vol. 89, no. 1, pp. 61-88.
- GOODY, Jack & TAMBIAH, S. J. 1973. **Bridewealth and Dowry.** Cambridge, Ed. Cambridge University Press.
- GREENE, Penelope J. (1978). **Promiscuity, Paternity and Culture.** *American Ethnologist*, Vol. 5. n. 1 (Feb. 1978), pp. 151-159
- GREENSPAN, Stanley I. & SHANKER, Stuart G. 2004. **The First Idea. How symbols, language, and intelligence evolved from our primate ancestors to modern humans.** Ed. Da Capo Press.
- GREENSPAN, Stanley I. 1997. **Growth of the Mind and the Endangered Origins of Intelligence.** Cambridge, Ed. Perseus Books.
- HAIG, David. 2002. **Genomic Imprinting and Kinship.** New Jersey, Ed. Rutgers University Press.

- HAMILTON, William. 2001. **Narrow Roads of Gene Land**. New York, Ed. Oxford University Press.
- HARRIES, Patrick **The Anthropologist as Historian and Liberal: H-A Junod and the Thonga**. Journal of South African Studies,
- HARRIS, Marvin 2001 **The Rise of Anthropological Theory. A History of Theories of Culture**. Nova York, Altamira Press.
- HARTUNG, John (1985). **Matrilineal inheritance: new theory and anlysis**. The Behavioral and Brain Sciences 8, 661-688.
- HATFIELD, Elaine & RAPSON, Richard L. 2005. **Love and Sex. Cross Cultural Perspectives**. Lanhan, Ed. University Press of America.
- HÉNAFF, Marcel. 1998. **Claude Lévi-Strauss and the Making of Strutuctural Anthropology**. Minneapolis, Ed. University of Minnesota.
- HOLY, Ladislav. 1996. **Anthropological Perspectives on Kinship**. London, Ed. Pluto Press.
- IRONS, William & CRONK, Lee. 2000. **Two Decades of a New Paradigm**. In L. Cronk, N. Chagnon & W Irons (eds). *Adaptation and Human Behavior*, New York, 3-26.
- JONES, Owen & GOLDSMITH, Timothy. 2004. **Law and Behavioral Biology**. *Columbia Law Review*, v. 105, pp. 405-502.
- JUNOD, Henry. 1926 **Life of a South African Tribe. Social Life – Part 1**. Ed. Kessinger Publishing's.
- KEYNES, Richard. 2004. **Aventuras e Descobertas de Darwin a Bordo do Beagle**. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar Editor.
- KROEBER, A. L. 1952. **A Natureza da Cultura**. Lisboa, Ed. Edições 70
- KUPER, Adam 1973 [1996]. **Anthropology and Anthropologists. The Modern British School**. New York, Routledge
- 1976. **Radcliffe-Brown, Junod and the Mother's Brother in South Africa**, *Man*, 11, n. 1.
- LABURTHE-TOIRA, Philippe & WARNIER, Jean-Pierre. 2003. **Etnologia-Antropologia**. Petrópolis, Ed. Vozes.
- LANE, Michael (ed). 1970. **Structuralism: a reader**. London, Ed. Jonatha Cape.
- LAPLATINE, François. 2005 [1987]. **Aprender Antropologia**. São Paulo, Ed. Editora Brasiliense.

- LAYTON, Robert 1997. **An Introduction to Theory in Anthropology**. New York, Cambridge University Press
- LEACH, E. R. 1974. **Claude Lévi-Strauss**. New York, Ed. The Vicking Press.
- LEACH, E. R. 2001. **Repensando a Antropologia**. São Paulo, Ed. Perspectiva.
- LEE, Richard B. & DE VORE, Irven (eds). 1999 [1968]. **Man The Hunter**. New York, Ed. Aldine de Gruyter.
- LEITE, Eduardo Oliveira (2003). **Comentários ao Novo Código Civil. Do Directo das Sucessões (Arts 1784 a 2027)**. Rio de Janeiro, Editora Forense.
- LENAY, Charles. 2004. **Darwin**. São Paulo, Ed. Estação Liberdade.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1996. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 2001. **Tristes Trópicos**. São Paulo, Ed. Companhia das Letras.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 2003. **Estruturas Elementares do Parentesco**. Petrópolis, Ed. Vozes.
- MACE, Ruth 1998. **The coevolution of human fertility and wealth inheritance strategies**. Philosophical Transactions of the Royal Society of London, 353, 389-397.
- McCABE, Kevin (s/d). **The Neuroeconomics of Personal and Interpersonal Decision Making**
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1929. **Sexual Life of Savages**. New York, Ed. Harcourt, Brace and Company.
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1963. **The Family among the Australian Aborigenes**. New York, Ed. Shocken Books.
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1994 [1944]. **A Scientific Theory of Culture and Other Essays**. New York, Ed. Oxford University Press.
- MALINOWSKI, Bronislaw. 2000. **Sexo e Repressão na Sociedade Selvagem**. Petrópolis, Ed. Vozes.
- MARCONI, Marina de Andrade & PRESOTTO, Zelia Maria Neves. 2005. **Antropologia. Uma introdução**. São Paulo, Ed. Atlas.
- MAUSS, Marcel. 2001. **Ensaio Sobre a Dádiva**. Lisboa, Ed. Edições 70.
- MAUSS, Marcel. 2003. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo, Ed. Cosac & Naify
- MERCIER, Paul. **História da Antropologia**. São Paulo, Ed. Moraes.

- MILLER, Geoffrei F. 2000. **Mente Seletiva (A): como a escolha sexual influencia a evolução da natureza humana**. Rio de Janeiro, Ed. Campus.
- MORGAN, Lewis Henry. 1993. **The Indian Journals 1859-1862**. New York, Ed. Dover Publications, Inc.
- MORGAN, Lewis Henry. 1997 [1871]. **Systems of Consanguinity & Affinty of the Human Family**. Lincoln, Ed. University of Nebraska Press.
- MORGAN, Lewis Henry. 2003. **Ancient Society**. Tucson, Ed. The University of Arizona Press.
- MOURA, Margarida Maria. 2004. **Nascimento da Antropologia Cultural: a obra de Franz Boas**. São Paulo, Ed. Hucitec.
- MULDER, Monique Borgerhoff; RICHERSON, Peter; TORNHILL, Nancy W. & VOLAND, Eckart (1997). **The Place of Behavioral Ecological Anthropology in Evolutionary Social Science**. In. P. Weingert, S. D. Mitchell, P. J. Richerson e S. Maasen (eds). *Human by Nature: Between Biology and the Social Sciences*. New Jersey, pp. 253-282
- MURDOCK, G. P. 1951 [1934]. **Our Primitive Contemporaries**. New York, Ed. The MacMillan Company.
- MURDOCK, G. P. 1959. **Africa: Its Peoples and Their Culture History**. New York, Ed. McGraw Hill.
- MURDOCK, G. P. 1963 [1949]. **Social Structure**. New York, Ed. The MacMillan Company.
- MURDOCK, G. P. 1965. **Culture and Society: 24 essays by George Peter Murdock**. Ed. University of Pittsburgh Press.
- MURDOCK, George Peter & WHITE, Douglas R. 1969 Standard Cross-Cultural Sample, *Ethnology*, 1969, V. VIII, n. 4, pp. 329-369
- NEVES, Walter. 1996. **Antropologia Ecológica**. São Paulo, Cortez Editora.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. 2003. **Sobre o Pensamento Antropológico**. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro.
- PALMER, Jack A. & PALMER, Linda K. 2002. **Evolutionary Psychology. The Ultimate Origins of Human Behavior**. Boston, Ed. Allyn and Bacon.
- PANTER-BRICK, Catherine; LAYTON, Robert H. & ROWLEY-CONWY, Peter. 2001. **Hunter-Gatherers: An interdisciplinary perspective**. New York, Ed. Cambridge University Press.

- PARKIN, Robert & STONE, Linda (Ed.). 2004. **Kinship and Family. An Anthropological Reader**. Oxford, Ed. Blackwell Publishing.
- PETERS, Michael s/d **Estruturalismo e Pós Estruturalismo**. Na página <http://www.rubedo.psc.br/Artlivro/estpost.htm>. Acesso: 7/3/2006, 22:09hs.
- PONTES DE MIRANDA (1984). **Tratado de Direito Privado – Parte Especial, Tomo LV. Direito das Sucessões: Sucessão em Geral. Sucessão Legítima**. São Paulo, Revista dos Tribunais.
- RADCLIFFE-BROWN, A.R. & FORDE, Daryll. 1982. **Sistemas políticos africanos de parentesco e casamento**. Lisboa, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian.
- RADCLIFFE-BROWN, A.R. 1965 [1952]. **Structure and Function in Primitive Society**. New York, Ed. The Free Press
- RAWSON, H. E. 1913. **The Life of a South African Tribe**. *Journal of the African Society*, vol. XIII, I a I3.
- RIBEIRO, Darcy. 1980. **Uirá Sai à Procura de Deus: Ensaios de Etnologia e Indigenismo**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.
- RYDER, James W. & BLACKSTONE, Margaret 1970. **The Avunculate: A Cross Cultural Critique of Claude Lévi-Strauss**. *Behavior Science Notes* 2: 97-118
- SCHNEIDER, David M & GOUGH, Kathleen (eds). 1974 [1961]. **Matrilineal Kinship**. Berkeley, Ed. University of California Press.
- SMITH, Eric Alden. 2000. **Three Styles in the Evolutionary Analysis of Human Behavior**. In L. Cronk, N. Chagnon & W. Irons (eds). *Adaptation and Human Behavior*. New York, 27-46.
- SMUTS, Barbara; DOROTHY, Cheney; SEYFARTH, Robert; WRANGHAN, Richard & STRUHSAKER, Thomas. 1987. **Primate Societies**. Chicago, Ed. Chicago University Press.
- SOUZA, Ricardo Oliveira; MARROCOS, Rogério Paisano & MOLL, Jorge (2004). **Predadores de Corpos e Almas**. <http://www.iced.org.br/artigos/pca.pdf> acesso em 15 de outubro de 2006.
- STERELNY, Kim & GRIFFITHS, Paul E. 1999. **Sex and Death. An Introduction to Philosophy of Biology**. Chicago, Ed. The University of Chicago Press.
- STEWART, Julian H. 1972 [1955]. **Theory of Cultural Change: the methodology of multilinear evolution**. Chicago, Ed. University of Illinois Press.

- STEWART, Julian H. 1997. **Basin-Plateau Aboriginal Sociopolitical Group**. Salt Lake City, Ed. The University of Utah Press.
- STOCKING JR., George W. 1995. **After Tylor. British Social Anthropology 1888-1951**. Madison, The University of Wisconsin Press.
- STONE, Linda (ed). 2001. **New Directions in Anthropological Kinship**. New York, Ed. Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- SWEETSER, Dorrian Aple. 1966. **On the Incompatibility of Duty and Affection: a Note on the Role of the Mother's Brother**. *American Anthropologist*, 68, pp. 1009-1013
- TOOBY, John. & COSMIDES, Leda 1992. **The Psychological Foundations of Culture** In: J. Barkow, L. Cosmides & J. Tooy The Adapted Mind 1992. New York. Pp. 19-136
- TRIVERS, Robert L. 2002. **Natural Selection and Social Theory: selectec papers of Robert Trivers**. New York, Ed. Oxford University Press.
- TRIVERS, Robert L. 2002a. **The Evolution of Reciprocal Altruism**. In: Natural Selection and Social Theory: selectec papers of Robert Trivers. New York, Ed. Oxford University Press, pp. 18-51.
- TRIVERS, Robert L. 2002b. **Parental Investment and Sexual Selection**. In: Natural Selection and Social Theory: selectec papers of Robert Trivers. New York, Ed. Oxford University Press, pp.65-110
- TRIVERS, Robert L. 2002c. **Parent-Offspring Conflict**. In: Natural Selection and Social Theory: selectec papers of Robert Trivers. New York, Ed. Oxford University Press, pp.129-151.
- WINTERHALDER, Bruce & SMITH, Eric Alden 2000 **Analizing Adpative Stgrategies: Human Behavioral Ecology at Twenty-Five**. *Evolutionary Anthropology* 9, 51-74.
- WITHERSPOOM, Gary. 1975 **Navajo Kinship and Marriage**. Chicago, Ed. The University of Chicago Press.
- WOOD, Jacqueline N; KNUTSON, Kristine N & GRAFMAN, Jordan. 2005 **Psychological Structure and Neural Correlates of Event Acknowledge**. *Cerebral Cortex*, August, 15:1155-1161
- ZUGMAN, Fábio (2005). **Teoria dos Jogos. Uma introdução à disciplina que vê a vida como uma seqüência de jogos. Alguns conceitos e aplicações da**

‘matemática das ciências sociais’.

http://www.iced.org.br/artigos/teoria_jogos_fabio_zugman.PDF. Acesso 10 de outubro de 2006, 14 horas.

* Obs.: A bibliografia relativa à pesquisa do HRAF encontra-se disponível online no domínio www.iced.org.br/tese/bibliografiaHRAF.htm.